UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ISABELLA MARIA BEIL

Patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável: uma análise crítica sobre a criação de geoparques no Brasil

SÃO PAULO

2020

ISABELLA MARIA BEIL

Patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável: uma análise crítica sobre a criação de geoparques no Brasil

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em Geografia Humana.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Professora Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz.

SÃO PAULO
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Bp

Beil, Isabella Maria
Patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável: uma análise crítica sobre a criação de geoparques no Brasil / Isabella Maria Beil; orientadora Rita de Cássia Ariza da Cruz - São Paulo, 2020.
272 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geoparque. 2. Patrimônio. 3. Turismo. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Cruz, Rita de Cássia Ariza da, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Isabella Maria

Data da defesa: 16/12/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Rita de Cássia Ariza da Cruz

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 9 / 02 / 2021

Rita de Cássia Ariza Cruz

(Assinatura do (a) orientador (a)

À minha avó, Francisca, que me faz querer ser uma pessoa melhor todos os dias.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, professora Rita Cruz, pela confiança depositada desde o início dessa pesquisa e que me acompanhou durante todo o percurso durante esses três anos. Seu apoio foi essencial para que eu mesma acreditasse que era capaz de desenvolvê-lo e para que eu me sentisse estimulada a ler, pesquisar e aprender sempre mais. Agradeço imensamente pelo empenho e paciência de me guiar por esse caminho acadêmico que decidi trilhar.

Agradeço a todos os outros professores do Departamento de Geografia da USP que contribuíram, cada um de sua maneira, para eu me sinta diariamente estimulada a entender a geografia do mundo. Agradeço, especialmente, ao professor Elvio Rodrigues, à professora Simone Scifoni e ao professor Wagner Ribeiro, que possuem uma especial participação nesse processo.

Agradeço a todos os meus amigos geógrafos, que fizeram da graduação e da pós-graduação momentos muito mais felizes apenas por suas presenças. Agradeço especialmente ao Luiz Gustavo Serra e ao Luciano Zóboli pela contribuição de seus conhecimentos para que os mapas dessa pesquisa existissem.

Agradeço a todos os pesquisadores, professores e outros profissionais que colaboraram com parte importante desse trabalho através das respostas aos meus questionários. Agradeço a toda a equipe do Geopark Araripe que me recebeu e me auxiliou em tudo o que foi necessário.

Agradeço à minha mãe, Claudia, e à minha avó, Francisca, que sempre me apoiaram, me amaram e torceram por mim de todos os modos possíveis. Aos meus sogros, Linda e Gilmar, que também acompanharam de perto todos os meus passos.

Agradeço ao Gabriel, meu companheiro de vida, que sempre esteve ao meu lado e que assistiu pacientemente diversas apresentações minhas sobre geoparques, em versões oficiais e extraoficiais. Deixo aqui também o meu agradecimento por sua participação especial em meus trabalhos de campo, debaixo de chuva ou sol.

Por fim, agradeço à Capes pela bolsa de pesquisa concedida.

Resumo

BEIL, Isabella Maria. Patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável: uma análise crítica sobre a criação de geoparques no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), um geoparque é uma área geográfica unificada na qual sítios e paisagens de relevância geológica internacional são gestados por meio de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. De acordo com as diretrizes da UNESCO, um geoparque deve ser capaz de articular o patrimônio geológico com outros elementos da área, naturais e culturais, e mobilizar o turismo como principal atividade econômica a ser desenvolvida. Ao serem englobados pelo Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP), foi criado o título Geoparque Global da UNESCO (UGGp) para todas as áreas integrantes à rede. No Brasil, o único UGGp é o Geopark Araripe, no Ceará. No entanto, há outras 29 áreas reconhecidas pelo potencial de se tornarem um geoparque, sistematizadas através do Projeto Geoparques, da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM). A espacialidade dessas propostas revela um aspecto interessante, uma vez que a maior parte delas se concentra entre o Nordeste, Sudeste e Sul do país. Essa dissertação tem como objetivo geral analisar criticamente a criação de propostas de geoparques no Brasil, buscando identificar e compreender as forças e atores sociais, políticos e econômicos envolvidos no processo. Tem-se, também, como objetivo geral apreender as lógicas espaciais atinentes à geografia desigual por trás dessas propostas. Para fundamentar o caminho analítico foi selecionada a tríade teórico-conceitual patrimônio-turismo-desenvolvimento sustentável, tida como agregadora dos principais conceitos e paradigmas que constituem a base do entendimento do que é um geoparque. As propostas de geoparques foram analisadas com base no material "Geoparques do Brasil: propostas", organizado pela CPRM e por meio de questionários direcionados aos principais envolvidos com cada uma. Complementando a investigação, o Geopark Araripe foi selecionado como estudo de caso. Evidenciou-se que, levando em consideração a espacialidade das atividades turísticas e dos bens tombados no Brasil, as propostas de geoparques seguem o mesmo padrão e espelham o desenvolvimento geográfico desigual brasileiro. Revelou-se ainda uma correlação acentuada entre o turismo e o desenvolvimento sustentável como causa e consequência entre os discursos dos principais envolvidos com as respectivas propostas. Esse fato evidencia a força do paradigma global de planejamento territorial definido pela triangulação proteção do patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: geoparques; patrimônio; turismo; desenvolvimento sustentável.

Abstract

BEIL, Isabella Maria. Heritage, tourism and sustainable development: a critical analysis on the creation of geoparks in Brazil. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

According to the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), a geopark is a unified geographical area in which sites and landscapes of international geological relevance are managed through a holistic concept of protection, education and sustainable development. According to UNESCO guidelines, a geopark must be able to articulate the geological heritage with other natural and cultural elements of the area, and mobilize tourism as the main economic activity to be developed. When included in the International Geosciences and Geoparks Programme (IGGP), the title UNESCO Global Geopark (UGGp) was created for all areas that are part of the network. In Brazil the only UGGp is the Araripe Geopark, in Ceará. However, there are 29 other areas recognized for the potential to become a geopark systematized through the "Geoparks Project" of Geological Survey of Brazil (CPRM). The spatiality of these proposals reveals an interesting aspect, since most of them are concentrated between the regions Northeast, Southeast and South of the country. This dissertation has the general objective of critically analyzing the creation of proposals of geoparks in Brazil, seeking to identify and understand the social, political and economic forces, and actors involved in the process. It still stand out as a general objective to apprehend the spatial logic related to the uneven geography produced by theses proposals. To support the analytical path, we choose the theoretical-conceptual triad heritage-tourism-sustainable development, considered as an aggregator of the mains concepts and paradigms that form the basis for understanding what a geopark is. The geoparks proposals were analyzed based on the material "Geoparks of Brazil: proposals", organized by CPRM, and through questionnaires directed to the main people involved with each one. Complementing the investigation, Geopark Araripe was selected as a case study. It was evident that, taking into account the spatiality of tourist activities and protected goods listed in Brazil, the proposals of geoparks follow the same pattern and, to a certain extent, reinforce Brazilian uneven development. It also revealed a marked correlation between tourism and sustainable development as a cause and a consequence between the speeches of the main parties involved with the respective proposals. This fact highlights the strength of the global territorial planning paradigm defined by the triangulation of heritage protection, tourism and sustainable development.

Key-words: Geopark; Heritage; Tourism; Sustainable development.

Listas

Lista de mapas

Mapa 1- Distribuição dos Geoparques Globais da UNESCO no mundo. 31
Mapa 2 - Distribuição dos Geoparques Globais da UNESCO por país. 32
Mapa 3 - Redes de transporte no Brasil (2014). 109
Mapa 4 - Localização das empresas industriais (2013). 110
Mapa 5 - Crescimento do PIB de 1939-2005 no Brasil. 111
Mapa 6 - Fluxo de turistas domésticos no Brasil entre 2011 e 2015. 114
Mapa 7 - Distribuição de agência de turismo por estado (2017). 115
Mapa 8 - Distribuição de operadoras turísticas no Brasil por estado (2017). 115
Mapa 9 - Principais destinos turísticos operados pelas empresas Nascimento, CVC e Flytour (2015). 116
Mapa 10 - Distribuição de hotéis Accor no Brasil por estado (2018). 117
Mapa 11 - Número de empregos no turismo por estado (2015). 118
Mapa 12 - Bens tombados pelo IPHAN por região (2020). 123
Mapa 13 - Bens tombados pelo IPHAN por estado (2020). 123
Mapa 14 - Distribuição de propostas de geoparques apresentada pela CPRM. 136
Mapa 15 – Áreas com potencial para a criação de geoparques. 152
Mapa 16 - Situação dos geoparques e propostas no Brasil. 155
Mapa 17 - Limites da proposta de geoparque Bodoquena-Pantanal. 171
Mapa 18 - Limites da proposta de geoparque Quadrilátero Ferrífero. 173
Mapa 19 - Limites da proposta de geoparque Seridó. 178
Mapa 20 - Localização do Geopark Araripe. 186
Mapa 21 - Rota Cariri. 199
Mapa 22 - Distribuição de geossítios no Geopark Araripe. 211
Mapa 23 - Localização de unidades de conservação no Geopark Araripe. 222

Lista de figuras

Figura 1 - Tríade formadora do conceito de geoparque. 4
Figura 2 - Antecedentes do conceito de geoparque até 2015. 27
Figura 3- Pagode da Rocha Dourada, em Myanmar. 53
Figura 4 - Pedra Redonda em Farias Brito, no Ceará. 54
Figura 5 - Passadiços do Paiva, em Portugal. 74
Figura 6 - Estrutura de gestão do Geopark Araripe. 191
Figura 7 - Fachada do Hotel Iu-á, em Juazeiro do Norte. 202
Figura 8 - Troncos fossilizados no Geossítio Floresta Petrificada. 212
Figura 9 - Rio Batateiras e seus cânions no Geossítio Batateiras. 214
Figura 10 - Fóssil de peixe em pedra Cariri, exposto no Museu de Paleontologia da URCA. 215
Figura 11 - Ponte de Pedra, no Geopark Araripe. 215
Figura 12 - Placa do Geopark Araripe, em Santana do Cariri. 216
Figura 13 – Fóssil de asa de pterossauro, no Museu de Paleontologia da URCA. 227
Figura 14 - casa que abriga o Memorial do Homem Kariri, em Nova Olinda. 229

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição de Geoparques Globais da UNESCO no mundo..... 35
Gráfico 2 - Distribuição de Sítios do Patrimônio Mundial pelo mundo..... 36
Gráfico 3 - Distribuição das Reservas da Biosfera no mundo..... 37
Gráfico 4 - Países com o maior número de chegada de turistas em 2018. 69
Gráfico 5 - Países com o maior número de bens na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 2020. 70
Gráfico 6 - Países com o maior número de Geoparques Globais da UNESCO em 2020. 71
Gráfico 7 - Distribuição de patrimônios tombados pelos IPHAN até 2020. 124

Lista de tabelas e quadros

Tabela 1 - Número de Geoparques Globais da UNESCO por país. 32
Tabela 2 - Países com maior número de patrimônios mundiais reconhecidos até 2005. 68
Tabela 3 - Ranking dos países mais visitados no mundo em 2004. 68
Tabela 4 - Número de bens tombados pelo IPHAN por estado..... 124
Tabela 5 - Panorama geral das propostas de geoparques no Brasil em 2020. 158
Tabela 6 - Principais destinos procurados por turistas no Ceará entre 2006 e 2016. ... 196
Tabela 7 - Geossítios do Geopark Araripe e seus respectivos municípios. 210
Tabela 8 - Unidades de conservação no Geopark Araripe. 220
Tabela 9 - Pontos fortes da análise SWOT do Geopark Araripe. 233
Tabela 10 - Pontos fracos da análise SWOT do Geopark Araripe. 233
Tabela 11 - Oportunidades da análise SWOT do Geopark Araripe. 234
Tabela 12 - Ameaças da análise SWOT do Geopark Araripe. 234

Lista de siglas[1]

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CG –Comissão de Geoparques

CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

CNODS - Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

EGN – Rede Europeia de Geoparques (European Geoparks Network)

GeoLAC – Rede Mundial de Geoparques da UNESCO para a América Latina e Caribe.

GGN – Global Geoparks Network.

ICCROM - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

IFCE - Instituto Federal do Ceará.

IGCP – International Geosciences Programme.

IGGP – International Geoparks and Geosciences Programme – Programa Internacional de Geociências e Geoparques.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IUGS - União Internacional de Ciências Geológicas - International Union of Geological Sciences.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

MINEROPAR – Serviço Geológico do Paraná

SIGEP – Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos

LEADER – Links between actions for the development of the rural economy.

Minc- Ministério da Cultura.

MLR - Ministry of Land and Resources - Ministério da Terra e Recursos da China.

MMA - Ministério do Meio Ambiente.

MTur – Ministério do Turismo.

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

OMT – Organização Mundial do Turismo.

[1] Em muitos casos, no decorrer da escrita, optamos por traduzir os nomes e manter as siglas em inglês, uma vez que muitas delas não existem ou não são utilizadas em português.

PEMM - Polo de Excelência Mineral e Metalúrgico.

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

SETUR-CE - Secretaria de Turismo do Estado do Ceará.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

UC – Unidade de Conservação.UE – União Europeia.

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

UFCA - Universidade Federal do Cariri.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto.

UGI – União Geográfica Internacional.

UGGp- Geoparque Global da UNESCO.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

URCA – Universidade Regional do Cariri.

Sumário

Introdução 1

Capítulo 1 – A gênese da ideia de geoparque 16

1.1 Estrutura institucional e processo de adesão à Rede Global de Geoparques e ao Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO 28

1.2 Geoparques Globais da UNESCO: distribuição e redes 31

1.3 A definição de geoparque e suas contradições 38

Capítulo 2 - Patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável: revisão de premissas e atualização do debate 43

2.1 O patrimônio como campo de atribuição de valor 45

2.1.1 O patrimônio geológico e seu valor cultural 51

2.2 O patrimônio na sociedade contemporânea 60

2.2.1 O patrimônio valorizado pelo turismo 65

2.3 Desenvolvimento sustentável e geoparques 75

2.3.1 Geoparques: modelo global, aplicação local 79

2.3.2 O desenvolvimento pela perspectiva do turismo 82

2.3.3 Unesco, desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030 86

Capítulo 3 – Geoparques no Brasil no contexto das globalizações. 92

3.1 A globalização e suas tendências 94

3.2 O encontro entre o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável 98

3.3 Território brasileiro: diversidades, contrastes, diferenças e desigualdades 106

3.3.1 A inserção do turismo no território brasileiro 112

3.3.2 As forças políticas e a proteção do patrimônio brasileiro 119

3.3.3 O paradigma do desenvolvimento sustentável 126

Capítulo 4 – Geoparques no Brasil: entre a construção do conceito e a realidade 132

4.1 A recepção do conceito de geoparque no Brasil 134
4.2 Estratégias de trabalho no Brasil e a Comissão de Geoparques 137
4.3 Geoparques, patrimônio e natureza no Brasil 140
4.4 As propostas brasileiras de geoparques e a obra da CPRM 150

Capítulo 5 - Entre o global e o local: o estudo de caso do Geopark Araripe 181
5.1 A concepção do Geopark Araripe 183
5.1.1 O papel do Governo Estadual do Ceará 192
5.2 O patrimônio, o turismo, o desenvolvimento sustentável e as dinâmicas do Geopark Araripe 205
5.2.1 O turismo e os geossítios do Geopark Araripe 209
5.2.2 A proteção da natureza e do patrimônio 220
5.2.3 O desenvolvimento, a sustentabilidade e o território 230
5.3 O território como parte e como totalidade 235

Considerações finais 240

Referências 245

Introdução

O conceito de geoparque[2] remonta temporalmente à década de 1990 e espacialmente à Europa. Tendo emergido como parte de uma demanda pela proteção dos bens abióticos da natureza, seu percurso foi marcado principalmente por esse viés e, muitas vezes, erroneamente interpretado apenas por ele. Essa dissertação considera um geoparque através de seu sentido mais amplo, não como um parque geológico, mas como um projeto de gestão territorial, conforme definição da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Embora o conceito tenha surgido com o intuito de proteger a história do passado da Terra registrada nas pedras e demais elementos abióticos, é apenas na história humana recente que seu significado se revela. É partindo dessa premissa que essa pesquisa se desenvolverá, buscando compreender quais os significados inerentes à criação do conceito, sua disseminação pelo mundo e sua apropriação no Brasil. Em sendo assim, não nos interessa quais são os bens considerados excepcionais do ponto de vista geológico, mas por que alguns deles emergem como parte do patrimônio e quais os significados disso. Parafraseando Vânia Brayner (2018) não se trata da paisagem na memória, mas da memória presente na paisagem. Ou, em outras palavras, não é sobre as coisas em si, mas sobre as relações sociais que as contemplam. Em suma, sobre o geoparque como parte da vida humana, e não o contrário.

Como fruto de um modelo europeu de patrimonialização da natureza, a ponderação cuidadosa do contexto histórico e espacial do conceito de geoparque é capaz de revelar muitos aspectos importantes e que nos ajudam a compreendê-lo como um fenômeno social e geográfico. Isso se deve pois não é apenas sob o prisma do patrimônio que ele se assenta, mas mobiliza outras noções, quais sejam, o turismo e o desenvolvimento sustentável, que desempenham importantes papéis em sua composição como uma ideia e como uma concretização nos territórios pelo mundo. Juntos, o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável são interpretados como

[2] Nesta pesquisa utilizaremos a grafia “geoparque”, em português, na maior parte das vezes. O título Geoparque Global da UNESCO, cuja a sigla é UGGp, se refere às áreas englobadas pelo Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP). Já a grafia “Geopark”, em inglês, surgirá em alguns casos também para as áreas detentoras do título global, sendo utilizada, por exemplo, oficialmente pelo Geopark Araripe e outras pelo mundo.

paradigmas de grande influência que compõem o que é um geoparque e que se colocam como uma tríade, ou uma triangulação, que incidirá sobre o território trazendo novas dinâmicas consigo.

No Brasil, o primeiro geoparque foi reconhecido pelo título internacional em 2006 – o Geopark Araripe, no Ceará e, desde então, nenhum outro foi aceito. No mesmo ano foi criado o Projeto Geoparques, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que se empenhou em localizar áreas com potencial para a criação de novos geoparques no país. A sistematização desse projeto se deu através da obra "Geoparques do Brasil: propostas", que revela 29 projetos em diferentes níveis de andamento no território brasileiro e uma espacialidade peculiar, uma vez que se concentram entre o Nordeste, o Sudeste e o Sul do país.

A definição do problema e os referenciais teórico-metodológicos

Essa pesquisa buscou responder as seguintes perguntas: Por que se multiplicam as propostas de criação de geoparques no Brasil e quais as forças e atores sociais, políticos e econômicos envolvidos? Quais os significados da espacialidade dessas propostas? Com base em tais problemas, anunciam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: a criação de geoparques no Brasil relaciona-se, em maior medida, à indução de forças econômicas advindas do turismo, assim como seus principais atores envolvidos.

Hipótese 2: a geografia dos geoparques relaciona-se, em alguma medida, com o desenvolvimento geográfico desigual no Brasil.

Partindo desses questionamentos, definimos como objetivo geral:

Analisar criticamente os fundamentos relativos à propositura e a criação de geoparques no Brasil, buscando identificar e compreender as forças e atores sociais, políticos e econômicos envolvidos nesse processo, assim como sua relação com o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável. Para tanto, analisamos as propostas em curso e tomamos como estudo de caso o único geoparque reconhecido no Brasil até o momento, o Geopark Araripe, no Ceará, buscando apreender e analisar as lógicas espaciais atinentes à geografia produzida por ambos.

A pesquisa se justifica pela elevada importância que o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável adquiriram ao longo do tempo nos discursos e no planejamento do território, sendo pertinente a busca pelo entendimento sobre como essas diferentes dimensões se articulam em torno dos geoparques. Ao serem também

englobadas por um programa oficial da UNESCO, elas ganham proeminência e se projetam como um novo modelo replicado pelo mundo.

Além disso, trata-se de uma temática relevante também do ponto de vista social. De acordo com o relatório anual da Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2019, a atividade cresceu 4% no período de janeiro a setembro daquele ano, em relação ao ano anterior.[3] O turismo se destaca atualmente como uma atividade econômica e uma prática social de grande importância, que mobiliza enormes fluxos de capital e de pessoas. Todavia, o raciocínio simplista, que o coloca em uma relação de causa e consequência com o desenvolvimento, deve ser tencionado, uma vez que, apesar de mobilizar grandes fluxos, ambos, pessoas e capital, se concentram em determinadas porções do globo, assim como aponta o mesmo relatório da OMT. Apesar de suas contradições intrínsecas, tal raciocínio continua sendo reproduzido, como evidencia o conceito de geoparque. Em adição, a discussão sobre o patrimônio também se destaca pela necessidade de ser revisitada constantemente, relembrando seus significados sociais, culturais e simbólicos e desnaturalizando certos modelos que tendem a cerceá-la.

Visando atingir os objetivos explanados, a análise foi pautada sobre dois eixos de investigação. O primeiro deles se refere à construção dos aportes teórico-metodológicos que nortearam essa pesquisa. Primeiramente, as leituras se voltaram ao intuito de retroceder à gênese do conceito de geoparque, buscando, sobretudo em autores oriundos da Geologia, remontar esse momento e compreender as motivações a ele atreladas. Como principais autores mobilizados para compor essa etapa inicial tem-se Murray Gray (2004), José Brilha (2005; 2012; 2017), Wolfgang Eder e Margareth Patzak (2004), Guy Martini (2009), Rosaria Modica (2009) e Cheryl Jones (2008). Essas fontes, entre outras, nos permitiram compor um quadro detalhado sobre o avanço da ideia ao longo do tempo, a composição das redes – Rede Europeia de Geoparques (EGN)[4] e Rede Global de Geoparques (GGN)[5], primeiramente – e o momento de sua inserção como um programa oficial da UNESCO, o Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP)[6].

Como segunda etapa desse eixo, prosseguimos para a leitura crítica e deslindamento dos três referenciais teórico-conceituais selecionados como formadores da

---

[3] Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/demanda/UNWTO_World_Turism_Barometer_2019_Edition.pdf. Acesso em novembro de 2020.

[4] Em inglês, European Geoparks Network.

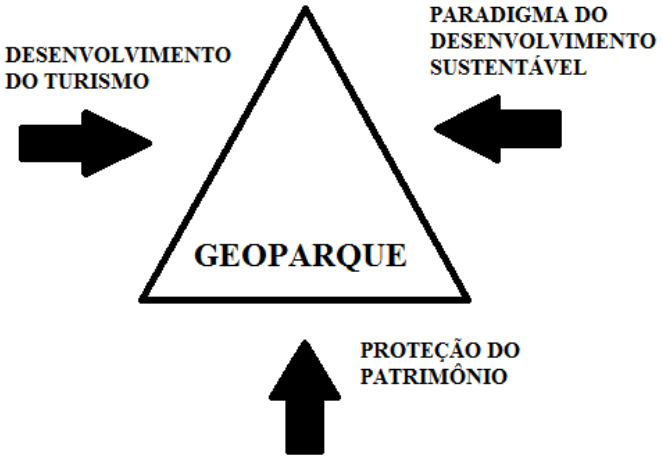
[5] Em inglês, Global Geoparks Network.

[6] Em inglês, International Geosciences and Geoparks Programme.

base definidora de um geoparque: o patrimônio, o turismo[7] e o desenvolvimento sustentável. Como principais integrantes desse eixo estão, principalmente, as produções desenvolvidas por Simone Scifoni (2006), Françoise Choay (2017), Ulpiano Bezerra de Meneses (1996; 2009), Rita Cruz (2003; 2008; 2012; 2018), Maria Tereza Paes-Luchiari (2007), Maria Gravari-Barbas e Sébastien Jacquot (2014), Wagner Ribeiro (2001; 2010), Enrique Leff (2001), Eli da Veiga (2013; 2015). Embora cada um desses autores tenha sido consultado à luz de suas especialidades, juntos, colaboraram para formar uma base de entendimento para o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável, não como partes isoladas, mas como uma tríade conceitual que se relaciona por múltiplos espectros.

Ademais, para além da composição conceitual de tais termos, buscamos compreendê-los como paradigmas que se formaram ao longo do tempo histórico no cenário mundial e compuseram um discurso e um modelo a ser aplicado no território. Nesse sentido, é importante assumir um aspecto fundamental que guiou o caminho metodológico dessa pesquisa: para além da demanda de proteção dos objetos e bens geológicos, a formação do conceito de geoparque e sua posterior aplicação se conformam como um processo da realidade que deve ser explicado através de uma convergência de fatores, conforme o esquema abaixo:

Figura 1 - Tríade formadora do conceito de geoparque.



Organização: Isabella Beil (2020).

[7] É importante destacar que o uso do termo "turismo" como parte fundamental de nossa tríade - e não "geoturismo" – também é parte de uma escolha teórica e conceitual dessa pesquisa, considerando que o primeiro é mais amplo e pode abarcar todos os segmentos existentes da atividade. Assim, nossa abordagem entende o turismo como uma prática social e econômica (CRUZ, 2003) que pode englobar diversos segmentos e modalidades, seja o ecoturismo, o geoturismo, o turismo religioso, entre outros. O tipo de turismo que será desenvolvido dependerá dos atores sociais envolvidos, bem como de seus interesses.

Portanto, compreender os geoparques desde sua concepção como conceito – considerando o espaço e o tempo em que isso se deu -, sua disseminação pelo mundo, sua recepção no Brasil e sua geografia e significados no país demanda uma perspectiva dialética da realidade que busca remontar esse objeto específico à luz de uma totalidade complexa, movida por diferentes, variados e, por vezes, contraditórios fatores. Em outras palavras, há uma geografia a ser buscada e investigada que objetiva responder à pergunta: por que as coisas são como são? Por que ocorreram desse modo? A resposta, possivelmente, não dará conta de abarcar a realidade em sua totalidade e, por isso, a tríade selecionada se trata de uma opção entre outras leituras e caminhos que poderiam ser escolhidos para interpretar os geoparques no mundo e, especificamente, no Brasil. Porém, o entendimento de que a realidade existe apenas em sua integridade e que os processos e dinâmicas se interrelacionam e se imbricam a todo momento, e em todas as escalas, é fundamental para uma leitura crítica do mundo e para a nossa análise em especial.

No que se refere às leituras sobre o desenvolvimento geográfico desigual, nos baseamos, principalmente, nas teorizações de Neil Smith (1988). Conforme o autor, o capitalismo possui uma marca registrada que se expressa no espaço por meio do desenvolvimento desigual. Assim, ao olharmos para a geografia construída nos moldes das relações capitalistas, veremos que a desigualdade se expressa de maneira acentuada e de diferentes formas. Essa consideração expõe a necessidade de se investigar a espacialidade das propostas de geoparques no Brasil à luz de uma lógica, e não de uma aleatoriedade. Sendo assim, buscaremos compreendê-la ponderando sobre as próprias "marcas" e "legados" decorrentes da formação do território brasileiro, que deixaram uma geografia evidentemente desigual expressada em diversos fatores. Por sua vez, o turismo, o patrimônio e o desenvolvimento sustentável incidem como paradigmas sobre essa mesma geografia, amalgamando-se a ela no decurso do espaço-tempo. Como não poderia deixar de ser, os geoparques incidirão sobre o território e sobre uma realidade herdada, incluindo aí novos aspectos, combinando-se a outros e, enfim, transformando e sendo transformados pelo próprio movimento da realidade e suas dinâmicas inerentes.

Emerge como terceira etapa desse eixo a consideração do material efetuado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), o Serviço Geológico Brasileiro, denominado "Geoparques do Brasil: propostas". Consideramos os dois volumes da obra, sendo o primeiro publicado em 2012 e o segundo disponibilizado *online* em 2019. Ao todo, os dois volumes reúnem 29 relatórios de áreas potenciais para a criação de geoparques. Apesar de trazerem no título o termo "propostas", ressalta-se que não se trata

de projetos totalmente conformados nos moldes esperados para um Geoparque Global da UNESCO, mas áreas selecionadas e interpretadas por meio das características geológicas. Desse modo, apesar de trazerem informações variadas sobre a respectiva área, cada relatório é composto, essencialmente, por um inventário geológico. Assim, o uso do termo "proposta" para se referir a esses relatórios, quando usado, leva em consideração esse fato.

Cada um desses relatórios foi analisado, separadamente de início, através de questionários, buscando, no entanto, compor um panorama geral que possa colaborar na resposta para nosso problema de pesquisa. Como parte do caminho metodológico escolhido para responder essa pergunta, foi formulado o seguinte questionário, dirigido a sujeitos dessas ações:

1. Como anda o desenvolvimento da proposta e o que foi feito até hoje após a publicação do livro da CPRM?
2. A iniciativa da criação desse projeto de geoparque foi de quem (ou de qual instituição?)
3. Qual o principal objetivo e motivação de se criar um geoparque nesse local?
4. Há no local alguma estrutura que indique que ali se propõe o desenvolvimento de um geoparque (como placas informativas, centros de visitação para turistas etc)?
5. Já existe algum projeto de desenvolvimento sustentável para o local?
6. Há a possibilidade de envio da candidatura para a UNESCO em um futuro próximo? Se não, por que?

O questionário foi enviado, primeiramente, para todos os indivíduos registrados como autores de cada proposta, sendo a maior parte deles funcionários da CPRM, de variadas superintendências. Em alguns casos, os autores foram também pesquisadores de universidades ou pessoas relacionadas a órgãos públicos, tais como as prefeituras de determinado município. A partir desse primeiro contato com os autores foi possível perceber que muitos deles não se encontram mais envolvidos com as respectivas propostas, sendo comum a indicação de outras pessoas que pudessem colaborar com a resposta para o questionário. Assim, em grande parte das vezes, houve o contato com outros indivíduos além dos autores. As entrevistas foram realizadas por e-mail, ligação telefônica ou pessoalmente e, ao todo, aproximadamente 40 pessoas foram entrevistadas efetivamente.

Para todas as propostas se obteve algum tipo de resposta ao questionário, embora nem todas tenham sido completas. Nesse ponto reside uma das dificuldades envolvidas no tratamento das informações, uma vez que se mostrou bastante complexo comparar respostas, por vezes, tão diferentes. Sendo assim, ressalta-se que as informações referentes a cada proposta foram complementadas ocasionalmente através de pesquisas em *websites*, páginas de redes sociais e notícias. As respostas obtidas deram origem ao quadro "Panorama geral das propostas de geoparques no Brasil em 2020" (TABELA 5), que sistematizou as informações respectivas à cada proposta sobre o andamento, a perspectiva de envio para a UNESCO, as motivações, a iniciativa e participação e as dificuldades.

O segundo eixo investigativo da pesquisa foi composto pelos trabalhos de campo e investigação do estudo de caso, o Geopark Araripe. Foram efetuadas duas visitas ao Geopark, uma em 2018 e outra em 2019. Ambas objetivaram aproximar a compreensão sobre o que é um geoparque e quais as dinâmicas que insere no território. Dessa maneira, as principais atividades efetuadas se pautaram em entrevistas com a equipe responsável pela gestão do Geopark, bem como levantamento e pesquisa de materiais e documentos na sede do Geopark e na Universidade Regional do Cariri (URCA). Complementarmente, os geossítios do Geopark Araripe também foram visitados, entre outros locais de interesse.

Nessa perspectiva, a estrutura da dissertação se divide da seguinte forma:

- **Capítulo 1 – A gênese da ideia de geoparque**

O capítulo tem início com a gênese da ideia de geoparque, partindo do momento no qual se notou, com maior destaque, a ausência de mecanismos de alcance internacional para a proteção dos bens abióticos da natureza. Assim, assumimos como ponto inicial para essa regressão histórica a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1972. A partir daí é retomada uma série de eventos que tiveram um papel fundamental no desenvolvimento e formação do conceito de geoparque, seguindo até 2015, quando foi criado o IGGP. Também nesse capítulo as diretrizes da UNESCO são exploradas com maior detalhamento, compondo um panorama geral do que significa e quais os critérios para que uma área se conforme como um Geoparque Global da UNESCO (UGGp). Em seguida é apresentada a distribuição de UGGps pelo mundo, discorrendo sobre as semelhanças de sua espacialidade em relação aos Sítios do Patrimônio Mundial e às

Reservas da Biosfera. Por fim, a definição de geoparque é trazida à baila e a contradição presente em seus conceitos constitutivos é exposta.

● **Capítulo 2 – Patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável: revisão de premissas e atualização do debate**

O segundo capítulo da dissertação tem como intuito fazer uma revisão de premissas sobre o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável, buscando compreender, à luz de um debate atualizado, por que se tratam de conceitos-chave que devem ser mobilizados a fim de apreender o significado de um geoparque hoje. Julgamos que essa etapa se torna importante a partir do momento em que, no âmbito dos estudiosos e das pesquisas sobre geoparques, o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável parecem existir como dados fixos e axiomáticos, habitando um discurso apolítico e consensual. Contrária a essa tendência, a análise proposta por essa pesquisa investiga tais conceitos como partes inerentes das forças sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade, compreendendo que todas essas dimensões estão profundamente imbricadas. Portanto, como elementos da realidade, o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável devem ser compreendidos a partir de sua integração no processo conflituoso e contraditório das práticas sociais e a partir de sua inserção em debates longamente já discorridos por muitos estudiosos e pesquisadores, e ainda em voga.

O capítulo parte de uma discussão sobre o patrimônio como campo de atribuição de valor – ou valores – e percorre um debate ainda tímido no âmbito dos geoparques e do patrimônio geológico: a inerente faceta cultural que o patrimônio possui, de maneira independente de sua adjetivação. Sendo assim, o posicionamento adotado nessa pesquisa não admite qualquer tipo de valor como intrínseco a um objeto, mas sempre como algo construído socialmente e atribuído a partir da seleção de determinados critérios (MENESES, 2009; SCIFONI, 2006; LUCHIARI, 2007). Emerge daí a possibilidade de valores variados, que coexistem como vetores sobre determinado bem patrimonial. Portanto, o patrimônio, entendido como algo que se deseja manter, que faz parte da memória social e que pode percorrer uma variedade de valores, é também um cenário de disputa simbólica sobre qual valor predominará.

A apropriação do patrimônio pelo mercado, através do turismo, revela uma determinada tendência a enaltecer bens monumentais e com acentuado valor estético, concomitantemente ao valor cognitivo e científico. Tal tendência se mostra, muitas vezes,

como um ponto de conflito que exclui o patrimônio como parte da vida das pessoas de seu entorno, que o enaltecem por seus valores simbólicos e afetivos. Assim, a relação entre o patrimônio e o turismo é complexa, uma vez que a atividade turística pode ir ao encontro das práticas de proteção do patrimônio, mas também habita a dimensão mercadológica, na qual o patrimônio – principalmente aquele reconhecido por organismos internacionais, tais como a UNESCO - desponta como um selo que parece garantir a qualidade de um produto.

Ao se unir a esses, o desenvolvimento sustentável completa a tríade fundamental de um geoparque e parece agir no sentido da atenuação das contradições entre o turismo e o patrimônio. No entanto, longe da aparente aura apaziguadora, o desenvolvimento sustentável habita uma esfera polêmica, na qual comumente é utilizado no discurso para nortear ações de *marketing* através do apelo que possui. Desse modo, mais do que um campo consensual, o desenvolvimento sustentável, as políticas e as ações a ele atreladas devem ser analisados com ampla consideração de quem são os sujeitos sociais envolvidos e com quais motivações agem. Como tópico final do capítulo é efetuado um breve exame da Agenda 2030 e a indicação de sua importância para a atuação de um Geoparque Global da UNESCO.

● **Capítulo 3 – Geoparques no Brasil no contexto das globalizações.**

O terceiro capítulo da dissertação se aprofundará no esforço teórico e metodológico aqui empreendido em considerar o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável como paradigmas que se formaram em escala mundial e que passaram a incidir sobre os múltiplos locais. Vale ressaltar que, construídos com base em visões e perspectivas hegemônicas, essa tríade passou a agir como um modelo que, em nosso caso específico, se materializa através dos geoparques. Tal modelo expõe as dificuldades e os conflitos quando se insere em territórios diversos, com suas próprias características históricas e geográficas, políticas, econômicas e sociais. Assim, se não há dúvida que a globalização é um fenômeno muito eficaz em disseminar modelos e paradigmas, a sua incidência nos territórios é múltipla e variante, ao ponto de podermos afirmar que não há apenas uma globalização, mas globalizações (SANTOS, 2001).

Nessa perspectiva, o terceiro capítulo partirá de algumas considerações sobre a globalização e seus significados. Em seguida, será percorrido o caminho no qual, ao longo do tempo, o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável se encontraram como uma triangulação que passou a incentivar o planejamento territorial. Será exposta uma

série de eventos, lidos através do conceito de Ordem Ambiental Internacional (RIBEIRO, 2001), que incentivaram a construção de tais paradigmas que, mais tarde, se uniram no tempo e no espaço. Portanto, o conceito de geoparque é interpretado como um fruto desse trajeto histórico e como derivação das transformações mundiais e respectivas visões e interpretações do mundo e da natureza, transformadas em modelos e tendências. A UNESCO emerge nesse cenário como um importante ator que dissemina tais tendências e que influencia ações através da força de seu discurso.

O patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável atingiram também o Brasil como paradigmas relevantes. No entanto, se o processo de formação do território é marcado por contrastes e desigualdades que se expressam espacialmente – questão apresentada e analisada por esse capítulo – tais paradigmas encontrarão determinadas marcas sobre as quais deverão atuar, irremediavelmente. Assim, o capítulo discute como o turismo se espacializa no Brasil e reafirma, através de suas estruturas e dinâmicas inerentes, o desenvolvimento geográfico desigual brasileiro (CRUZ, 2019). Também o patrimônio e o desenvolvimento sustentável se envolvem nesse processo, por lógicas distintas, mas que convergem para um mesmo ponto quando ambos são empregados em conjunto com o turismo para a venda de suas paisagens atreladas. Por sua vez, as propostas de geoparques acompanham essa geografia desigual e, em certa medida, reforçam a sua perpetuação.

● **Capítulo 4 – Geoparques no Brasil: entre a construção do conceito e a realidade.**

O quarto capítulo da dissertação aborda como ocorreu a recepção do conceito de geoparque no Brasil com o reconhecimento internacional do Geopark Araripe, em 2006, e posteriormente pela criação do Projeto Geoparques, da CPRM, no mesmo ano. O capítulo discorre sobre como a temática dos geoparques se restringiu, inicialmente, ao campo da Geologia, seus profissionais e pesquisadores, o que propiciou um entendimento significativamente mais restrito sobre o conceito. Ao longo do tempo outras dimensões foram sendo incluídas, embora o conceito ainda não seja amplamente conhecido. Apesar disso, desde 2006, também ocorreu um enorme amadurecimento na compreensão do que deve ser um geoparque, de fato, para além de seus atributos atrelados à geologia e, atualmente, parece consenso que não se trata de um parque geológico.

O capítulo 4 também apresenta o que seria um Comitê Nacional de Geoparques, um alvo que vem sendo perseguido há anos pelos interessados no assunto, mas postergado por diversos motivos. Embora o comitê ainda não tenha sido criado, a Comissão de

Geoparques (CG), uma comissão fundamentalmente científica, foi um acontecimento importante que marcou 2018 e inaugurou um novo espaço de diálogo através da unificação de interessados na criação de geoparques no país.

Como outro tópico importante do capítulo, desponta o papel dos geoparques diante dos mecanismos oficiais de proteção da natureza e do patrimônio no Brasil, respectivamente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Como não é uma designação legislativa, de acordo com a UNESCO, um geoparque deve estabelecer relações com as leis nacionais e locais. Portanto, propomos uma análise de como apreender o conceito de geoparque tendo em vista as características e ferramentas nacionais e suas ações e visões sobre a natureza e o patrimônio brasileiros.

Como último tópico do capítulo, há a apresentação das respostas obtidas através dos questionários efetuados sobre as 29 propostas brasileiras de geoparques, conforme o material da CPRM "Geoparques do Brasil: propostas". Apresentamos o resultado obtido através de algumas variáveis selecionadas, buscando compreender os aspectos mais relevantes capazes de responder a questão-problema de nossa pesquisa. Embora seja significativo o número de propostas que se restringiram ao inventário geológico e não avançaram nos procedimentos indicados pela UNESCO como necessários para compor um UGGp, também esse fato se revelou muito significativo para a nossa investigação, pois possibilitou uma análise sobre as principais dificuldades envolvidas na criação de geoparques brasileiros. Tal processo evidenciou que a aplicação do modelo encontra efetivas adversidades ao se deparar com as múltiplas características, dinâmicas e diversos atores sociais existentes nos territórios.

A investigação sobre as propostas também demonstrou que há uma intensa correlação entre o turismo e o desenvolvimento sustentável como causa e consequência, algo que essa pesquisa buscou desnaturalizar e apontar as problemáticas inerentes. Destacou-se também a acentuada participação de universidades e pesquisadores como interessados no tema dos geoparques, muitas vezes sendo os principais responsáveis por levar a ideia adiante. Percebeu-se que a proposta de um geoparque pode despontar como um ponto conflituoso, uma vez que é um mecanismo que se insere no território e deve coabitar com diferentes atores sociais e diferentes interesses sobre o uso daquele espaço. Um ponto relevante na análise foi a percepção de que, embora o interesse do desenvolvimento turístico seja um aspecto de grande peso no discurso e na angariação de parceiros para a iniciativa, os dispêndios necessários para que o projeto se efetive e o

longo prazo de seus resultados podem consistir em elementos que desestimulam a parceria tanto pública quanto privada. Por fim, nota-se que o desenvolvimento sustentável está muito presente como uma das principais motivações citadas para a criação de um geoparque em determinada localidade, evidenciando a força desse paradigma em atividades de planejamento.

● Capítulo 5 – Entre o global e o local: o estudo de caso do Geopark Araripe

O capítulo 5 é dedicado ao estudo de caso do Geopark Araripe. Em nosso caminho investigativo foi preciso compreender o Geopark Araripe ora em sua escala local, ora como parte de um contexto maior, seja no nível estadual, nacional ou como parte integrante de um todo global. Assim, se o geoparque se conforma como um modelo e uma junção de paradigmas formados no palco das relações internacionais, sua incidência no Brasil, no Ceará e na região do Cariri revela novos fatos, dinâmicas e variáveis a serem investigadas. O capítulo 5 buscou iluminar as possíveis motivações que possibilitaram ao Geopark Araripe ser criado no local onde foi, da maneira como ocorreu e ser, desde 2006 até o momento atual, a única área detentora do título internacional no Brasil.

Primeiramente, investigamos como ocorreu o processo de sua criação e quem foram os principais envolvidos nessa iniciativa. Evidenciou-se como principais atores a Universidade Regional do Cariri (URCA), de onde partiu a iniciativa, e o governo estadual do Ceará, que apoiou a ideia desde o início e, até hoje, fornece grande parte do suporte financeiro, por meio da URCA, para que o projeto continue existindo. O estudo de caso possibilitou a visualização dos conflitos existentes no território, que indicam a existência do geoparque como um elemento de estranhamento às pessoas. Ao se inserir em locais que já são apropriados socialmente e que já fazem parte do cotidiano dos residentes, o Geopark emerge como um elemento estrangeiro, refutando, inicialmente, a premissa da UNESCO de que deve atuar construindo relações e reforçando a identidade local. Concebido de maneira apartada, destacando o patrimônio através de um viés técnico e científico, o Geopark Araripe afastou os valores simbólicos, sociais e culturais atrelados aos elementos e paisagens do território.

Ao longo de sua existência, o projeto do Geopark Araripe sofreu grandes alterações e mudou essa visão restrita. Apesar de não ser o objetivo dessa pesquisa analisar sua relação com as pessoas, especificamente, a investigação de outras pesquisas que englobam essa temática apontou que o projeto vem expandindo o seu contato com outros atores sociais e que passou a ser melhor compreendido ao longo do tempo. Isso

ocorreu principalmente por ter, ele mesmo, passado a compreender e ressaltar as características sociais e culturais do território, ultrapassando o caráter geológico.

O estudo de caso do Geopark Araripe também indicou uma sinergia entre as motivações e objetivos intrínsecos ao projeto e aos objetivos do Governo do Estado do Ceará, principalmente no que se refere aos intuitos de desenvolvimento da atividade turística. O apoio do governo estadual coincide com o seu plano, engendrado desde o início da década de 2000, de interiorizar o turismo no estado, criando outros destinos além de Fortaleza.

Em suma, o capítulo retoma as dificuldades existentes entre os diferentes entendimentos sobre o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento e como as contradições atreladas a esses conceitos, e inerentes a um projeto de geoparque, se expressam no Geopark Araripe.

Nota sobre a categoria território

O termo território comumente aparece relacionado aos geoparques no discurso sobre o tema, ganhando diferentes contornos a depender do interesse do interlocutor. Sendo uma importante categoria geográfica, pensamos ser prudente alguns esclarecimentos e ressalvas sobre seu uso.

Claude Raffestin (1993) já alertava que o território deve ser compreendido com base no poder, que, por sua vez, "não é uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda 'produção' que se apoia no espaço e no tempo" (1993, p.06). Conforme Raffestin, "o território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço" (1993, p. 07). Carlos Brandão (2007, p. 17) afirma que o território é "uma construção social, por natureza conflituosa, uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto".

Por sua vez, Rogério Haesbaert (2007, p. 20) explica que a acepção de território é relacionada ao poder, tanto em seu sentido explícito, de dominação, quanto em um sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. Haesbaert (2004, p. 95) complementa que a dominação possui um teor mais "concreto" e "funcional", político, econômico, enquanto a apropriação possui um caráter mais subjetivo, marcado de maneira cultural e simbólica. Sendo assim, em um processo contínuo e inseparável de dominação e apropriação, o autor (2007, p. 22) afirma que o território e a territorialização devem ser pensados de acordo com a multiplicidade de manifestações possíveis, incluídos os diversos poderes emanados

por múltiplos sujeitos, levando em grande consideração quem são aqueles atores (indivíduos, grupos, empresas, instituições, Estado etc) envolvidos nesse processo.

Com base nas considerações de Raffestin, Brandão e Haesbaert, nos parece correto afirmar que um geoparque se sobrepõe a um território preexistente e se insere como mais um elemento nessa trajetória histórica. Manifesta-se, assim, como apropriada a noção de territorialidade para compreender essa questão: "A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado" (SACK, 1986, p. 219). Robert Sack (1986, p. 19) assinala que a territorialidade "[...] é a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica".

Em um mesmo território podem coexistir diferentes territorialidades, ou seja, diferentes modos de dotar de significado determinada parcela do espaço e de propor influências variadas: "a territorialidade aponta para o fato de que as relações humanas no espaço não são neutras" (SACK, 1986, p. 26). Sendo assim, é possível interpretar um geoparque como uma nova territorialidade que se impõe e que se defrontará com outra, ou outras, mas que certamente não será a única. Essa perspectiva também aponta para a premente necessidade de conceber os geoparques como parte integrante de um projeto que se desenrola, fundamentalmente, no campo político, pois é permeado de relações sociais não neutras, com objetivos, motivações e pontos de vista diversos.

Entre os pesquisadores e estudiosos de geoparques, muitas vezes o termo território é utilizado como o sujeito ativo de determinada ação: "O território promove...", "... os objetivos do território..." etc. Sobre isso, considerando as reflexões dos autores citados anteriormente, que moldam o nosso olhar e o nosso entendimento sobre o conceito de território, compreendemos que essa abordagem apaga o papel ativo dos sujeitos sociais e seus objetivos, bem como os processos de poder emanados por eles. Conforme apontado por Raffestin (1993), Haesbaert (2004; 2007) e Brandão (2007), é possível afirmar que são esses sujeitos os responsáveis pela construção do território, das territorialidades e dos tipos de atividades que ali serão desenvolvidas. O território, em si, é o produto, sempre em formação.

Comumente, também se utiliza o termo território para demarcar uma porção do espaço, por exemplo, ao delimitar os limites de um geoparque. Buscando circunscrever o nosso entendimento conceitual sobre essa categoria, julgamos ser mais assertivo o uso do

termo área para se referir a um geoparque, e assim fazemos ao longo de toda a dissertação. O uso do termo território, quando atrelado a um geoparque, aparecerá apenas se utilizado por outros autores. Ressalta-se que também a UNESCO se refere a um geoparque como uma área, e não um território.

Capítulo 1 – A gênese da ideia de geoparque

O conceito de geoparque surgiu como fruto de um contexto que teve sua gênese devido ao descontentamento, por parte de alguns sujeitos, diante dos mecanismos existentes para a proteção da parcela abiótica da natureza. Um fato notável que intensificou esse sentimento de insatisfação, expresso pela comunidade científica, foi a Convenção do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1972. Como resultado desta reunião, o patrimônio natural recebeu uma definição à parte do cultural, tendo sua importância, teoricamente, elevada ao mesmo *status* deste. Os sítios do Patrimônio Mundial foram, então, divididos entre duas seções principais, englobando a Geologia e a Paleontologia no mesmo âmbito do patrimônio natural, em geral:

> Para os fins da presente convenção serão considerados como 'patrimônio natural':
> - os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
> - as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
> - os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais nitidamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.[8]

No entanto, diversos autores (Gray, 2004; Brilha, 2005; Eder & Patzak, 2004; Pemberton, 2000) alegam que a preocupação com o patrimônio natural se deu em nível muito maior no que se refere à biodiversidade, sendo que, no que tange à geodiversidade, a definição teria se mostrado insatisfatória. De acordo com Murray Gray (2004, p. 05), muitos sítios ou bens de acentuado valor e importância geológica e geomorfológica não se encaixavam nos parâmetros estabelecidos. De acordo com os autores, pode-se interpretar, por exemplo, que as formações dessa natureza só teriam valor quando correspondessem ao hábitat de espécies em risco, e não pelo valor que carregam em si como bem excepcional. Wolfgang Eder e Margareth Patzak (2004, p. 162) também criticam a expressão "valor universal excepcional" utilizada na definição, alegando que muitas formações geológicas e fisiográficas fascinantes são reconhecidas local ou nacionalmente, não contemplando o critério do valor universal. Para os autores, uma outra alternativa seria necessária para atender a essa demanda.

---

[8] Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso em novembro de 2020.

Não obstante, nota-se que a definição de patrimônio natural da UNESCO não hierarquiza a biodiversidade e a geodiversidade explicitamente. Ao falar sobre "monumentos naturais constituídos por formações físicas" ou "lugares notáveis naturais" é possível afirmar que a geodiversidade pode ser contemplada por esses critérios. Nesse sentido, o sentimento de insatisfação por parte desses sujeitos é parte de uma interpretação que não se evidencia no texto da UNESCO.

Mobilizações por parte da comunidade científica, visando iniciativas que pudessem melhor gerir a geodiversidade mundial especificamente, levaram à ocorrência, em 1991, do 1° Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, em Digne-Les-Bains, na França. O evento reuniu especialistas de mais de trinta países (RUCKYS, 2007, p.02), estimulou o diálogo entre o patrimônio natural e cultural e expandiu a promoção do turismo como ferramenta supostamente eficaz no auxílio das ações de conservação do planeta. Ademais, o encontro promoveu o patrimônio geológico, parte integrante do patrimônio natural, como um conjunto de bens similarmente bastante vulneráveis e sujeitos a diversos tipos de ameaças decorrentes da atividade humana, assim como se dá do ponto de vista biológico.

Esclarecendo, segundo Gray (2004, p. 05), o termo geodiversidade começou a ser utilizado por geólogos e geomorfólogos na década de 1990 para descrever a variedade abiótica da Terra. Seu uso foi sugerido por ocasião da Conferência de Malvern sobre Conservação Geológica e Paisagística, realizada no Reino Unido em 1993. Desde esse momento, o termo tem aparecido em livros, discursos e debates fomentadores da temática, com algumas diferenças: Para Gray (2004, p. 08), trata-se da diversidade natural de elementos geológicos e geomorfológicos, como minerais, rochas, fósseis, características de solo, formas e processos. José Brilha (2005, p. 17) compartilha de posição semelhante à de Gray e entende que a geodiversidade seria composta apenas pela parte abiótica da natureza (tal postura é reafirmada em trabalho posterior de Henriques e Brilha em 2017). Já para Stanley (2001), a geodiversidade é definida como a conexão entre a sociedade, as paisagens e a cultura, compondo a variedade de ambientes, fenômenos e processos que formam o quadro para a vida na Terra. Dessa forma, segundo o autor, a biodiversidade é parte da geodiversidade (STANLEY, 2001 *apud* GRAY, 2004, p. 07).

Já o termo patrimônio geológico é definido por José Brilha (2005, p. 52) como o "conjunto de geossítios inventariados e caracterizados numa dada região". Em definição mais recente, Brilha (2016, p. 120) afirma que o patrimônio geológico, ou geopatrimônio, se refere a ocorrências de elementos da geodiversidade, *in situ* ou *ex situ*, com elevado

valor científico. Segundo o autor, pode carregar valores educacionais, estéticos e culturais, porém, é fundamentado pelo valor científico, o qual justifica sua existência. Por esse motivo, Brilha (2016, p. 120) pontua que o patrimônio geológico sempre terá relevância internacional ou nacional, pois não existe "ciência local". Esse raciocínio alinha-se ao que vem sendo feito por muitos pesquisadores dessa área, que buscam metodologias quantitativas para hierarquizar os patrimônios geológicos em torno de um grau de relevância.

A despeito das diferenças e controvérsias teóricas, Artur Sá[9] assume a importância de diferenciar a geodiversidade do patrimônio geológico, partindo da compreensão de que a geodiversidade é mais ampla, englobando todos os variáveis elementos geológicos. Sobre o patrimônio geológico, Sá remete à ideia de herança e afirma que se trata, mais amplamente, do patrimônio da Terra. Assim, embora englobe características e aspectos geológicos e científicos importantes, ele não se restringe e não é justificado por estas. A postura teórica adotada nesse trabalho, que será esmiuçada adiante, possui maior proximidade com o raciocínio de Sá.

Com o uso do termo patrimônio geológico, outras expressões surgiram paralelamente, como patrimônio geomorfológico, hídrico, espeleológico, paleontológico, etc. Porém, tais termos serão aqui compreendidos como uma maneira de ressaltar um aspecto particular da natureza em determinado contexto, qual seja, o advento das preocupações com os bens abióticos da Terra. No entanto, metodologicamente, serão considerados como parte do patrimônio natural que, por sua vez, integra o escopo das questões do patrimônio cultural (SCIFONI, 2006).

Como resultado do Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, foi redigida a Carta de Dignes ou Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra, que estabeleceu a urgência em começar a proteger o patrimônio geológico, a "memória da Terra":[10]

> 7 – Atualmente, o Homem sabe proteger sua memória: seu patrimônio cultural. O ser humano sempre se preocupou com a preservação da memória, do patrimônio cultural. Apenas agora começou a proteger seu patrimônio natural, o ambiente imediato. É chegado o tempo de aprender a proteger o passado da Terra e, por meio dessa proteção, aprender a conhecê-lo. Essa memória antecede a memória humana. É

[9] Informação verbal, registrada durante sua palestra de abertura do V Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico, em 2019.

[10] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Declaracao_Internacional_dos_Direitos_a_Memoria_da_Terra.pdf. Acesso em novembro de 2020.

> um novo patrimônio: o patrimônio geológico, um livro escrito muito antes de nosso aparecimento sobre o Planeta.
> 8 – O Homem e a Terra compartilham uma mesma herança, um patrimônio comum. Cada ser humano e cada governo não são senão meros usufrutuários e depositários desse patrimônio. Todos os seres humanos devem compreender que a menor depredação do patrimônio geológico é uma mutilação que conduz a sua destruição, a uma perda irremediável. Todas as formas do desenvolvimento devem respeitar e levar em conta o valor e a singularidade desse patrimônio.

A Carta de Dignes marcou o momento de junção entre os bens geológicos e sua compreensão através do valor patrimonial. Ela pode ser colocada como um novo paradigma para se conceber a existência desses bens - antes considerados apenas através de parâmetros científicos – e, agora, como parte de uma história e como parte importante da memória. Embora a chamada "memória da Terra" possua bilhões de anos, seu valor patrimonial é assumido a partir do momento em que, como aponta o documento, o homem e a terra o compartilham. Esse entendimento é essencial para a formação do conceito de geoparque como algo que ultrapassa e supera a criação de uma área de conservação intocada, como veremos adiante.

De acordo com Carlos Schobbenhaus e Cassio Silva (2012, p. 13), a Carta de Dignes representou um grande impulso para a divulgação da importância da proteção destes bens à nível mundial, incentivando a formação de diversas organizações com esse caráter em muitos países. No Brasil, os primeiros desdobramentos desse processo aparecem em 1997, quando a Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) se tornou o primeiro orgão a se ocupar da identificação e classificação de sítios do patrimônio geológico. Diversos estados deram início a medidas com o intuito de promover bens referentes a esse tipo de patrimônio com a instauração de projetos, como o Projeto Caminhos Geológicos do Estado do Rio de Janeiro e Projeto Sítios Geológicos e Paleontológicos do Paraná, pelo Serviço Geológico do Paraná (Mineropar). Tais medidas se pautavam em instalação de painéis interpretativos para o público leigo, folhetos, cursos e roteiros turísticos (SHOBBENHAUS E SILVA, 2012, p.16).

Segundo Nickolas Zouros (2004, p.165), a ideia de criar uma rede de cooperação internacional sobre as questões do patrimônio geológico surgiu, pela primeira vez, durante o 30° Congresso Internacional de Geologia, sediado em Pequim em 1996 e promovido a cada quatro anos pela União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS)[11]. De acordo com o autor, alguns países europeus, com características naturais e

[11] Em inglês, International Union of Geological Sciences.

socioeconômicas similares, enfrentavam problemas parecidos regionalmente, tais como um desenvolvimento econômico lento, alto índice de desemprego e de emigração da população jovem em áreas rurais. Segundo Zouros, as iniciativas e experiências individuais relacionadas à temática do patrimônio, impulsionadas pelo Simpósio de Dignes, foram essenciais para dar força à iniciativa em conjunto. Porém, o autor afirma que foi a primeira vez que se cogitou reunir as ações de proteção e promoção do patrimônio geológico às questões sociais atreladas aos territórios. Assim, partiu-se da premissa de que o desenvolvimento sustentável poderia ser buscado pela proteção do patrimônio através de ações científicas, educacionais e turísticas, sendo este um pressuposto para o sucesso de ações de conservação (ZOUROS, 2004, p. 165).

A ideia e o conceito de geoparque começaram a ser debatidos pela Divisão de Ciências da Terra da UNESCO em 1997, também com influência e inspiração na Carta de Dignes, a partir do reconhecimento dos esforços sobre a conservação do patrimônio geológico ao redor do mundo (JONES, 2008, p. 274). De acordo com Wolfgang Eder e Margareth Patzak (2004, p. 162) a ideia tomou fôlego pela demanda e pressão de cientistas da Terra e organizações não-governamentais por uma rede de alcance global sobre a temática. Cheryl Jones (2008, p. 273) afirma que as intenções iniciais foram pautadas na possibilidade de se criar uma rede de territórios que pudesse complementar a Lista do Patrimônio Mundial, incluindo os bens ou locais que não encontravam lugar em seus critérios de participação.

Em 1999, houve a iniciativa oficial, quando a proposta de um novo programa da UNESCO foi enviada ao Conselho Executivo. A proposta foi rejeitada em 2000, sob a alegação de limitações financeiras e o que Jones (2008, p.274) nomeou como "overlapping of labels", o que pode ser compreendido como sobreposição de títulos ou categorias. De acordo com a autora, não estavam claras as relações e as diferenças entre o possível programa de geoparques e os programas já existentes, como o Homem e a Biosfera - que havia ganhado alcance e reconhecimento mundial pouco tempo antes - e o Patrimônio Mundial da Humanidade. Assim, optou-se por não seguir com o desenvolvimento do novo programa dentro do organismo, porém, o envolvimento da UNESCO com a causa foi reconhecido como de suma importância. Desse modo, a Divisão de Ciências da Terra se mostrou aberta ao apoio e a consultas para essas questões, oferecendo suporte para iniciativas individuais que surgissem no âmbito de seus países membros (JONES, 2008, p. 274).

Nessa perspectiva, membros representantes da França, Grécia, Espanha e Alemanha resolveram unir suas ações, relacionadas ao patrimônio geológico e ao desenvolvimento sustentável, em uma rede de cooperação que pudesse auxiliar na resolução dos problemas sociais que enfrentavam em seus respectivos países. Segundo Rosaria Modica (2009, p.18), a parceria foi possível graças ao programa de desenvolvimento territorial Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER)[12], da União Europeia (UE). Assim, a autora afirma que os estudos em conjunto, experiências, conhecimentos e metodologias levaram a um conceito comum do que seria um geoparque, baseado em uma estratégia de desenvolvimento econômico apoiada no turismo geológico, ou geoturismo.

Em junho de 2000, durante a Convenção de Lesbos, na Grécia, foi fundada a Rede Europeia de Geoparques (EGN).[13] Com grande inspiração nos fundamentos desenvolvidos pela UNESCO em 1997, definiu-se que os geoparques europeus:

1. Devem ser territórios que incluem um certo número de sítios do patrimônio geológico de importância particular no que se refere às qualidades científicas, raridade, apelo estético ou valores educacionais. A maior parte dos sítios existentes no território de um geoparque europeu devem ser de caráter geológico, apesar de suas características poderem também ser arqueológicas, ecológicas, históricas ou culturais.
2. Devem ser pautados por uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e suportados por um programa europeu de promoção ao desenvolvimento.
3. Devem possuir fronteiras claramente definidas e uma área suficiente para ocorrer o desenvolvimento econômico do território. Os geoparques europeus devem ter um papel ativo no desenvolvimento econômico do território onde são estabelecidos através da conexão entre seu patrimônio geológico e o geoturismo.
4. Devem ter impacto em seu território, seja influenciando melhorias na vida das populações locais e no meio ambiente. Seu objetivo deve ser colaborar para que as populações se reapropriem dos valores do patrimônio do território e participem de sua revitalização cultural.

[12] Na sigla em inglês: Links between actions for the development of the rural economy.
[13] Na sigla em inglês: European Geoparks Network.

5. Devem ser territórios experimentais, propondo novos métodos e caminhos de desenvolvimento para preservar o patrimônio geológico. Portanto, todo território deve trabalhar em conjunto com a Rede Europeia de Geoparques para fortalecer esses métodos e alcançar os objetivos (TRADUÇÃO LIVRE).[14]

Foram criados, assim, os Geoparques da Réserve Géologique de Haute-Provence (França), Lesvos Petrified Forest (Grécia), Maestrazgo Cultural Park (Espanha) e Vulkaneifel (Alemanha). De acordo com Rosaria Modica (2009, p.18), durante o encontro também foi salientada a importância e necessidade de criar uma estrutura transparente, com critérios de seleção que possibilitassem a integração de qualquer outro território da Europa que consentisse com os princípios da Rede recém-criada. Assim, os quatro membros fundadores prosseguiram investindo na ideia e encorajando outras regiões a conhecerem mais sobre o projeto. A primeira reunião da EGN ocorreu na Espanha no mesmo ano, reunindo outros vinte representantes com novas propostas e, em 2001, a Rede englobou outros doze territórios (JONES, 2008, p.275).

De acordo com Eder e Patzak (2004, p. 163), a iniciativa possibilitaria incluir uma nova dimensão às modalidades e programas já existentes de conservação da natureza, como a Lista do Patrimônio Mundial. Para os autores, essa nova dimensão estaria

---

[14] No original: 1. A European Geopark is a territory which includes a particular geological heritage and a sustainable territorial development strategy supported by a European programme to promote development. It must have clearly defined boundaries and sufficient surface area for true territorial economic development. A European Geopark must comprise a certain number of geological sites of particular importance in terms of their scientific quality, rarity, aesthetic appeal or educational value. The majority of sites present on the territory of a European Geopark must be part of the geological heritage, but their interest may also be archaeological, ecological, historical or cultural.
2. The sites in European Geopark must be linked in a network and benefit from protection and management measures. The European Geopark must be managed by a clearly defined structure able to enforce protection, enhancement and sustainable development policies within its territory. No loss or destruction, directly or via sale, of the geological values of a European Geopark may be tolerated.
3. A European Geopark has an active role in the economic development of its territory through enhancement of a general image linked to the geological heritage and the development of Geotourism. A European Geopark has direct impact on the territory by influencing its inhabitants' living conditions and environment. The objective is to enable the inhabitants to re-appropriate the values of the territory's heritage and actively participate in the territory's cultural revitalization as a whole.
4. A European Geopark develops, experiments and enhances methods for preserving the geological heritage.
5. A European Geopark has also to support education on the environment, training and development of scientific research in the various disciplines of the Earth Sciences, enhancement of the natural environment and sustainable development policies.
6. A European Geopark must work within the European Geopark Network to further the network's construction and cohesion. It must work with local enterprises to promote and support the creation of new by-products linked with the geological heritage in a spirit of complementarity with the other European Geoparks Network members. Fonte: http://www.europeangeoparks.org/?page_id=357.

diretamente relacionada ao potencial dos geoparques em unir a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento socioeconômico, sendo esta a grande inovação da ideia. Assim, um princípio central seria o tratamento da relação entre as pessoas e as características geológicas da área em que estão inseridas, incentivando a educação e o geoturismo como caminho para o desenvolvimento. Modica (2009, p. 18) aponta que, apesar dos geoparques se apoiarem na ideia do patrimônio geológico como característica fundamental dessas áreas, este deve ser concebido como a memória da Terra, integrando-se às características histórico-culturais e naturais do território como um todo. Têm que:

> Geoparques não tratam somente pedras, mas também pessoas. É fundamental que as pessoas sejam envolvidas. O nosso desejo é ver o maior número possível de pessoas "desfrutarem" da Geologia. Nosso objetivo é maximizar o Geoturismo para o benefício da economia local e para ajudar as pessoas a compreenderem a evolução da paisagem em que estão mergulhadas. " - Fala de Chris Woodley-Stewart - North Pennines Geopark - Reino Unido (MODICA, 2009, p.19).

Um ponto importante a se ressaltar foi quando, no dia 20 de abril de 2001, houve a assinatura da Convenção de Cooperação entre a UNESCO e a EGN, no Parque Natural do Cabo de Gata, na Espanha. De acordo com Jones (2008, p. 276), a Convenção formalizou as bases da parceria entre os dois organismos, colocando a Divisão de Ciências da Terra como colaboradora oficial da Rede e uma representante da instituição com poder de veto. A partir desse momento, os objetivos e ideais dos geoparques europeus alavancaram rapidamente.

Nesse ínterim, outro país também chamou atenção: Mesmo tratando-se de um projeto primariamente europeu, a China pode ser colocada, assim como apontam Xun e Milly (2002, p.33) como um dos países pioneiros na criação de geoparques. Os autores afirmam que a China deu início a projetos de proteção do patrimônio geológico para manter-se à par das iniciativas da comunidade geocientífica de outros países, influenciados também pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Yang et al. (2011, p.157) acrescentam que a conservação de sítios geológicos já ocorria na China desde meados dos anos 1980, continuando a se expandir e promover-se desde então. Os autores atribuem a este fato o enorme sucesso que a iniciativa de criação de geoparques obteve no país.

Em 2000 ocorreu, no Rio de Janeiro, o 31° Congresso Internacional de Geologia, com o tema "Geologia e Desenvolvimento Sustentável: Desafios para o Terceiro Milênio". De acordo com Xun e Ting (2003, p. 302), o congresso foi o responsável por

estimular a ideia de criação de geoparques em outros lugares do mundo além da Europa, onde China, Suíça e Áustria iniciaram esforços para fomentar esse tipo de território em seus países. Assim, no mesmo ano, o Ministério da Terra e Recursos da China (MLR)[15], aprovou um relatório elaborado pelo Departamento de Ambiente Geológico[16] sobre a criação de geoparques no país. Logo após, foi divulgada uma circular com informações sobre os orgãos responsáveis pela gestão dessa iniciativa e criado um Comitê de Revisão para os geoparques nacionais. Em setembro, o MLR divulgou uma série de documentos e especificações para a criação e aprovação de geoparques chineses. Dessa forma, desde 2000, a China já possuía uma gestão bastante organizada em torno desse projeto, protegida pela legislação, resultando em um rápido aumento do número de geoparques no país: de acordo com Xun e Milly (2002, p. 33) naquele mesmo ano o país estabeleceu onze geoparques em seu território e, em novembro, fundou-se a Asia-Pacific Geoparks Network (Brilha, 2017, p. 351).

No dia 13 de fevereiro de 2004, em Paris, um encontro que reuniu representantes da IUGS, do Programa Internacional de Geociências (IGCP)[17] da UNESCO, da União Geográfica Internacional (UGI) e outros especialistas das questões relativas ao patrimônio geológico definiu como premente a criação de uma rede global (JONES, 2008, p. 276). Assim, a Rede Global de Geoparques (GGN)[18] surgiu com a junção da EGN e dos geoparques chineses. O encontro também estabeleceu a urgência de criação de um guia operacional para inclusão de novos membros e a fundação de um escritório da Rede Global da UNESCO no MLR, em Pequim (ZOUROS, 2004, p.167). Em outubro do mesmo ano foi firmada a Declaração de Madonie, que reafirmou a parceria já estabelecida em 2001, porém agora entre a UNESCO e a recém-criada GGN. Neste documento, a EGN foi colocada como mediadora e representante na inclusão de novos membros na rede global, estabelecendo-se que a integração seria feita automaticamente com a inclusão na EGN e impossibilitada com a recusa. Além disso, o padrão europeu de geoparque foi reconhecido como modelo oficial de referência para a criação de outras redes ao redor do mundo, ação reafirmada pela inclusão de três especialistas da Rede Europeia no grupo internacional de especialistas da Rede Global.

---

[15] Em inglês, Ministry of Land and Resources.
[16] Em inglês, Departament of the Geological Environment.
[17] Em inglês, International Geosciences Programme.
[18] Em inglês, Global Geoparks Network.

Somente em 2015, durante a 38ª Conferência Geral da UNESCO, os Geoparques foram englobados por um programa, o Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP)[19]. O novo programa foi implementado através do trabalho conjunto e colaboração de duas entidades: o já existente IGCP, criado em cooperação com a IUGS, e os Geoparques Globais da UNESCO (UGGp)[20], designação também criada na mesma conferência para referir-se a todos os territórios aquiescidos pela organização. De acordo com os estatutos do novo programa (UNESCO, 2015), ele é coordenado pelos representantes das duas entidades em questão.

Em resumo, o IGGP compreende o corpo diretor e científico das atividades referentes à criação de Geoparques Globais da UNESCO. Estes, por sua vez, são as áreas em si, com a qualificação e título internacional da UNESCO que as assim denomina. Por sua vez, a GGN, constitui a organização de fins-não lucrativos à qual todos os Geoparques Globais possuem a obrigatoriedade de fazer parte.

[19] Em inglês, International Geoparks and Geosciences Programme.
[20] Em inglês, UNESCO Global Geoparks.

Figura 2 - Antecedentes do conceito de geoparque até 2015.

Organização: Isabella Beil (2020).

1.1 Estrutura institucional e processo de adesão à Rede Global de Geoparques e ao Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO

O processo para uma dada área passe a integrar a lista dos Geoparques Globais está disponível pelo *website* da UNESCO na sessão de Ciências da Terra.[21] De início, indica-se que é extremamente importante que qualquer geoparque aspirante estabeleça contato e parcerias com outros já existentes, integrantes da GGN, participando de encontros regionais e internacionais para buscar apoio e consultas. De acordo com o *website*, essa fase preparatória deve se iniciar vários anos antes do país-membro interessado submeter sua aplicação.

As instruções mais detalhadas estão reunidas em um documento intitulado *"Statutes and Operational Guidelines for UNESCO Global Geoparks*" (UNESCO, 2015). Nesse documento é esclarecida a estrutura do IGGP e parte dos critérios gerais de seleção para novos UGGp. Sua estrutura institucional é composta, basicamente, por um Conselho, um Escritório e uma Equipe Avaliadora, somando-se a um Secretariado e um Diretor-Geral.

Em resumo, o processo de avaliação ocorre da seguinte maneira: antes do envio oficial do dossiê de aplicação, o país-membro interessado deve enviar uma carta explicitando o interesse em integrar a GGN, assim como participar do IGGP. Posteriormente, seguindo as datas anuais para envio de aplicações, deve ser elaborado um dossiê, que será composto por uma série de documentos e de descrição detalhada da área a ser convertida em Geoparque Global, como sua localização, seus principais bens geológicos, infraestrutura, projetos em desenvolvimento, formas e metodologias de gestão, outros patrimônios - separados nas categorias "culturais", "naturais" e "intangíveis" - atividades educacionais, turísticas, parcerias e redes estabelecidas à nível local, regional ou internacional, entre outros. Uma informação muito importante é que devem ser enviadas apenas candidaturas de geoparques aspirantes que, de fato, já funcionem como tal. De acordo com os critérios da UNESCO, esse funcionamento deve estar se processando há, pelo menos, um ano.

[21] Ressalta-se que os documentos com todas as informações sobre a adesão ao IGGP podem ser encontrados em inglês ou em espanhol, pois ainda não há *website* da UNESCO em português.

O dossiê de aplicação será pré-avaliado pelo Secretariado, que checará se todas as informações estão completas e corretas em seu formato. Caso positivo, a parte geológica segue para análise pela IUGS. O Escritório, concomitantemente, indica a Equipe Avaliadora que seguirá para a visita de campo, cujos custos são de responsabilidade do aplicante. Nessa etapa, deve ser elaborado um relatório sobre a situação observada no local com as considerações, que será posteriormente enviado para avaliação do Conselho, o qual, por sua vez, avaliará o dossiê de aplicação, o relatório da Equipe Avaliadora e as ponderações da IUGS, estabelecendo a sua posição entre "aceitar" ou "negar" o pedido. Se a decisão for positiva, o Escritório organiza a documentação e envia a recomendação de aceite para o Diretor-Geral e Corpo Executivo da UNESCO, que deverão endossar a deliberação e seguir com o restante da papelada.

Deverão ocorrer revalidações, ou seja, o título não é vitalício e o processo se repete através de um novo pedido a cada quatro anos. A cada renovação é atribuído um cartão verde - o território deve se manter como Geoparque Global -, cartão vermelho - o território deve ser excluído - ou cartão amarelo, o qual concede um intervalo de dois anos antes da decisão final para a resolução de problemas encontrados.

Para Sophie Justice (2018, p. 148), os UGGp possuem um caráter de projeto de longo prazo, uma vez que é necessário um período considerável – muitas vezes anos - para que a área seja transformada conforme as diretrizes da UNESCO e, com as revalidações periódicas, o projeto deve explicitar continuidades e avanços. Esse é um diferencial interessante em relação aos bens da Lista do Patrimônio Mundial, que, apesar de também não serem títulos vitalícios, não possuem um mecanismo constante de revalidação.

Os critérios para a criação de geoparques explicitados no documento *"Statutes and Operational Guidelines of the UNESCO Global Geoparks*" podem ser sintetizados da seguinte maneira:

1. Os Geoparques Globais devem ser áreas geográficas com sítios e paisagens de relevância geológica internacional, as quais serão verificadas por profissionais científicos avaliadores.
2. Devem ser áreas gestadas através de conceitos holísticos de proteção, educação, pesquisa e desenvolvimento sustentável.
3. Devem ter fronteiras bem definidas, com proporções adequadas para contemplar suas funções e gestão.

4. Devem utilizar o patrimônio geológico em conjunto com o patrimônio natural e cultural da área, fomentando a ampliação da consciência sobre as dinâmicas do planeta como um todo, assim como o conhecimento de processos geológicos e geomorfológicos, tais como mudanças climáticas, riscos ambientais e outros processos. Devem conscientizar a população em geral sobre a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais.
5. Devem ser áreas com um corpo administrativo reconhecido legalmente de acordo com a legislação nacional.
6. A área de um Geoparque Global pode sobrepor outras designações da UNESCO, tais como os Sítios do Patrimônio Mundial ou as Reservas da Biosfera; no entanto, isso deve estar bem justificado no dossiê de aplicação, mostrando evidências de como esse novo título poderá adicionar um valor diferenciado, sendo as duas designações independentes e sinérgicas.
7. Os Geoparques Globais da UNESCO devem envolver as populações locais e comunidades indígenas ativamente. É necessário criar parcerias baseadas em um plano de gestão cooperativa, provendo suporte e meios de suprir as necessidades sociais e econômicas das populações locais, protegendo o ambiente em que vivem, assim como suas identidades culturais. É recomendado que todas as lideranças e atores locais e regionais possam ser representados na gestão de um Geoparque Global. Os conhecimentos informais - das populações locais e indígenas - devem ser incluídos no planejamento e gestão do território, ao lado do conhecimento científico.
8. Os Geoparques Globais da UNESCO devem ser estimulados a trabalhar em parceria com a Rede Global de Geoparques, buscando conselhos e recomendações e compartilhando experiências e o vínculo à GGN é obrigatório.
9. Um Geoparque Global deve respeitar a legislação local e regional no que se refere à proteção do patrimônio geológico. Todos os sítios do patrimônio geológico incluídos por um Geoparque Global já devem estar protegidos legalmente antes da aplicação para o IGGP.
10. As atividades de venda de objetos geológicos como fósseis, minerais e rochas ornamentais devem ser desencorajadas.

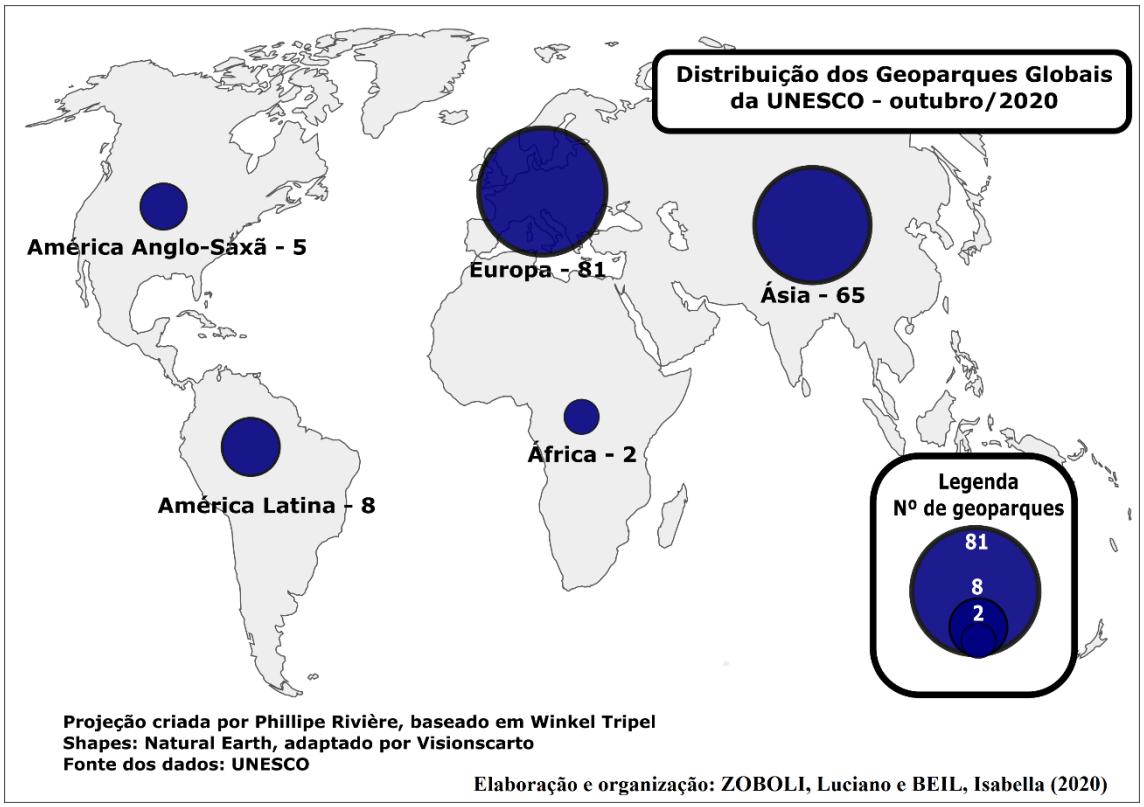
Todos os critérios acima devem ser verificados pela Equipe Avaliadora e pelo Conselho, através das visitas de campo e do dossiê enviado. O documento também esclarece que o número de aplicações ativas - estado entre o recebimento do dossiê pela UNESCO e a decisão final - para cada país-membro são limitadas a duas, a fim de que haja equilíbrio na representatividade geográfica dos Geoparques Globais. De fato, através

da observação das candidaturas nos últimos anos, essa proposição parece estar sendo colocada em prática.

1.2 Geoparques Globais da UNESCO: distribuição e redes

Atualmente,[22] o Programa Internacional de Geociências e Geoparques agrega 161 áreas em quarenta e quatro países: 81 na Europa (em vinte e quatro países, sendo quatro UGGp transnacionais), 65 na Ásia (41 apenas na China), cinco no Canadá (único representante da América Anglo-Saxã), oito na América Latina e dois na África.

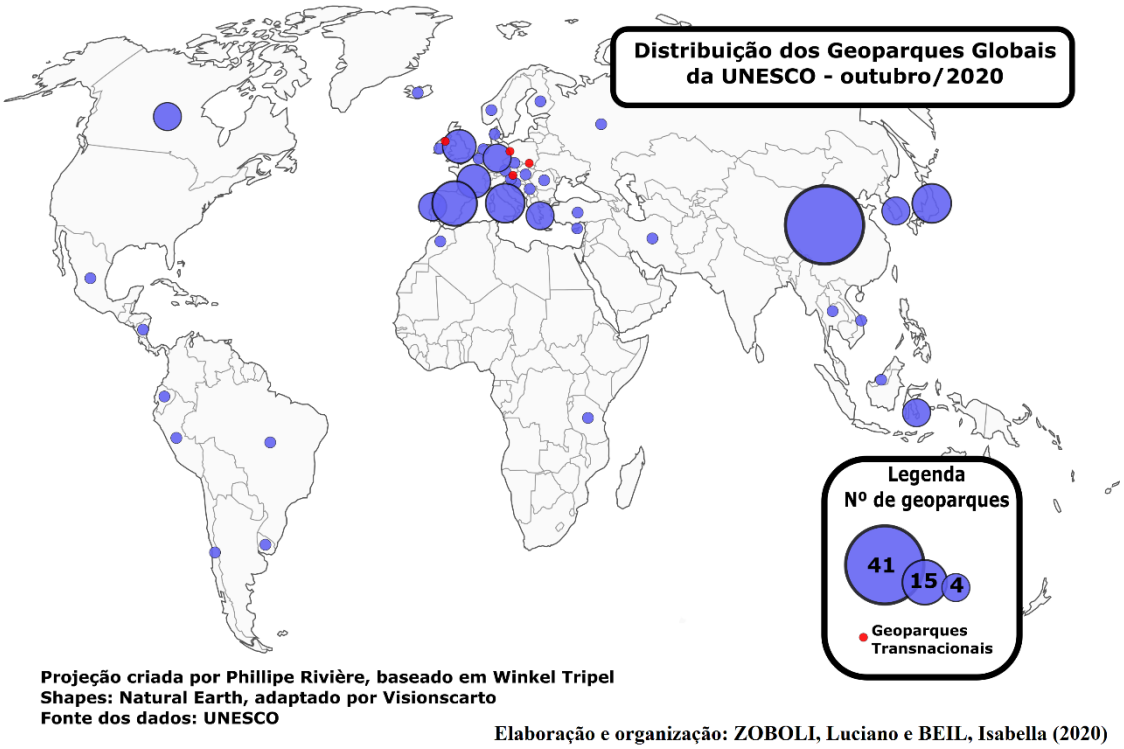
Mapa 1- Distribuição dos Geoparques Globais da UNESCO no mundo.



Elaborado e organizado por Luciano Zoboli e Isabella Beil (2020).

[22] Até abril de 2020. Fonte: http://www.globalgeopark.org/homepageaux/tupai/6513.htm. Acesso em novembro de 2020.

Mapa 2 - Distribuição dos Geoparques Globais da UNESCO por país.



Elaborado e organizado por Luciano Zoboli e Isabella Beil (2020).

Tabela 1 - Número de Geoparques Globais da UNESCO por país.

NÚMERO DE GEOPARQUES GLOBAIS DA UNESCO POR PAÍS			
Alemanha	5	Itália	9
Áustria	2	Japão	9
Bélgica	1	Malásia	1
Brasil	1	Marrocos	1
Canadá	5	México	2
Chile	1	Nicarágua	1
China	41	Noruega	3
Chipre	1	Peru	1

Coreia do Sul	4	Portugal	5
Croácia	2	Reino Unido	7
Dinamarca	1	República Tcheca	1
Equador	1	Romênia	1
Eslovênia	1	Rússia	1
Espanha	15	Sérvia	1
Finlândia	2	Tailândia	1
França	7	Tanzânia	1
Grécia	5	Turquia	1
Holanda	1	Uruguai	1
Hungria	1	Vietnã	3
Indonésia	5	Áustria e Eslovênia	1
Irã	1	Alemanha e Polônia	1
Irlanda	2	Hungria e Eslováquia	1
Islândia	2	Irlanda e Reino Unido	1

Organização: Isabella Beil (2020). Fonte: UNESCO (2020).

Conforme discutido nesse capítulo, de acordo com as diretrizes da UNESCO, a formação de redes de parceria tem sido um dos princípios do projeto. A formação de redes contribui com o melhor desenvolvimento dos geoparques, uma vez que torna possível uma ampla troca de experiências (UNESCO, 2015). Atualmente, existem quatro redes regionais: a Rede Europeia de Geoparques (EGN), a Rede Mundial de Geoparques da UNESCO para a América Latina e Caribe (Red GeoLAC) e a Rede de Geoparques da Ásia e do Pacífico (APGN)[23] e a Rede Africana de Geoparques Globais da UNESCO[24].

A Rede GeoLac foi fundada em maio de 2017 com a integração do Geopark Araripe (Brasil), Grutas del Palacio (Uruguai), Comarca Minera e Mixteca Alta (ambos no México). Em sua carta de fundação, têm-se

[23] Em inglês,Asia Pacific Geoparks Network (APGN).
[24] Em inglês, African UNESCO Global Geoparks Network.

> 4. Que na América Latina existem condições geológicas, naturais, sociais e culturais excepcionais para impulsionar a criação de geoparques, tendo como objectivo a conservação dos patrimónios, a educação e o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades locais, principalmente através do geoturismo.[25]

De acordo com suas regras operacionais, o primeiro objetivo citado é:

> 1. Contribuir a divulgar la figura de los GMU em América Latina y el Caribe, como herramientas para promover el desarollo sostenible, así como la conservación del patrimonio geológico, histórico y cultural, siempre involucrando activamente a las comunidades locales.[26]

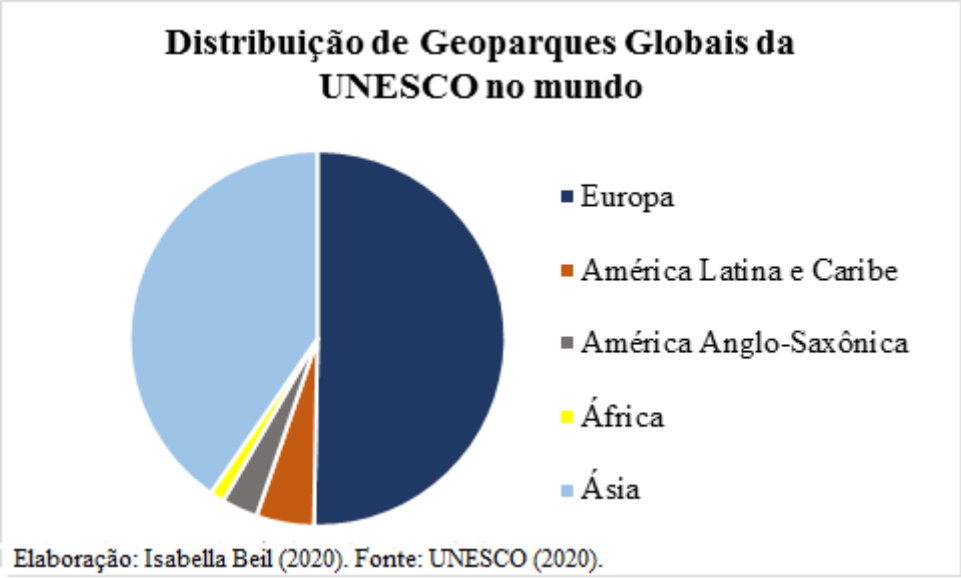
O 1° Simpósio de Geoparques, ocorrido em 2015, no Peru, foi um evento muito importante, que estabeleceu bases para a formação da rede latino-americana e caribenha. Nele foi firmada a Declaração de Arequipa, cujo texto evidenciava a enorme desigualdade no que se refere à distribuição de UGGp pelo mundo: na época, do número total de 111, apenas dois localizavam-se na América Latina – Araripe e Grutas del Palacio. Assim, a Red GeoLAC surgiu como uma maneira de apoiar e fortalecer as candidaturas e projetos na região, buscando superar esta geografia tão assimétrica.[27]

Desde a criação da Red GeoLAC, o número de UGGp latino-americanos subiu para oito, com a integração dos Geoparks Imbambura (Equador), Colca y Volcanes de Andagua (Peru), Kütralkura (Chile) e Rio Coco (Nicarágua). Desse modo, percebe-se que, de fato, houve um aumento no número de áreas chanceladas pelo título global, algo que pode ser creditado aos esforços decorrentes da nova rede e parcerias. No entanto, no que se refere à comparação com a Europa e com a Ásia, a América Latina e o Caribe encontram-se muito distantes. A observação dos mapas 1 e 2 e do gráfico 1 evidencia a enorme desigualdade na distribuição dos Geoparques Globais da UNESCO no mundo: mais da metade está localizada na Europa e aproximadamente 90% estão na Europa e na Ásia. Ressalta-se que entre 2018 e 2020, o número de UGGp localizados nos dois continentes caiu 3%, o que pode ter relação com a política da UNESCO de aceitar apenas duas candidaturas por país.

---

[25] Disponível em: http://www.redgeolac.org/misc/Carta_fundacional.pdf. Acesso em novembro de 2020.
[26] Disponível em: http://www.redgeolac.org/misc/Reglas_op_%20Red%20GeoLAC_2018_def.pdf. Acesso em novembro de 2020.
[27] Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Montevideo/pdf/GEO-ArequipaDeclaration-EN.pdf. Acesso em novembro de 2020.

Gráfico 1 - Distribuição de Geoparques Globais da UNESCO no mundo.

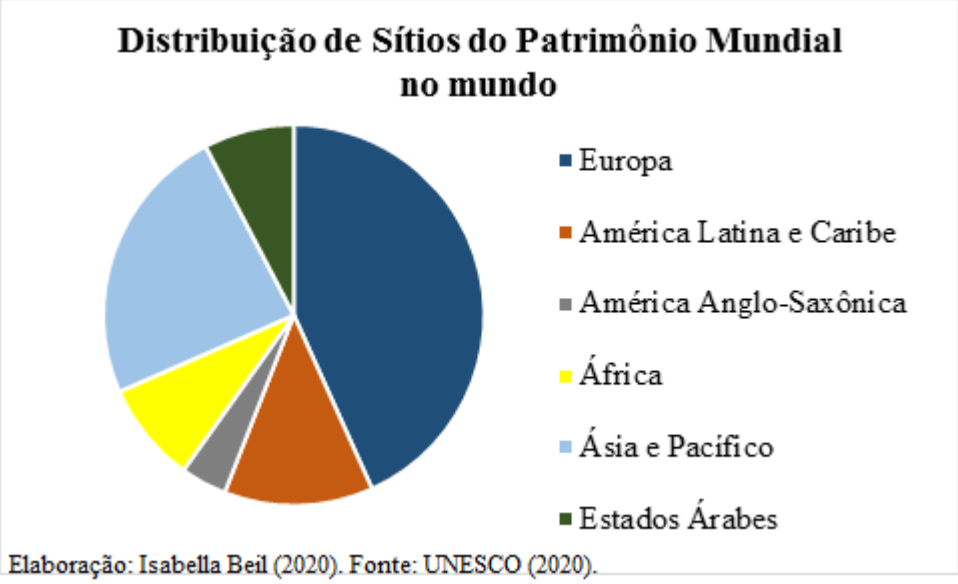


Elaboração: Isabella Beil (2020). Fonte: UNESCO (2020).

No que se refere aos Sítios do Patrimônio Mundial e às Reservas da Biosfera, áreas integrantes de outros programas da UNESCO – Convenção do Patrimônio Mundial da Humanidade e o Programa Homem e a Biosfera, respectivamente – os números espelham certas semelhanças com os UGGp[28]: entre os Patrimônios Mundiais, 529 concentram-se na Europa e na América do Norte, resultando em 47,1% do total de 1121 bens. Destes, 44 estão no Canadá e nos Estados Unidos (3,9%), ou seja, 485 concentram-se na Europa (43,2%). Na Ásia estão 268 (23,9%) bens listados, na América Latina e no Caribe encontram-se 142 (12,6%), a África possui 96 (8,5%) e, por fim, nos países árabes estão 86 bens (7,6%).[29] O Brasil possui 22 Patrimônios Mundiais, sendo sete de características predominantemente naturais.[30]

[28] Nas estatísticas sobre os Sítios do Patrimônio Mundial e as Reservas da Biosfera, a UNESCO divide os países por regiões, e não por continentes. As regiões utilizadas são: Europa e América do Norte, Ásia e Pacífico, América Latina e Caribe, África e, por fim, Estados Árabes.
[29] Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/stat. Acesso em novembro de 2020.
[30] Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/. Acesso em novembro de 2020.

Gráfico 2 - Distribuição de Sítios do Patrimônio Mundial pelo mundo.

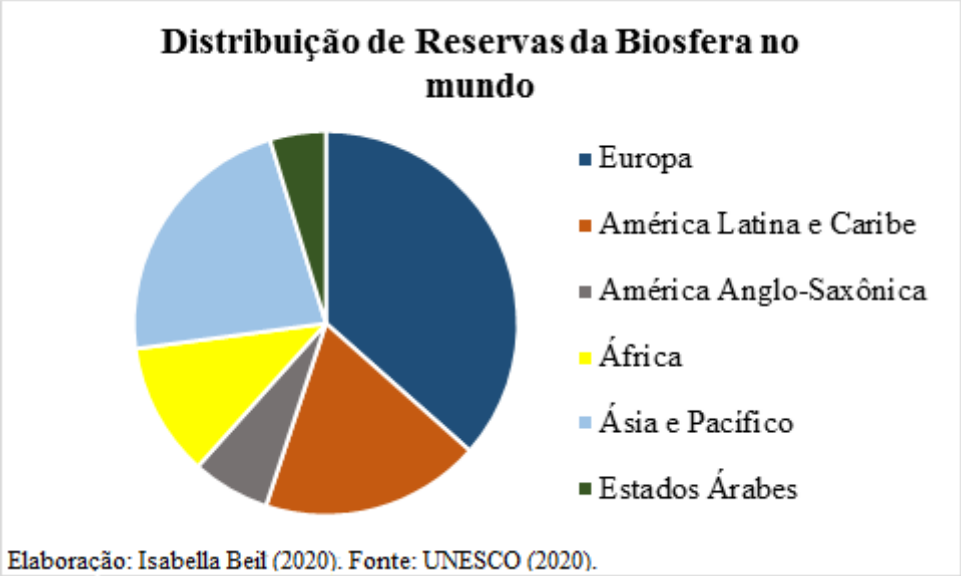


Elaboração: Isabella Beil (2020). Fonte: UNESCO (2020).

Já entre as Reservas da Biosfera, há 701 no mundo distribuídas por 124 países: 256 na Europa (36,5%), 46 nos Estados Unidos e Canadá (6,5%), 157 entre a Ásia e o Pacífico (22,3%), 130 na América Latina e Caribe (18,5%), 79 na África (11,2%) e 33 nos Estados Árabes (4,7%).[31] No território brasileiro são sete (1%).

[31] Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/. Acesso em novembro de 2020.

Gráfico 3 - Distribuição das Reservas da Biosfera no mundo.



Elaboração: Isabella Beil (2020). Fonte: UNESCO (2020).

O mesmo fenômeno presente na distribuição de UGGp pode ser observado nos gráficos 2 e 3, que ilustram a distribuição de Sítios do Patrimônio Mundial e as Reservas da Biosfera, respectivamente, sendo que estes dois últimos se mostram, visualmente, praticamente iguais. Pode-se inferir que, apesar do alcance global dos três programas e sua pretensa universalidade, há um enorme desequilíbrio geográfico na distribuição dessas áreas. Desse modo, depreende-se que sua distribuição não se fundamenta a partir do quadro cultural e natural dos países, mas sim das desigualdades políticas e histórico-culturais relacionadas ao campo das relações internacionais Assim, apesar de haver a tentativa de tornar os UGGp representativos de todas as partes do mundo, sua distribuição geográfica revela desigualdades profundas, o que também ocorre na Lista do Patrimônio Mundial e no Programa o Homem e a Biosfera, evidenciando que há um processo que ultrapassa a diversidade e as riquezas naturais e culturais.

1.3 A definição de geoparque e suas contradições

Conforme definição da UNESCO[32], um geoparque é uma área com limites bem definidos, que une sítios de grande relevância geológica à nível internacional, tendo como base um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Assim, a proteção da natureza é fomentada partindo do interesse e importância dos aspectos geológicos e geomorfológicos de determinado local, mas não se restringindo a eles, devendo englobar os aspectos biológicos e culturais. Segundo a UNESCO, os Geoparques Globais seriam capazes de empoderar as comunidades locais, onde uma maior conscientização sobre a importância patrimonial da região seria responsável por fortalecer a identificação da população local com a área. Assim, o processo deve se formar da "base ao topo" (ou *bottom-up),* unindo diversas partes interessadas, como autoridades ligadas ao governo, grupos comunitários, profissionais de turismo, povos indígenas etc. Além disso, afirma-se que, no tocante às possibilidades de desenvolvimento econômico, seriam criadas novas iniciativas locais que estimulariam atividades diferenciadas e inovadoras, gerando renda através do chamado geoturismo.

Cheryl Jones (2008, 2014, p. 273) contribui para o entendimento do conceito quando afirma que os geoparques representam uma inovação no que se refere às abordagens de conservação de bens geológicos, pois supõe a aproximação da proteção do patrimônio da Terra de forma ampla, unindo estratégias de desenvolvimento regionais sustentáveis, principalmente através do turismo. Assim, a proteção do patrimônio encontraria apoio nas atividades turísticas como modo de visibilizar e promover a reunião, supondo que essa união resultaria na realização do desenvolvimento sustentável, efetivamente.

Segundo Rosaria Modica (2009, p.25), os geoparques devem funcionar como salas de aula e laboratórios ao ar livre, constituindo um trabalho de redescoberta e valorização dos territórios através da educação ambiental. Esse modelo de educação deve despertar o interesse pela Geologia, porém, com um esforço para destacar a relação entre os elementos bióticos e abióticos, unindo os aspectos culturais, históricos, naturais, geológicos etc, que trazem e constituem a essência do lugar.

---

[32] Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/frequently-asked-questions/what-is-a-unesco-global-geopark/. Acesso em novembro de 2020.

José Brilha (2012, p.32) diz que o território que almeja se tornar um geoparque, muitas vezes, já possui em sua história o desenvolvimento de atividades variadas, porém, sem relação entre si. Para o autor, o ponto chave do projeto é a sua capacidade de estabelecer relações entre essas atividades, em seus sentidos naturais e culturais, promovendo a participação da população com seus bens e ressaltando a identidade única e particular desse território; no entanto, reconhece que o estabelecimento de um bom diálogo entre atores sociais bastante diversos é um dos maiores desafios a se empreender pela equipe responsável pela gestão de um geoparque.

Brilha (2012, p.32) afirma que o geoparque constitui, em seu âmago, uma estratégia de desenvolvimento territorial multidisciplinar, onde o patrimônio geológico de grande relevância é a matriz. Bacci et al. (2009, p.08) partilham de concepção semelhante quando ressaltam a importância de que o geoparque contribua para desenvolver a economia local, de forma que modifique a realidade socioeconômica dos habitantes de seu território.

Conforme Guy Martini:

> Muitos gestores ou futuro gestores interpretam de modo restritivo o radical "geo", de geoparque, como o "geo" da geologia, embora seja necessário compreendê-lo como o geo da "Terra". Essa interpretação equivocada limita não apenas as potencialidades de desenvolvimento desses territórios, mas também o valor conceitual que possuem, bem como o impacto na população ou nos visitantes (MARTINI, 2010, p. 36) (TRADUÇÃO LIVRE).[33]

Desse modo, Martini esclarece que os geoparques não se restringem à geologia e, portanto, não devem ser compreendidos como parques de conservação da geodiversidade. Embora o interesse nos bens de caráter geológico seja um ponto inicial, ele é tão somente uma etapa de um projeto mais amplo. Bacci et al. (2009, p. 08) colaboram com esse entendimento quando afirmam que, ultrapassando a proteção do patrimônio geológico, os geoparques são um diferencial pela sua ideia basilar de construção e implementação de um projeto de desenvolvimento territorial, sendo este um ponto vital para entender a sua definição e objetivos.

A definição da UNESCO, inspirada na definição de geoparque europeu, serviu, por sua vez, de inspiração a inúmeros outros projetos que se desenvolveram no mundo.

---

[33] No original: Beaucoup de gestionnaires ou de futurs gestionnaires interprètent, de façon restrictive, le radical « Géo » de Géoparc comme le Géo de « géologie »…, alors qu'il faudrait le comprendre comme le Géo de « la Terre ». Cette interprétation erronée limite non seulement les potentialités de développement de ces territoires, mais aussi leur valeur conceptuelle, de même que leur impact auprès de la population ou des visiteurs (MARTINI, 2010, p. 36).

Um destes é o Projeto Geoparques, criado em 2006 pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), o Serviço Geológico do Brasil. A CPRM coloca-se no papel de indutora na criação de Geoparques no Brasil, "uma vez que esse projeto tem como premissa básica a identificação, levantamento, descrição, inventário, diagnóstico e ampla divulgação de áreas com potencial para futuros geoparques no território nacional" (SCHOBBENHAUS E SILVA, 2012, p. 17). Na prática, a CPRM constituiu o polo difusor dessa concepção no Brasil, inventariando áreas, apoiando projetos e auxiliando, quando possível. Porém, por ter se dado através da ação da CPRM, a recepção do conceito de geoparque no Brasil esteve profundamente relacionada à sua dimensão geológica e aos geólogos, sendo, até hoje, pouco conhecido em outras áreas. Nesse sentido, os bens geológicos estiveram em primeiro plano e como essência do projeto, embora constituam apenas uma parte e não componham atribuição suficiente para ser um geoparque conforme a sua concepção preliminar, discussão que será aprofundada nos capítulos seguintes.

Assim, os geoparques se mostram, em teoria, uma ferramenta interessante no que se refere à proteção da natureza e bens culturais, aliando-os à um projeto de desenvolvimento territorial sustentável. O destaque dado a aspectos abióticos da natureza – através da Geologia, da Geomorfologia, Paleontologia, entre outros - pode colaborar muito para que possamos compreender os processos que trouxeram o Homem até esse momento, além de contribuírem para a resolução de tantos desafios que se colocam na atualidade, muitos deles relacionados às crises ambientais. Porém, a circunscrição do campo temático colaborou para que outros assuntos - como o caráter político do conceito, sua sobreposição a um território, os possíveis conflitos entre os atores sociais envolvidos, entre outros aspectos – não fossem amplamente discutidos, negligenciando o seu alcance de projeto de desenvolvimento territorial.

Além disso, há contradições inerentes à sua definição que precisam ser trazidas à tona. Primeiramente, a junção da proteção do patrimônio material e imaterial através da atividade turística é uma combinação que possui tantas possibilidades de sucesso quanto de fracasso. Aliar o turismo à proteção patrimonial não significa, de início, a certeza de que essas diferentes práticas poderão seguir em equilíbrio. Afinal, o turismo representa, por vezes, atores sociais e interesses divergentes aos da conservação do patrimônio.

Soma-se o fato de que o turismo, como prática social e atividade econômica (CRUZ, 2003), nem sempre cumpre com as expectativas criadas, como criação de postos de trabalho, geração de renda e melhoria na vida das populações. Isso está diretamente

relacionado ao desenvolvimento sustentável, uma vez que este e o turismo, muitas vezes, são colocados em uma relação de causa e consequência. Sendo assim, torna-se necessária consideração de que o turismo pode colaborar para o aumento da riqueza, mas isso não pressupõe a sua distribuição. Além disso, embora o aumento da qualidade de vida perpasse pela ampliação do poder econômico, ele não se restringe a esse aspecto, o que torna premente a compreensão de um desenvolvimento sustentável como algo que agrega diversas dimensões da vida e da existência.

O desenvolvimento sustentável se tornou uma expressão comum no discurso cotidiano, como se o uso do termo, em si, pudesse trazer as boas intenções daqueles que o pronunciam. No entanto, seu conceito deve ser revisto como maneira de entender a sua colocação nas novas problemáticas do mundo contemporâneo. Assim, no caso dos geoparques, o desenvolvimento sustentável é apresentado como consequência de uma série de critérios, como, por exemplo, a conservação da natureza e o crescimento da renda local pelo turismo alternativo. Porém, mais do que causa e consequência, projetos territoriais de desenvolvimento carecem de um embasamento sólido de políticas públicas e estratégias. Cabe analisar o que vem sendo feito, em cada caso, para que esse objetivo se cumpra de maneira efetiva e integradora.

Ademais, é preciso dizer que um modelo global de desenvolvimento e proteção do patrimônio nem sempre adere aos interesses locais e regionais. As demandas e critérios globais nem sempre coincidem com a conjuntura e aspectos locais, desdobrando-se em outras formas de conflitos. Assim, é possível afirmar que o critério da UNESCO, que sugere parcerias e gestão compartilhada do geoparque entre os múltiplos atores inseridos no território e nos projetos, é um enorme desafio. Tal perspectiva envolve diferentes escalas e diferentes interesses.

Além de um modelo global de desenvolvimento, os geoparques trazem consigo heranças patrimoniais relacionadas à UNESCO e suas influências. Desse modo, apesar de Brilha (2017, p. 350) afirmar que os geoparques tenham surgido para suprir a camada de bens abióticos que não encontravam lugar nas Reservas da Biosfera – por serem voltadas para bens de caráter biológico – e na Lista do Patrimônio Mundial – por conta de seus critérios bastante restritivos no que se refere ao “valor universal internacional” dos patrimônios - esse último segue sendo um dos princípios no IGGP. Assim, é preciso refletir sobre os significados do valor universal internacional e quais são os seus parâmetros.

Nesse sentido, também é importante considerar que o título de Patrimônio Mundial da UNESCO seguiu um caminho associado aos interesses de desenvolvimento turístico, como elemento de grande impacto capaz de promover uma ampla propaganda do território que o possui e, por consequência, atraindo maior fluxo de turistas. Ao serem englobados pela UNESCO, os UGGp também estão expostos à essa condição. No entanto, se seu objetivo principal é enraizado no desenvolvimento sustentável e proteção dos bens, o desenvolvimento do turismo deveria ser uma possibilidade estratégica, e não uma prioridade absoluta, o que traz questionamentos sobre o real intuito na obtenção do título internacional.

Por fim, a UNESCO sugere uma distribuição equitativa dos geoparques pelo mundo. No entanto, observa-se que sua distribuição é profundamente desigual, o que torna os geoparques existentes pouco representativos no que se refere à diversidade da natureza, do patrimônio e das possibilidades de desenvolvimento do turismo no mundo, fato que mostra grande semelhança com a distribuição dos Sítios do Patrimônio Mundial e com as Reservas da Biosfera.

Nessa perspectiva, existem contradições latentes em relação às proposições de um geoparque e suas possibilidades plenas de realização. Para aprofundar esse debate e melhor compreender seus desdobramentos no território, a base teórica que fundamenta essa pesquisa está apoiada na análise da tríade conceitual que sustenta a definição de Geoparque Global da UNESCO, qual seja, o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável. Assim, nos capítulos seguintes, essa tríade será esquadrinhada em sua relação com o desenvolvimento do conceito de geoparque, além do aprofundamento nos significados e consequências de uma definição e modelo únicos para todas as partes do mundo.

Capítulo 2 - Patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável: revisão de premissas e atualização do debate

A tríade patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável é uma combinação de conceitos que foram reunidos para formar uma ideia do que deve ser projetado em um dado território. Em essência, ela não propõe nenhuma inovação no que se refere aos territórios de conservação já existentes, uma vez que a junção desses conceitos se formou ao longo de um percurso histórico, como veremos adiante no capítulo 3. Em resumo, trata-se de um arranjo de ideias que patrimonializa o bem natural e busca a sua proteção por meio de projetos de desenvolvimento sustentável com incentivo à prática turística em uma dada área.

Como afirma Ulpiano Meneses (2009, p.25), é preciso uma reflexão crítica permanente sobre certos aspectos da discussão patrimonial, pois ela é passível de desgastes e de redução a afirmações mecânicas e descontextualizadas. Muito mais do que sobre o passado, o patrimônio trata sobre o presente e, nesse âmbito, as mudanças ocorrem permanentemente, englobando certos aspectos e relativizando outros. É sob esse ângulo que os geoparques são compreendidos por essa pesquisa: como uma forma de ressignificação de um fragmento de um dado território sobre o qual recai essa tríade, a partir da demanda pela proteção do chamado patrimônio geológico.

Nesse sentido, compreende-se que a discussão patrimonial inclui as esferas da política, da cultura e da economia, unidas de maneira profunda e repleta de significados. A cultura possui um papel político capaz de guiar a sociedade. A política, como campo da vida humana onde se entrelaçam as relações sociais, perpetua a cultura, ou culturas. A economia está intrinsecamente relacionada à toda essa dinâmica, já que constitui uma dimensão ativa da sociedade e que muito pode colaborar no entendimento sobre essa. Em conjunto, formam um poder simbólico, que permite aos grupos a continuação de suas formas de existência, suas ações e suas vozes na sociedade. Embora pareça óbvia a junção da política, da cultura e da economia na totalidade da sociedade, comumente tais fatores são tratados de forma apartada, seja na teoria, seja na prática das políticas públicas. Como, por exemplo, discutir o turismo sem considerar a imbricação de todas essas dimensões?

Assim, é pertinente a afirmação de que o patrimônio é político, cultural e um direito de todos aqueles que querem preservar a sua memória; o turismo é uma prática social e uma atividade econômica, preenchida de questões culturais; o desenvolvimento sustentável é um conceito que se incorpora no discurso de ambos. No entanto, essa relação se dá de maneira desigual e conflituosa, como pelo fato de que certas memórias predominam como verdades institucionais e outras permanecem à margem, materializando-se em um corpo de bens patrimoniais também desigual e incapaz de

refletir a diversidade de uma sociedade. Em sua esfera econômica, o patrimônio é utilizado pelo turismo como matéria-prima, o que gera, muitas vezes, a perda de seus sentidos sociais, uma vez que é direcionado ao campo dos bens de consumo. A cultura torna-se, então, mercantilizada. Unir estas diferentes arestas em um projeto de desenvolvimento dito sustentável estabelece um panorama marcado por contradições, o qual propõe-se que aqui seja colocado em tensão.

2.1 O patrimônio como campo de atribuição de valor

Conforme Maria Tereza Paes (2010), embora o patrimônio seja remetido ao passado e à memória, ele expõe questões muito relevantes sobre a sociedade do presente. Isso ocorre pelo caráter seletivo que possui: quando se escolhe conservar determinado bem em detrimento de outro, tal ação revela que é atribuído valor a algo concomitantemente à não atribuição de valor ao segundo. Trata-se, assim, de um processo de valorização, seleção, hierarquização e categorização.

Dessa maneira, Simone Scifoni (2006) e Ulpiano Meneses (2009) afirmam não é possível discutir o patrimônio sem levar em consideração a premissa básica de que se trata de uma *construção social* composta pela *atribuição de valor*. O patrimônio é relacionado com as decisões políticas de cada grupo social, que decide o que manter, objetivando evitar seu desaparecimento pela deterioração - do bem em si e da memória atrelada a ele - através dos anos. Logo, o processo de valorização de bens deve ser compreendido através de seu caráter político, onde o que tem ou não valor é decidido de acordo com os padrões de aceitação sociais relacionados à história particular de grupo social. Ou seja, àquilo a que se atribui importância, como objetos, paisagens, monumentos e tradições - este último como parte da cultura imaterial de um povo -, delata o caminho com que são tomadas as opções políticas nas sociedades, a forma como um grupo se relaciona com o meio, as simbologias que se agregam ao cotidiano, entre outros pontos.

Considerar o patrimônio através da perspectiva do valor adquirido em determinada sociedade e em determinado tempo, assim, construído socialmente, é um fundamento inerente ao debate patrimonial. Meneses (2009) afirma que a discussão sobre valor é uma questão central no campo do patrimônio, ainda pouco trabalhada de forma adequada. Segundo o autor, é preciso abandonar a ideia de que pode existir um valor intrínseco nos bens culturais, pois as coisas não carregam consigo um valor próprio, embutido, apenas passível de ser reconhecido pelos olhares humanos. É preciso ter em

mente que se trata de bens ou práticas "seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. - e, em suma, seus *valores"* (MENESES, 2009, p. 32).

LLorenç Prats (1998) sugere o termo "ativação patrimonial" para abordar esse processo de seleção de bens e lugares para proteger e manter. O autor esclarece que essa seleção é movida por interesses atuais de atores diversos, entendendo haver um poder emanado daquele sujeito que decide o que conservar, ou seja, as relações patrimoniais são eminentemente políticas e movidas pelo poder. Porém, ressalte-se haver nesse campo uma desigualdade de poder entre os atores sociais, fazendo com que alguns tenham mais "legitimidade" em escolher qual patrimônio é valoroso. Essa legitimidade advém de variadas formas, seja pela força de um discurso hegemônico, por critérios técnicos e científicos, ou outros. Prats (1998) corrobora o raciocínio aqui desenvolvido quando diz que, além de construção social, o patrimônio é uma invenção, ou seja, é um conceito que não existe por si só, mas faz parte das práticas humanas.

Um ponto de vista muito diverso predomina, porém, na discussão patrimonial para aqueles cientistas ou profissionais diretamente envolvidos na criação de geoparques e no trabalho de seus termos correlatos. Autores como Chris Sharples e Michael Pemberton – frequentemente utilizados como referência na temática -, acreditam na existência do valor intrínseco dos bens culturais, como se pode ler nos excertos a seguir:

> **Valor intrínseco ou de existência**
> Dizer que algo possui valor intrínseco é uma declaração comumente mal interpretada; isso não significa necessariamente que este algo deva ser senciente e consciente, digno de ser abraçado! Antes, o conceito de Valor Intrínseco (ou Valor de Existência) significa simplesmente que a existência de uma coisa pode ter valor em si, e não apenas por propósitos atribuídos por humanos (ou mesmo outras coisas vivas). Constitui uma rejeição da visão antropocêntrica de que nada possui valor a menos que seja de utilidade ou valor direto para os seres humanos, além de implicar que as coisas não precisam necessariamente de aprovação humana para justificar sua existência (SHARPLES, 2002, p.09) (tradução livre).[34]

[34] No original: "**Intrinsic (or 'existence') value:** To say that a thing has intrinsic value is a commonly misundestood statement; it does not necessarily mean that it has to be a sentient, conscious being worthy of being hugged! Rather, the concept of Intrinsic Value (or 'Existence Value') simply means that the existence of a thing may be of value in itself, rather than only because of some purpose that human (or even other living things) might put it to. It constitutes a rejection of the anthropocentric view that nothing is of value unless it is of direct value or usefulness to humans, and implies that things do not necessarily need human approval to justify their continued existence" (SHARPLES, 2002, p.09).

Outro autor que se tornou referência, Murray Gray, afirma:

> Valor intrínseco refere-se à crença ética de que algumas coisas (neste caso, a geodiversidade da natureza) são valiosas simplesmente pelo que são, e não pelo potencial que possuem para uso humano (valor utilitário). Esse é o valor mais difícil de descrever, pois envolve dimensões éticas e filosóficas das relações entre a sociedade e a natureza (GRAY, 2004, p.65) (tradução livre).[35]

Também entre estudiosos da temática no Brasil, esse olhar é reproduzido: Úrsula Ruchkys (2007, p. 12) em sua tese de doutorado, baseia seu raciocínio conceitual sobre patrimônio geológico em Sharples (2002), afirmando que a conservação da geodiversidade é importante por apresentar valores que podem ser colocados em três categorias: valores intrínsecos ou de existência, valores ecológicos e valores patrimoniais. O valor intrínseco seria aquele presente "naturalmente" em determinado bem geológico, que, por si, justifica a conservação do mesmo. O ecológico seria aquele que relaciona a importância de um bem geológico para os processos biológicos. Por último, o valor patrimonial trata da "necessidade de conservar qualquer tipo de patrimônio, incluindo o geológico, para usufruto da humanidade" (RUCHYS, 2007, p.13).

No livro "Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico", uma das primeiras obras nacionais a tratar da temática, afirma-se que

> A geodiversidade apresenta valores, pois o ato de preservar e de conservar algo está diretamente relacionado à atribuição de algum valor. Segundo Gray (2004) e Brilha (2005), os valores da geodiversidade são classificáveis em intrínseco, cultural, estético, econômico, funcional, científico e educativo (NASCIMENTO, RUCHKYS E MANTESSO-NETO, 2008, p. 12).

Note-se que é reconhecida a relação entre o ato de preservar um bem e o ato de atribuir valor a este, porém, mais uma vez, é citado o valor intrínseco. De acordo com os autores da obra citada acima, o valor intrínseco é o de mais difícil compreensão, alegando a dificuldade em quantificá-lo. O valor intrínseco expressaria a relação entre o homem e a natureza e, Marcos Nascimento, Úrsula Ruchkys e Virginio Mantesso-Neto (2008,

---

[35] No original: "Intrinsic value refers to the ethical belief that some things (in this case the geodiversity of nature) are of value simply for what they are rather than what they can be used for by human (utilitarian value). This is the most difficulty value to describe since it involves ethical and philosophical dimensions of the relationships between society and nature" (GRAY, 2004, p.65).

p.12), reconhecem a existência de dois grupos diferenciados no que se refere ao modo de interpretar esta relação: um deles, defenderia o utilitarismo do mundo natural, que serviria apenas ao propósito de satisfazer as necessidades humanas, colocando o ser humano em um nível superior ao restante dos seres. O segundo, consideraria o homem como parte da natureza, resultando, portanto, que essa tenha seu valor próprio intrínseco.

Na definição acima, evidencia-se um argumento principal, onde o chamado valor intrínseco seria aquele que permite ultrapassar o olhar utilitário aplicado pelos seres humanos ao meio ambiente e a determinado bem, abandonando a superioridade humana perante a natureza e colocando-a em conjunto com o homem, este como sua parte. Assim, o utilitarismo do mundo natural alegado pelos autores seria um fator diretamente responsável pela resultante superioridade humana. No raciocínio desenvolvido por essa pesquisa, ancorado em fundamentos geográficos, há alguns pontos nesse argumento que devem ser melhor considerados.

Para Antônio Robert Moraes (2005, p.35), "numa abordagem geográfica, a história humana pode ser vista como uma progressiva apropriação da superfície terrestre pelos diferentes grupos sociais". Isso significa dizer que o meio natural, ou a superfície terrestre, constitui-se no objeto universal do trabalho humano (MORAES, 2005, p. 102), onde os diferentes grupos marcam nos espaços que habitam suas características, ordenando seu modo de vida. Este relacionamento, entre as sociedades e a superfície da Terra, é contínuo e resulta, para o autor, em uma valorização do espaço:

> Valorização, pois a relação – objetivada pelo trabalho humano – implica a apropriação e criação de valores. Tratam-se de riquezas naturais transformadas em objetos de consumo e de formas construídas que se agregam ao solo sobre o qual estão erguidas. Em outras palavras, trabalho materializado na paisagem, valor depositado nos lugares – é em função disso que os espaços passam a se diferenciar por características humanas e não apenas por condições naturais variáveis (MORAES, 2005, p. 35).

Neste sentido, os grupos imprimem no espaço traços que lhes são característicos e formam a sua geografia, a sua espacialidade. Segundo Milton Santos (2017), a técnica é a mediadora entre as ações dos homens e suas criações, devendo ser apreendida em seu sentido mais amplo, ultrapassando as aplicações mecânicas e literais: ela se estende à indústria, à arte, à política, a todos os domínios da atividade humana:

> É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As

> técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 2017, p. 29).

Portanto, para Milton Santos, a compreensão do mundo perpassa a compreensão do fenômeno técnico, ou seja, a intervenção do homem na natureza, em suas múltiplas formas, capaz de agregar significados e valores. Isso não significa, contudo, que a técnica faça do homem melhor ou superior em relação à natureza. É apenas através dela que as sociedades modificam o seu meio, algo amplamente necessário para a sua própria sobrevivência no planeta. Conforme David Harvey, há poucas coisas na superfície terrestre que podem ser concebidas como uma natureza intocada, ausente de contato humano. O autor complementa: "não há nada de não natural em as espécies, incluindo a nossa, modificarem seus ambientes nas formas que lhes são propícias à sua própria reprodução" (HARVEY, 2008, p. 75).

Nesse sentido, a utilização dos recursos e bens naturais por parte do homem é parte de um processo natural, que permitiu a reprodução de sua vida, biologicamente e socialmente. Marcelo Moura-Fé, João da Silva e Josielly Brasil (2017) colaboram com esse entendimento quando afirmam que:

> [...] especificamente no tocante à dimensão antrópica, a modificação de uma dada área pela sociedade e sua apropriação para o seu uso são importantes para a ocorrência da sucessão dessas paisagens como uma sucessão de culturas. Sendo assim, a paisagem natural é submetida a uma transformação social [...] (MOURA-FÉ, SILVA E BRASIL, 2017, p. 3069).

Marcelo Moura-Fé, João da Silva e Josielly Brasil (2017) propõem o uso do termo geocultura, com o intuito de analisar a influência que as rochas, os minerais, os solos, as formas de relevo etc, exercem sobre as manifestações culturais humanas. Se tais elementos influenciam as manifestações culturais, é correto afirmar que são apropriados pela cultura e que, à vista disso e das contribuições de Milton Santos e David Harvey, essa apropriação ocorre de forma concreta e de forma abstrata: criamos objetos e criamos interpretações sobre eles. Conforme Roberto Lobato Corrêa, "A percepção do ambiente tem uma base eminentemente cultural" (1995, p. 292). Portanto, embora a natureza existisse antes da vida humana e, em um exercício hipotético, continue existindo a despeito de sua ausência, a interpretação que se faz do mundo natural é uma delegação de valor, é uma atribuição humana.

Nesse sentido, o valor intrínseco seria uma inconsistência pois não há valor que exista no objeto que não seja atribuído por sujeitos – sujeitos, em plural, pois não é

possível generalizar o conjunto de elementos que será interpretado a partir de um mesmo objeto para todos que com ele se relacionam. Portanto, não há propriedades intrínsecas aos objetos que não sejam as físico-químicas (MENESES, 2002, p. 93) e, consequentemente, não há valor que lhes seja intrínseco e não atribuído.

Carlos Delphim (2009, p. 78) faz um paralelo entre a Terra, estudada pela Geologia como ciência formal, e a terra em seus sentidos religiosos e culturais, parte da história contada e do cotidiano de diversos povos. Ele explica que o vocábulo "cultura" possui sua raiz etimológica advinda do culto, de adoração à terra, de cultivá-la, reconhecendo que toda a produção humana, visando a sobrevivência biológica ou social, ocorre, diretamente ou indiretamente, por meio dela. Viver implica sentir e conhecer o espaço ao redor, produzir interpretações através das situações vivenciadas, reconhecer os recursos disponíveis, utilizá-los da maneira conveniente, com mediação da técnica, reagir a estímulos, elaborar ideias sobre o que se experiencia. Assim, a relação que se dá entre sociedade e natureza é composta pelo seu uso e, em consequência, pela sua transformação, pela sua interpretação e reinterpretação.

Moraes (2005, p. 109) alerta que a própria elaboração da ideia de natureza provém de construções sociais e históricas que fazem parte do universo das mentalidades e ideologias. Assim, além da atribuição material que determinado bem possa ter, passível de revesti-lo de alguma utilidade, seja para a vida cotidiana, seja para o conhecimento científico etc., ou de transformá-lo em bem de troca econômica, devemos apreendê-lo também em seu valor simbólico. Por isso, a própria natureza, tal como a concebemos, é parte da história dos homens. O fato de olharmos uma forma geomorfológica da natureza e encontrarmos algum tipo de valor naquele bem, faz parte de um processo histórico característico. O próprio fato de olharmos a natureza e reconhecer nela um valor diferente do humano, ainda parte de um processo humano de atribuição de valor.

Dessa maneira, a preservação ou conservação são ações sujeitas a critérios variáveis conforme épocas ou sociedades:

> Em diferentes conjunturas um dado recurso natural ou certa situação locacional pode sofrer valorações completamente diversas. Uma forma de exploração do meio natural pode ser considerada positiva ou negativa em função da ideologia que presida sua avaliação. Enfim, a definição do valor natural é, em si mesmo, a criação de representações acerca dos lugares terrestres, apresentando as determinações já expostas dos processos que interessam à consciência do espaço (MORAES, 2005, p.109).

Essa reflexão lança-se sobre um terreno bastante controvertido entre os pesquisadores da geodiversidade e do patrimônio geológico, que é o envolvimento da cultura nesse âmbito. Comumente interpretado sob perspectivas técnicas e científicas, consideramos, nessa pesquisa, a ampliação dos sentidos do patrimônio geológico como algo premente no contexto de um geoparque.

2.1.1 O patrimônio geológico e seu valor cultural

Conforme Carlos Delphim (2009), no que se refere aos bens relacionados ao patrimônio geológico há um amplo debate sobre seu entendimento no seguinte aspecto: tratam-se de bens de valor cultural ou não? Até aqui, viu-se que, teoricamente, todo patrimônio é cultural pelo seu processo de seleção e atribuição de valor, porém, nas práticas de sua conservação esse pensamento ainda se mostra nebuloso. Para o autor, a resposta para essa questão está nos primórdios da discussão do patrimônio geológico, na Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra, onde Delphim interpreta que houve, definitivamente, a junção entre essas duas esferas. Observa-se no documento o seguinte trecho: "Nossa história e a história da Terra estão intimamente entrelaçadas. As origens de uma são as origens da outra. A história da Terra é nossa história, o futuro da Terra será nosso futuro".

Em outro momento, Delphim (s/d) afirma que o ato de proteger a natureza é um exercício que compreende a integração entre a ação humana e os elementos naturais físicos e biológicos. Segundo o autor, esse exercício:

> Fornece chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural (s/d, p. 04).[36]

De acordo com Carolina Bello (2015, p. 39), a vinculação entre patrimônio cultural e natureza pode ser vinculada ao ano de 1956, quando há uma postura oficial do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (Iccrom) em relação à sua proteção. No entanto, Simone Scifoni (2006, p. 27) aponta que foi somente na década de 1970 que o patrimônio natural se consagrou internacionalmente,

[36] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf. Acesso em novembro de 2020.

devido à Convenção do Patrimônio Mundial. Em sua tese de doutorado[37], a autora esclarece que o desenvolvimento da ideia de patrimônio natural sucedeu o patrimônio cultural tendo ocorrido no mesmo âmbito deste. Ou seja, suas bases estão assentadas nas políticas culturais e devem ser compreendidas como parte desse universo. Por isso, embora possa ser adjetivado de diversas maneiras para especificá-lo - natural, geológico, geomorfológico, espeleológico etc. -, o patrimônio será sempre cultural em sua base, sentidos e significados mais amplos, devendo ser tratado unificadamente. Acrescenta-se, conforme Ulpiano Meneses (1996), que a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade. Portanto, não é possível conceber um patrimônio, seja ele qual for, que não seja cultural. Marcelo Moura-Fé, João da Silva e Josielly Brasil reforçam essa ideia ao dizer que:

> [...] apesar da natureza ser transformada em construções sociais, que para muitos faz parte do que entendemos como parte da cultura de um povo, o meio natural também pode ser considerado como algo de suma importância para a valorização da identidade de uma comunidade, ou seja, patrimônios naturais podem ser perfeitamente entendidos como patrimônios culturais [...] (MOURA-FÉ, Silva e BRASIL, 2017, p. 3070).

Delphim (2009) cita diversos exemplos nos quais os elementos geológicos são revestidos de um forte caráter cultural: a Pedra Negra, que teria sido entregue pelas mãos do anjo Gabriel a Abraão é uma rocha escura e lisa, com possibilidades de ser um meteorito, que atualmente encontra-se no interior de Caaba, na Meca, compondo um objeto de veneração para o islamismo; os deuses gregos supostamente habitam o Monte Olimpo, marcante por ser a montanha mais alta da Grécia; Moisés teria conversado com Deus e recebido as tábuas com suas leis no Monte Sinai, no Egito, região considerada sagrada pelo judaísmo, islamismo e cristianismo; a Igreja de Nossa Senhora da Penha, localizada em um dos morros do Rio de Janeiro, compõe uma paisagem que deve ser apreendida em sua totalidade cultural e natural. Nessa perspectiva, embora cada um desses objetos geológicos ou geomorfológicos citados como exemplo possa ser tratado e protegido de acordo com os possíveis valores científicos que representam, excluir o seu significado social consiste em um equívoco.

O relevo e a geologia terrestre podem reunir elementos repletos de características culturais, muitas vezes marcando as paisagens de determinado lugar com uma identidade

---

[37] SCIFONI, Simone. A Construção do Patrimônio Natural. Tese (Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

única, aos quais adicionamos mais alguns exemplos: o Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro; cavernas que reúnem significados culturais, podendo ser lugares de contemplação, meditação templos e santuários, como a caverna localizada no Alto Xingu, sagrada para 11 etnias indígenas, que teve suas pinturas danificadas em ato de vandalismo em setembro de 2018[38]; o Pagode da Rocha Dourada, em Myanmar, que consiste em uma rocha de granito de 600 toneladas localizada na beirada da montanha Kyaikhtiyo adornada com folhas de ouro e transformada em templo budista (FIGURA 2); o Monte Uluru, na Austrália, que consiste em um enorme monólito de arenito localizado no meio do deserto, local sagrado para os aborígenes Anangu. Este último foi alvo de escaladas de turistas durante anos, apesar dos protestos do povo Anangu que considera tal atitude um desrespeito.[39] Por fim, cito a Pedra Redonda, localizada no município de Farias Brito, no Ceará, aonde foi construída uma pequena capela em devoção a Cícero Romão Batista, o conhecido Padre Cícero (FIGURA 3).

Figura 3- Pagode da Rocha Dourada, em Myanmar.

Fonte: G1 (2014).

[38] MESQUITA, Lígia. Ato de vandalismo destrói gravuras históricas sobre mito indígena em caverna do Xingu. BBC ONLINE, 28 de setembro de 2018. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45660301.
[39] A escalada ao Monte Uluru foi oficialmente proibida em 2019.

Figura 4 - Pedra Redonda em Farias Brito, no Ceará.

Fonte: Marcos Nascimento (2019).

Todos esses exemplos servem para aqui ilustrar que, embora a partir da década de 90 o patrimônio geológico tenha tido sua trajetória colada a discursos técnicos e científicos, que o relacionam a “valores universais excepcionais”, que buscam lhe dar uma legitimidade advinda de organismos internacionais, que objetivam um modelo e buscam despolitizá-lo através da crença em valores intrínsecos, um outro entendimento é possível e necessário. É preciso buscar sua identificação pelo local e regional, pelas práticas sociais e espaciais que lhe são inerentes, pelos significados que os grupos lhe atribuem. Parafraseando Scifoni (2006, p.44), quando fala sobre o patrimônio natural, também o patrimônio geológico e geomorfológico deve ser apreendido como parte da vida humana, e não como algo que a ela se opõe. Assim como afirma Ruy Moreira (2008, p.81) "a natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana".

Nas palavras de Mário Chagas e Viktor Henrique Chagas:

> As pedras também são baús, ou arcas que guardam memórias. A memória do mundo, de algum modo, está presente nas pedras. Não

> estamos falando aqui da memória da natureza, mas da memória cultural do mundo; não estamos considerando as pedras como entes naturais, mas como entes do universo cultural. Na relação com as pedras não encontramos apenas pinturas, escrituras, esculturas e templos, encontramos também faíscas do imaginário e da memória social. Pensemos no Pão de Açúcar, no Corcovado, na Pedra da Gávea, na Pedra Branca, no Morro da Urca, no Pico do Papagaio, no Pico da Tijuca e no Morro dos Dois Irmãos, por exemplo. Todas essas são pedras que nos acompanham e que alcançaram, ao longo do tempo, um lugar proeminente na geografia de nossas memórias, nas nossas paisagens subjetivas. Sem elas, nós não seríamos os mesmos. Elas também nos formam, informam e conformam, e até nos confortam com suas presenças culturais (CHAGAS E CHAGAS, 2004).

Segundo Guy Martini:

> Nós temos que aprender a parar de isolar o patrimônio (geológico) tão querido por nossos corações de outros tipos de patrimônio existentes em um dado território. Todos os tipos de patrimônio devem ser unidos para preparar uma política real e coerente. (...) Nós também temos que aprender que nossos sítios geológicos não pertencem – e não devem pertencer – a nós geólogos" (MARTINI, 2000, p. 155-156) (TRADUÇÃO LIVRE).[40]

Em outro momento, Martini também reflete que:

> A verdadeira origem conceitual dos geoparques, assim, não está na geologia: eles oferecem não apenas uma reflexão sobre o tempo, mas também nos desafiam a empreender uma viagem inicial através dessa dimensão enigmática. Os geoparques, não apenas territórios que ensinam geologia, podem se tornar um domínio experimental onde as perspectivas do filósofo, do escritor e do artista podem ser integradas. Assim, ao invés de um "território científico" ou "natural", esses emergem como territórios culturais de maior importância (MARTINI, 2009, p. 87) (TRADUÇÃO LIVRE).[41]

Artur Agostinho de Abreu e Sá, professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Portugal, e um dos responsáveis pelas candidaturas dos UGGp Arouca e Terras de Cavaleiros, alertou[42] para o grande número de pesquisas e artigos em tom

---

[40] No original: "we also have to learn to stop isolating this heritage (geological) so dear to our hearts from the other types of heritage within any given territory. All types of heritage must unite to prepare a real and coherent policy. (…) we also have to learn that our geological sites do not – and must not – belong to us geologists" (MARTINI, 2000, p. 155-156).

[41] No original: "Geoparks' true conceptual originality is thus not in geology: they offer not only a reflection on time, but also challenge us to undertake an initial voyage through that enigmatic dimension. Geoparks, not just territories to teach geology, can become an experimental domain where the perspectives of the philosopher, the writer and the artist can be integrated. Thus, rather than a "scientific" or "nature" territory", they emerge as cultural territories of far wider importance" (MARTINI, 2009, p. 87).

[42] Em palestra proferida no dia 14 de outubro de 2019, durante o V Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico, no Crato.

quantitativo nos quais os geoparques são envolvidos, enquanto as análises qualitativas praticamente não existem. Nesse sentido, é possível afirmar que o patrimônio geológico no Brasil – e no mundo -, ainda é trabalhado de acordo com os aspectos estritamente caros à Geologia, de cunho científico, quantitativo ou técnico. Enquanto sobre a outra porção do termo, o patrimônio, há uma carência de debate crítico e que se aproprie das discussões anteriores sobre o tema. Assim, embora seja possível observar nas citações acima, de Guy Martini, uma clara confirmação de que os geoparques são "territórios culturais", as dificuldades de transpor essa visão para a realidade são persistentes.

Há um número vasto de pesquisas que procuram quantificar o patrimônio geológico em categorias de importância. No ponto de vista aqui adotado, essa hierarquização pode ser pertinente se falarmos de valor científico. Nessa direção torna-se possível estabelecer se um fóssil, por exemplo, possui valor científico maior do que outros, seja em questão do espécime ali caracterizado, à excepcionalidade ou à qualidade de sua preservação. No entanto, o valor científico é apenas um dos valores possíveis de ser atribuído a um bem patrimonial, pois o patrimônio possui valores múltiplos. Em outras palavras, o valor científico, por si mesmo, importa, primeiramente, à ciência, enquanto o patrimônio, compreendido a partir de seu significado amplo, importa a diferentes pessoas e grupos. Ademais, por definição, se um geoparque se faz com pessoas, como excluí-las do processo de seleção do patrimônio que existe em seu próprio território?

Se de acordo com a Declaração de Dignes "a história da Terra é nossa história", o patrimônio geológico é da sociedade, devendo ser pensado em uma Terra habitada. Assim, se por um lado o patrimônio geológico pode parecer apartado das práticas sociais, com elevados valores científicos e técnicos, ele não se resume a isto. Pelo contrário, está inserido na memória social, compondo as paisagens e elementos fundamentais do território. Palu (1996) afirma que o patrimônio natural surge como um paradoxo, pois a natureza pode ser lida através de duas facetas: ela guarda suas características, dimensões e mecanismos de ordem natural, em processos que são alheios à vontade humana. No entanto, a natureza e suas dinâmicas são integradas ao mundo social, sendo concebida e organizada neste. Marx e Engels (1975) abordavam essa relação como uma unidade, pois, apesar de inegavelmente possuir um primado natural, as contradições que vivemos hoje na sociedade não se dissociam das contradições da natureza e vice-versa. A natureza é, assim, histórica e, essencialmente, cultural.

Sobre essa problemática, Meneses (2009, p.34), questiona: "Estaríamos diante de uma nova polaridade: valor técnico versus valor social? ". O autor acredita que os riscos

são grandes, porém passíveis de serem minimizados pela revisão de nossas posturas a respeito do valor, privilegiando aquela porção que vem das práticas e atributos da sociedade, sem, porém, excluir a perspectiva do especialista. Considerar o patrimônio tratado como valor intrínseco, para Meneses, é deslocar significados, fetichizar:

> Se fosse aceitável, bastaria um contador Geiger para bens culturais, cuja agulhinha girasse emocionada diante de um belo exemplar que ostentasse uma porcentagem determinada de sintomas, numa checklist capaz de identificar essências presentes na coisa/prática (MENESES, 2009, p.34).

O autor propõe, então, pensar os componentes do valor cultural divididos entre cinco categorias principais:

1. Valores cognitivos: quando o bem pode ser tratado como um documento capaz de apresentar oportunidades de conhecimento, para o qual é possível dirigir questões e obter certas respostas, como as científicas, trazendo uma fruição dita intelectual. Como exemplo, pode-se citar o Parthenon grego, o Coliseu italiano, os sambaquis brasileiros e um fóssil. Olhando para esses bens, entendendo o seu contexto, é possível obter conhecimentos relevantes sobre seus tempos históricos, sociedades envolvidas etc.
2. Valores formais: quando as propriedades físicas do bem trazem uma oportunidade qualificada que gratificam sensorialmente o seu observador, trazendo à tona memórias, lembranças, experiências, aguçando a percepção sobre o mundo e sobre o "eu". É o sentimento que muitos vivenciam ao estar em ambientes naturais, tais como cavernas, cachoeiras, mas também em catedrais, templos etc.
3. Valores afetivos: relacionados à memória envolvida com aquele bem, às vinculações subjetivas. Independem da história formal e trazem sentimentos tais como identidade e pertencimento, com forte carga simbólica e envolvimento de dinâmicas complexas advindas de representações sociais e o próprio imaginário social. Pode-se citar o terreiro de candomblé Axé Ilê Obá, em São Paulo, que representa para seus praticantes um símbolo de resistência e devoção, independentemente de seus atributos físicos.
4. Valores pragmáticos: são valores muito próximos aos afetivos. É quando determinado bem ou determinado local qualifica alguma prática. Trata-se de algo parecido ao que sentimos ao estudar em uma biblioteca, por exemplo:

como se o ambiente pudesse qualificar a prática. Ou como os locais sagrados trazem um significado especial ao devoto.

5. Valores éticos: referem-se ao reconhecimento dos significados e interações sociais que advém de determinado objeto, local ou crença, mesmo que este não lhe impacte diretamente. Significa reconhecer, por exemplo, que, embora as práticas da cultura indiana não sejam as minhas, elas podem ser tão legítimas quanto, e não apenas "exóticas". São valores que pedem a relativização de todos os valores anteriores, englobando não apenas aquilo que me atinge ou me impacta, mas admitindo a existência do "outro".

Meneses enfatiza que esses valores não existem isolados, mas se misturam, se confundem, não possuem demarcações fechadas. A ideia de patrimônio como herança de um grupo, implica em algo – objeto ou memória – compartilhados. A complexidade da questão está no fato de que os grupos podem ser muitos, com diferentes entendimentos, com diferentes práticas, com diferentes memórias. Edward Said, ao falar sobre a cultura, afirma que ela "é uma espécie de teatro em que várias causas políticas e ideológicas se empenham mutuamente. Longe de ser um plácido reino de refinamento apolíneo, a cultura pode até ser um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si..." (SAID, 2011, p. 05).

Desse modo, a própria história de um país, contada tal como manda a formalidade, pode excluir grupos, que se identificam com outras narrativas não contempladas pela história oficial. O patrimônio, entendido nessa arena, pode assumir formas diversas; no entanto, por sua vez, tal fato implica na necessidade de ceder espaço de discurso para outros grupos que não os nossos e reconhecer que os critérios essencialmente técnicos e científicos não contemplam a função social do patrimônio. E, assim, ao tratar sobre o patrimônio, perguntar-se: que valor estou tentando ressaltar?

Acrescenta-se que, caso se pudesse conceber a existência de um valor intrínseco aos bens, o qual bastaria direcionar os olhos para ver, todas as pessoas o veriam da mesma maneira. Caso assim fosse, o patrimônio geológico já fruiria dos mecanismos necessários à sua conservação muito bem organizados e justificados, assim como de uma consciência comum sobre a importância de tais bens. O que se verifica, no entanto, é um esforço de construção desses mecanismos. Assim, sob outra perspectiva, pode-se dizer que a maneira de olhar para determinado objeto é mediada por uma lente que varia conforme o espectador. Essa lente, diferente para cada indivíduo ou para cada grupo, alude a um ponto

de vista, mediando a maneira como se enxergará um elemento: alguns enxergam o elevado valor científico, outros a devoção religiosa, outros se sentem confortados pelas memórias de afetividade, alguns se aproximam para aprender sobre o passado, outros enxergam possibilidades de ganho econômico ou de força política. Como esses espectadores variam, porém, podem todos olhar ao mesmo tempo, o patrimônio se conforma como social, heterogêneo, passível de conflitos e de contradições inerentes à sociedade e suas próprias dinâmicas.

Ao falar sobre o município de Santana do Cariri, no Geopark Araripe, Aline Castro (2014, p.01) destaca que deve ser compreendida a multiplicidade de olhares sobre o patrimônio geológico, uma vez que a realidade social é complexa. A autora afirma que "isso ocorre porque a relevância geológica que aflora neste local não se dá somente através do culto à exuberância cênica e à importância científica, mas também em função das relações que as pessoas travam com ele [...]". Assim, o patrimônio geológico é "múltiplo e, por isso, científico, histórico, ambíguo, subjetivo, tangível, intangível, político e dinâmico, em constante relação com os que dele se apropriam" (CASTRO, 2014, p.01).

Compreender que o patrimônio geológico e o patrimônio natural, em geral, são partes do patrimônio cultural contribui, portanto, para que essas partes não sejam vistas como separadas. Isso porque, na realidade da vida, elas estão juntas e, de nenhuma forma, o mundo natural se separa das dinâmicas sociais no cenário cotidiano. Colocá-los de braços dados pode contribuir, inclusive, para que as políticas de conservação da natureza não se desenvolvam apartadas de seus contextos sociais e que a população não seja alijada daquilo que é planejado para seu próprio território. Se os geoparques se propõem à uma política *bottom-up* e desejam considerar as pessoas como seu foco, essa é uma reflexão importante a ser destacada.

Isso não quer dizer, é claro, que técnicos e especialistas não precisem estar envolvidos nos métodos e abordagens de conservação dos bens geológicos, geomorfológicos e outros bens naturais. Mas note-se que uma coisa é identificar, pontualmente, como se proteger determinado bem à luz dos estudos técnicos e científicos. Outra coisa é contemplar o território em que em dado se insere, em conjunto com as pessoas e com todas as dinâmicas advindas entre a relação sociedade e natureza. Assim, ressalta-se que a Geologia interessa, primordialmente, ao geólogo, mas o patrimônio geológico pode interessar a qualquer um e a todos. Por esse motivo, os geoparques

indicam a necessidade de estudos e pesquisas interdisciplinares, que juntos poderão propor um projeto de gestão que se aproxime, de fato, de algo diferenciado.

2.2 O patrimônio na sociedade contemporânea

A historiadora Françoise Choay (2017, p.12) explana que o culto rendido ao patrimônio histórico hoje é capaz de revelar questões muito pertinentes da sociedade contemporânea, o que requer problematizações e questionamentos. De acordo com a autora, no decorrer da história os sentidos do termo monumento - que mais tarde deu origem ao conceito de patrimônio - foram se alterando: em um primeiro momento esteve ligado ao sentido memorial de natureza afetiva, sendo seu propósito rememorar e tocar pela emoção através de qualquer tipo de edificação criado por determinada comunidade de indivíduos.

> A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater à angústia da morte e do aniquilamento.
> (CHOAY, 2017, p.18).

Aos poucos, esse sentido memorial do monumento foi se perdendo, dando lugar a adjetivações que alteraram a sua essência inicial. Choay afirma que esse processo se deu em um contexto de expansão crescente do conceito de arte nas sociedades ocidentais a partir do Renascimento, aliando-se a busca de uma nova identidade francesa pela grandiosidade dos monumentos. A autora afirma que o patrimônio, tal como propagado hoje, surgiu na França a partir do momento que se criou uma legislação para proteção dos monumentos nacionais. Dessa forma, o termo foi relacionando-se ao bem grandioso, esteticamente bonito e apreciável pela técnica envolvida (CHOAY, 2017).

Assim, é preciso clareza de que se tratam de dois termos diferentes: o monumento, inicialmente, existe sem necessárias qualidades estéticas, com função memorial e pode estar presente em qualquer grupo social e qualquer época. O monumento histórico é um desdobramento e uma invenção ocidental europeia, que se conecta ao sentido de "antiguidade", não é criado objetivamente, mas constituído *a posteriori* por alguma condição social (CHOAY, 2017 p.25), relacionada ao que é valorizado ou não, seja pela grandiosidade, pela apreciável técnica ou estética. No entanto, o monumento histórico torna-se problemático exatamente quando afasta os sentidos originais memoriais e sociais, pois, embora seja um conceito elaborado com outras intenções, ele nunca poderá ser apartado do território e da sociedade em sua existência concreta, diretamente relacionada às dinâmicas e políticas de sua proteção e conservação.

Françoise Choay afirma que o advento da sociedade de lazer e o avanço do turismo cultural colaboraram para a ascensão da importância do patrimônio na sociedade moderna, tornando-o parte do cotidiano e da mídia. Henri Pierre Jeudy (2005) propõe o termo "patrimonialização" para referir-se ao "fervor contemporâneo pelo culto ao passado". De acordo com o autor, ocorre hoje um excesso de patrimônio, uma obsessão pelo restauro e a ascensão de modismos, como a valorização e criação de um grande número de museus industriais na Europa. O uso desse termo por Jeudy acompanha uma crítica em que, ao tornar patrimônio um número grande e sucessivo de bens, muitas vezes com o mesmo caráter, isto se torna uma tarefa mecânica, desprovida de significado social.

Contudo, é preciso atentar-se ao fato de que o uso do termo patrimonialização como excesso não se aplica ao contexto brasileiro e a muitas outras partes do mundo, uma vez que o Brasil possui um campo de atuação do patrimônio muito restrito no que se refere ao reconhecimento de sua diversidade e mesmo no que se refere ao seu manejo e gestão. De acordo com Simone Scifoni (2010, p.13), existe no Brasil um processo extremamente desigual, onde a valorização do patrimônio pelos órgãos públicos prioriza o estético e as possibilidades de exploração pelo mercado turístico.

Rodolfo Bertoncello (2010, p. 35), afirma que o turismo cultural é uma tendência com grande força, sendo possível observar um intenso vínculo entre a atividade turística e o patrimônio. Para o autor, o turismo cultural possui uma valorização social muito forte, capaz de conferir *status* a quem o realiza. Choay afirma que, nesse sentido, o patrimônio adquire uma dupla função: "obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos" (2017, p.211). A autora aponta a existência de uma "engenharia cultural",

que transforma o sentido primeiro do patrimônio, seu valor de uso, e o modifica e transfigura, utilizando estratégias variadas, tal como a propaganda, em um valor econômico. Desse processo participam diversos atores sociais, advindos do campo público ou privado, responsáveis por explorar as possibilidades de atração de determinado bem.

À luz do que aponta Llorenç Prats (2000) podemos dizer que essa engenharia cultural, que une o patrimônio ao turismo e indica quais objetos ou paisagens devem ou não ser valorizados turisticamente é gerada e legitimada por discursos. Para o autor, nenhuma ideia ou invenção possui autoridade fora do processo de construção social e esta, por sua vez, não se legitima sem a elaboração de um discurso. Prats enfatiza, ainda, que essas ativações patrimoniais devem ser entendidas como estratégias políticas.

Nesse sentido, um discurso que possui muita relevância é aquele que predomina no cenário internacional, com a Convenção do Patrimônio Mundial, da UNESCO. Sobre o patrimônio à nível mundial, Choay (2017) e Scifoni (2010), convergem ao afirmar que a expansão das práticas patrimoniais esteve intrinsecamente relacionada à dinâmica de mundialização dos valores ocidentais. Nesse processo a Lista do Patrimônio Mundial obteve um papel fundamental, pois foi ela a responsável por estabelecer os padrões do patrimônio mundialmente aceitos e apreciáveis.

Nestor Canclini (2016, p.71), ao abordar os significados da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, afirma que ali estão os lugares ou bens que transcenderam e se tornaram admiráveis para outras sociedades além daquela na qual se originaram. Porém, pergunta-se o autor: "Por que alguns transcendem mais do que outros? Até onde e para quem se 'universalizam'"? A isso, ele mesmo responde: "A rigor, a universalização é parcial e relativa a vários processos de seleção e exclusão, de difusão e desconhecimento" (CANCLINI, 2016, p.71). Assim, o que Canclini nos traz é exatamente a ideia de que certas tendências e modelos ganham proeminência na sociedade, gerando uma "distribuição geocultural do valor" (p.71). Dessa forma, assim como discutido anteriormente, se atribui valor a determinados bens, processo não-espontâneo, mas parte do contexto social e pautado em discursos homogeneizantes.

A frase de Canclini, citada acima, torna possível uma relação direta com o próprio processo de concepção dos geoparques. Em um certo momento, de ampliação dos debates e discussões sobre a importância dos bens geológicos, surge a necessidade de criar mecanismos que possam protegê-los. Antes, os bens geológicos eram, em certa medida, “desconhecidos”. Quando se passou a divulgar esse patrimônio, a realizar um esforço

para que um número maior de pessoas reconhecesse a relevância de sua conservação, os geoparques tornaram-se parte desse processo de “universalização”, sendo englobados pela UNESCO e lançados a um alcance internacional.

No entanto, o mesmo eurocentrismo existente na Lista do Patrimônio Mundial pode ser encontrado entre os Geoparques Globais da UNESCO, revelando fatores pertencentes a dimensões além da proteção da natureza – como pôde ser observado nos mapas e gráficos do capítulo 1. Assim, se não podemos afirmar que as riquezas culturais e naturais se concentram na Europa, é preciso questionar esse padrão de concentração. É possível afirmar que o fato de as noções e conceitos terem surgido na Europa explica, em partes, os motivos pelos quais lá se multiplicaram muito mais rápido, porém, sua disseminação pelo mundo e a espacialidade atual, tão peculiar, desperta o interesse por entender as outras razões intrínsecas ao processo. Nesse sentido, um aspecto relevante consiste em compreender por que esses padrões são criados na Europa e tomados como modelo pelo mundo.

Historicamente, construiu-se um pensamento dominante segundo o qual a Europa seria o centro indutor do progresso e da modernidade, sendo a responsável por estender sua influência entre os outros povos “menos avançados”. Irradia-se a visão de um motor único, europeu, capaz de determinar os desdobramentos históricos ao redor do globo, algo como uma história universal. Conforme Gayatri Spivak (2010), esse discurso recorrente, advindo do Ocidente, possui o intuito de mantê-lo como sujeito. Segundo a autora, muitas das tentativas em difundir alguma pluralidade foram falhas, pois obedeciam à mesma racionalidade vigorante, tratando-se apenas de uma camuflagem para esse "sujeito maior".

Gurminder Bhambra (2007) afirma que a própria ideia de modernização como um aumento progressivo, onde existiriam diferenças claras de patamares entre o antiquado e o moderno, provém desse tipo de racionalidade. Desse modo, sociedades são comparadas com outras, supostamente mais avançadas, e induzidas a ceder aos apelos normativos que as tornarão parte desse grande modelo universal. Dipesh Chakrabarty (2000), acadêmico indiano, lembra que as superstições de seu país ou mesmo os ritos religiosos são, muitas vezes, colocados como hábitos ultrapassados e contraditórios a um indivíduo que se propõe aos estudos acadêmicos, por exemplo. Porém, segundo o autor, tudo isso está arraigado na história local e não deve ser compreendido a partir do olhar da escalada para o progresso moderno.

Dessa forma, Chakrabarty traz a proposta de "provincializar a Europa (2000)": o autor propõe que se vislumbre da Europa como uma figura imaginária que foi profundamente engastada nos hábitos e pensamentos do resto do mundo, como ocorreu com a Ásia. O autor sustenta que os países que viveram experiências coloniais carregam um fardo que os força a adotar ou imitar os padrões europeus. Um grande exemplo foi suscitar no Brasil as mesmas práticas europeias arquitetônicas como sinônimo do que é moderno e deve ser seguido.

As ideias de Spivak, Bhambra e Chakrabarty são parte de um movimento intelectual de cunho fortemente crítico que busca contestar a historiografia tradicional. Isso significa rever a narrativa de determinados momentos históricos e questionar hábitos e pensamentos adquiridos. Raymond Willians (2011, p. 53) afirma que, em qualquer sociedade e em qualquer contexto histórico, existe um "sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente dominante e eficaz”. De acordo com o autor, esse sistema não é formado apenas por componentes abstratos, mas é vivido no dia-a-dia, formando e compondo o modo como investimos nossas forças, como compreendemos o mundo e a natureza, a forma como nos comportamos em sociedade. Por abranger tantas áreas da vida, a hegemonia torna difícil qualquer movimento que não a compreenda, tornando outros hábitos culturais, valores, símbolos e práticas marginais em relação a si.

Isso significa que esse “sistema central de práticas” atinge nossas preferências e ações, refletindo também a noção do que deve ser o patrimônio a ser protegido e como se deve trabalhar em torno dessa proteção. Portanto, o cenário resultante dessas variáveis revela que, embora o patrimônio possa ser colocado em uma posição unificadora da nação e do mundo, tentando mostrar uma herança comum, sua formação e apropriação são permeadas por desigualdades. Nestor Canclini (2016) aponta para a intensa consagração de objetos e saberes gerados pelos grupos hegemônicos e diz que, embora haja aspectos apreciáveis na política de proteção patrimonial da UNESCO, ela é insuficiente para sustentar uma narrativa de integração global e está longe de resolver conflitos interculturais.

Isso deve estar muito claro quando falamos sobre modelos e padrões da UNESCO: em que medida esse discurso de alcance global encontra respaldo na realidade da escala local, regional ou nacional? Nessa perspectiva, ao falar sobre geoparques no Brasil, estamos tentando adaptar um conceito e modelo a uma realidade em que não se encaixa? Como parte desse âmbito, os geoparques devem ser interpretados à luz dessas

problemáticas. Sua “transcendência”, buscando alçar novos patamares de importância ao nível global, deve ser questionada em relação às dinâmicas que ocorrem no território em que se insere. Ou seja, se, ao proteger o passado histórico e geológico, com o préstimo de um modelo, também se considera o tempo e o espaço do presente, com as peculiaridades do território, suas características intrínsecas, seu processo histórico e, principalmente, suas pessoas e necessidades sociais inerentes.

2.2.1 O patrimônio valorizado pelo turismo

Rodolfo Bertoncello (2010, p. 37) afirma que a relação entre o patrimônio e o turismo se estabelece quando o primeiro é convertido em atividade turística. Dessa maneira, há um duplo sentido inerente ao tombamento ou à patrimonialização: primeiramente, a ação surge como possibilidade de fomentar melhorias na conservação de determinado bem, com o objetivo de despertar o interesse e a compreensão dos turistas pela importância cultural ou natural deste. Assim, conforme afirma Bertoncello, a transformação de bens patrimonializados em atrações turísticas é geralmente vista como algo positivo. No entanto, de acordo com Rita Cruz (2012, p. 98), há um possível caráter desvirtuante dos sentidos do tombamento relacionado à atividade turística, pois, o vínculo entre essas duas dimensões traz estes bens como objetos de consumo do turismo, expostos, consequentemente, às ações do mercado.

De acordo com Cruz (2003, p.05), o turismo deve ser apreendido como uma prática social e como uma atividade econômica que ocorre mediante o deslocamento de pessoas pelo território e que possui o espaço como seu principal objeto de consumo. Sendo assim, acarreta transformações de diferentes naturezas, criando novos fluxos e dinâmicas territoriais, como o surgimento de polos emissores e receptores de turistas, e como as mudanças estruturais nos circuitos de deslocamento entre um local e outro. O turismo organiza e reorganiza os territórios e atua na produção do espaço segundo lógicas que lhe são imanentes.

Nesse sentido, é preciso esclarecer, logo de partida, que o turismo não pode ser dividido em definições maniqueístas: em essência, ele não é bom ou mau. Suas dinâmicas e desdobramentos no território devem ser analisados criticamente, buscando o afastamento de definições reducionistas e buscando entender como esse processo se dá na realidade. Isso significa que o turismo não deve ser interpretado como a solução para

todos os problemas que afligem o Brasil e o mundo, visto todas as questões profundamente problemáticas e contraditórias que carrega consigo.

Rita Cruz (2003, p. 10) colabora com o raciocínio aqui desenvolvido quando conceitua o termo "paisagens turísticas". Segundo a autora, algumas paisagens se tornam mais valorizadas pelo turismo do que outras, em um processo que muda conforme o tempo histórico. Ou seja, as paisagens valorizadas pelo turismo hoje não são as mesmas que foram no passado e não serão as mesmas no futuro. Isso se deve ao fato de que a valorização turística reflete criações culturais relacionadas a cada grupo social e em cada contexto espaço-temporal. Cruz ainda afirma que esse processo está vinculado ao papel que a mídia exerce na homogeneização de gostos e padrões de consumo. Assim, o processo de valorização dos bens turísticos é bastante semelhante ao mecanismo de valorização do patrimônio, em seu sentido social e cultural. Os dois caminhos se unem quando o patrimônio também é atração do turismo.

A noção de patrimônio irradiada através da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO colocou-se como um modelo ao qual todos deveriam seguir para fazer parte de sua seleta lista. Desse modo, adotamos modelos ditos de excelência, buscando o que há em nós de excepcional e universal que possa se igualar a este, permitindo que façamos parte de um grupo diferenciado, como a Lista do Patrimônio ou o grupo dos Geoparques Globais da UNESCO. Esse título confere uma distinção em relação a outros territórios que não o possuem, implicando em um certo *status*. O patrimônio, portanto, possui uma estreita relação com a concepção de paisagens turísticas.

Não é mera coincidência que agências turísticas vendam pacotes de viagem com fotos já previsíveis sobre determinados locais: Rio de Janeiro e o Cristo Redentor, França e a Torre Eiffel, Londres e o Big Ben, Roma e o Coliseu, Foz do Iguaçu e as Cataratas etc. Quando viajamos em férias, buscamos referências mentais sobre o que esperamos de determinado destino, referências às quais os bens patrimonializados possuem um papel bastante poderoso. De acordo com Bruno Sousa e Sara Vasconcelos (2018, p.02), "... a imagem é, indubitavelmente, um dos instrumentos mais importantes e influentes do *branding*, representando a associação que o consumidor faz ao produto ou destino turístico". Segundo os autores:

> [...] um produto que não possua uma marca associada a ele é um produto sem identidade, sem imagem, que apenas provoca um pequeno, ou quase nulo, impacto no consumidor. O mesmo ocorre com os territórios, o que leva a que o *branding* territorial seja uma ferramenta

> indispensável na estratégia de *marketing* de um destino, com vista à criação e gestão de marcas territoriais (BRUNO SOUSA E SARA VASCONCELOS, 2018, p.02).

Os bens patrimoniais ratificados por uma chancela de importância reconhecida globalmente, possuem, portanto, a capacidade de alavancar o *branding* de uma área, constituindo uma vantagem competitiva e inserindo esses locais em uma dinâmica de cunho mercadológico. Degaldillo (2015, p. 125) contribui com esse debate quando afirma que a Lista do Patrimônio Mundial trouxe, primeiramente, uma maior consciência sobre bens culturais no mundo e, logo após, trouxe o patrimônio como "moda". Segundo o autor, foi institucionalizado um conjunto de práticas ditas sustentáveis que prezavam pela conservação do patrimônio no mundo através de um discurso aparentemente apolítico, capaz de proteger os bens mundiais da ameaça homogeneizante da globalização e da industrialização, paradoxalmente, baseando-se em critérios objetivos e universais capazes de eleger o que é ou não excepcional à nível global. Porém, Degaldillo afirma que o resultado desse processo é a mercantilização do patrimônio através da ampliação do turismo pela propaganda do título internacional e a homogeneização da ideia do que é e deve ser um patrimônio, desconsiderando, mais uma vez, seu sentido social e local.

Dessa maneira, como dito anteriormente, há uma hierarquização do ponto de vista cultural, processo que se dá por um viés político e que se consagra em aspectos econômicos, diretamente relacionados ao turismo. Assim:

> ...el patrimonio se comercializa a través del turismo, y el turismo adquiere legitimidad cultural a través del patrimonio. Se observa así una associación que tiende a difundirse cada vez más: la que establece entre los dominios de la cultura y la economia (BERTONCELLO, CASTRO, E ZUSMAN, 2003, p.88).

Nessa perspectiva, conforme chama a atenção Cruz (2012, p. 98), a patrimonialização ocorre mediante a valorização cultural de um bem; mas, o simples fato de torná-lo patrimônio parece fazer com que este se torne mais significativo, desdobrando-se em uma nova forma de valorização. Em outras palavras, isso significa que a patrimonialização do patrimônio é inserida como um novo elemento dentre os atrativos turísticos, suscitando grande ingerência nos rendimentos comerciais e financeiros da atividade, agindo como um selo mercadológico capaz de atestar alguma chancela de qualidade.

Conforme Scifoni (2006, p.63): "os patrimônios desempenham um papel fundamental no turismo internacional, como poderosos atrativos, ao mesmo tempo em

que o título internacional representa uma chancela que garante a qualidade do bem a ser visitado". Dessa maneira, quanto mais bens um país tiver inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, maior a sua influência perante o mercado turístico (CHOAY, 2017), processo que revela o envolvimento de forças econômicas e políticas.

Nas tabelas abaixo (tabela 3 e 4), organizadas por Simone Scifoni (2006), pode-se observar os países com maior número de patrimônios mundiais reconhecidos até 2005, bem como o *ranking* dos países mais visitados em 2004.

Tabela 2 - Países com maior número de patrimônios mundiais reconhecidos até 2005.

Tabela 2: Países com maior número de patrimônios mundiais reconhecidos até 2005

PAÍSES	Nº BENS RECONHECIDOS
Itália	40
Espanha	38
Alemanha	30
China	31
França	30
Reino Unido	26
Índia	26
México	25
EUA	20

Fonte: whc.unesco.org. Acessado em 15/05/2005.[21] Organizado por Simone Scifoni

Fonte: Scifoni (2006).

Tabela 3 - Ranking dos países mais visitados no mundo em 2004.

Tabela 3: *Ranking* dos países mais visitados no mundo em 2004

Posição	País	Nº turistas
1º	França	75,1 milhões
2º	Espanha	53,6 milhões
3º	Estados Unidos	46,1 milhões
4º	China	41,8 milhões
5º	Itália	37,1 milhões
6º	Reino Unido	27,7 milhões

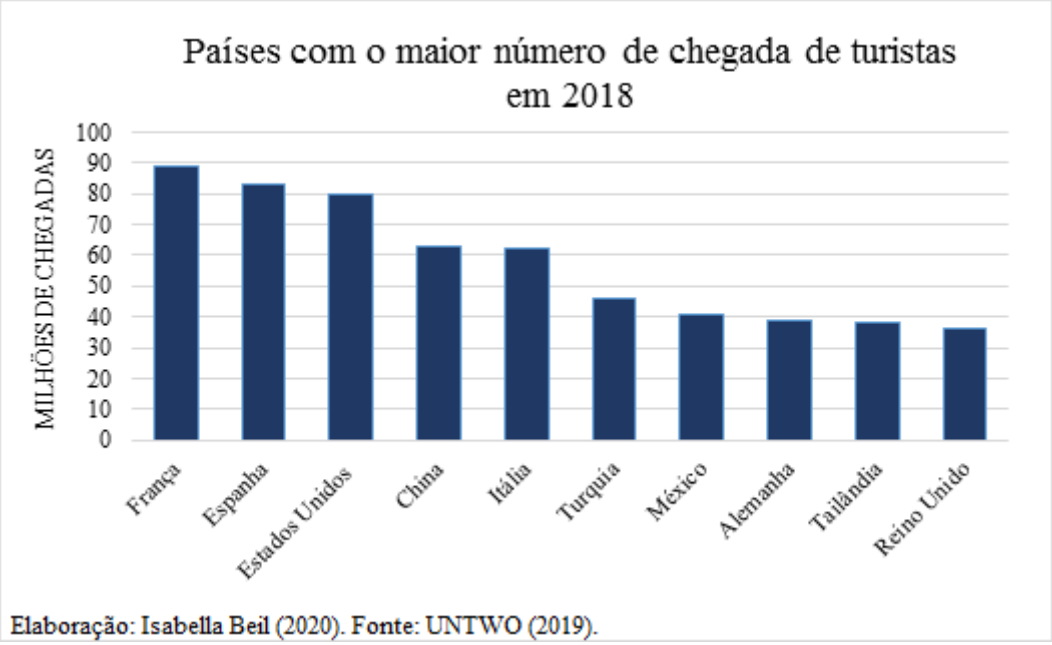
Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT). www.world-tourism.org/. Acessado em 26/08/2005.

Fonte: Scifoni (2006).

Pode-se observar que, dos seis países mais visitados do mundo, todos encontram-se entre as nove primeiras posições em se considerando os detentores do maior número de patrimônio reconhecidos globalmente pela UNESCO. Scifoni aponta para essa evidente correspondência entre os dados acentuando a hipótese de que o fator econômico relacionado à exploração turística está diretamente associado à disputa internacional pelo

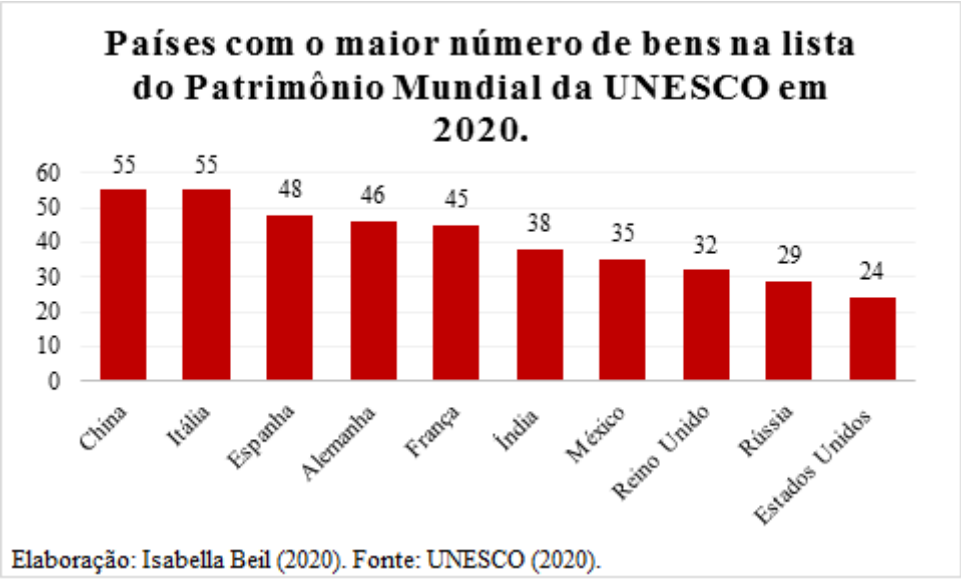
patrimônio. Cerca de quinze anos passados desde o trabalho de Scifoni, dados mais recentes mostram cenário semelhante: o gráfico 4 mostra os 10 países que mais receberam turistas estrangeiros em 2018 e que, juntos, concentraram 40% da chegada de turistas em todo o mundo (UNTWO, 2019). Por sua vez, o gráfico 5 mostra os 10 países que mais possuem bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial em 2020.

Gráfico 4 - Países com o maior número de chegada de turistas em 2018.



Elaboração: Isabella Beil (2020). Fonte: UNTWO (2019).

Gráfico 5 - Países com o maior número de bens na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 2020.

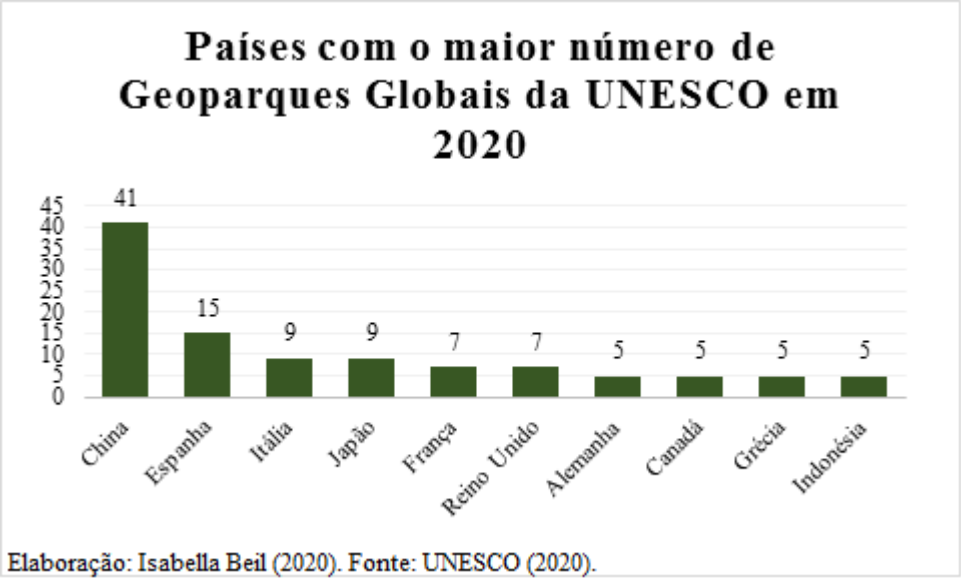


Elaboração: Isabella Beil (2020). Fonte: UNESCO (2020).

A análise dos gráficos 4 e 5 evidencia que dos dez países mais visitados do mundo, oito estão entre os dez países com maior número de bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Analisando-os em relação aos gráficos trazidos por Simone Scifoni para o período de 2004 e 2005, é possível perceber que pouca coisa mudou: os países com maior número de patrimônios mundiais continuam os mesmos, com destaque para a China, que passou da 4ª posição para a 1ª (empatada com a Itália, com 55 bens). Sobre a recepção de turistas, França, Espanha, Estados Unidos, China e Itália continuam ocupando as mesmas posições, do 1° ao 5° lugar, respectivamente, sendo a maior diferença para o período a queda do Reino Unido no ranking (da 6ª para a 10ª posição), mas que, contudo, se mantém entre os dez mais visitados do mundo.

No que se refere aos Geoparques Globais da UNESCO, os números também espelham algumas semelhanças. Dos 10 países com o maior número de UGGp, 6 coincidem entre os 10 que recebem o maior fluxo de turistas e entre 6 que possuem o maior número de bens na lista do Patrimônio Mundial. A China se destaca com 41 UGGp, ocupando a 1ª posição e com uma diferença de 26 para a Espanha, que ocupa a 2ª posição, com 15 UGGp. Também é relevante ressaltar o fato de que os Estados Unidos, presente nos dois gráficos anteriores, não é detentor de nenhum UGGp até 2020.

Gráfico 6 - Países com o maior número de Geoparques Globais da UNESCO em 2020.



Elaboração: Isabella Beil (2020). Fonte: UNESCO (2020).

Sobre a expansão do patrimônio mundial reconhecido, Scifoni (2006, p. 65) pergunta-se "[...] isso significa realmente o entendimento da importância do significado desses bens, ou, ao contrário, o patrimônio está se tornando um mero objeto de consumo?". Ao que responde: "[...] o sucesso recente dos patrimônios deve-se mais à sua inclusão no mundo da mercadoria do que a uma questão de formação de consciência da importância da história e da natureza".

Nesse sentido, entendemos que os UGGp se aproximam, em muitos aspectos, das dinâmicas globais resultantes do Patrimônio Mundial e isso significa que são englobados na mesma dimensão ambígua, ou seja, podem contribuir para a maior conscientização de determinado espectro de bens, como os geológicos, ou podem contribuir para sua utilização como mercadoria turística. Desse modo, o intuito que move o interesse pela criação de UGGp pelo mundo, possivelmente, está intrinsecamente relacionado ao potencial turístico que o título da UNESCO confere. Se o Patrimônio Mundial se consolidou como um forte símbolo de *status*, é possível conjecturar que também os UGGp seguem um padrão similar, pois, mesmo que frutos de um passado mais recente, eles estão atrelados ao mesmo organismo que detém forte influência nesse âmbito, qual seja, a UNESCO.

Alguns exemplos mundiais corroboram esse ponto de vista, como o Satun Unesco Global Geopark, na Tailândia, que teve um aumento de 200% no número de visitantes

após a inclusão na lista internacional.[43] Em 2018, na Indonésia, o ex-Ministro do Turismo, Arief Yahya, afirmou que os quatro UGGp do país contribuem de maneira significativa para a competitividade no mercado turístico.[44] Também o presidente da Associação Geopark Serra da Estrela, em Portugal, declarou a importância que a aprovação da UNESCO possui como um primeiro passo para o desenvolvimento sustentável da região e que "um efeito natural deste primeiro passo será o aumento do potencial turístico, econômico e social dos municípios que que abrigam o geoparque. E, por conseguinte, o aumento da qualidade de vida das populações".[45] Como exemplos mais próximos, há a notícia divulgada pelo Ministério do Turismo do Brasil, destacando que, com a oficialização do geoparque aspirante Caminhos dos Cânions do Sul, a expectativa é aumentar em seis vezes o número de turistas, passando de 250 mil para 1,5 milhão de visitantes.[46] Por fim, a proposta de Geoparque Serra do Sincorá, mantém expectativas de que o título possa, pelo menos, dobrar o fluxo de turistas.[47]

Nessa perspectiva, parece consenso que a obtenção do título global é capaz de fornecer uma promoção do lugar em nível internacional, despertando o interesse e o conhecimento por determinado patrimônio em um alcance muito maior. Porém, conforme Cruz (2019, p. 171), a linha divisória que separa a promoção de um lugar com a sua mercantilização é bastante tênue. Embora possa-se argumentar que é possível alinhar essas duas dimensões – a proteção do patrimônio com a exploração da prática turística – são conhecidas as dificuldades práticas envolvidas.

Geralmente, o turismo relacionado às áreas naturais é chamado de "turismo alternativo", turismo ecológico ou ecoturismo – considerando que também o geoturismo seria um tipo alternativo -, e tais modalidades existem como uma contraposição ao turismo de massa. De acordo com Cruz (2003, p. 06), turismo de massa se refere à uma forma de organização que envolve desde o agenciamento da atividade, o transporte e a hospedagem, com o intuito de baratear os custos e permitir que um fluxo maior de pessoas possa viajar. Dessa forma, conforme a autora, a diferença essencial entre o chamado

---

[43] Disponível em: https://www.bangkokpost.com/business/1786564/satun-prepares-for-high-seasons-influx. Acesso em novembro de 2020.

[44] Disponível em: https://www.indonesia.travel/hk/en/news/indonesia-add-s-8-more-national-certified-geopark-s-next-to-4-unesco-global-geopark-s. Acesso em novembro de 2020.

[45] Disponível em: https://www.cmjornal.pt/portugal/cidades/detalhe/serra-da-estrela-e-o-mais-recente-geopark-mundial. Acesso em novembro de 2020.

[46] Disponível em: http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12717-mtur-oficializar%C3%A1-candidatura-de-c%C3%A2nions-do-sul-%C3%A0-t%C3%ADtulo-de-geoparque-da-unesco.html. Acesso em novembro de 2020.

[47] Disponível em: http://www.guiachapadadiamantina.com.br/saiba-tudo-sobre-a-criacao-do-geoparque-da-serra-do-sincora/. Acesso em novembro de 2020.

“turismo alternativo” e o de massa tem sido compreendido como sua dimensão, uma vez que, supostamente, um número menor de pessoas se utilizaria das infraestruturas e serviços. Consequentemente, o turismo alternativo seria capaz de trazer menos impactos indesejados para o local em que se instala. Entretanto, não se pode reduzir esta análise à quantidade de pessoas, mas sim deve-se buscar uma análise qualitativa envolvida nas experiências dos chamados turismos alternativos.

Como afirma Scifoni (2006, p. 67), o turismo em áreas de patrimônio natural é, muitas vezes, conduzido de maneira muito semelhante ao de massa, expondo os bens como meras mercadorias ao invés de ressaltar seu valor como patrimônios. Assim, a atividade pode se tornar um risco, por exemplo quando não há normas e fiscalização específica para as visitações, o que permite degradações e furtos de objetos relativos ao bem protegido, ou quando as transformações na área para implantação de infraestrutura turística se tornam invasivas e perigosas para os bens naturais e culturais. Emerge como forte possibilidade a situação em que o turismo alternativo nada mais seja do que um novo produto, capaz de atender uma nova demanda de público.

Os Passadiços do Paiva (Figura 4) fazem parte da paisagem do Geopark Arouca, em Portugal, e, de acordo com seu *website*, é caracterizado como um “passeio intocado, rodeado de paisagens de beleza ímpar, num autêntico santuário natural, junto a descida de águas bravas, cristais de quartzo e espécies em extinção da Europa”. [48] Um breve olhar nos revela que a paisagem não é tão intocada assim. Contudo, esse discurso, utilizado desde 1872 com Yellowstone, compõe um mote comum para a promoção de áreas naturais, ressaltando suas belezas naturais em direta oposição ao contato com a sociedade. Inaugurados para o público em 2015, os Passadiços do Paiva já receberam o prêmio de “Melhor Projeto Europeu de Desenvolvimento Turístico” e “Melhor Atração de Turismo de Aventura do Mundo 2018”[49], com o título de Geopark Arouca oficializado em 2009.

[48] Disponível em: http://www.passadicosdopaiva.pt/. Acesso em novembro de 2020.
[49] Disponível em: https://litoralmagazine.com/passadicos-do-paiva-vencem-premio-mundial-de-turismo/. Acesso em novembro de 2020.

Figura 5 - Passadiços do Paiva, em Portugal.

Fonte: passadicosdopaiva.pt (2020).

Os Passadiços chegaram a receber cerca de 7.000 visitantes por dia em seus primeiros meses de funcionamento, tendo transformado, subitamente, as dinâmicas do local.[50] Conforme Artur Sá[51], a estrutura havia sido pensada para um número muito menor de turistas, o que impeliu à necessidade de diminuir esse fluxo, hoje estabelecido em um limite diário de 2.000 pessoas. Este é, portanto, um exemplo sobre como um atrativo turístico pensado a partir de uma abordagem alternativa e sustentável pode ultrapassar essas fronteiras e ganhar feições mais aproximadas ao chamado turismo de massa.

Ressalta-se que esse tipo de situação ainda está distante da realidade brasileira, uma vez que há apenas um UGGp em território nacional e a maior parte das propostas ainda não está em estágio avançado de desenvolvimento (as propostas de geoparques brasileiros serão analisadas no capítulo 4). No entanto, por se tratarem de áreas com evidenciado interesse no título global, cabe refletir sobre o tipo de atividade que se pretende devolver, com quais intuitos e com quais dimensões.

[50] Disponível em: https://www.publico.pt/2016/04/30/p3/fotogaleria/os-passadicos-do-paiva-vistos-de-um-passadico-aereo-385725. Acesso em novembro de 2020.
[51] Em palestra proferida durante o V Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico, em outubro de 2019, no Crato.

2.3 Desenvolvimento sustentável e geoparques

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável surgiu como um forte paradigma, influenciando ideias, projetos e sendo amplamente divulgada pela mídia. Contudo, é preciso considerar que, ao debater sobre o tema, não é possível ter exatidão sobre o que as diferentes pessoas envolvidas entendem sobre seu significado. Isso se deve ao fato de que o desenvolvimento ainda é um termo um tanto impreciso, tendo tomado formas diversas ao longo do tempo, assim como também o é a sustentabilidade. O'Connor (2002, p. 27) afirma que essa última tomou uma conotação prática e moral, pois, pergunta-se: "Existe alguém em, são juízo, capaz de se opor à sustentabilidade?". Do mesmo modo, pode-se perguntar sobre o desenvolvimento: Quem seria contra? Tais pressupostos explicam porque o desenvolvimento sustentável permeia o senso comum como algo muito positivo, mas que poucos conseguem definir e explanar sobre como alcança-lo.

Exatamente por seu uso constante e variado, acreditamos que o conceito de desenvolvimento sustentável, apesar de, muitas vezes, parecer ter se desgastado, possui ainda uma centralidade importante no mundo contemporâneo. Essa centralidade se dá por dois motivos principais, sendo o primeiro deles a verdade inescapável de que o nosso modo de produção, essencialmente insustentável, encontra limites impostos pela natureza, seja pela retirada de recursos, seja pelas consequências sofridas por ela – nesse sentido, a discussão sobre mudanças climáticas toma grande destaque. O segundo motivo se refere ao fato de que no mundo contemporâneo todas as coisas são passíveis de se tornar mercadoria e o desenvolvimento sustentável se tornou uma estratégia de *marketing*: basta atestar a um produto ou projeto tal identidade que ele parece ganhar uma distinção e se redimir de qualquer pecado. Assim, a expressão é facilmente aderida por empresas, governos e projetos que se empenham em transmitir uma imagem "verde", mesmo que isso não se averigue na realidade. O ponto é que, historicamente, o desenvolvimento sustentável tem sido um termo repleto de controvérsias e de usos imprecisos, uma vez que tem sido aderido a qualquer situação, sem que se acompanhe a proposição de mudanças estruturais efetivas.

Como um paradigma que se consolidou no final do século XX, influenciando diversos aspectos da existência humana, o desenvolvimento sustentável é amplamente utilizado em atividades de planejamento e está inserido na ideologia subjacente ao conceito de geoparque. Mas o que significa, atualmente, falar em desenvolvimento? Conceituá-lo, assim como sua adjetivação "sustentável", é uma tarefa complexa já antes

empreendida por diversos pesquisadores e intelectuais – Eli da Veiga, Ignacio Sachs, Enrique Leff, Ricardo Abramovay, Wagner Ribeiro, entre outros – e, portanto, nesse trabalho não será efetuada uma extensa revisão sobre as origens e mudanças em torno do conceito. Partiremos de uma primeira premissa de que se trata de um projeto, de uma proposta:

> [...] o desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto. Este não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas espaciais distintas. A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer bom uso da natureza. É por isso que falamos em desenvolvimento sustentável. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo (SACHS, 2006, p. 09-10).

Ao depender da cultura e existir, de forma concreta, e não apenas abstrata, o desenvolvimento implica a invenção de um projeto e, por isso, um aspecto pertinente ao se tratar da temática é avaliar *quem* está falando em desenvolvimento. Em outras palavras, entender o seu sentido e conformação em determinada conjuntura é algo que se atrela à apreensão de quem são os atores sociais envolvidos. Assim sendo, conforme Celso Furtado, em "O Mito do Desenvolvimento Econômico" (1974), não há verdadeiro desenvolvimento sem um projeto social adjacente. Não há, portanto, qualquer desenvolvimento possível que não inclua as pessoas e que priorize apenas elementos econômicos abstratos, pois sua existência é relacionada à efetivação de mudanças qualitativas no território para o qual é planejado.

Nesse sentido, a segunda premissa considerada nessa pesquisa é a de que não se deve confundir desenvolvimento com crescimento, pois, embora este último seja uma etapa prevista no processo, não é o suficiente para garantir que o primeiro, de fato, aconteça. Eli da Veiga (2006, p. 19) esclarece que até certo momento não foi necessário distinguir os dois termos, uma vez que os países considerados desenvolvidos eram aqueles ricos e bem industrializados e, os países onde a industrialização não havia iniciado ou ainda era muito restrita, eram tidos como subdesenvolvidos. Por consequência, o subdesenvolvimento era interpretado como um estágio inacabado do capitalismo e, a história, vista através de um processo linear no qual o desenvolvimento econômico nos moldes ocidentais deveria ser o desejo comum, consistindo em uma

conquista final. Todavia, o crescimento econômico trazido pelo avanço da industrialização em alguns países, como o Brasil, mostrou que o aumento da riqueza não gerou sua distribuição entre a população e não possibilitou um maior acesso aos bens materiais conforme ocorrera nos países do chamado "primeiro mundo" (VEIGA, 2006).

Para Celso Furtado (1974), o desenvolvimento econômico se conforma como um mito que influencia as nações mais pobres a desempenharem um enorme esforço para alcançar um modelo econômico que não suprirá as reais necessidades de suas populações. Assim, diferenciar os teores contidos em desenvolvimento e em crescimento é essencial, pois "Em síntese: o papel da renda e da riqueza – ainda que seja importantíssimo – tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação. A pobreza deve ser vista como uma privação de capacidades básicas [...]" (VEIGA, 2006, p. 46). Dessa maneira, o desenvolvimento não deve se restringir ao econômico, mas prezar pelo acesso à qualidade de vida, englobando dimensões políticas, sociais, ambientais, entre outras que combatam a privação e a desigualdade. Nos dias atuais, apesar desse entendimento ser bastante difundido e aceito, comumente o desenvolvimento ainda é fundamentado através do maior destaque ao crescimento econômico e da negligência à amplitude de sua significância.

Sua adjetivação "sustentável" surgiu paralelamente à ascensão da consciência de que os processos de industrialização e urbanização colocavam em risco diversos elementos naturais e que a escassez de recursos era, de fato, um cenário próximo e plausível. O desenvolvimento sustentável emergiu como um termo capaz de vincular e harmonizar as duas dimensões: o crescimento econômico e a proteção da natureza.

> Para compreender tal vinculação, são necessários alguns conhecimentos fundamentais que permitem relacionar pelo menos três âmbitos: a) o dos comportamentos humanos, econômicos e sociais, que são objeto da teoria econômica e das demais ciências sociais; b) o da evolução da natureza, que é objeto das ciências biológicas, físicas e químicas; c) o da configuração social do território, que é objeto da geografia humana, das ciências regionais e da organização do espaço. É evidente que esses três âmbitos se relacionam, interagem e se sobrepõem, afetando-se e condicionando-se mutuamente. A evolução e transformação da sociedade e da economia no processo de desenvolvimento alteraram de várias maneiras o mundo natural. E esse relacionamento recíproco se materializa, se articula e se expressa por meio de formas concretas de ordenamento territorial (SUNKEL, 2001, p. 296 apud VEIGA, 2006, p. 188).

Sunkel reafirma, portanto, que o desenvolvimento sustentável existe como parte de um uma articulação complexa de variados âmbitos e que deve se basear em um projeto e ser inserido em um território. Nessa perspectiva, ele deve colaborar na criação de uma resposta consistente – capaz de ser colocada em prática por meio de ações inclusivas – e criativa – que considere o território e suas especificidades, sua população, sua história, sua geografia e seus recursos – para a pergunta: como eu posso tornar este espaço melhor para as pessoas? Isso, possivelmente, incluirá transformações materiais e abstratas e um projeto contínuo, de longo prazo.

De acordo com Enrique Leff (2001, p. 57), o desenvolvimento sustentável pode ser definido como "um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta". Além disso, supõe a participação direta das comunidades no processo de utilização de seus recursos naturais e culturais. Por sua vez, Ricardo Abramovay (2010, p. 97) afirma que o desenvolvimento sustentável se baseia em uma dinâmica de “ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas”. O autor complementa ao que dizer que um dos aspectos que caracterizam o desenvolvimento sustentável é o processo de cooperação humana em torno de seu ecossistema através de uma estratégia.

Sendo assim, considerando as reflexões de Sachs (2006), Leff (2001), Abramovay (2010) e Sunkel (2001), entendemos que o desenvolvimento sustentável é um projeto estratégico múltiplo que opera nas diversas dimensões da vida humana e das características espaciais e territoriais. Ele é estratégico porque objetiva transformações para o futuro por meio de ações no presente, e múltiplo, porque pode englobar estratégias diferentes e multíplices. Tais ações, por sua vez, devem considerar a dimensão social, econômica, política, ambiental e cultural, destacando que nenhuma destas existe isolada, mas sempre em constante relação com as outras, em uma totalidade. O desenvolvimento sustentável deve aproximar as ações no espaço e no território dos objetivos vinculados a elas, possibilitando que os indivíduos e os grupos se reapropriem dos processos e transformações que movem a sua vida.

Porém, à luz dessas considerações, é preciso refletir que há uma dificuldade metodológica em conciliar o desenvolvimento do local, com suas peculiaridades e possibilidades, com as demandas e exigências mundiais. Tais demandas não trazem, em

sua natureza, a disposição em descentralizar e diversificar a produção envolvendo a população local através das características próprias do território, pois isso exigiria um processo muito mais minucioso e maior consideração com os casos em particular.

Opostamente, as demandas mundiais trazem um padrão de produção que se insere no espaço e transforma os territórios desconsiderando os ritmos e exigências sociais diferenciadas, além da apropriação privada dos lucros e descaso com os riscos. O que está por traz desse raciocínio é o padrão de desenvolvimento como mito, o qual já alertava Celso Furtado, onde os locais menos "avançados" devem seguir a tendência rumo a um progresso. Ademais, a adoção de um modelo pronto baseado em um determinado espaço, tempo e território, negligencia as especificidades dos contextos históricos, políticos e econômicos locais. Dipesh Chakrabarty (2000) colabora com esse raciocínio quando aponta que o fracasso na execução de alguns modelos importados da Europa, por exemplo, não está na ineficiência do modelo em si, mas que este, simplesmente, não se aplica fora do cenário e conjuntura em que foi concebido. Desse modo, é preciso atenção para um possível embate entre o desenvolvimento sustentável como um projeto que pensa o local e suas demandas e o padrão de um UGGp, amplamente baseado em parâmetros emanados de experiências no continente europeu.

2.3.1 Geoparques: modelo global, aplicação local

Como um modo de solucionar o dilema existente entre um modelo estrangeiro e sua aplicação em um dado local, as diretrizes da UNESCO estabelecem que um UGGp deve adotar uma abordagem de gestão *bottom-up*:

> Os Geoparques Globais da UNESCO empoderam as comunidades e lhes dão a oportunidade de desenvolver parcerias coesas com o objetivo em comum de promover os processos geológicos significativos da área, características, períodos de tempo, temas históricos relacionados à geologia ou de beleza geológica excepcional. Os Geoparques Globais da UNESCO são estabelecidos através de um processo *bottom-up*, envolvendo todas os *stakeholders* e autoridades locais e regionais relevantes da área (por exemplo, proprietários de terra, grupos da comunidade, fornecedores do turismo, povos indígenas e organizações locais). Esse processo requer um compromisso firme por parte das comunidades locais, uma firme parceria local múltipla com apoio público e político de longo-prazo e o desenvolvimento de uma estratégia abrangente que atenderá aos objetivos de todos, ao mesmo

> tempo que protege o patrimônio geológico da área (TRADUÇÃO LIVRE).[52]

De acordo com Simone Affonso da Silva (2017, p. 282) "o processo de políticas *bottom-up* caracteriza-se por sua origem local, a partir das peculiaridades espaciais, econômicas, sociais e políticas que envolvem um problema ou demanda". Apesar de parecer um projeto promissor para atender as problemáticas locais, Igor Babou (2019, p. 03) alerta que, no que se refere às pesquisas sobre a experiência participativa em sítios do patrimônio mundial, há grandes diferenças entre o projeto e a prática. Baseando- se na análise de Babou sobre o sentido do *bottom-up* na gestão desse tipo de território, Yves Girault (2019, p.20) propõe que se reflita sobre as seguintes indagações: De onde parte a iniciativa de criação do geoparque? Quem são os atores envolvidos? Como definir as comunidades locais interessadas em sua criação e como medir os benefícios que terão? Como considerar os desejos e opiniões dessas populações locais que não se limitam, exclusivamente, aos aspectos econômicos, políticos e cognitivos, mas que envolvem também questões sensíveis e afetivas? A resposta a essas perguntas, possivelmente, trará um indicativo claro acerca da dimensão da experiência da participação.

Babou (2019) chama a atenção para o fato de que a criação de áreas patrimonializadas pela UNESCO envolve processos administrativos que as populações locais, possivelmente, não serão aptas a desenvolver, uma vez que, nesses modelos, as estruturas legais e políticas já são pré-definidas desde o princípio e não podem ser colocadas em causa. Por esse ângulo, o autor afirma que, em um processo verdadeiramente *bottom-up*, a própria estrutura da gestão poderia ser colocada em xeque.

Além disso, conforme suas pesquisas de campo, Babou (2019) diz que iniciativas que afirmam ser de caráter participativo promovem, muitas vezes, a integração da população local após a criação da área, existindo um abismo entre aqueles que serão os líderes do projeto de desenvolvimento proposto para o local e a comunidade, que sequer

---

[52] No original: UNESCO Global Geoparks empower local communities and give them the opportunity to develop cohesive partnerships with the common goal of promoting the area's significant geological processes, features, periods of time, historical themes linked to geology, or outstanding geological beauty. UNESCO Global Geoparks are established through a bottom-up process involving all relevant local and regional stakeholders and authorities in the area (e.g. land owners, community groups, tourism providers, indigenous people, and local organizations). This process requires firm commitment by the local communities, a strong local multiple partnership with long-term public and political support, and the development of a comprehensive strategy that will meet all of the communities' goals while showcasing and protecting the area's geological heritage. Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/frequently-asked-questions/what-is-a-unesco-global-geopark/.

é consultada sobre o desenvolvimento que deseja para o seu território e, comumente, não possui os recursos necessários para expressar e colocar em prática os seus desejos e pontos de vista. Além disso, o autor adiciona que essas condições levam as comunidades a apreenderem essas criações como algo "de fora", que não se relaciona a elas. Esse quadro reflete diretamente o que traz Simone Silva (2017), baseando-se em Uderman (2008), quando reflete se a replicação de modelos de experiências locais em outros lugares não seria, na verdade, a legitimação do clássico modelo *top-down*.

Conforme Antonio Diegues:

> A chamada "participação" das populações tradicionais no estabelecimento dos parques e reservas, muitas vezes, não passa de cortina de fumaça para responder a certas demandas internacionais que consideram o envolvimento dessas populações um fator positivo para o sucesso do empreendimento (DIEGUES, 1994, p. 17).

Ao contrário do que parece querer transparecer as diretrizes da UNESCO, o processo que prevê a ação de múltiplos *stakeholders* pode ser bastante conflituoso, pois se tratam de atores diversos que incidem sob um mesmo território com interesses previamente diferentes. Isso se relaciona aos múltiplos olhares sobre o patrimônio e como ele deve ser gerenciado, sobre o turismo e quem são os agentes dessa atividade e sobre o desenvolvimento sustentável e seus significados e possibilidades. Babou (2019) discorre sobre locais habitados por populações indígenas, também apontados pelas diretrizes da UNESCO como uma parcela da população que deve participar ativamente do processo de criação de um UGGp: conforme o autor, existe uma dificuldade em esclarecer como o reconhecimento internacional poderá, de fato, beneficiar a vida desses indivíduos, uma vez que não há evidências suficientes que demonstrem que o título global corrobora na promoção do desenvolvimento local.[53]

Nas palavras de Pablo Osés e Ignacio Martínez:

> El término *multistakeholder* es el gran eufemismo de la época puesto que mencionando uma obviedad – hay grupo de interesados diferenciables entre sí – consegue invisibilizar lo principal: que cada grupo dispone de capacidades y poder efectivo muy diferentes para hacer valer sus intereses (OSÉS E MARTÍNEZ, 2015, p. 89).

[53] Ressalta-se que, apesar de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável não serem sinônimos, Cruz (2008, 36) aponta uma grande convergência entre eles, já que ambos priorizam uma abordagem centrada no social em detrimento do crescimento econômico. Não raro, encontra-se na literatura sobre o debate o termo "desenvolvimento local sustentável", fortalecendo essa dimensão.

Nesse raciocínio, como equilibrar, por exemplo, os interesses de comunidades indígenas com investidores de hotéis de alto padrão? Como garantir que ambos possam expressar suas necessidades e seus objetivos? O que fazer quando tais objetivos se mostram, essencialmente, contraditórios? Assim, a despeito do caráter positivo da abordagem *bottom-up* e da ação conjunta de múltiplos *stakeholders*, esse não é um empreendimento tranquilo e livre de conflitos, onde cada parte cumpre seu papel e sua função pré-determinados; pelo contrário, é um dos maiores desafios existentes na definição de um UGGp.

2.3.2 O desenvolvimento pela perspectiva do turismo

Como dito, o desenvolvimento sustentável se consolidou como um conceito passível de ser aderido a atividades de planejamento diversas e, como uma delas, pode-se citar o turismo ecológico. Nesse âmbito, o turismo é comumente apontado como uma atividade capaz de gerar o desenvolvimento e os dois fatores são colocados em uma relação, praticamente, de causa e consequência: o incentivo ao turismo irá propiciar crescimento econômico e, consequentemente, desenvolvimento sustentável. Tendo isso em vista, é preciso lembrar de alguns aspectos importantes.

Primeiramente, como vimos, desenvolvimento e crescimento não são sinônimos e, portanto, o fato de o turismo gerar crescimento econômico em determinado território não supõe a melhoria da qualidade de vida da população local. Em segundo lugar, como uma atividade econômica e uma prática social, o turismo não possui a sustentabilidade como uma característica intrínseca. Assim, não é possível relacionar turismo e desenvolvimento sem considerar *como* essa relação é planejada.

Um dos principais argumentos utilizados para explanar sobre os benefícios do turismo para os locais nos quais se insere é a questão do aumento dos postos de trabalhos e geração de renda, sendo essa assertiva frequentemente utilizada por discursos oficiais de orgãos do poder público. Sobre a questão do trabalho no turismo, Luiz Eduardo Santos, em pesquisa de 2018, aponta problemas sérios de escassez e falta de qualidade nas informações disponíveis, fato que, de acordo com o autor, possui motivos variados. Assim, Santos (2018) adentra por esses motivos e busca explicar as características do trabalho relacionado ao turismo, tentando apreender seu perfil.

Baseando-se em informações da Organização Mundial do Turismo, Santos (2018, p. 97) aponta que o emprego no setor se caracteriza por uma dinâmica própria, com alta rotatividade, informalidade, amplo espectro de remunerações, sazonalidade, preferência por trabalhadores jovens e com baixo nível de escolaridade (principalmente nos países considerados em desenvolvimento), minorias étnicas e migrantes. Dessa maneira, Santos (2018, p. 168) esclarece que "a tentativa de conferir ao turismo a condição de solução para a crise do trabalho não se concretiza na prática", pois a informalidade de empregos se destaca, revelando uma precarização intensa. O que autor sugere, portanto, é uma análise crítica sobre o tema, apontando para a reflexão de que, no mundo capitalista globalizado, o emprego no turismo se conforma como uma fonte de renda e grande alívio para aquela parcela populacional mais vulnerável, como as minorias étnicas e migrantes, desempregados a longo tempo, mulheres com filhos e trabalhadores com escolaridade baixa. No entanto, esse "alívio" advém da própria condição de vulnerabilidade dessa parcela da sociedade, que se dispõe a aceitar condições precárias de jornada e de salário propiciadas pela atividade turística, e não de sua condição de compor, de fato, melhorias dignas para a vida dessas pessoas.

Assim, se o turismo é apontado como um caminho para melhorar as condições de vida da população em um dado território, indicando a alta possibilidade de postos de trabalho, cabe analisar como esse processo ocorre. Se o trabalho está disponível, mas sobretudo na informalidade ou enquanto trabalho precário sob diversos aspectos, o desenvolvimento é questionável, podendo dizer respeito, na verdade, à superexploração da classe trabalhadora.

Além disso, não raro a população local é relegada à venda de artesanatos, de itens na praia, de pequenos *souvenirs* em feiras sazonais etc, enquanto a maior parte da renda gerada é concentrada por empresários e investidores capitalistas. Nessa perspectiva, é possível afirmar que o aumento da renda gerada pelo turismo em determinado território não supõe a sua distribuição, sendo esse um dos principais aspectos que possibilitam ilustrar como o crescimento econômico pode ocorrer enquanto o desenvolvimento não, evidenciando que a expansão da atividade turística pode não atender às demandas da população local. Desse modo, designar que o turismo é o caminho ideal para resolver os problemas sociais através da geração de renda não é uma verdade inquestionável e um fato certeiro, pelo contrário, sem políticas econômicas e sociais capazes de promover uma melhor distribuição da renda, é um caminho capaz de acentuar ainda mais as desigualdades sociais. Conforme Marta Irving e Altair Sancho:

> [...] de maneira geral, as estatísticas do turismo e o discurso oficial, frequentemente expressam concepções idealizadas dos benefícios possíveis gerados pelo desenvolvimento turístico, e tendem a mascarar ou minimizar os impactos socioambientais e culturais decorrentes deste processo. Nesse sentido, experiências registradas em todo mundo parecem desmistificar a afirmação de que, a 'indústria do turismo', ou a 'indústria limpa', como também é conhecida, seja necessariamente benéfica na geração de emprego e renda e na preservação dos patrimônios natural e cultural (IRVING E SANCHO, 2005, p. 02).

Sobre essa questão, é possível citar o "Estudo sobre o Valor Económico da Ligação às Redes da UNESCO em Portugal", efetuado em dezembro de 2014 pela Comissão Nacional da UNESCO (CNU) do país. O estudo trouxe como conclusão o fato de que os títulos da organização existentes – Sítios do Patrimônio Mundial, Reservas da Biosfera e Geoparques Globais - têm trazido benefícios líquidos totais positivos – sendo esses calculados como o diferencial entre os lucros e os custos totais desde a obtenção do selo. Conforme o relatório, os geoparques, especificamente, se distinguem pela crescente atratividade de visitantes, mas sua relação com a criação de empregos tem sido tênue: os dados evidenciam um crescimento de 103% no número de visitantes nos locais que se tornaram Geoparques Globais da UNESCO após a obtenção do selo e um crescimento de 7% na criação de postos de emprego. (CNU, 2014, p. 91). Esse fato pode ser um exemplo de como o desenvolvimento da atividade turística não é, necessariamente, relacionado com o aumento dos postos de trabalho e da renda para a população local.

Ressalta-se o uso corrente do termo "geoturismo" para se referir ao tipo de atividade turística que deve ser priorizado em um geoparque. De acordo com a Declaração de Arouca, estabelecida em 2011, "geoturismo deve ser definido como o turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando a sua geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes" (AROUCA, 2011). A Declaração estabelece que a construção de uma identidade local promoveria os aspectos autênticos e únicos de cada área e aponta que "desta forma, conseguiremos que o território e os seus habitantes obtenham integridade ambiental, justiça social e desenvolvimento sustentado" (AROUCA, 2011). De maneira semelhante

a UNESCO[54] afirma que "Geoparques Globais da UNESCO promovem desenvolvimento econômico sustentável local principalmente por meio do geoturismo".[55]

No que se refere à degradação que o turismo pode causar aos ambientes, isso se deve à sua acentuada capacidade de transformar o território, desde a instalação de infraestruturas necessárias ao seu funcionamento, que transformam o espaço físico, até as próprias práticas sociais resultantes da atividade, que podem gerar danos irreversíveis ao patrimônio natural e cultural. Porém, a priori, o turismo não precisaria ser encarado como uma atividade destruidora do ambiente no qual se instala, mas é preciso reconhecer que o potencial para isso tem se agravado nas últimas décadas.

Por fim, destaca-se que as consequências da relação entre o turismo e a proteção do patrimônio, seja natural ou cultural, e entre o turismo e a população local, não dependem exclusivamente do planejamento, mas sim da política. O planejamento - seja com base no geoturismo ou não -, entendido como um instrumento, está subordinado ao uso que se faz dele. Portanto, em verdade, as consequências dessas relações dependem, por um lado, se fundamentadas pelo olhar que foca no crescimento econômico – que pode negligenciar demandas sociais, flexibilizar fiscalizações sobre o meio ambiente e relaxar nas normas necessárias, com vistas a aumentar o lucro possível -, ou, de outro, se assentadas no desenvolvimento, compreendendo que o crescimento econômico é uma parte importante para ampliar a qualidade de vida das pessoas, mas não corresponde ao objetivo central ou suficiente desse processo.

O turismo está inserido no âmbito das demais relações sociais, econômicas e políticas e, assim, faz parte de uma totalidade. Há um desafio a se pensar: como conceber um turismo diferenciado, que colabore para a melhoria na qualidade de vida das pessoas e que se articule ao desenvolvimento sustentável, em um mundo que se volta a padrões globais e capitalistas? Como afirma Meneses (2003, p. 99): "O tipo de turismo que

---

[54] No original: "UNESCO Global Geoparks promote sustainable local economic development mainly through geotourism". Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/fundamental-features/. Acesso em janeiro de 2021.

[55] Nota-se que o uso do conceito de geoturismo é mobilizado colocando-o em direta relação ao alcance do desenvolvimento sustentável. Conforme ressaltado anteriormente, como parte da abordagem teórica e metodológica dessa pesquisa defendemos que as modalidades e estratégias turísticas ditas alternativas – como o ecoturismo ou o geoturismo – são conceitos que remetem a um diferencial em relação ao turismo de massa. Não obstante, o modo como a atividade se desenvolverá e as consequências e resultados atreladas a ela dependerão de cada caso. Em outras palavras, há um risco inerente em acatar que o geoturismo pressupõe o desenvolvimento sustentável, uma vez que se trata de uma ferramenta e, como tal, dependerá de como é utilizada e como essa se articula às demais. Além disso, é preciso considerar os territórios – sejam áreas de geoparques ou não – em toda a sua complexidade; ou seja, afirmar que o geoturismo seria capaz de promover a integridade ambiental, a justiça social e o desenvolvimento sustentado é uma solução que parece simplista para questões tão amplas e complexas.

propusermos e praticarmos dependerá do tipo de relações que julgarmos aceitáveis e desejáveis entre os homens, isto é, do modelo de sociedade pelo qual optarmos".

2.3.3 Unesco, desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030

Como vimos, a UNESCO oferece um discurso bastante influente no que se refere ao patrimônio e sua interpretação disseminada pelo mundo. Pode-se afirmar que algo semelhante ocorre com o discurso de desenvolvimento sustentável, que se agrega à organização e suas ações em diferentes frentes de trabalho, como ao conceito de geoparque e, mais explicitamente, à chamada Agenda 2030. Conforme Brilha e Henriques (2017, p.353), o IGGP compõe a terceira ferramenta da UNESCO – juntamente com a Convenção do Patrimônio Mundial e o Programa O Homem e a Biosfera – que pode colaborar na implementação da Agenda 2030.

A Agenda 2030 foi fruto de negociações finalizadas em 2015 que culminaram em 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas. Ela teve como legado uma série de eventos e acontecimentos anteriores, remontando à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), ou Rio-92, de onde surgiu a antiga Agenda 21. A CNUMAD representou um momento importante nas relações internacionais sobre a temática ambiental, uma vez que moldou o cenário para o que viria posteriormente, baseado na busca por conciliar a proteção da natureza com o desenvolvimento através do conceito de desenvolvimento sustentável. Posteriormente, os UGGp também se baseariam nessa premissa. Conforme José Brilha e Maria Helena Henriques:

> […] deve-se ressaltar o papel de um geoparque como um plano estratégico de desenvolvimento para um território com um patrimônio geológico significativo que deve ser conservado (Henriques et al., 2011), juntamente com outros bens naturais e culturais, de forma a promover o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades locais por meio da promoção do geoturismo e da educação (BRILHA E HENRIQUES, 2017, p. 350) (TRADUÇÃO LIVRE).[56]

[56] No original: "[…] it should be stressed the role of a geopark as a strategic development plan for a territory with significant geological heritage that should be conserved (Henriques et al., 2011), together with other natural and cultural assets, in order to promote economic sustainable development of local communities through the promotion of geotourism and education" (BRILHA E HENRIQUES, 2017, p. 350).

Desse modo, os UGGp são colocados como participadores ativos dos desafios globais e, de acordo com seu *website*[57], possuem relação direta com oito dos dezessete objetivos, sendo estes:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis;

12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os dezessete ODS são:

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

[57] Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/sustainable-development-goals/. Acesso em 29 de junho de 2019.

Fonte: UNESCO (2020).

Tem-se que:

> Os Geoparques da UNESCO são provavelmente os únicos territórios do mundo a cobrir quase todas as metas de desenvolvimento sustentável adotadas pelas Nações Unidas em 2015 como uma chamada universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030. Obviamente, as nossas missões dizem respeito à conservação do patrimônio geológico, bem como à conservação das outras heranças presentes no território de um Geoparque.[58]

Conforme diretrizes da UNESCO, a Agenda 2030 procura estabelecer o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental. Ao discutir tais dimensões, José Eli da Veiga (2015, p. 147) assinala que resumir o desenvolvimento sustentável a essas três, apenas, compõe uma narrativa ingênua para o âmbito da aspiração mundial. O autor chama a atenção, por exemplo, para o 16° objetivo - "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça a todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" -, afirmando que se trata de um objetivo essencialmente político e que, portanto, não se encaixa nas três dimensões anteriores. Como

[58] No original: "The UNESCO Geoparks are probably the only territories in the world to cover almost all of the sustainable develoment goals adopted by the United Nations in 2015 as a universal call to action to end poverty, protect the planet, and ensure that all people enjoy peace and prosperity by 2030. Obviously, our missions relate to the conservation of the geological heritage as well as the conservation of the other heritages present in the territory of the Geopark". Fonte: https://www.visitgeoparks.org/our-missions. Acesso em novembro de 2020.

complemento, Veiga ainda aponta a importância da dimensão cultural, comumente tratada como “exógena”.

Um outro aspecto claramente político relacionado à Agenda é o reconhecimento da pobreza como o maior desafio global e, a sua superação, como um passo indispensável para o alcance do desenvolvimento sustentável, evidenciando a necessidade de dizimar a fome e combater as desigualdades dentro e entre os países.[59] Os Estado-membros signatários reconhecem os preceitos da Agenda 2030 como válidos e voluntariam-se para alinhar, na medida do possível, a política interna de seus países conforme tais preceitos. No entanto, é fundamental apontar que se trata de um projeto um tanto quanto ambicioso, afinal a pobreza existente em boa parte do planeta existe de maneira estrutural, baseada na forma como as atividades, as pessoas e o capital se distribuíram no espaço e no território. Pode-se afirmar que refletir sobre a pobreza significa transformar o modo como o próprio mundo se organiza, algo a que as nações, possivelmente, não estariam dispostas caso devam abdicar de privilégios. Assim, emergirá como necessidade repensar o próprio modo capitalista pois, conforme Veiga (2013, p. 10), o desafio para alcançar a sustentabilidade exigirá transformações profundas nos padrões de produção e consumo.

Pablo José Osés e Ignacio Martínez (2015, p. 83), em artigo denominado “La Agenda 2030: ¿Cambiar el mundo sin cambiar la distribución del poder?” trazem uma análise crítica sobre o documento. Os autores consideram um ponto positivo o caráter holístico que possui, em alguma medida capaz de realçar que os desafios do desenvolvimento são multidimensionais e incluem interdependências entre os âmbitos econômicos, ecológicos, sociais e políticos. Porém, apontam problemas existentes na imprecisão das responsabilidades sobre os objetivos determinados pelo documento, assim como a ausência de uma proposta séria para uma governança global mais democrática.

> [...] disponemos de un amplio y a veces detallado conjunto de transformaciones que queremos alcanzar, sin detallar quiénes tienen las responsabilidades principales de hacerlo y como han de asumirlas. Para tamaño desafío parece ingenuo pensar que los llamamientos a la corresponsabilidad y al compromisso serán del todo suficientes (OSÉS E MARTÍNEZ, 2015, p. 84).

Desse modo, Osés e Martínez (2015) sugerem que a Agenda 2030 seja tratada como um ponto de partida para a discussão de uma série de assuntos correlatos, e não como um consenso fechado e completo. Nesse sentido é preciso apreendê-la como um

[59] Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em novembro de 2020.

terreno de disputa política que abarca diversas visões e interesses, tendo um resultado que reflete a distribuição de poder dos atores envolvidos. Isso significa, para os autores, que não bastam as afirmações de que a Agenda se construiu por um processo participativo sem que haja uma análise qualitativa da influência que tiveram os diferentes atores sociais. Sobre o processo de sua criação e consolidação, Osés e Martínez acreditam que o resultado da Agenda, provavelmente, foi o melhor que poderia ter sido no momento, face às dificuldades de nosso mundo atual, mas esclarecem que em nenhum sentido ela oferece chances de reorientar a distribuição de poder global, rumo a um mundo mais equitativo e seguro para as gerações futuras.

Osés e Martínez esboçam um ponto de vista semelhante ao evidenciado por Nestor Canclini (2016) em relação ao patrimônio: de que a narrativa universal promovida pela UNESCO não é suficiente para ser, verdadeiramente, integradora. Logo, as transformações devem ser, sobretudo, políticas e capazes de questionar as estruturas. Assim, para Osés e Martínez, é preciso politizar a Agenda 2030, elucidando quais metas podem ser alcançadas e de qual maneira, apontando políticas, acordos, instituições e atores. Nesse ínterim, é preciso ser claro com quais são aquelas instituições, atores e políticas que, apesar de suas boas intenções, agem de maneira contrária ao desenvolvimento sustentável:

> Se trata de una présion constante por modificar en sus postulados esenciales la naturaleza del contrato social que nos há traído hasta aqui. Esta presión se expressa em la fragilidad de los acuerdos y en como las resistencias para incorporar medios de implementación y câmbios en las cuestiones sistémicas han sido invencibles. Las fuerzas transnacionales, muchas de ellas conocidas también como fuerzas del mercado, han tenido el poder más efectivo para establecer los limites de la Agenda 2030 (OSÉS E MARTÍNEZ, 2015, p. 89).

Nessa perspectiva, Osés e Martínez contribuem para o entendimento de que as chamadas “forças do mercado” constituem um elemento de influência determinante para guiar os caminhos políticos de nosso mundo e que uma agenda global que se dispõe a empenhar-se contra a pobreza irá, em essência, se empenhar contra essas forças. O esforço empreendido pela Agenda 2030 deve ser reconhecido como uma grande possibilidade alternativa e uma oportunidade de repensar diversos aspectos relacionados à ação humana no planeta.

Sendo assim, considerando a escala global e as globalizações, no capítulo seguinte daremos continuidade à reflexão aqui iniciada, assumindo o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável como conceitos e paradigmas, construídos no palco

internacional, que incidem nos múltiplos locais. A Agenda 2030 e o IGGP, assim, serão considerados frutos dessa dinâmica global na qual a UNESCO se destacada pela força de seu discurso e influência.

Capítulo 3 – Geoparques no Brasil no contexto das globalizações

O esforço teórico e metodológico empreendido nessa pesquisa compreende o surgimento dos geoparques como fruto de acontecimentos e processos anteriores os quais moldaram ideologias, paradigmas, categorias e conceitos que influenciam o modo como pensamos e planejamos o território, o espaço e a natureza. Compreendemos que os geoparques não podem ser explicados através de um único fator, como a demanda pela conservação da geodiversidade, o paradigma do desenvolvimento sustentável, a proteção do patrimônio, o turismo, a ação da UNESCO, a globalização ou outro vetor, isoladamente. Trata-se, na verdade, de uma convergência entre esses fatores.

Para essa pesquisa, o caminho teórico selecionado considera, com maior profundidade, a tríade patrimônio-turismo-desenvolvimento sustentável como parte de um corpo sistemático que colabora no entendimento da realidade. No entanto, cabe ressaltar que essa é apenas uma das maneiras de interpretar os geoparques e seus significados e, portanto, não é possível excluir os outros fatores convergentes que existem na realidade em sua totalidade. Por conseguinte, alguns desses fatores serão citados e contextualizados em alguns momentos sem, contudo, perder a lente teórica axial.

A temática dos geoparques abre um leque de debates possíveis, assim como questões atreladas que carecem de discussão. Essas questões dizem respeito a momentos posteriores e anteriores à existência do primeiro geoparque no mundo. Em outras palavras, isso significa, primeiramente, que há um momento anterior à chegada desse conceito, que envolve um contexto de mundo que abrange as esferas política, econômica e social e aspectos como os intuitos de sua criação, os atores sociais envolvidos e características espaciais e territoriais de diferentes lugares. Por outro ponto de vista, há questões atreladas ao contexto posterior ao estabelecimento desse modelo, que envolve tópicos como as mudanças ocorridas nas áreas em que foram implantados e as consequências nos mais diversos âmbitos. Sendo os geoparques frutos de um passado relativamente recente no Brasil e um conceito ainda em expansão, é interesse dessa pesquisa entender os antecedentes e as motivações, aliando-se à uma perspectiva geográfica de apreender o espaço como uma realidade em movimento.

Assim, parte-se da premissa de que o conceito de geoparque não é fruto do acaso e gerado espontaneamente através do desejo de se proteger os bens geológicos, mas está inserido no processo das tendências e paradigmas que se desenrolavam no mundo e que, concomitantemente, propiciaram o surgimento desse mesmo desejo. Esse é um ponto importante a ser enfatizado pois, algumas vezes, entre os debates sobre o tema, os geoparques parecem ter despontado de uma maneira “descolada” da realidade, do

contexto político, dos atores sociais envolvidos e do espaço e suas características. Nesse sentido, torna-se primordial abandonar tal percepção e aprofundar essa análise.

3.1 A globalização e suas tendências

Entre as configurações espaciais hoje existentes e as configurações que existiram em momentos pretéritos a este é preciso considerar que a globalização possuiu um papel fundamental. De acordo com Octavio Ianni (1998, p. 01), a globalização é um processo histórico-social que transforma quadros mentais, abala estruturas, ressignifica objetos e recria o mapa do mundo. Embora não haja um consenso acadêmico sobre sua data de início, admite-se que o desenvolvimento de tecnologias capazes de acelerar o tempo de deslocamento de um ponto a outro do planeta e de fazer correr a informação foram imprescindíveis para que o processo se acirrasse. Malcolm Waters (2001) afirma que, embora a globalização possa ser lida sob o viés da compressão do planeta – um fenômeno que vem ocorrendo há tempos, de formas particulares a cada conjuntura – na contemporaneidade ela foi a responsável pela expansão da consciência do mundo que temos como nosso, ideia que em outros tempos não estava tão desenvolvida pelas limitações técnicas que restringiam o alcance – físico e do conhecimento – entre os pontos do globo.

Nesse sentido, a globalização ajuda na explicação sobre como e por quê o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável são pautas de alcance internacional, que envolvem aspectos políticos, econômicos e sociais entre diversos países. Como exemplo, a globalização é parte da razão pela qual alguém do outro lado do planeta pode se sentir tocado pelo incêndio na Catedral de Notre-Dame, na França, ou pelo incêndio na Floresta Amazônica brasileira. Mesmo que esse alguém nunca tenha ido à França ou ao Brasil, há um sentimento – do qual a globalização faz parte e influencia - que o faz perceber esses bens como algo global, de todos – seja pela disseminação da imagem desses locais, seja pelo discurso atrelado, como o discurso da UNESCO, que só possui força e influência por conta de processos atrelados à globalização responsáveis por sua disseminação. Nos dizeres de Françoise Choay (2017, p.11), “a expressão [patrimônio] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”.

Atualmente, embora existam meios de transporte e tecnologia que permitam a expansão das fronteiras do local – possibilitando trocas muito mais frutíferas entre os povos e ampliando as experiências individuais e coletivas – é necessário ressaltar que a globalização é um processo desigual e contraditório. Embora não se restrinja à expansão do pensamento liberal e ao desenvolvimento do capitalismo, seus impactos e influências devem muito à difusão desse modo de produção e da racionalidade que lhe é própria.

François Chesnais (1996, p. 24) aponta que o termo "globalização" carrega ideias vagas e ambíguas, permitindo que lhe seja aplicado o sentido ideológico mais conveniente. O autor também sustenta que, no que se refere ao progresso técnico, a globalização é sempre apresentada como um processo benéfico e necessário ao qual é preciso que os lugares e os indivíduos se adaptem. Porém, certos países só são alcançados por ela de maneiras contraditórias, que geram ou acentuam a sua marginalização, afinal, "não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente partes dele" (CHESNAIS, 1996, p. 18).

Conforme Tânia Bacelar:

> [...] o processo de globalização reorganiza o espaço mundial. Os agentes globais, que comandam o processo, escolhem os lugares em função do cruzamento de duas variáveis. Seus próprios objetivos e os atributos dos lugares. É por isso que, ao contrário do que a palavra sugere, a globalização é um processo seletivo, gerador de desigualdade. Os agentes que realmente decidem abrem o mapa-múndi e escolhem onde vão crescer, onde vão se consorciar, de onde vão sair: a escolha é deles de acordo com seus objetivos estratégicos e dos atributos de cada território. Eles vão para determinados lugares e não vão para outros. Há lugares muito engatados na dinâmica global e outros bem menos. A globalização, portanto, é um processo que não anula as hierarquias, mas as recria (BACELAR, 2008).

Ao demarcar três olhares possíveis sobre a globalização, Milton Santos (2001) parece concordar com Chesnais e Bacelar: primeiro, a globalização vista como fábula existe através de um olhar fantasioso, que crê em um mundo mais homogêneo, informado e capaz de transpor as barreiras de espaço e tempo, onde todos parecem caminhar juntos em um mesmo caminho linear. Como perversidade, existe a partir do olhar focado na realidade dos fatos, onde é possível perceber que os benefícios e os aspectos positivos do processo não atingem a todos e que uma parcela sofre um ônus demasiadamente grande do estilo de vida global. Por fim, como possibilidade, ou "uma outra globalização", seria um olhar que aponta para como o mundo poderia vir a ser, mais justo para todos.

Pensando que a globalização recria o mapa do mundo, com diferentes tons e cores para diferentes partes, cabe refletir qual é o resultado dessa criação. Como afirma Milton Santos, "não existe espaço global, mas, apenas, espaços da globalização" (1996, p.337), evidenciando os contrastes possíveis. Destaca-se que os espaços da globalização não se referem apenas às diferenças entre países, mas se descortinam nas variadas escalas. Martin Mowforth e Ian Munt (2003, p.05), citando Dodds (2002, p. 06), acrescentam que "simplesmente, há partes do Terceiro Mundo no Primeiro Mundo e vice-versa" (TRADUÇÃO LIVRE).[60]

Bacelar (2008) assinala que, dentre as tendências da globalização, está o fato de que ocorrem, simultaneamente, processos de homogeneização e diferenciação. A homogeneização se refere ao fato de que, em diversos e variados pontos do mundo, é possível localizar elementos, objetos e práticas similares, onde "tudo é parecido". Essa homogeneidade é induzida de forma a facilitar a fluidez do capital e tudo que a ele está incorporado (HARVEY, 2011). A diferenciação se relaciona ao porquê determinado território é escolhido em detrimento de outro, ou seja, o que há de vantajoso e o que o torna diferenciado o suficiente para ser competitivo. Dessa forma, Bacelar (2008) aponta que há duas leituras para os territórios em tempos de globalização: a primeira, se refere aos territórios como "palcos de operação" de agentes e demandas globais, medidos através de critérios de vantagem e desvantagem. A segunda é aquela conectada à população de cada território, que os vêm como construções sociais particulares, como seu ambiente, seus valores, seu cotidiano.

Guy Martini (2009, p.86) afirma que os geoparques são os novos territórios do século XXI e, de acordo com o raciocínio aqui desenvolvido, o patrimônio natural, o turismo e o desenvolvimento sustentável compõem juntos o que vem a ser entendido como um território de um geoparque. Nesse sentido, convém refletir se, de fato, a junção desses elementos, entendida como um processo e não um acontecimento súbito, constitui um novo território ou a ressignificação deste em função de sua patrimonialização e do uso pelo turismo através de um padrão dito universal. Afinal, as fronteiras idealizadas para se tornarem um Geoparque Global da UNESCO foram assim planejadas em um espaço com determinados legados históricos, problemáticas sociais e dinâmicas características, portanto, é essencial compreender que um geoparque é uma sobreposição

[60] No original: "put simply, there are parts of the Third World in the First World and vice versa" (MOWFORTH E MUNT, 2003, p. 05).

de novas práticas e tendências a um território, e, portanto, se apropria de alguns elementos materiais e simbólicos e os ressignifica.

Desde a elaboração do projeto de um geoparque até a sua concretização, há o envolvimento, por parte dos atores, de um dispêndio de energia, informação, conhecimento, tempo, movimentação de políticas públicas e recursos materiais e financeiros. Ainda nesse âmbito, é preciso reconhecer e considerar um conjunto de *intenções* sobre a área, que varia conforme os sujeitos e indica como o planejamento, entendido como um instrumento essencialmente político, será engendrado.

Criar um geoparque ao invés de despender esforços para outro intuito, ou criá-lo em determinada localidade em detrimento de outra, significa que decisões estão sendo tomadas, enquanto outras decisões diferentes, estrategicamente, não o foram. Bononi, Lunas e Oliveira (2016, p. 158) afirmam que, em se tratando de decisões políticas, nunca há omissões, mas sempre escolhas e, nesse sentido, mesmo a "não-decisão" não é um sinônimo de ausência desta, mas, pelo contrário, trata-se de uma deliberação em aplicar os recursos disponíveis de determinada forma e não de outra. Assim, cabem as questões, que parecem simples, mas são capazes de dizer muito sobre território de um geoparque: por que e por quem os geoparques estão sendo criados? Qual o objetivo? Ressalta-se que essas são perguntas que cabem nas mais variadas escalas pois, também em nível mundial, o fato de haver 41 UGGp na China, 81 na Europa e nenhum no Estados Unidos, indica uma questão curiosa, deixando implícito o peso político e possíveis atribuições e obrigações que o título é capaz de agregar.

Há, portanto, noções conflitantes entre o global e o local, entre a homogeneização e a diferenciação e, como parte desse processo, os geoparques expressam tais conflitos como algo intrínseco à sua construção e à sua existência. Sendo resultado e produtora do modo de produção capitalista, a globalização abarca as variadas dimensões da vida: o econômico, o político, o cultural etc., disseminando modelos, valores e dinâmicas. Do ponto de vista geográfico, expõe a perspectiva da escala, ou seja, a globalização atua e se caracteriza no global de uma maneira diversa daquela que assume no local. Por esse motivo, é importante compreender que os geoparques estão envolvidos profundamente nessa questão, pois se trata de um conceito que se pretende global, agregando conteúdos ambientais, sociais, políticos, econômicos e culturais, mas que se realiza na escala regional ou local. E, como afirma Milton Santos: "Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (1996, p. 339).

Desse modo, ao mesmo tempo que se deve ressaltar seus aspectos particulares e excepcionais, os geoparques se inserem em um modelo de caráter global, seguindo suas diretrizes e obtendo todos o mesmo selo. Ao mesmo tempo que devem criar uma gestão *bottom-up*, seguem uma normativa *top-down* advinda da UNESCO. Ao mesmo tempo que almejam ser globais, possuem um padrão fortemente eurocêntrico. Nesse sentido, são demandas internacionais que influenciam as escalas locais, criando novas demandas e trazendo alterações de diversas naturezas. Porém, cabe salientar que sua efetivação no território nem sempre cumpre com as proposições idealizadas.

3.2 O encontro entre o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável

A globalização alterou os modos de pensar e de agir, criando novos arranjos mentais que se configuraram em novas formas espaciais, com o surgimento de novos objetos e de novas geografias. Pode-se afirmar, com considerável grau de certeza, que o encontro entre o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável ocorreu de determinada forma e intensidade graças aos processos inerentes à globalização. Uma vez que no modo de produção capitalista todas as coisas se tornam passíveis de ser mercadorias, como o espaço e a cultura, não é possível analisar a relação entre essa tríade sem considerar o peso atrelado à economia política do turismo, do patrimônio e do desenvolvimento sustentável como um discurso mercadológico. Nesse sentido, se a globalização trouxe consigo a promessa de um planeta mais tecnológico e preparado para lidar com seus problemas, atenuando as misérias, diminuindo os riscos e unindo pessoas e culturas, ela também esteve acompanhada das crises e distorções próprias ao capitalismo. Conforme Milton Santos:

> A dinâmica dos espaços da globalização supõe uma adaptação permanente das formas e das normas. As formas geográficas, isto é, os objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação das normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado (SANTOS, 1996, p. 252).

O modo como concebemos o ambiente e a natureza ao redor se transformou ao longo do tempo e hoje também ocorre através das lentes do mundo global. A procura por expandir mercados e liderar a posse de recursos teve consequências bastante severas para

os meios naturais, como a devastação de florestas e esgotamento de determinados recursos. Conforme Clive Ponting (1995, p. 236), a maneira que as sociedades pensavam – e pensam - o mundo foi fundamental para legitimar o tratamento que dão a ele. Isso reflete no relacionamento entre os seres humanos e a natureza, no qual houve a variação entre uma visão pautada na religião e questões filosóficas para uma visão baseada, em maior peso, na vertente econômica.

> O pensamento econômico é hoje um fator essencial na ordenação dos sistemas dentro dos quais as comunidades humanas atuam sobre os ambientes em que vivem. Não é apenas o declarado sistema econômico de uma sociedade, mas as premissas econômicas e os sistemas de valores por elas englobados são essenciais para compreensão da visão moderna do relacionamento entre os seres humanos e o mundo natural (PONTING, 1995, p. 255)

De acordo com Ponting (1995, p. 249), com o crescente desenvolvimento de novas tecnologias e o avanço do conhecimento científico, no final do século XVII, começou a se firmar uma mentalidade da história como uma crônica de progresso, um melhoramento contínuo e uma onda de otimismo para a qual não haveria limites, como os ecológicos, por exemplo. No século XIX esse pensamento já estava bastante fortalecido e dominava, sendo justificado pelas conquistas materiais que ocorriam na Europa, pelo desenvolvimento da indústria e o crescimento das cidades. Nesse sentido, a natureza servia ao usufruto de quaisquer necessidades do homem em prol do progresso e as preocupações com a escassez de recursos eram algo amplamente negligenciado.

Conforme Ponting (1995, p. 258), o defeito crucial dessa perspectiva é que “os recursos da terra são tratados como capital – um conjunto de ativos que devem ser transformados em uma fonte de lucro”. Pensa-se, portanto, em uma natureza como mercadoria, nos processos necessários à sua transformação em produtos, como distribuí-los, como lidar com o mercado competitivo desafiando, assim, qualquer lógica que presuma o esgotamento das fontes. Para Milton Santos:

> A busca de mais-valia ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo (que é também destrutivo, para usar uma antiga expressão de J. Brunhes) seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais (SANTOS, 1996, p. 253).

Assim, esse tipo de racionalidade que interpreta a natureza como um recurso econômico desconsidera o seu ritmo de reposição natural e seus limites. De acordo com Ignacy Sachs (2007) a reação aos excessos de otimismo que o mundo vivia e a tomada de

consciência sobre certos limites ecológicos ganhou força nos anos 1960, suscitando o nascimento do ambientalismo e seu heterogêneo feixe de vertentes. Apesar da existência de posições políticas variadas no que se refere ao manejo da questão ambiental, questionou-se muito a ação humana e seus desdobramentos no planeta.

A ampliação da consciência dos limites da natureza e das probabilidades de escassez de determinados recursos trouxe consigo a necessidade de estabelecer normas que pudessem colaborar na regulação da ação do homem no ambiente. Um modo de lidar com a situação pode ser identificado a partir do que Wagner Ribeiro (2001) denomina ordem ambiental internacional. Segundo o autor, trata-se de uma trama de ações envolvendo o ambiente que está sendo institucionalizada no mundo, que visa regular as práticas humanas envolvendo sua relação com o meio ambiente. Tal regulação ocorre em nível internacional, por meio de convenções, assinatura de protocolos e acordos multilaterais entre países e blocos. Conforme Ribeiro, foi durante a década de 1980 que um sistema de instrumentos internacionais ganhou notoriedade em tratar de temas ambientais, com o objetivo de regular o uso dos recursos naturais, impedir a degradação dos ecossistemas, discutir a segurança ambiental e debater a concretização do desenvolvimento sustentável.

O autor aponta que também nesse momento surgiu uma maior reflexão sobre as possibilidades de uso e concepção do patrimônio. Dessa forma, o tratamento dado ao patrimônio hoje, pela sua amplitude internacional, também se constitui em uma ferramenta da ordem ambiental internacional, pois ocorre no âmbito das convenções internacionais, que são, segundo Ribeiro (2010, p. 75) “a maior expressão do movimento de regulamentação da ação humana na Terra”. Para Ribeiro (2001), o desenvolvimento sustentável e a segurança ambiental podem ser considerados a base das formulações que orientam as decisões internacionais. Porém, segundo o autor, a sustentabilidade tornou-se um conceito mais amplamente discutido, embora bastante controverso.

A ONU, criada em 1945, é um dos mais importantes organismos que atuam na ordem ambiental internacional, propondo medidas que auxiliem na regulação da ação humana no mundo. Principalmente por meio da UNESCO, fundada um ano depois, a ONU atua na questão ambiental, influenciando determinadas tendências pelo mundo.

Sobre a atuação da UNESCO e a questão ambiental, é preciso ressaltar um momento muito importante e que lançou paradigmas: a Conferência de Estocolmo, em 1972. De acordo com Ribeiro (2001, p. 74) a Conferência de Estocolmo foi a responsável por marcar o ambientalismo e inaugurar um novo ciclo nos estudos das relações

internacionais. Foi a primeira grande convenção mundial para tratar do tema do meio ambiente, que resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), evidenciando ainda mais a participação da ONU nas questões ambientais. De acordo com Ribeiro (2001, p. 82), a criação do PNUMA não ocorreu sem conflitos, uma vez que o debate sobre a proteção da natureza aprofundou a tensão entre desenvolvimento X crescimento, sendo bastante questionado pelos países periféricos.

O PNUMA, derivado da Conferência de Estocolmo, colaborou para um aumento progressivo da importância da problemática ambiental no plano internacional, incentivando diversas outras reuniões. Vale lembrar que, ainda em 1972, ocorreu a Convenção do Patrimônio Mundial, fomentada pela retórica da destruição dos bens culturais e naturais pelo mundo e a necessidade de brecar esse processo. Scifoni e Ribeiro (2006, p. 100) consideram que os rumos que a urbanização e a industrialização estavam trazendo, com implantação de infraestruturas como estradas, represas, a ampliação das fronteiras agrícolas e a modernização da agricultura exerceram uma pressão sobre o patrimônio cultural e natural. Nesse sentido, é possível considerar que esse período foi marcado pelo alargamento das preocupações com o ambiente, seja em seus aspectos culturais ou naturais, face às transformações que a modernização trazia, resultando na emergência da problemática ambiental no cenário internacional, bem como da problemática patrimonial.

Conforme Maria Gravari-Barbas e Sébastien Jacquot (2014, p.03), a política do patrimônio mundial surge de uma perspectiva dupla de proteger os bens contra as ameaças das transformações da sociedade e de buscar colocar em prática a ideia de paz por meio da colaboração cultural. Os autores esclarecem que, nesse momento, o turismo não aparece articulado de maneira explícita entre esses objetivos. Apesar de sua ausência na Convenção, Gravari-Barbas e Jacquot (2014, p. 10) afirmam que o turismo já sobrevinha como um possível aliado da conservação desde alguns anos antes, em meados de 1950, mas sua relação com o desenvolvimento só se tornou popularizada alguns anos depois, através do trabalho de Emmanuel de Kadt denominado “Turismo, passaporte para o desenvolvimento?”, fruto de um seminário organizado pelo Banco Mundial e a UNESCO. Dessa maneira, o vínculo entre o turismo e o desenvolvimento foi fortalecido de forma progressiva e, em 2000, já consistia como um eixo estratégico forte para a UNESCO (GRAVARI-BARBAS E JACQUOT, 2014, p. 10).

No trigésimo ano de aniversário da Convenção, em 2002, o Comitê do Patrimônio Mundial, através da Declaração de Budapeste, evidenciou o desenvolvimento sustentável como importante instrumento para gestão dos sítios do Patrimônio Mundial:

> 1.Nós, membros do Comité do Património Mundial, reconhecemos o carácter universal da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) e, consequentemente, a necessidade de assegurar a sua aplicação ao património em toda a sua diversidade, enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável de todas as sociedades, pelo diálogo e pela compreensão mútua;
>
> [...]
>
> c) zelaremos pela preservação de um justo equilíbrio entre a conservação, a sustentabilidade e o desenvolvimento, de modo a proteger os bens do património mundial através de atividades adequadas que contribuam para o desenvolvimento social e económico e para a qualidade de vida das nossas comunidades;[61]

Em 2012, em comemoração ao quadragésimo aniversário da Convenção, o ano foi oficializado através do tema "Patrimônio Mundial e desenvolvimento sustentável: o papel das comunidades locais". Nesse mesmo ano foi publicado um dossiê com 36 estudos de caso denominado "World Heritage: Benefits Beyond Borders", cujo objetivo era apreender o sentido dos locais do Patrimônio Mundial e seu "valor universal excepcional" no contexto do desenvolvimento sustentável, utilizando uma visão holística e integrada do Patrimônio Mundial e "vinculando-o ao papel que as comunidades locais desempenham na gestão e proteção e às questões de sustentabilidade do ecossistema e a manutenção da diversidade biológica, linguística e cultural" (TRADUÇÃO LIVRE).[62] Conforme Gravari-Barbas e Jacquot (2014, p. 06), o documento foi capaz de evidenciar o financiamento de projetos conduzidos pela ideia de desenvolvimento sustentável pelas organizações internacionais, mostrando a grande influência desse paradigma e sua ampla disseminação.

O segundo grande encontro sobre o ambiente foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, que deu origem à chamada

---

[61] Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatrimoniomundial2002.pdf. Acesso em novembro de 2020.

[62] No original: "linking it to the role local communities play in management and protection, and to issues of ecosystem sustainability, and the maintenance of biological, linguistic and cultural diversity". Disponível em: https://whc.unesco.org/en/benefits-beyond-borders/. Acesso em novembro de 2020,

Agenda XXI. A Conferência alavancou a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, expressão difundida pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) poucos anos antes, em 1987, através do relatório Nosso Futuro Comum. O desenvolvimento sustentável canalizou as necessidades de se repensar as relações entre a sociedade e a natureza, apontando para a premência de um equilíbrio entre o uso de recursos para o crescimento econômico e a proteção e manutenção desses, atingindo os sítios do Patrimônio Mundial como uma estratégia de planejamento e gestão.

Assim, emergindo como um paradigma para o final do século XX, o desenvolvimento sustentável passou a influenciar diversas atividades de planejamento, alcançando o turismo e lançando um novo produto: o turismo em áreas naturais. Conforme Rita Cruz (2003, p. 17), a atmosfera de resgate da natureza do período trouxe o modismo relacionado aos ambientes naturais, sendo a década de 1990 um momento de grande expansão do chamado ecoturismo que é, portanto, produto desse determinado momento histórico. O turismo pode ser apreendido, como uma forma de compreender como esses processos se uniram, se combinaram e deram origem a arranjos econômicos e sociais, delineando processos ambientais, políticos e desenhando padrões geográficos pelo mundo. Conforme Martin Mowforth e Ian Munt:

> […] o turismo é uma lente metafórica que ajuda a colocar aspectos do desenvolvimento em foco. Não se trata apenas do papel e do impacto do turismo no desenvolvimento do Terceiro Mundo, mas também dos papéis das pessoas e organizações do Primeiro Mundo (operadores, turistas, organizações não-governamentais etc) na fabricação do "desenvolvimento" como uma ideia, projeto ou estado final (MOWFORTH E MUNT, 2003, p.01) (TRADUÇÃO LIVRE).[63]

Ao mesmo tempo que turismo e desenvolvimento sustentável se aproximam no discurso, fundamentados nos princípios da conservação do patrimônio e da natureza, contraditoriamente, retorna-se ao olhar mercadológico sobre essa última. É a continuidade do processo de atribuição de significados possíveis à natureza, imbuída de uma nova mediação e através da criação de uma nova necessidade: "era preciso criar áreas não somente no intuito de garantir a vida de futuras gerações, mas também para que 'o homem pudesse refazer suas energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho

[63] No original: "[...] tourism is a metaphorical lens that helps bring aspects of development into sharper focus. It is not just about the role and impact of tourism in Third World development, but also about the roles of First World people and organisations (operators, tourists, non-governamental organisations, etc.) in the manufacture of 'development' as an idea, project or end-state" (MOWFORTH E MUNT, 2003, p.01).

monótono'" (SANTANA, 2008, p. 69). É sobre essas justificativas que o turismo em áreas naturais ganha força concomitantemente à expansão das áreas protegidas.

> O novo significado da natureza está gerando um novo mercado turístico, o chamado ecoturismo, com indivíduos submetidos ao desejo de "retornar à natureza", nela inserindo-se sem deformá-la, desfigura-la ou depreda-la. A experiência desse "retorno" se dá de forma turisticamente organizada a pontos seletivos do espaço. Assim temos desde uma perspectiva geográfica uma valorização seletiva dos territórios (BECKER, 2001, p. 03).

Nesse mesmo sentido, a ponderação de Françoise Choay (2017, p. 226) - embora esta se refira, primordialmente, ao patrimônio histórico arquitetônico – colabora com nossa reflexão quando afirma que o patrimônio é enriquecido, continuamente, com novos tesouros, surgindo novas formas de valorização a serem exploradas. Entre essas novas formas, pode-se acrescentar o patrimônio natural, através do ecoturismo, e o patrimônio geológico, através do geoturismo. Utilizando expressões empregadas por Choay, a "indústria patrimonial" reinventa seus produtos através da "engenharia cultural", buscando se ater às tendências e aos modismos.

Maria Gravari-Barbas e Sébastien Jacquot (2014) afirmam que a tentativa de articular as questões da conservação com um turismo "benéfico" trouxe a interpretação de uma prática que poderia ser alternativa ao turismo de massa, correlacionando valores culturais e valores econômicos. Dessa forma, essa articulação se daria através da busca de um equilíbrio, conforme material preparado pelo ICOMOS em 1993, intitulado "Tourism at World Heritage Sites", onde, seguindo essa perspectiva, a introdução se intitula "Finding a Balance":

> Os Sítios do Patrimônio Mundial abarcam muitas das atrações mais excepcionais e grandiosos monumentos do passado. Para os promotores do turismo, esses atuam como imãs, enquanto para a nação em que se encontram servem como ícones que continuam a influenciar os valores atuais. Eles são tesouros no sentido mais completo e profundo. Eles requerem uma gestão que os preserve para as futuras gerações e, ao mesmo tempo, os torne acessíveis ao público para fins de educação e diversão. Encontrar o equilíbrio adequado entre essas demandas é uma das tarefas mais difíceis e importantes que os gestores dos Sítios do Patrimônio Mundial devem realizar (ICOMOS, 2004, p. 08) (TRADUÇÃO LIVRE).[64]

[64] No original: "World Heritage Sites include many of the planet's most outstanding attractions and grandest monuments of the past. For tourism promoters they act as magnets, while for the nation in which they are found they serve as icons that continue to influence current values. They are treasures in the fullest and

Conforme apontam Gravari-Barbas e Jacquot, o documento supracitado indica que esta relação deve ser mantida de acordo com uma hierarquia, na qual a conservação deve preceder o turismo:

> Não é fácil criar esse equilíbrio, especialmente porque a conservação e o turismo são, em muitos aspectos, tipos de esforços opostos. De modo geral, conservacionistas preservam e turistas consomem. Existe uma maneira de criar uma ponte entre os dois. Isso se dá por meio do desenvolvimento do conceito e prática de um planejamento abrangente em relação aos Sítios do Patrimônio Mundial (ICOMOS, 2004, p.10 (TRADUÇÃO LIVRE).[65]

De acordo com Neil Smith (1988, p.27), a experiência do capitalismo trouxe a transformação da natureza em nível global, tanto pelo seu consumo físico quanto intelectual. Para o autor, esta experiência rejeitou visões de natureza incompatíveis com suas concepções e trouxe outras novas. Nesse sentido, considerando o patrimônio natural como uma ideia surgida no bojo da sociedade capitalista, é possível questionar quais são os limites desse pressuposto equilíbrio entre a conservação do patrimônio natural e o turismo. Em um primeiro momento, o patrimônio natural e suas metas de proteção e conservação da natureza, aliadas ao discurso sustentável em voga, podem supor uma possível aliança e conciliação entre o âmbito do capital e da proteção do meio ambiente através da sustentabilidade. No entanto, a própria construção da noção de patrimônio ao longo do tempo, conforme anteriormente analisado, tornou proeminente sua interpretação como mercadoria, valorizada através do *marketing* criado pelas mídias com o intuito de vender paisagens. Ressalta-se que esse é um processo que abrange tanto o patrimônio em sua faceta natural quanto cultural. Françoise Choay assevera que a indústria patrimonial, lançada na perspectiva do desenvolvimento e do turismo:

> [..] representa hoje, de forma direta e indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda das nações. Para muitos estados, regiões, municípios, ela significa a sobrevivência e o futuro econômico. E é exatamente por isso que a valorização do patrimônio histórico representa um empreendimento considerável (CHOAY, 2017, p. 226).

---

deepest sense. They require management that preserves them for future generations and, at the same time, makes them accessible to the public for purposes of education and enjoyment. Finding the proper balance between these demands figures as one of the most difficult and important tasks World Heritage Site managers have to perform".

[65] No original: "It is not easy to create such a balance, especially because conservation and tourism are in many respects opposite kinds of endeavors. Generally speaking, conservators preserve and tourists consume. There is a way to create a bridge between the two. This is by developing the concept and practice of comprehensive planning in relation to World Heritage Sites".

Nessa perspectiva, não basta supor que o planejamento será eficaz para atenuar o ângulo mercadológico existente. Pensando no território como uma construção social marcada pelo poder, as ações em torno de seu planejamento perpassam por essa esfera e são estabelecidas através dos atores e instituições, políticas e ações. Torna-se, portanto, primordial compreender os processos envolvidos, assim como os atores sociais e seus objetivos. Confome Girault e Juhé-Beaulaton:

> O patrimônio não é apenas uma construção reveladora das dinâmicas sociais contemporâneas e das questões de poder que elas geram, mas também um instrumento de encontro a diferentes níveis, entre atores e instituições, entre cientistas de horizontes disciplinares variados, entre parceiros do norte e do sul ou simplesmente internacionais (GIRAULT E JUHÉ-BEAULATON, 2016, p. 05-06) (TRADUÇÃO LIVRE).[66]

Dessa maneira, como um "ponto de encontro" que envolve múltiplos pontos de vista, a maneira como o patrimônio é interpretado, e por quem, guiará a forma como será tratado no âmbito do planejamento do território, na proteção da cultura e da natureza. Assim, Girault e Juhé-Beaulaton (2016) enfatizam que é essa interpretação, combinada com o grau de participação que os variados atores interessados terão e o quanto estão dispostos a ceder, que demonstra a polivalência do patrimônio. As relações inerentes a esse ponto de encontro estabelecerão qual lado da balança irá predominar.

Portanto, a conjugação de fatores de ordem global irá colaborar para um arranjo territorial e, essencialmente, político, que se assentará na realidade local, permitindo uma multiplicidade de casos e variáveis. A investigação da escala nacional brasileira poderá contribuir para estreitar o foco da análise e iluminar como tais paradigmas se estabeleceram.

3.3 Território brasileiro: diversidades, contrastes, diferenças e desigualdades

O panorama apresentado anteriormente mostrou parte das dinâmicas de uma ordem global que, ao longo do tempo histórico, formaram o patrimônio, o turismo e o

[66] No original: "Le patrimoine est non seulement une construction révélatrice des dynamiques sociales contemporaines et des enjeux de povoirs qu'elles génèrent, mais aussi un instrument de rencontres à différents niveaux, entre acteurs et institutions, entre scientifiques d'horizons disciplinaries variés, entre partenaires du nord et du sud ou tout simplement internationaux" (GIRAULT E JUHÉ-BEAULATON, 2016, p. 05-06).

desenvolvimento sustentável como noções tal como as entendemos atualmente. Esta se confere como uma parte importante para a análise pois não é sobre um território neutro que os geoparques irão se instalar. Preliminarmente à chegada dos geoparques, o turismo, o patrimônio e o desenvolvimento sustentável, e outras variáveis, já marcaram o território de alguma forma, algo que não pode ser desconsiderado. Essa complexidade própria do território, do espaço e das relações sociais torna ingênuo que se desconsidere as especificidades regionais, locais e nacionais, inclusive por conta dos próprios desafios que as propostas de geoparques encontram - como veremos adiante com mais detalhes.

De acordo com Neil Smith (1988), as diferenciações que se formam no espaço devem ser compreendidas considerando as contradições e conflitos inerentes ao modo de produção capitalista. Essas diferenciações são adquiridas ao longo do processo histórico e, constantemente, recriadas pelos novos elementos que vão sendo inseridos. Nesse sentido, a geografia gerada nesse processo é extremamente desigual, podendo-se afirmar que o "desenvolvimento desigual é a marca registrada da Geografia do Capitalismo" (SMITH, 1988, p. 16). Assim, as características espaciais desse processo são peculiares a esse modo de produção em específico, não existindo em nenhum tempo histórico anterior da maneira que se configuram hoje, ao que o desenvolvimento desigual pode ser definido como a expressão geográfica das contradições do capital (SMITH, 1988).

Embora tenha existido um momento histórico, bastante remoto, em que as diferenciações espaciais poderiam existir por características naturais, na história do mundo capitalista globalizado não é possível entende-las sem considerar a divisão do trabalho na sociedade e as condições de seu desenvolvimento (SMITH, 1988, p.152). Assim, há uma relação intrínseca, pontuada por Neil Smith, entre o desenvolvimento desigual e a Divisão Territorial do Trabalho (DTT). Sobre isso, Rita Cruz (2018) acrescenta que se o trabalho pode ser dividido territorialmente, isso não resulta em um desenvolvimento igualitário, pois o capital é seletivo do ponto de vista espacial. Desse modo, hoje não se constatam apenas diferenciações espaciais, mas sim profundas desigualdades geográficas.

Embora não estejam se referindo, especificamente, ao desenvolvimento desigual, Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) trazem importantes contribuições à nossa análise quando abordam a ocupação territorial brasileira:

> É assim que, a partir das heranças, isto é, das solicitações originais próprias a cada momento do passado, e da participação das diversas

> parcelas do país nas lógicas econômicas, demográficas e políticas contemporâneas, produz-se o verdadeiro mosaico de regiões que hoje constitui a formação socioterritorial brasileira.
> Algumas áreas dispõem de um longo passado histórico, constituindo acumulações mais carregadas de história. Em outras, esse tecido é mais tênue. Em todos os casos, as rugosidades, isto é, as heranças, têm um papel importante, porque constituem condições para a implantação das novas variáveis (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p.250).

Em sua análise sobre o Brasil, Milton Santos e Maria Laura Silveira mostram como houve, marcadamente desde o início da industrialização, uma concentração econômica que teve dificuldades de se difundir para o território como um todo. Para os autores, as dinâmicas globalizantes operam sobre esse pano de fundo de um território extremamente desigual, modificando os seus significados e acrescentando a ele novos objetos, ações e características inerentes ao seu próprio tempo. Isso contribuiu para agravar as disparidades espaciais e gerar ainda novas formas desta. Em outra ocasião, Milton Santos (1996) reflete que a transferência de modelos dos países ricos para aqueles com grandes desigualdades socioterritoriais corre o risco de colaborar na ampliação da distância entre áreas ditas luminosas e outras opacas.

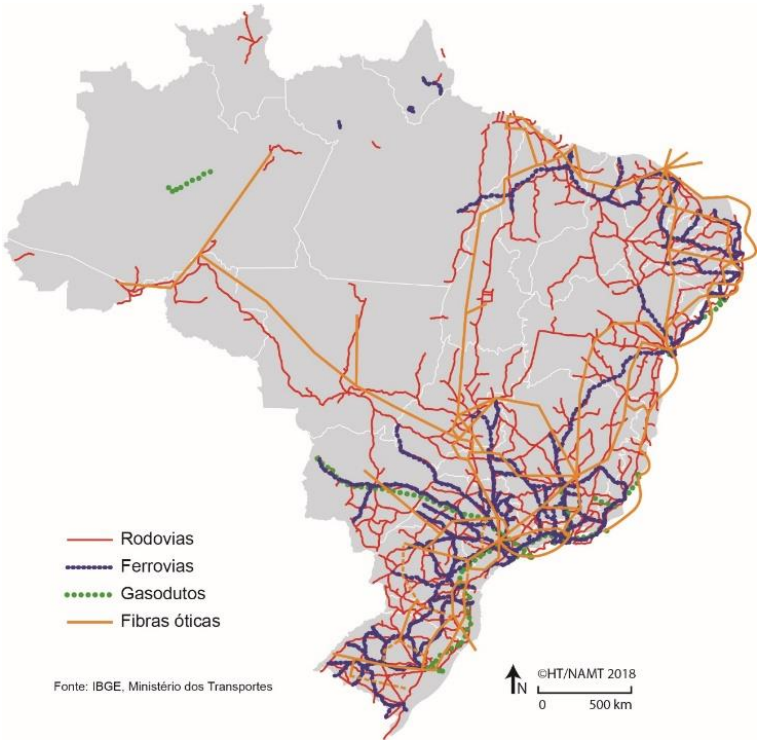
Dessa maneira, é preciso considerar que a organização espacial brasileira se destaca pela desigualdade que, de acordo com Pochmann (2007), se expressa a partir de qualquer indicador possível do âmbito social. Para o autor, a concentração da renda e da riqueza formam uma marca inalienável do Brasil. Em estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2020, o país alcançou, em 2019, o quinto ano consecutivo de alta para a desigualdade de renda.[67] Assim, conforme Cruz (2018), o processo histórico do Brasil gerou nítidas desigualdades espaciais expressas de diferentes formas, tais como pela rede de transportes, pela densidade populacional, entre outros. De acordo com a autora, existiriam determinados “legados territoriais” do desenvolvimento desigual no Brasil, que servem de base para qualquer outra atividade que venha a se conformar no país. Tais legados são resultados da própria história do território brasileiro e, embora possamos dizer que o processo colonial, com sua estrutura e seus modos de operação, pôde delinear, em partes, o legado territorial existente hoje, não é possível nos limitarmos a este fato. Essa situação deve ser encarada à luz do desenvolvimento desigual das forças

[67] Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/02/20/A-trajet%C3%B3ria-da-desigualdade-no-Brasil-segundo-este-economista. Acesso em novembro de 2020.

produtivas no território, em especial, ao longo do século XX com o processo de industrialização (CRUZ, 2018).

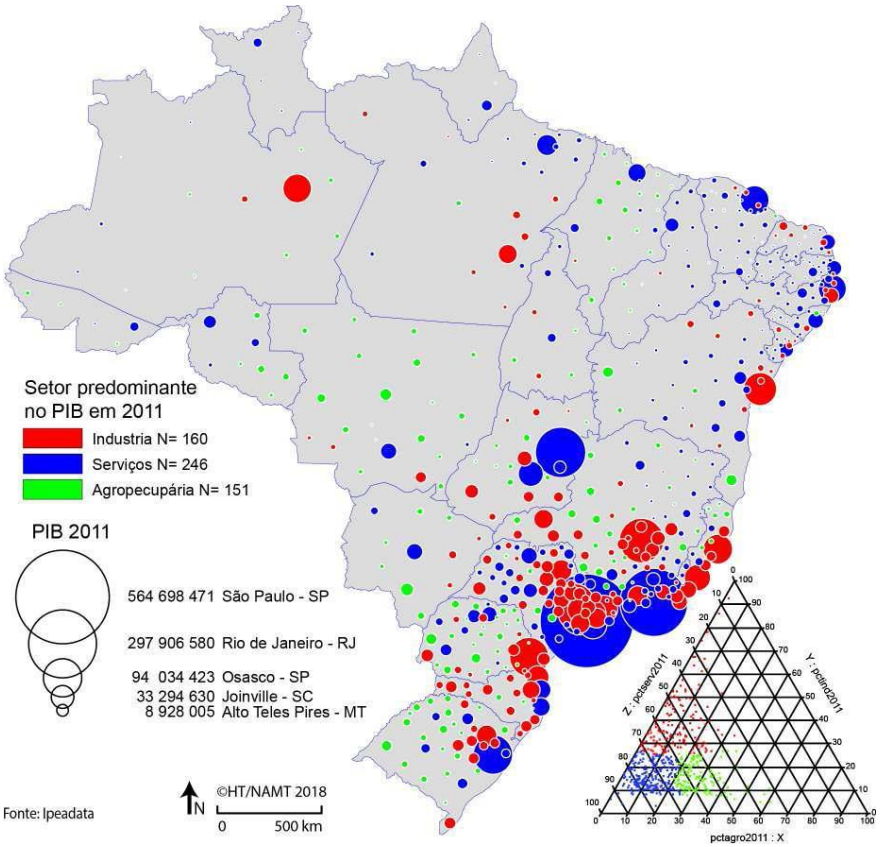
Essa desigualdade atinente à territorialização das forças produtivas gerou uma espacialidade peculiar que se repete em diversas ocasiões, como, por exemplo, nos mapas a seguir:

Mapa 3 - Redes de transporte no Brasil (2014).



Fonte: Thery e Mello-Thery (2018).

Mapa 4 - Localização das empresas industriais (2013).



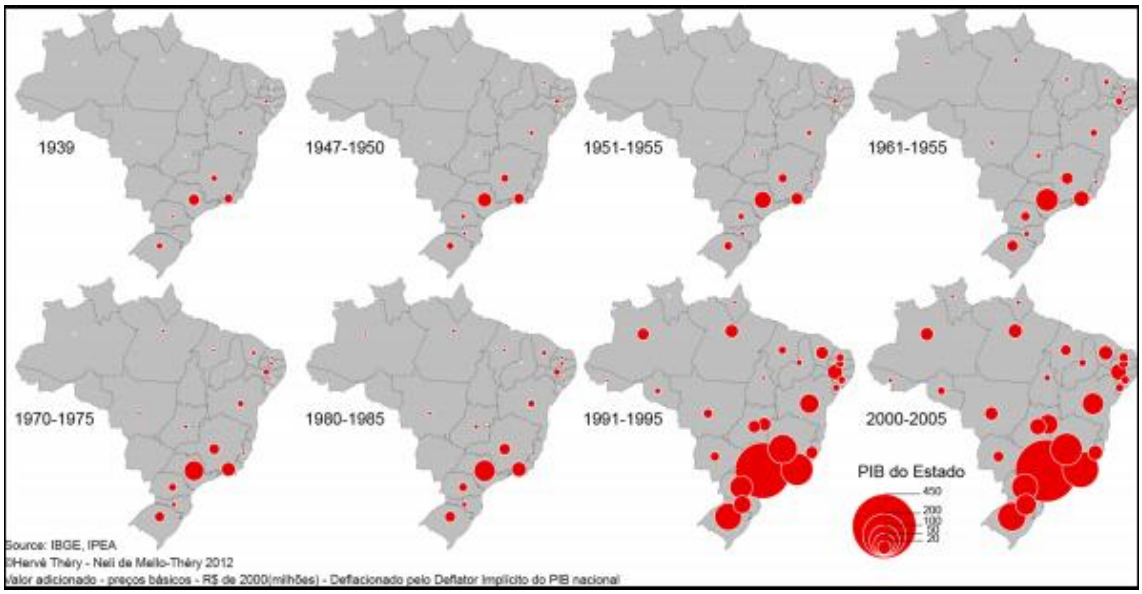
Fonte: Thery e Mello- Thery (2018).

Isso pode ser interpretado, conforme explana Cruz (2018), pelo fato de que as dinâmicas do território brasileiro foram e são, como não poderia deixar de ser, pautadas na concentração e centralização social do capital:

> Em síntese, do processo histórico de produção do espaço – comandado pelo capital produtivo – resulta um ambiente construído que expressa, nitidamente, a concentração e a centralização social do capital no Brasil no que podemos chamar de "porção oriental", reveladas estas por meio dos processos de concentração espacial/centralização do capital produtivo assim como pela concentração espacial da força de trabalho. (CRUZ, 2018, p. 06).

A sequência de mapas abaixo ilustra, mais diretamente, o crescimento concentrado da riqueza no Brasil, processo que se manteve nos mesmos padrões – "porção oriental" do território mais destacada – no período representado de 1939-2005.

Mapa 5 - Crescimento do PIB de 1939-2005 no Brasil.



Fonte: Thery e Mello-Thery (2012).

Nesse sentido, as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais são expressas no tempo e no espaço:

> Mostram no tempo os processos que se desenvolvem no país, apontando a transição, a evolução da sociedade local e no espaço, as tendências de ocorrência de determinados fenômenos, que podem ser estruturantes ou reestruturantes para o desenvolvimento de um dado local (THERY E MELLO-THERY, 2012, p.71)

Os mapas acima expressam, portanto, a forte concentração de serviços, infraestrutura, pessoas, renda etc, no que Cruz denomina "porção oriental" do Brasil. Essa geografia é parte de um processo histórico liderado pelo capital produtivo e sua forma seletiva e criteriosa de se espacializar. Importante ressaltar que, se o desenvolvimento desigual ocorre mundialmente e através de diversos recortes espaciais, o caso brasileiro deve ser analisado por suas particularidades, ao que Cruz (2020) denomina de desenvolvimento desigual "à brasileira".

> A formação socioespacial brasileira, cuja história remete à própria gênese do modo de produção capitalista, é uma expressão concreta das transformações políticas, econômicas, socioculturais e espaciais pelas quais passou o mundo nos últimos cinco séculos, mas também é um retrato único de si mesma, como toda e qualquer formação socioespacial. Abrigo de ordens distantes, o território brasileiro segue

> revelando suas contradições internas, ao mesmo tempo universais e particulares (CRUZ, 2020, p. 33).

Desse modo, o desenvolvimento de novos projetos ou atividades no Brasil encontra um território nacional marcado por esses legados, que, possivelmente, serão capazes de estruturar novas ações fazendo com que características herdadas de processos históricos e refletidas espacialmente, se perpetuem. Ressalta-se ainda, com base em Smith (1988, p. 19), que o padrão visível na geografia do território brasileiro evidencia o desenvolvimento de um lado e o subdesenvolvimento de outro, como dois lados de uma mesma moeda.

3.3.1 A inserção do turismo no território brasileiro

Ao abordar o ordenamento territorial brasileiro, Simone Affonso da Silva afirma que

> [...] o paradigma do turismo tem se destacado no tocante às políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento regional, associando-se a outros dois paradigmas relevantes no contexto atual: o paradigma ambiental e o paradigma do desenvolvimento local.
> A meu ver, o paradigma do turismo está relacionado à emergência do setor de serviços face ao declínio relativo do setor industrial no âmbito do processo de expansão da globalização, sendo considerado como uma atividade econômica alternativa à promoção do desenvolvimento sustentável nas escalas regional e local (SILVA, 2017, p.261).

De acordo com Cruz (2006, p. 344), a ascensão do turismo como uma das mais importantes atividades geradoras de riqueza do mundo, no final do século XX, passa a despertar o interesse nas administrações públicas brasileiras. Se, antes da década de 1990, a atividade não tinha protagonismo no planejamento do território, a partir desse momento, o turismo surge como uma forte referência para o ordenamento com vistas ao desenvolvimento. Assim, o Estado brasileiro passa a eleger e adequar partes do território ao uso turístico, em um “processo que envolve a criação de um novo sistema de ações público e a implantação de novos sistemas de objetos bem como a recuperação (modernização) de sistema pré-existentes” (CRUZ, 2006, p. 344).

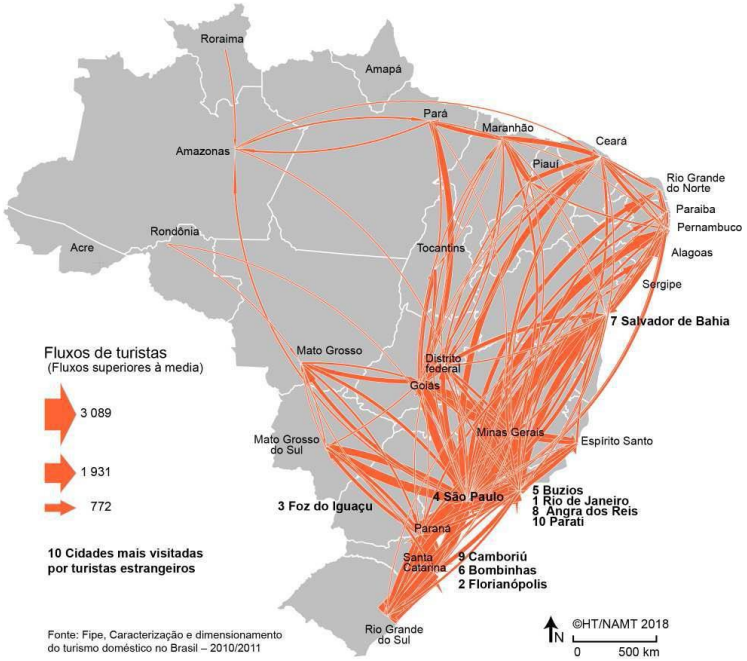
Nessa perspectiva, o Brasil recebeu o turismo em um território marcado por outras dinâmicas econômicas, políticas e sociais já em curso e com um conjunto de estruturas físicas pré-existente, como explicitado anteriormente, esclarecendo que "o turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma 'tabula rasa', sobre espaços vazios e sem donos" (CRUZ, 2008, p. 33).

Assim, Cruz (2018) traz um apanhado de dados que permitem observar a concentração das atividades turísticas no Brasil. Entre estes, a avaliação da chegada de turistas estrangeiros no país, a qual mostra que, entre 2011 e 2013, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, juntos, recepcionaram 58,95% do total. O Anuário Estatístico de 2019, lançado pelo Ministério do Turismo, registrou alta na entrada de turistas estrangeiros em onze estados no ano de 2018.[68] No entanto, o estudo reafirma São Paulo, Rio de Janeiro e, em terceiro lugar, o Rio Grande do Sul como os principais receptores desses turistas. Cruz também aponta um estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) para o período entre 2011-2015, de onde se tem que das dez cidades mais visitadas no Brasil por estrangeiros, oito delas são litorâneas, aspecto que permite à autora ressaltar a importância do turismo litorâneo para a definição das geografias do turismo internacional no país.

Além disso, podemos acrescentar as conclusões da Pesquisa da Demanda Turística Internacional no Brasil publicado em 2019, também realizada pela FIPE, que traz uma compilação de dados considerando o período 2014-2018. De acordo com o estudo, destinos mais visitados por motivos de lazer foram Rio de Janeiro - RJ, Florianópolis - SC, Foz do Iguaçu - PR, Armação de Búzios – RJ e São Paulo –SP. O mapa 6 a seguir revela o fluxo de turismo doméstico entre os locais mais visitados por turistas estrangeiros durante o período de 2011-2015, evidenciando uma forte concentração entre o Sul, Sudeste e Nordeste do país. Além disso, esse mapa propõe a reflexão sobre quais paisagens brasileiras são vendidas pelo capital no mercado do turismo internacional e suas localizações.

[68] Disponível em: http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12722-onze-estados-brasileiros-tiveram-crescimento-no-n%C3%BAmero-de-turistas-internacionais.html. Acesso em novembro de 2020.

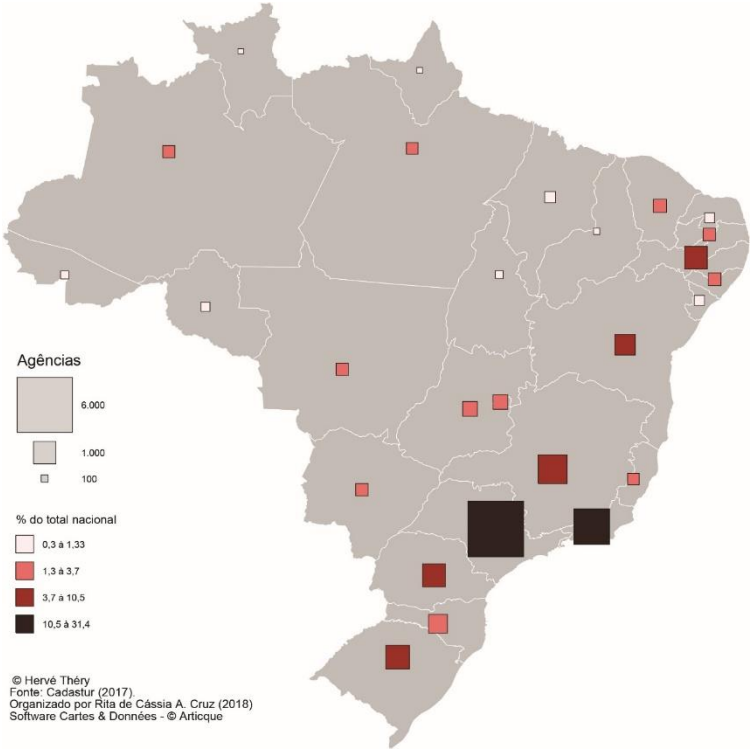
Mapa 6 - Fluxo de turistas domésticos no Brasil entre 2011 e 2015.



Fonte: Thery e Mello-Thery (2012).

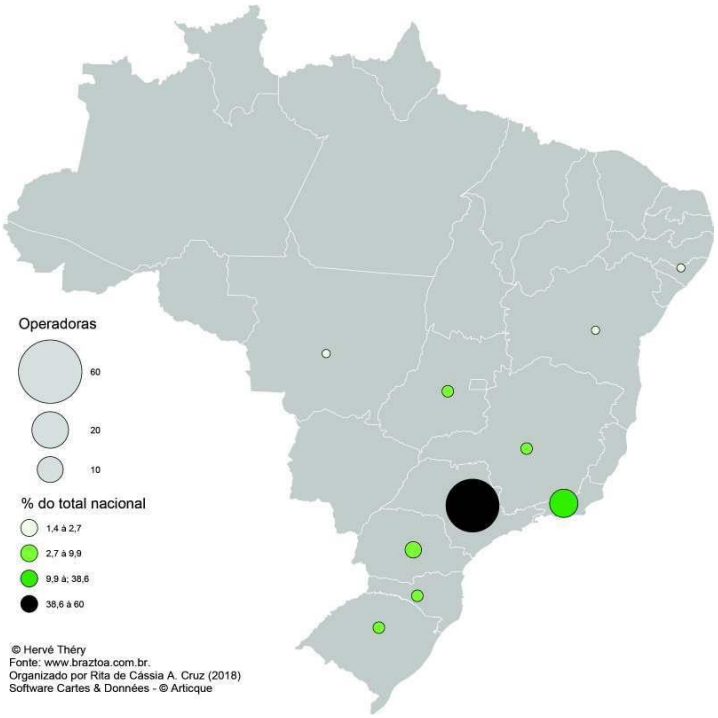
Essa espacialidade se repete em algumas outras ocasiões relacionadas ao turismo e à sua estruturação em território nacional, como se pode observar nos mapas abaixo, constantes da análise realizada por Cruz (2018) no artigo em que a mesma relaciona o turismo no país ao desenvolvimento geográfico desigual.

Mapa 7 - Distribuição de agência de turismo por estado (2017).



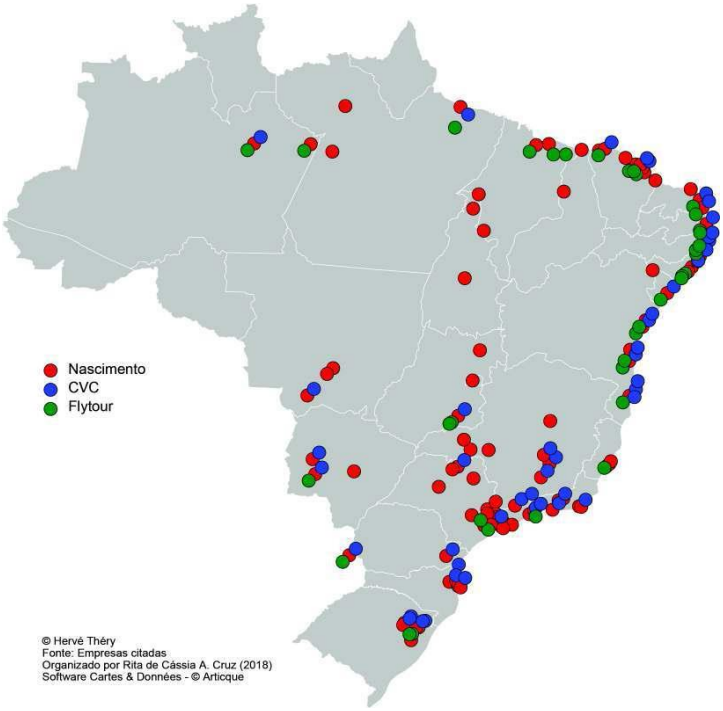
Fonte: Cruz (2018).

Mapa 8 - Distribuição de operadoras turísticas no Brasil por estado (2017).



Fonte: Cruz (2018).

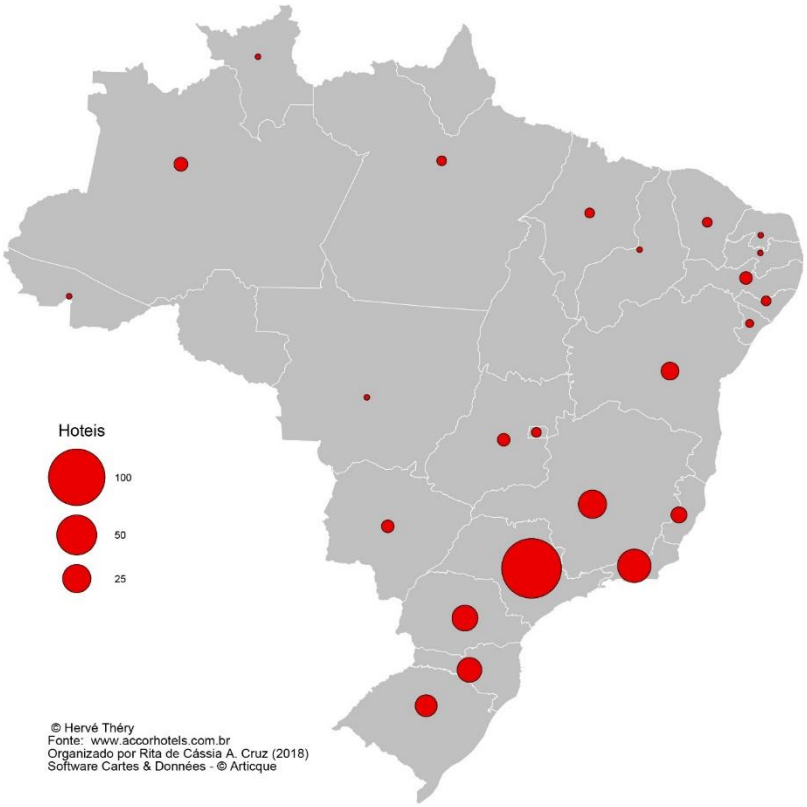
Mapa 9 - Principais destinos turísticos operados pelas empresas Nascimento, CVC e Flytour (2015).



Fonte: Cruz (2018).

No mapa 10, podemos observar a distribuição de hotéis da rede francesa Accor, que domina o mercado brasileiro, e concentra mais de 80% de seus estabelecimentos entre o Sul e o Sudeste:

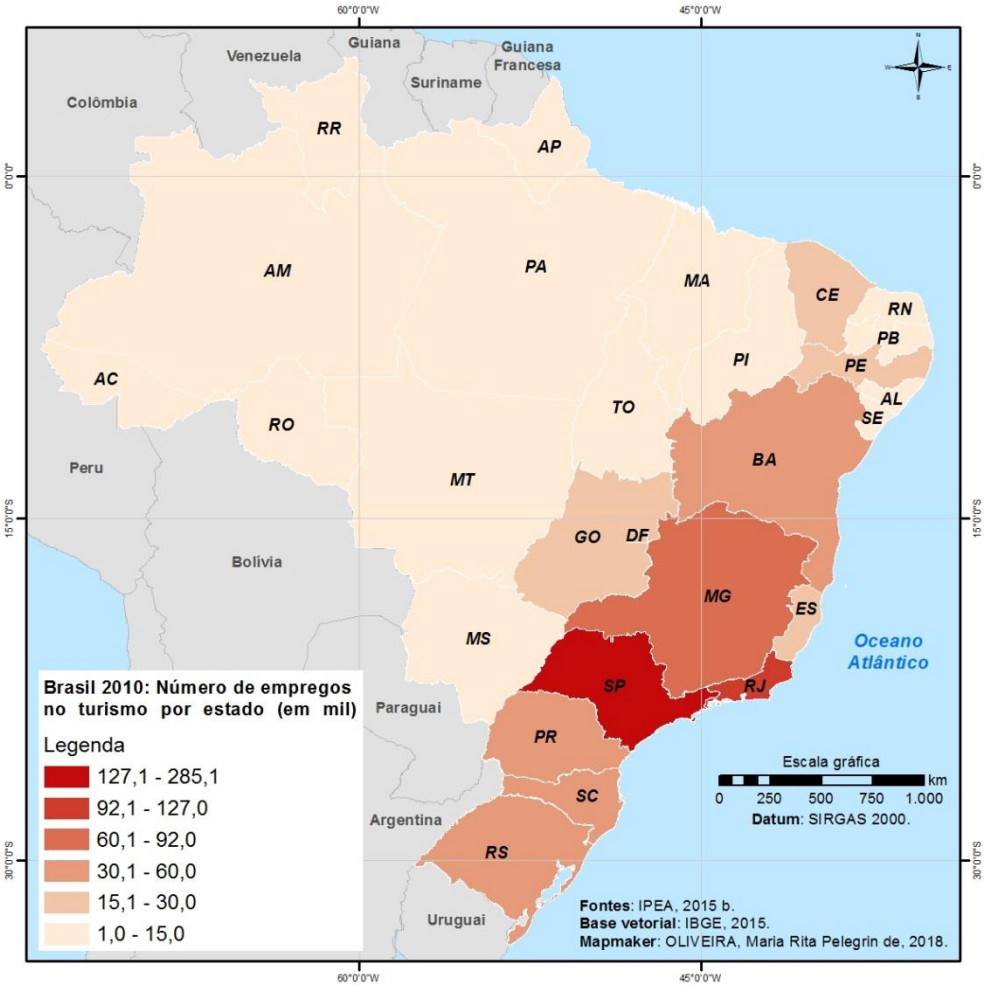
Mapa 10 - Distribuição de hotéis Accor no Brasil por estado (2018).



Fonte: Cruz (2018).

Esses mapas possibilitam visualizar os fragmentos do território brasileiro nos quais o turismo se concentra, levando em consideração os aspectos que são diretamente relacionados às suas dinâmicas, como operadoras, agências e hotéis, mas também outros aspectos indiretos como, por exemplo, a localização das redes de transporte. Isso porque o turismo engloba uma certa quantidade de serviços e atividades que não lhe são exclusivas, mas amplamente aproveitadas e incluídas em suas dinâmicas inerentes. Abaixo, a observação sobre o número de empregos no turismo por estado colabora com o raciocínio aqui exposto:

Mapa 11 - Número de empregos no turismo por estado (2015).



Fonte: IPEA (2015).

O desenvolvimento do turismo no Brasil encontra um território marcado por legados que colaboram para a estruturação espacial da atividade, uma vez que ela usufrui das condições pré-existentes, como a infraestrutura disponível. Por sua vez, ao seguir essas condições e estabelecer novos elementos que lhe são característicos, o turismo colabora para que elas se perpetuem. Tendo encontrado um território marcado pela desigualdade, a atividade turística se desenvolve sobre ela, acentuando-a, de modo que, "a atividade não apenas será condicionada por esse legado histórico, mas ela mesma se constituirá, no tempo e no espaço, como condicionante de sua reprodução" (CRUZ, 2018, p. 08).

O estudo efetuado por Cruz evidencia, através de uma nova perspectiva e à nível nacional, que o turismo, embora tenha uma capacidade reconhecida para dinamizar a economia, não promove, necessariamente, desenvolvimento. A história de sua espacialização no território brasileiro destaca os limites de esta atividade contribuir para

a distribuição espacial da riqueza por ela gerada; por outro lado, evidencia-se que o turismo se tornou um fator a mais na concentração de riqueza no Brasil na escala da nação-Estado.

3.3.2 As forças políticas e a proteção do patrimônio brasileiro

No que se refere à proteção do patrimônio brasileiro e sua espacialização no território nacional, suas lógicas são distintas das seguidas pelo desenvolvimento turístico, porém, esses caminhos se encontram em alguns aspectos, os quais interessam para essa pesquisa especificamente: a junção entre os dois a partir do momento em que o bem patrimonializado se torna uma atração turística. Além disso, interessa-nos observar a geografia resultante do mapeamento do patrimônio no Brasil, em conjunto com a análise desta e seus significados espaciais, sociais e políticos.

Primeiramente, cabe relembrar que o órgão federal oficial responsável pela proteção do patrimônio brasileiro é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Criado em 13 de janeiro de 1937 através da Lei n° 378 aprovada por Getúlio Vargas, o objetivo do IPHAN pode ser resumido em "proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras".[69] O órgão atua por meio do mecanismo denominado tombamento, caracterizado como um "ato administrativo que tem por finalidade proteger – por intermédio da aplicação de leis específicas – bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados".[70]

O tombamento é o instrumento legal para a proteção do patrimônio no Brasil, diferenciando-se de outras formas de reconhecimento patrimonial, tais como aqueles advindos da UNESCO. Ressalta-se que a inclusão de determinado bem na Lista do Patrimônio Mundial só é possível mediante o reconhecimento deste por um organismo de caráter federal, como o IPHAN. Em contrapartida, esse reconhecimento anterior não é pré-requisito para a inclusão no IGGP.

Simone Scifoni (2017, p. 117) afirma que o início da construção política do patrimônio no Brasil pode ser datado na década de 1930, influenciado por um caráter

---

[69] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872. Acesso em novembro de 2020.
[70] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9. Acesso em novembro de 2020.

autoritário do que deveria ser considerada a memória coletiva brasileira, instaurando uma "visão monolítica" do passado brasileiro que priorizava sujeitos da elite política, econômica, religiosa e militar. Nesse cenário, estavam excluídos quaisquer outros sujeitos sociais, como trabalhadores, imigrantes, escravos e indígenas. Esse momento inicial de estruturação política em torno do patrimônio deixou marcas profundas que habitam a mente e o imaginário dos brasileiros sobre o que seria a história da nação. Nesse imaginário, comumente, o passado é interpretado de maneira bastante imprecisa sobre suas verdades e consequências e os acontecimentos históricos parecem habitar uma dimensão neutra, pacifista e apolítica, apagando as violências e brutalidades ocorridas.

Sobre isso, podemos citar o caso recente da Fazenda Santa Eufrásia, em Vassouras, tombada pelo IPHAN e apropriada para uso turístico. Representativa de parte de um passado histórico brutal, evidenciando a violência contra o escravo negro, em 2016 era possível ao turista que visitasse a fazenda ser servido por uma pessoa negra vestida com trajes de escravos e presenciar uma encenação de uma senhora que manda seu capitão do mato em busca de escravos fugitivos.[71] O caso era visto com naturalidade pela proprietária do local e por muitos visitantes.

É possível afirmar que a normalidade atribuída à situação descrita acima integra um tipo de raciocínio que apaga a violência que marcou o período da escravidão no Brasil e a substitui por uma memória mais palatável ao gosto geral, que, inclusive, torne a experiência turística agradável através de uma simples visita à fazenda, com café e encenações. Essa é uma memória que simpatizamos com mais facilidade, remetendo a um passado glorioso, branco e europeu, com luxos e vitórias. Esse cenário relembra o que Walter Benjamin, em 1940, chamou de historicismo servil: é a identificação de uma história de vencedores, que alivia os conflitos e busca normalizar como vencedora toda uma população extremamente heterogênea e que vive, até hoje, consequências muito distintas da brutalidade desse processo. Desse modo, o patrimônio valorizado é aquele que remete a essas condições de triunfo e êxito, enquanto aquele que delata as contradições e as vergonhas é, constantemente, ocultado.

Utilizando a expressão cunhada por Walter Benjamin, Michael Löwy diz que

> Escovar a história a contrapelo – expressão de um formidável alcance historiográfico e político – significa, então, em primeiro lugar, a recusa em se juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre daqueles que jazem por terra (LÖWY, 2005, p.73).

[71] Disponível em: https://theintercept.com/2016/12/06/turistas-podem-ser-escravocratas-por-um-dia-em-fazenda-sem-racismo/. Acesso novembro de 2020.

Para o autor, isso possui um duplo sentido: primeiramente, um sentido histórico de subverter uma história formal clássica que remete a um contínuo cortejo festivo e vitorioso de uma mesma classe. Segundo, o entendimento de que apenas nadando contra essa corrente é que poderão ocorrer mudanças significativas na sociedade. É nesse contexto que o patrimônio se torna tão importante e cenário de luta política, simbólica, pois, aqueles que dominam a história, dominam a política e dominam o patrimônio. Lutar para que uma memória subalterna seja lembrada é resistir e insistir para que não esqueçamos daquilo que não deve se repetir.

Conforme discutido no capítulo 2, o patrimônio configura-se como uma arena de conflito e resistência pela memória a que determinado grupo deseja resguardar. Isso ocorre porque as memórias que não partem da narrativa histórica oficial permanecem à margem do maior reconhecimento e lhes carece o selo de autenticidade. De acordo com Nestor Canclini (2016, p. 73), essa falta de reconhecimento inclui o fato de que as classes populares e subalternas possuem menor possibilidade em realizar as operações que permitam ao seu patrimônio obter maior reconhecimento e credibilidade. Tais operações consistem em ações como manter seus bens ao longo do tempo, a despeito da pobreza e repressão, transformá-los em conhecimentos formalizados, não dependentes da transmissão oral e expandi-los pela pesquisa, pela educação, pelo aperfeiçoamento de práticas (CANCLINI, 2016, p.73).

Nosso raciocínio alinha-se ao de Canclini no sentido de que o patrimônio é um campo de poder político e que tal poder, no entanto, é desigual, e reflete em um corpo patrimonial também desigual, seja em escala nacional ou global. A criação de “novos territórios” com caráter global que incluam o patrimônio, como são os geoparques, portanto, se inserem nesse jogo de poder. Conforme Simone Scifoni:

> O patrimônio cultural nacional como esse conjunto pouco representativo de outros sujeitos sociais, em particular das classes populares, tem servido como instrumento necessário, em nível ideológico, à reprodução das relações sociais de produção, em bases cada vez mais desiguais, mantendo e conservando um determinado sentido de mundo, o da dominação política (SCIFONI, 2017, p. 120).

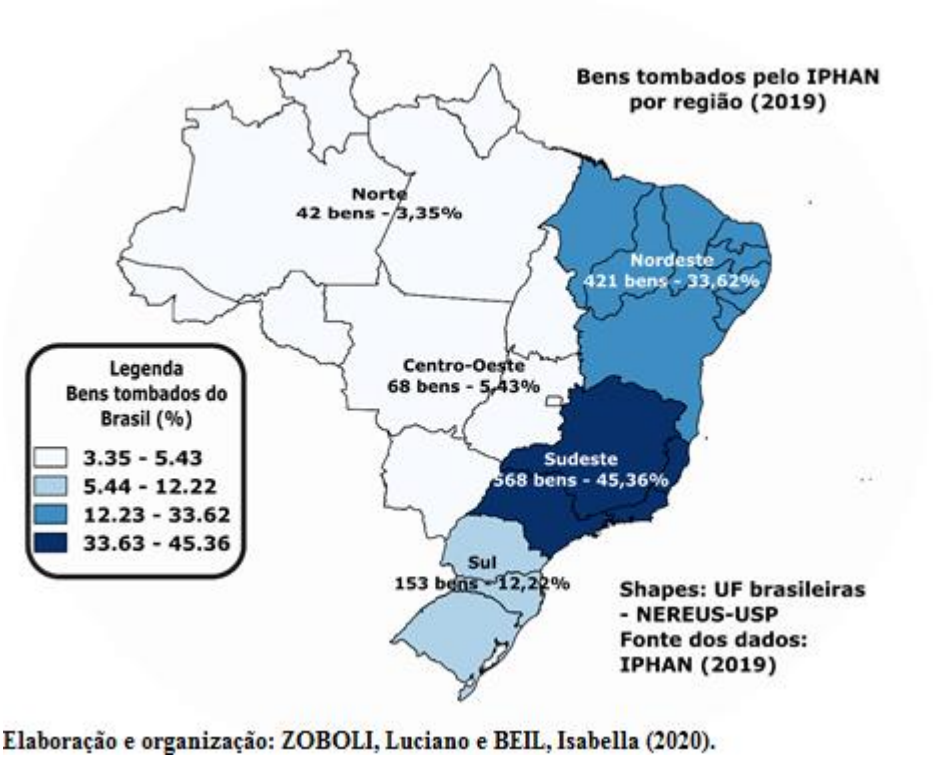
Nessa perspectiva, de acordo com Paulo César Marins (2016, p. 11), o corpo patrimonial de bens tombados pelo IPHAN é marcado por uma ação que segue uma determinada “coerência conceitual”, que reflete um conjunto de objetos que são

preferíveis à conservação. Essa preferência abrange a “memória branca” do Brasil, um estilo arquitetônico considerado formal e legítimo do território nacional assim como uma religião base. Dessa forma, são valorizados nacionalmente a arquitetura luso-colonial, os templos católicos e a memória que retrata os supostos êxitos da história do Brasil. Grupos formadores da sociedade brasileira como os negros e os imigrantes são considerados marginais em uma história principal, e a valorização dos patrimônios inerentes à essa memória subalterna é colocada em um patamar folclórico, exótico, como uma interrupção na narrativa oficial, como afirma o autor.

Conforme reflete Scifoni (2017, p. 116), o curso histórico do Brasil, baseado em uma herança social fruto de um passado colonial, nos delegou, perante o mundo, um posicionamento subordinado e dependente, algo que não foi solucionado pela modernização e industrialização. Nossa inserção no mundo globalizado e na economia capitalista ocorreram – e ocorrem – sob esse pano de fundo, marcas de uma sociedade contraditória e desigual. Assim, a autora afirma que não é possível tratar o patrimônio e a cultura de forma totalizante, abstraindo a sua natureza extremamente desigual. Daí Scifoni indicar que a proteção do patrimônio no Brasil está concentrada “em *determinado*s estados da federação, *determinados* períodos históricos e *determinadas* tipologia de bens” (SCIFONI, 2017, p. 118).

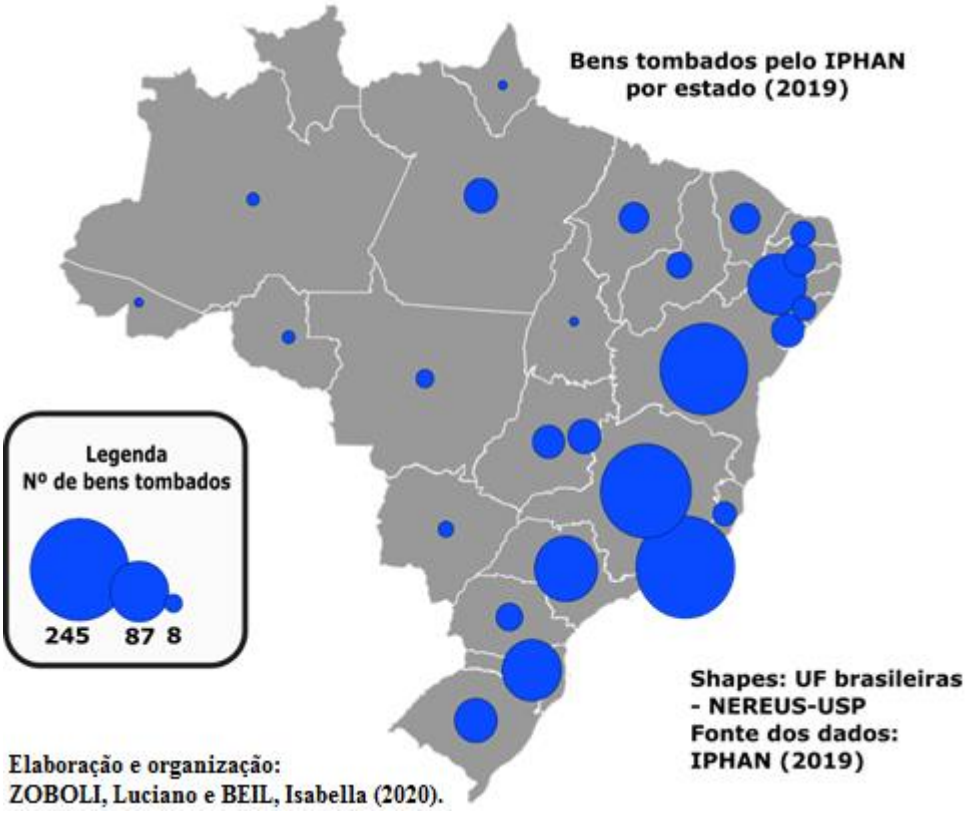
Sobre a distribuição espacial dos bens tombados pelo IPHAN evidencia-se uma expressiva concentração na porção oriental do território, como se pode ver nos mapas a seguir:

Mapa 12 - Bens tombados pelo IPHAN por região (2020).



Elaboração e organização: Isabella Beil e Luciano Zóboli (2020).

Mapa 13 - Bens tombados pelo IPHAN por estado (2020).



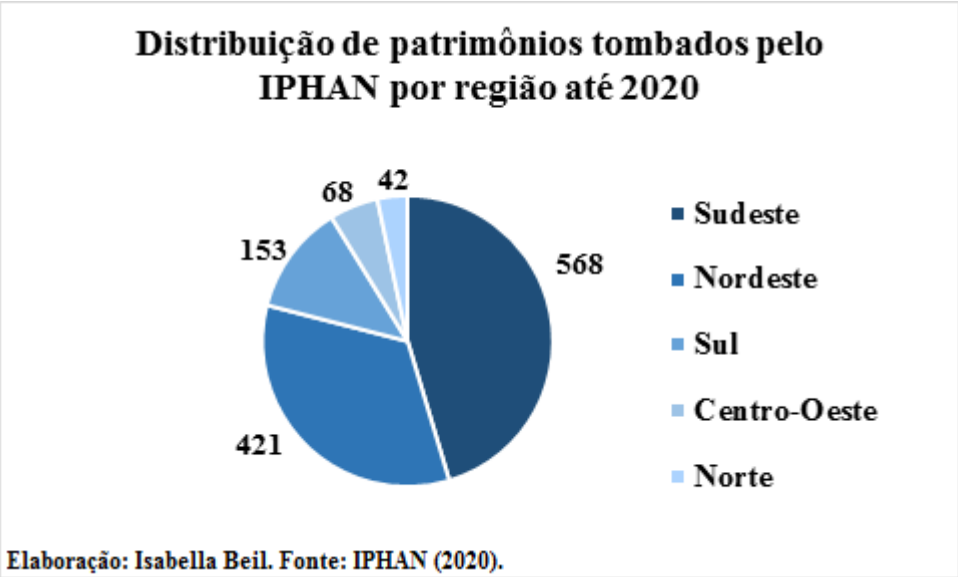
Elaboração e organização: Isabella Beil e Luciano Zóboli (2020).

Tabela 4 - Número de bens tombados pelo IPHAN por estado.

NÚMERO DE BENS TOMBADOS PELO IPHAN POR ESTADO			
Rio de Janeiro	245	Maranhão	22
Minas Gerais	208	Paraná	18
Bahia	194	Piauí	16
São Paulo	101	Rio Grande do Norte	15
Santa Catarina	89	Alagoas	14
Pernambuco	87	Espírito Santo	14
Rio Grande do Sul	46	Mato Grosso	8
Distrito Federal	28	Mato Grosso do Sul	6
Pará	28	Amazonas	4
Sergipe	27	Roraima	4
Goiás	26	Acre	2
Paraíba	24	Tocantins	2
Ceará	22	Roraima	0

Organização: Isabella Beil (2020). Fonte: IPHAN (2020).

Gráfico 7 - Distribuição de patrimônios tombados pelos IPHAN até 2020.



Elaboração: Isabella Beil (2020). Fonte: IPHAN (2020).

Como se pode notar nos mapas 12 e 13, na tabela 5 e no gráfico 7, o número de bens tombados é bastante desigual entre os estados e também entre as regiões, com destaque maior para o Nordeste, Sudeste e Sul. Juntas, essas três regiões reúnem aproximadamente 91% de todo o patrimônio protegido pelo IPHAN. Nota-se ainda o enorme protagonismo desempenhado pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e São Paulo.

Se não é possível conceber que a diversidade brasileira esteja concentrada em cerca de metade de seu território, a geografia demonstrada pelo mapeamento dos bens selecionados pelo órgão oficial de proteção do patrimônio no Brasil expõe questões relevantes que abrangem os âmbitos sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira.

> Em primeiro lugar temos desigualdades regionais, uma vez que o patrimônio está extremamente concentrado em determinados estados da federação; estas são acompanhadas e articuladas a desigualdades sociais, o que se verifica nos sujeitos sociais ali representados; por fim, há desigualdades de ordem histórica, que não dizem respeito apenas ao tempo cronológico representado neste patrimônio, mas a valorização e ocultação de determinados processos históricos (SCIFONI, 2017, p. 118).

Desse modo, apesar de lógicas distintas, o patrimônio e o turismo se encontram no caminho marcado pelas desigualdades do processo histórico brasileiro que lhes deu origem e para as quais os mesmos contribuem hoje às suas maneiras. Apesar de o turismo expressar com veemência desigualdades econômicas e, o patrimônio, desigualdades políticas, estas se realizam conjuntamente no todo social, abarcando variados âmbitos da vida, perpetuadas através das mais diversas estruturas, se expressando conjuntamente por meio da ampla, complexa e profunda desigualdade social brasileira. Esta, por sua vez, encontra-se nas ações, imaginários e no espaço – físico e abstrato - como vimos, podendo ser identificada visualmente através dos mapas.

Refletindo por um momento sobre a escala global, é pertinente relembrar que as lógicas de valorização do patrimônio também se referem ao tipo de patrimônio exaltado pelo turismo, conforme discutido no capítulo 2. Assim, um patrimônio que se destaque por suas características físicas, estéticas e técnicas tem mais chance de se projetar no mercado turístico global, aumentando as chances de competitividade deste e, consequentemente, colaborar na valorização de seu entorno. Torna-se importante, portanto, analisar a união dessas arestas também através da lente do mundo capitalista

globalizado. O predominante tombamento de bens do passado luso-colonial e do período modernista revela, de acordo com Marins (2017, p. 83), uma ortodoxia do IPHAN que também se expressou nos bens aceitos na Lista do Patrimônio Mundial, transmitindo ao mundo uma visão que queremos ter de nós mesmos e que queremos que o mundo veja.

3.3.3 O paradigma do desenvolvimento sustentável

Conforme Rita Cruz assinala, a redescoberta do turismo pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990 colaborou para que a atividade passe a ser vista "como engendradora de processos de desenvolvimento regional e, consequentemente, como instrumento minimizador de (históricas) desigualdades regionais (CRUZ, 2006, p. 30). Simone Affonso da Silva (2017, p. 261) afirma que a ascensão do paradigma do turismo no Brasil, a partir da década de 1990, se associou a outros dois paradigmas atualmente relevantes no que se refere ao planejamento regional e territorial: os paradigmas do desenvolvimento local e o ambiental. Dessa forma, através dessa associação, muitas políticas públicas têm se valido da crença de que o turismo é um caminho adequado para desenvolver economicamente, basicamente, qualquer ponto do Brasil, desde que haja um atrativo suficientemente competitivo e condições de lucro. A sustentabilidade se atrela ao discurso, o fortalece e parece lhe dar maior credibilidade.

Dessa forma, se a natureza brasileira esteve desde o princípio relacionada ao desenvolvimento do turismo como um forte atrativo, a questão ambiental – com a necessidade de proteger os ecossistemas mundiais – traz o debate da sustentabilidade para o cenário turístico, posteriormente, tornando comum a associação entre unidades de conservação e o turismo no Brasil (CRUZ, 2006, p. 349). Maria Tereza Paes-Luchiari (2007, p.35) aponta que, em meados de 2003, com a concretização do Plano Nacional de Turismo, o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que "a vocação natural de nosso país deve ser transformada em fonte permanente de riqueza, através do turismo". Ressalta-se que esse posicionamento continuou existindo no âmbito do governo federal, com o intuito de que o turismo continue sendo um "agente da valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo o princípio da sustentabilidade" (PAES-LUCHIARI, 2007, p. 35).

A apresentação do material "Ecoturismo: orientações básicas", publicado também durante a gestão do presidente Lula, reconhece que, diante do mundo globalizado, a diferenciação ganha importância cada vez maior e que é preciso adaptar-se para atender

às necessidades e demandas de novos comportamentos do consumidor de turismo. E afirma que: “O Ministério do Turismo reconhece essas tendências de consumo como oportunidades de valorizar a diversidade e as particularidades do Brasil” (BRASIL, 2010, s/p). O documento aborda o ecoturismo à luz da seguinte definição:

> O Ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal. O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e a preservação do patrimônio natural [...] (BRASIL, 2010, p. 11).

Percebe-se, portanto, que o paradigma ambiental, do desenvolvimento e do turismo possuem uma forte participação no discurso do planejamento governamental brasileiro, em conformidade com as tendências que se desenrolavam mundialmente. De fato, a política externa do Brasil se formou, no pós-Guerra Fria, com base no multilateralismo e na participação ativa nos eventos e acordos mundiais. O Estado brasileiro conformou uma imagem atuante e comprometida perante às grandes questões do mundo contemporâneo, aproximando-se das pautas da ONU e se posicionando como um protagonista nas discussões ambientais (TABARIN, 2018, p. 97).

O recente Plano Nacional de Turismo 2018-2022, cujo subtítulo é “mais emprego e renda para o Brasil” apresenta, através de uma série de dados, a confirmação do interesse atual do governo federal pelo turismo, indicando ser este um setor com enorme potencial para contribuir com o desenvolvimento econômico brasileiro. O Plano confirma um alinhamento à Agenda 2030 da ONU, definindo como uma de suas diretrizes “a promoção perene e transversal da sustentabilidade no turismo, respeitando todos os seus aspectos” (PNT, 2018, p. 58). Tais aspectos são definidos pelo documento como a sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional. Ainda de acordo com o PNT 2018-2022, natureza e cultura são colocados como “grandes ativos” que, quando trabalhados de forma harmônica, garantem o desenvolvimento sustentável da atividade turística (p.119).

De acordo com dados do “*The Travel & Tourism Competitiveness Report”* (TTCR), organizado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF)[72] e apresentados pelo PNT 2018-2022, o Brasil aparece em 27° posição no *ranking* internacional de competitividade

[72] Em inglês, World Economic Forum.

no setor de viagens e turismo em 2017. No quesito "diversidade de recursos naturais" o país ficou na 1ª posição e em 8° lugar no que se refere aos recursos culturais. Assim, levando esses dados em consideração, o documento pontua como um objetivo importante utilizar essa diversidade cultural e natural para a criação de novos atrativos turísticos, uma vez que estes são a "mola propulsora" que leva pessoas a viajarem. Nessa direção, afirma que "é nesse contexto que se propõe promover a valorização do patrimônio cultural e natural para visitação turística" (PNT, 2018, p.102), ressaltando a necessidade de torná-los cada vez mais atrativos para que se amplie a competitividade perante o mercado. Para isso, o documento esclarece que é preciso considerar e atender diferentes perfis de turistas, segmentando os produtos turísticos em nichos e buscando aproveitar todo o rol de diversidade do patrimônio brasileiro.

Conforme o documento:

> O que se propõe é o estreitamento das parcerias entre os órgãos ambientais e culturais com os órgãos oficias de turismo, para que juntos possam convergir ações que beneficiem a atividade turística e a consequente geração de emprego e renda, respeitando os princípios da preservação ambiental e a valorização cultural. As parcerias devem prever o envolvimento da iniciativa privada e das comunidades locais. Ressalta-se que as parcerias público-privadas podem se caracterizar como grandes indutores da preservação e boa utilização do patrimônio cultural e natural como espaços turísticos (PNT, 2018, p. 103).

De fato, esse estreitamento entre órgãos ambientais e culturais com o orgão oficial do turismo no Brasil tem sido colocado em prática pelo governo federal atual, de maneiras controversas. Em janeiro de 2019, o Ministério da Cultura (Minc) – que já havia sido extinto e recriado durante o breve governo de Michel Temer – encontrou seu fim definitivo no governo de Jair Bolsonaro, transformado em Secretaria Especial da Cultura atrelada, primeiramente, ao Ministério da Cidadania e, em novembro do mesmo ano, realocada para o Ministério do Turismo. Em nota oficial sobre a transferência, afirmou-se que "turismo e cultura possuem pautas sinérgicas e atividades *naturalmente* integradas" (destaque da autora).[73] Também o IPHAN passou a ser uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo, concomitantemente ao seu contínuo esvaziamento e substituição de corpo especializado. Em análise de Rita Cruz sobre o papel do MTur no

[73] Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml. Acesso em novembro de 2020.

governo vigente a autora afirma que "fica evidente, portanto, que o Ministério do Turismo serve, também, para eclipsar, obliterar e diminuir a gestão da cultura no atual governo".[74]

Nessa perspectiva, tais ações evidenciam a visão que o governo federal atual mantém sobre a cultura e a natureza, ou seja, como algo que deve ser considerado quando passível de oferecer condições de aproveitamento econômico pelo turismo. Assim, o patrimônio deixa de ser expresso em sua dimensão social e se transforma em instrumento da prática turística em uma dinâmica clara de subserviência das políticas culturais/ patrimoniais às políticas do turismo.

Ressalta-se também a incerteza vivida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) durante 2019, que seria vinculado ao Ministério da Agricultura.[75] Apesar desse intuito não ter se concretizado, o esvaziamento das atribuições do MMA e a flexibilização de leis ambientais mostram uma predileção do governo federal pelas pautas de crescimento do agronegócio, mesmo que isso contrarie os princípios da sustentabilidade. Um claro exemplo é o resultado dos dados obtidos pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostrando que, em dezembro de 2019, o desmatamento da Amazônia foi 183% maior do que em relação ao mesmo mês de 2018[76], refletindo o teor dos discursos federais sobre a abertura do território amazônico à exploração econômica e contribuindo para o enfraquecimento do combate às atividades ilegais. Outro exemplo controverso no que se refere à conservação da natureza foi a tentativa de revogar um decreto de proteção ambiental vigente em Angra dos Reis com o intuito de atrair investimentos para que a área se transformasse em "uma Cancun".[77]

O posicionamento atual do governo federal brasileiro enfatiza um turismo capaz de aliar a proteção da natureza e da cultura e, consequentemente, gerar o desenvolvimento sustentável. No entanto, esse posicionamento vem sendo marcado por contradições profundas à nível político, através de ações bastante controversas, denunciando um entendimento raso sobre o desenvolvimento e sobre a sustentabilidade. Além disso reitera-se que essa relação não deve ser considerada a partir de uma perspectiva de causa

---

[74] Disponível em: https://diplomatique.org.br/para-que-e-a-quem-serve-o-ministerio-do-turismo/. Acesso em novembro de 2020.

[75] Disponível em: https://www.mma.gov.br/informma/item/15199-nota-do-minist%C3%A9rio-do-meio-ambiente-sobre-fus%C3%A3o-com-o-minist%C3%A9rio-da-agricultura.html. Acesso em novembro de 2020.

[76] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/01/desmatamento-na-amazonia-cresce-183-em-dezembro-em-relacao-ao-mesmo-mes-de-2018.shtml. Acesso em novembro de 2020.

[77] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/angra-dos-reis-rejeita-ideia-de-criar-uma-cancun-brasileira.shtml. Acesso em novembro de 2020.

e consequência, pois, conforme Cruz “Se, de um lado, o turismo pode, teoricamente, contribuir para ‘aliviar a pobreza’, de outro, tem sido, na prática, responsável por sua redistribuição espacial” (2006, p.341). Essa condição ficou bastante evidente através da análise da distribuição espacial do turismo e suas atividades características pelo território brasileiro.

Ademais, a análise do caso brasileiro evidencia que a espacialidade do patrimônio nacional tombado segue caminhos similares aos caminhos da atividade turística, levantando a hipótese de que essa é uma parceria planejada e estimulada com vistas ao desenvolvimento, o qual, contudo, pode até figurar como sustentável em discursos, propagandas e projetos, mas a realidade concreta insiste em negá-lo.

Por fim, note-se que foi criada em 2016, através do Decreto Presidencial n. 8.892/16, a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS). A finalidade da Comissão foi definida como “internalizar, difundir e dar transparência às ações relativas aos ODS” (BRASIL, 2017, p. 06). Em 2017 foi divulgado o Plano de Ação 2017-2019 da CNODS, composto por cinco eixos estratégicos com objetivos determinados. Entre eles consta: difundir a Agenda 2030 no território brasileiro, adequar as metas e indicadores globais à realidade brasileira, alinhar a Agenda 2030 às políticas públicas e iniciativas da sociedade civil, monitorar o progresso no cumprimento das metas, entre outros (BRASIL, 2017). De acordo com Ana Beatriz Araújo (2020, p. 94), a CNODS foi vista como uma inovação entre as estruturas de governança para a Agenda 2030. A autora ressalta, porém, que a criação por meio de um decreto do Poder Executivo compôs uma fragilidade, já que se tornou um instrumento passível de revogação pelo anúncio de outro possível decreto (ARAÚJO, 2020, p. 98).

De fato, a CNODS teve uma existência breve, sendo extinta em agosto de 2019, durante o mandato de Jair Bolsonaro. Araújo (2020, p. 112) aponta que o encerramento da Comissão deve ser interpretado como parte de um contexto amplo de desmonte das estruturas de participação social a nível federal. Esse contexto engloba a publicação do Decreto n.9.757 de 11 de abril de 2019, que extinguiu comitês e conselhos e dificultou a sua criação. A autora ainda acrescenta que o encerramento da CNODS está diretamente relacionado à postura do governo federal, que interpretaria a Agenda 2030 como um desafio à soberania nacional.

Vale lembrar também que o Brasil não apresentou a sua Revisão Voluntária Nacional (RVN) no Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável

(HLPF), em 2019.[78] A RVN é um relatório que cada país membro da ONU formula para prestar contas à comunidade internacional sobre os avanços na implementação da Agenda 2030. Tais ações compõem um retrato do posicionamento do governo federal de contínuo afastamento do compromisso firmado em 2015, quando tornou-se signatário da Agenda 2030, de desvio do percurso que o Brasil vinha trilhando de participação e liderança nas questões internacionais e de desprezo pelas organizações multilaterais tais como a ONU.

Mas por que tudo isso interessa aos geoparques brasileiros? Como veementemente afirmado por essa pesquisa, os bens geológicos considerados patrimônios devem levar em consideração o significado dessa adjetivação. Ou seja, todo patrimônio é, por essência, fruto da cultura, gerado e manejado nesse âmbito. Assim, se o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável com suas características próprias, e outras características recebidas por meio de suas interrelações, incidem no planejamento de um território, desconsiderar as condições e as contradições desses elementos à nível nacional, e também global, pode significar graves equívocos que comprometem sua estabilidade. Em outras palavras, se essa tríade é essencialmente relevante para a criação de um geoparque, como desconsiderar o processo histórico, social, político e econômico percorrido por ela no território brasileiro? Essas questões remetem ao fato de que a temática dos geoparques inclui uma abordagem plural e interdisciplinar, evidenciando ainda mais a urgência de expandir sua circunspecção nos meios acadêmico e popular no Brasil.

[78] Em inglês, High Level Political Forum on Sustainable Development.

Capítulo 4 – Geoparques no Brasil: entre a construção do conceito e a realidade

Conforme discutido no capítulo anterior, o conceito de geoparque deve ser compreendido com base em sua condição que encerra paradigmas e modelos que se conformaram ao longo do tempo histórico. Embora também possam ser apreendidos através da emergência de uma maior demanda pela proteção dos bens geológicos, ao surgirem utilizando como fundamento o patrimônio à nível mundial, os geoparques devem ser contemplados como parte das dinâmicas de patrimonialização da sociedade contemporânea. Além disso, também devem ser considerados como parte da ordem ambiental internacional, uma vez que são mediados por uma organização multilateral e envolvem questões tais como a ação do homem no meio ambiente e a temática do desenvolvimento sustentável. O turismo completa essa composição e expõe esta triangulação como um projeto que se lança sobre o espaço e o território, partindo de referências tornadas globais.

No Brasil, a disseminação do conceito de geoparque esteve intrinsecamente relacionada, primeiramente, à aprovação do Geopark Araripe, em 2006. A partir desse momento ocorreu um contato inicial com o termo, que foi abraçado pela comunidade de geocientistas brasileiros. O segundo momento que contribuiu para sua difusão foi a publicação da obra “Geoparques do Brasil: propostas”, elaborada pela CPRM, em 2012. Sua leitura e análise expõe as próprias transformações que o conceito sofreu envolvendo os interessados na temática no país.

Nessa perspectiva, no que se refere ao cenário brasileiro, este chama a atenção por dois motivos em especial: de um lado temos o seu pioneirismo na obtenção do título global nas Américas e a relativa rapidez com que seu desenvolvimento ocorreu, resultando na aprovação pela GGN em 2006, dois anos após a criação da rede - lembrando que para obtenção do título internacional, a área postulante já deve estar em conformidade com as diretrizes de um geoparque. Por outro lado, temos o fato de que, desde então, neste intervalo de catorze anos, nenhum outro projeto foi chancelado com o título internacional no Brasil.

Esse capítulo se voltará ao intuito de investigar melhor a recepção do conceito de geoparque e o caminho percorrido por ele no país desde 2006 até o momento atual, buscando propor uma análise sobre as possibilidades, as motivações e os desafios na criação de geoparques no país.

4.1 A recepção do conceito de geoparque no Brasil

Em 2006 foi criado o Projeto Geoparques, do Serviço Geológico do Brasil, atribuição vinculada à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). O Projeto Geoparques:

> Representa um importante papel indutor na criação de geoparques no Brasil, uma vez que esse projeto tem como premissa básica a identificação, levantamento, descrição, diagnóstico e ampla divulgação de áreas com potencial para futuros geoparques no território nacional, bem como o inventário e quantificação de geossítios (SCHOBBENHAUS E SILVA, 2012, p.17).

A CPRM foi criada em 15 de agosto de 1969 através do Decreto-Lei n° 764 e, em 1994, passou a ser uma instituição pública com funções de Serviço Geológico do Brasil, vinculada ao Ministério de Minas e Energia pelo estabelecimento da Lei n° 8970. Sua missão é definida como "gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil"[79]. Sendo assim, é possível afirmar que há uma coerência entre a missão explicitada pela CPRM e sua iniciativa para o fomento da compilação de possíveis propostas de geoparques em território brasileiro.

O desenvolvimento do Projeto Geoparques se apoiou na aplicação de parte da identificação realizada pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) sobre sítios do patrimônio geológico em território nacional para selecionar áreas com potencial para o desenvolvimento de geoparques. A SIGEP é uma organização que surgiu em 1997 e é constituída por doze entidades: 1. CPRM; 2. Academia Brasileira de Ciências (ABC); 3. Associação Brasileira para Estudos do Quaternário (ABEQUA); 4. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); 5. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); 6. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); 7. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); 8. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); 9. Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); 10. Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE); 11. Sociedade Brasileira de Geologia (SBG) 12. Sociedade Brasileira de Paleontologia (SBP) e 13. União da Geomorfologia Brasileira (UGB).

---

[79] Disponível em: https://www.cprm.gov.br/publique/Sobre/Missao%2C-Visao%2C-Valores-e-Principios-19. Acesso em novembro de 2020.

A SIGEP publicou o primeiro volume de seu inventário em 2002, com 58 sítios geológicos identificados.[80] Na publicação explicitou-se que o trabalho da instituição busca estar em sintonia com o Patrimônio Mundial da UNESCO em seus objetivos de proteger para as gerações futuras todos os bens de valor universal excepcional, constituintes do patrimônio de toda a população mundial. O segundo volume foi publicado em 2009, reunindo outros 40 sítios, e o terceiro em 2013, com 18. Todos os volumes encontram-se disponibilizados online no *website*[81] da instituição. De acordo com Carlos Schobbenhaus (2012, p.15), coordenador geral do Projeto Geoparques, o trabalho da SIGEP em identificar áreas do patrimônio geológico pode ser considerado a iniciativa mais importante e abrangente em território nacional para promoção dessa temática, posteriormente aliando-se à iniciativa de criação de geoparques.

É possível afirmar que a ação da CPRM foi essencial para difundir a noção de geoparque no Brasil. Através do Projeto Geoparques, a instituição tomou para si o papel de colaborar na identificação de potenciais geoparques brasileiros e auxiliar no desenvolvimento dos projetos, tendo como foco principal a etapa de inventariação dos bens geológicos. Assim, é importante salientar que a instituição age em conjunto com outras entidades interessadas no desenvolvimento de um geoparque, não sendo a responsável por sua criação, mas um agente catalisador desta iniciativa.[82] Acrescenta-se que o Projeto Geoparques se encontra alocado no Departamento de Desenvolvimento Territorial da CPRM e recebeu, em seu início, recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em entrevista para essa pesquisa, o coordenador do Projeto afirmou que, atualmente, o projeto está sem recursos.[83]

Em 2012 foi lançado o primeiro volume do livro organizado pela CPRM "Geoparques do Brasil – propostas", reunindo 17. O mapa abaixo expõe a localização das propostas destacadas no referido volume:

---

[80] Disponível em: http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/o-papel-indutor-do-servico-geologico-do-brasil-na-criacao-de-geoparques.pdf. Acesso em novembro de 2020.
[81] Disponível em: http://sigep.cprm.gov.br/sitios.htm. Acesso em novembro de 2020.
[82] Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geoparques-134. Acesso em novembro de 2020.
[83] Entrevista realizada por email no dia 13 de abril de 2020.

Mapa 14 - Distribuição de propostas de geoparques apresentada pela CPRM.

Fonte: CPRM (2012).

O mapa acima permite observar que as propostas brasileiras de geoparques estão concentradas na “porção oriental” do país. Conforme a análise do capítulo anterior, esta porção do território brasileiro se conformou historicamente como aglomeradora de diversas funções, capital e serviços no país, passando a colaborar intrinsecamente no modo como outras atividades se desenvolverão geograficamente pelo país.

A apreciação do mapa 14 permite conjecturar alguns motivos para o fato de que, das 17 propostas expostas, 12 estejam localizadas no nordeste, sudeste e sul. Como, por exemplo, a maior densidade populacional dessa região supor uma maior exposição a riscos e degradações, logo, existir uma maior preocupação com a conservação do patrimônio natural. Concomitantemente, surge como uma forte hipótese de que também a geografia das propostas de geoparques relaciona-se intrinsecamente com o desenvolvimento desigual do território brasileiro, conforme discute Cruz (2018; 2020).

Em outras palavras, se as características geológicas apreciáveis e o patrimônio geológico do território brasileiro não estão aglomerados entre o nordeste, sudeste e sul,

há outras variáveis envolvidas que contribuem para a que a geografia observada no mapa acima (MAPA 14) se conforme desta maneira. Assim sendo, em nível nacional, a espacialidade das propostas das propostas de geoparques reflete, em alguma medida, as disparidades regionais, com projetos de desenvolvimento localizados nas porções demograficamente mais populosas e mais urbanizadas do território, enquanto a porção ocidental segue um "vazio" de propostas. Há uma geografia desigual, resultado do entrelaçamento histórico entre o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável, sobre a qual as propostas se assentam e, em certo grau, espelham.

4.2 Estratégias de trabalho no Brasil e a Comissão de Geoparques

Além das redes regionais, a UNESCO ainda estabelece no documento "*Statutes and Operational Guidelines of the UNESCO Global Geoparks*" (UNESCO, 2015) a possibilidade de criação de um Comitê Nacional, caso seja a vontade do Estado Membro. Tal Comitê - que pode receber outro nome, como Fórum Nacional, Grupo de Trabalho etc – deve, no entanto, ser reconhecido pela Comissão Nacional da UNESCO do país ou órgão governamental direcionado às relações com a instituição. Sendo assim, um Comitê Nacional de Geoparques no sentido relacionado às diretrizes da UNESCO é um órgão oficial e reconhecido pelo governo do país interessado.

Uma série de encontros entre os principais interessados propiciaram esforços e diálogos sobre a necessidade premente de criação do comitê. A primeira vez que a questão surgiu foi durante o "I Encontro Brasileiro de Geoparques: construindo novas candidaturas", ocorrido no dia 10 de dezembro de 2009, no Crato. Na época, seis projetos se apresentavam como principais aspirantes: Campos Gerais (Paraná), Bodoquena-Pantanal (Mato Grosso do Sul), Vale do Ribeira e Tietê (São Paulo), Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais) e Búzios (Rio de Janeiro). De acordo com o Ministério do Turismo (MTur), que também esteve representado no evento, a expectativa era de que as candidaturas fossem aprovadas na Conferência Global de Geoparks, que ocorreria no ano seguinte, na Malásia.[84]

José Oliveira (2014, p. 29) afirma que a Carta do Araripe foi redigida como fruto desse encontro, na qual os envolvidos se declararam membros fundadores da Rede Brasileira de Geoparques (RBG), fazendo-se signatários a CPRM, o IPHAN e o Banco

[84] Disponível em: http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/3167-mtur-participa-do-i-encontro-brasileiro-de-geoparks.html. Acesso em novembro de 2020.

Mundial. Conforme Oliveira (2014, p. 29), “o entusiasmo era tamanho ao ponto de a Rede Brasileira de Geoparques já prever, no documento, a disseminação da ‘estratégia de geoparques’ em todo o continente e criar condições para formação da ‘Rede Pan-americana de Geoparques”.

Em março de 2010, ocorreu a II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, em Florianópolis, que reuniu novamente os interessados pela criação da RBG. O encontro contou com a representação de diferentes ministérios, como o Ministério da Integração Nacional (organizador do evento) e o Ministério do Turismo. Como resultado, houve a criação do Grupo de Trabalho de Geoparques do Brasil, considerando:

> 1. A necessidade de criar condições para implementar a Rede de Geoparques do Brasil e sua interface junto às redes regionais (Rede Europeia de Geoparques e Rede Ásia –Pacífico de Geoparques);
> 2. O Geopark Araripe, até o momento, como único geoparque brasileiro integrante da Rede Global de Geoparques;
> 3. A possibilidade de um novo geoparque brasileiro, em etapa de avaliação junto à Rede Global de Geoparques: Quadrilátero Ferrífero;
> 4. A expectativa de criação de novos geoparques em fase de conclusão de projetos de candidaturas: Bodoquena-Pantanal e Campos Gerais;
> 5. A expectativa de criação de novos geoparques com potencial identificado pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, em etapa inicial de inventário;
> 6. A necessidade de apoio aos geoparques aspirantes; e
> 7. As iniciativas locais de criação de geoparques, com projetos em desenvolvimento (FLORIANÓPOLIS, 2010).

Em 2010 também ocorreu a I Conferência Latino-Americana e Caribenha de Geoparques, no Crato. De acordo com Oliveira (2014, p.30), nesse encontro Carlos Schobbenhaus apresentou estratégias para o aprimoramento da rede e houve a proposição de criação de um Grupo de Trabalho Interministerial de Geoparques do Brasil (GTGeo), com o intuito de estabelecer um Comitê Nacional de Geoparques (CNGeo), efetivamente reconhecido e oficializado nacionalmente (OLIVEIRA, 2014, p. 30). Oliveira (2014) declara que o período entre 2009-2010 foi marcante pelo enorme entusiasmo diante dos geoparques e suas possibilidades de desenvolvimento no Brasil. O autor afirma que, ainda em 2010, foi elaborada uma proposta de Portaria Interministerial, “na qual os Ministérios da Integração Nacional e do Turismo vinculavam os geoparques a políticas públicas, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)” (OLIVEIRA, 2014, p. 30). No entanto, tal portaria nunca foi publicada.

Em 2017, um encontro que reuniu o então diretor-presidente da CPRM – Eduardo Ledsham - e o secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente na ocasião – José Pedro de Oliveira Costa -, entre outros participantes, como Carlos Schobbenhaus, definiu a institucionalização do Fórum Brasileiro de Geoparques, através de portaria interministerial[85], que também não conseguiu progredir. Em 2019, as mobilizações continuaram através de dois encontros: em fevereiro, durante o 1° Curso Universidade de Verão da URCA e em outubro, durante o V Simpósio Brasileiro do Patrimônio Geológico. No entanto, apesar de ser um tema recorrente ao longo dos anos através de encontros e reuniões, a criação do comitê nacional de geoparques, como um órgão oficial do governo brasileiro, não prosperou.

No contexto atual uma nova dificuldade se impôs com a determinação do Presidente da República, Jair Bolsonaro que, em 2019, extinguiu um grande número de comitês, conselhos, colegiados e afins e tornou mais onerosa a tarefa de solicitar a criação de novas estruturas como essas – como mencionado anteriormente. Apesar das dificuldades, essa ideia segue sendo debatida pelos grupos interessados em reuniões, encontros e eventos sobre geoparques no Brasil.

No dia 21 de abril de 2018 foi aprovada pelo Conselho Diretor da Sociedade Brasileira de Geologia a Comissão de Geoparques (CG). Conforme seu regimento:

> Parágrafo Único – São objetivos desta Comissão:
> a- Despertar e conduzir debates e reflexões sobre o tema Geoparques dentro da Sociedade Brasileira de Geologia
> b- Compartilhar conhecimentos sobre o contexto e a atuação dos geoparques junto à sociedade brasileira, instituições governamentais e entidades de interesse comum com este tema pela publicação em seus mais diversos meios (livro, artigo, cartilha, sitio eletrônico ou folder)
> c- Trabalhar em beneficio da divulgação e implantação de Geoparques no Brasil
> d- Integrar os representantes das diversas propostas de geoparques no Brasil
> e- Propor o apoio institucional aos projetos de implantação de geoparques em território nacional.[86]

De acordo com a atual dirigente da CG[87], trata-se de uma comissão científica sobre geoparques, concebida e administrada no âmbito da SBG. Assim sendo, seus membros

---

[85]Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/Governo-incentiva-criacao-de-geoparques-no-pais-4614.html?UserActiveTemplate=ickwvucnmunvwuzp&from%5Finfo%5Findex=291. Acesso em novembro de 2020.

[86] Disponível em: http://www.sbgeo.org.br/assets/admin/imgCk/files/Comissoes/Regimento%20Geoparque%202018.pdf. Acesso em novembro de 2020.

[87] Informação concedida em entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2019, pessoalmente.

são constituídos por representantes regionais dos núcleos da SBG em todo o Brasil. Difere-se, assim, dos objetivos e intuito do que viria a ser um comitê nacional de geoparques. A dirigente afirma que a CG possui como meta integrar o futuro comitê, estando diretamente envolvida nos esforços sobre essa questão.

Em outubro de 2020 ocorreu o I Webinar "Aspirantes e Projetos de Geoparques no Brasil – realidades e desafios", no qual o secretário geral da Comissão Nacional da UNESCO no Brasil, alocada no Ministério das Relações, expôs a disposição do organismo em participar ativamente do processo de criação de novos geoparques no país. Reconhecendo o potencial do Brasil para a instalação de novos geoparques, Ricardo Rizzo propôs que se reflita sobre a criação de uma metodologia capaz de colaborar nessa tarefa e afirmou que os geoparques deveriam ser uma prioridade para a Comissão Nacional, que se mostra empenhada em mostrar o engajamento do governo federal para a UNESCO na criação de novos UGGp. O posicionamento demonstrado por Ricardo Rizzo pode representar um passo importante no avanço dessa temática no Brasil.

Nessa perspectiva, acreditamos que a criação de um Comitê de Geoparques significaria um grande avanço para o país, uma vez que seria o responsável por auxiliar os projetos e propostas de acordo com as diretrizes esperadas, tanto pela UNESCO, quanto no que se refere às questões nacionais. Além disso, como órgão mediador, facilitaria os trâmites formais do processo de candidatura, também podendo evitar que dossiês sejam enviados incompletos ou com equívocos graves. Apesar dos supostos benefícios advindos da criação de um Comitê, entendemos também que a questão dos desafios para a implantação dos geoparques brasileiros adentra por outros aspectos importantes além do trabalho que seria desempenhado por ele, como as problemáticas e os desafios políticos de ordem local.

4.3 Geoparques, patrimônio e natureza no Brasil

Conforme estabelece a UNESCO, um UGGp não é uma designação legislativa de proteção da natureza ou do patrimônio. Sendo assim, cada um deve buscar no âmbito nacional o aparato legal que possa sustentar as medidas de proteção da área postulante ao título.[88] No que se refere ao Brasil, os principais órgãos e ferramentas oficiais que zelam

[88] Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/frequently-asked-questions/legal-status-attached-to-label-unesco-global-geopark/. Acesso em novembro de 2020.

pela proteção do patrimônio e da natureza são o IPHAN, através do tombamento, e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), através de suas categorias de áreas naturais. Um geoparque não é uma categoria de proteção à natureza reconhecida pelo SNUC, assim como não está prevista pelo IPHAN como ferramenta de proteção ao patrimônio. Entretanto, a relação entre estas partes se dá a partir do momento em que um geoparque pode englobar em seu território unidades de conservação (UC), assim como patrimônios tombados pelo IPHAN.

Como dito anteriormente, o Projeto Geoparques da CPRM se baseou na utilização das informações sistematizadas pela SIGEP para identificar áreas que pudessem constituir potenciais geoparques. De acordo com Carlos Schobbenhaus, o processo seguiu orientações semelhantes à SIGEP, pautando-se nos seguintes critérios:

> i) singularidade na representação de sua tipologia ou categoria;
> ii) importância na caracterização de processos geológicos-chave regionais ou globais, períodos geológicos e registros expressivos na história evolutiva da Terra;
> iii) expressão cênica;
> iv) bom estado de conservação;
> v) acesso viável; e
> vi) existência de mecanismos ou possibilidade de criação de mecanismos que assegure conservação (SCHOBBENHAUS, 2012, p.16).

De acordo com o autor, os esforços para divulgar amplamente esses sítios, pela *Internet* ou em livros, visa incentivar ações imediatas de preservação e conservação, como o tombamento. Pode-se notar que os critérios expostos pelo Projeto Geoparques da CPRM que, por sua vez, foram baseados nos critérios da SIGEP, trazem uma visão de patrimônio que remonta ao início das preocupações com o patrimônio natural no Brasil. De acordo com Simone Scifoni (2006, p. 32), os bens naturais foram elevados ao patamar de patrimônio nacional em 1937 através do Decreto-lei n° 25, estabelecendo:

> Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico...
> 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

Há entre os critérios da CPRM e o Decreto-lei 25/1937 traços em comum, como a busca pela singularidade e excepcionalidade e pelas feições notáveis ou expressão cênica do objeto. Porém, enquanto o primeiro cita a importância de valores científicos, o segundo preza pela monumentalidade dos bens naturais. Ressalta-se que a criação do Decreto-lei possui estreita relação com o momento histórico pelo qual o Brasil passava: de acordo com Milet (1998), entre os anos 1920 e 1930 o país vivia um momento instável de crise da hegemonia política e econômica. Cabia ao Estado regulamentar as relações para garantir o seu desenvolvimento, processo que ocorreu também no âmbito cultural. Assim, a definição de 1937 sobre o que deveria ser considerado patrimônio nacional é, de acordo com Scifoni (2006, p. 83), um modo de construir um imaginário social em torno da ideia de nação, buscando consolidar uma identidade brasileira que compatibilizasse com o projeto de Estado forte e centralizador.

No entanto, com o uso de termos genéricos, tais como "excepcional valor", a definição mascara as contradições políticas inerentes à ideia de patrimônio, como se desconsiderasse o processo social inerente. Além disso, a monumentalidade, que traz a ideia de valores estéticos medidos pela beleza e "feições notáveis", ignora que esse valor é também relativo. Por fim, a CPRM traz como um de seus critérios o "bom estado de conservação". O termo relembra que, muitas vezes, a presença da vida humana é colocada - pelas políticas públicas de proteção ao patrimônio e à natureza - como empecilho à sua conservação e resultante direta de sua degradação. A despeito desses conflitos, Pereira, Brilha e Martinez (2008, p. 492) apontam que o Decreto-Lei 25/1937 abriu espaço para se considerar o patrimônio geológico "de modo que os objetos de tombamento passam a pertencer à União, aos Estados ou aos Municípios, sendo inalienáveis por natureza".

Uma mudança substancial ocorreu na definição de patrimônio brasileiro na Constituição Federal (CF) de 1988:

> **Art.216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I – as formas de expressão;
> II – os modos de criar, fazer e viver;
> III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

> V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.[89]

O Decreto-lei 25/1937 e o Artigo 216 da CF-1988 representam diferentes matrizes de pensamento acerca do patrimônio no Brasil. Este último trouxe consigo uma visão mais ampla, reconhecendo que a sociedade brasileira é formada por grupos plurais, passando a considerar identidades múltiplas, baseadas em memórias coletivas que não possuem tanta proximidade com a narrativa da História oficial. Além disso, nota-se a percepção de uma diversidade de valores passíveis de serem aplicados ao patrimônio, ressaltando "os modos de criar, fazer e viver". Fonseca (1997) aponta que houve algumas mudanças no âmbito do IPHAN no período de 1970-1990, que abrangeram essas novas categorias e visões, além da ampliação do espaço do patrimônio natural.

Dessa forma, parece haver uma distância entre o entendimento do que é patrimônio segundo a Constituição Brasileira e aquilo que vem sendo trabalhado na esfera das ciências e instituições geológicas, que predominam no campo dos geoparques. Nesse âmbito a proteção do patrimônio geológico no Brasil parece se guiar por duas características principais: ora prezando os bens que possuem a chamada feição notável, ora os bens que possuem importância científica acentuada.

Não obstante, Delphim (2009, p. 76) chama a atenção para o fato de que o IPHAN demonstrou interesse pelo patrimônio geológico logo após a sua criação, uma vez que promoveu o tombamento de bens de caráter geológico, geomorfológico e espeleológico pelo país. Ao citar bens tombados pelo IPHAN com esse caráter, o autor reconhece que outros fatores influenciaram, como os valores históricos e paisagísticos, assim, desconsiderando os valores científicos geológicos de maneira exclusiva e restritiva.

Delphim (2009) ainda afirma que, bem como nem todas as edificações são tombadas, nem todos os bens de importância geológica devem ser. Tal afirmação reforça o fato de que o patrimônio é parte da ação de selecionar algo que deve ser mantido devido a determinado valor para determinado grupo.

> Assim como nem todas as edificações são tombadas, nem todos os bens de significação geológica, geomorfológica ou paleontológica são objeto de tombamento. Da mesma forma como ocorre com bens de relevância histórica, artística, paisagística ou outras, o IPHAN apenas será responsável por bens geológicos, paleontológicos ou científicos, quando tiverem sua excepcional importância reconhecida pelo

---

[89] Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em novembro de 2020.

> tombamento, por estarem localizados em áreas tombadas por outros motivos em seu entorno (DELPHIM, 2009, p. 77).

Delphim (2009, p. 76) esclarece que "embora a definição do conceito de patrimônio geológico envolva todos os elementos que compõem a geodiversidade, isso não significa que todos os bens de valor geológico tenham de ser reconhecidos como patrimônio cultural". Portanto, Delphim colabora no entendimento de que, composto por valores diversos, o patrimônio geológico ultrapassa o aspecto científico que também o contempla. Ademais, as reflexões do autor permitem apreender que o patrimônio geológico não é algo que surgiu na década de 90 - seja no que se refere à sua existência como parte da vida e do cotidiano social, seja no que se refere às medidas de proteção envolvidas - uma vez que o conjunto de bens assim adjetivados já estavam sujeitos à proteção do IPHAN desde o início da criação da instituição.

Delphim (2009) destaca a possibilidade de que paisagens que apresentem elementos geológicos possam ser abrangidas pela chancela da Paisagem Cultural Brasileira. A referida chancela foi criada pelo IPHAN através da Portaria n° 127 de 30/04/2009 e, de acordo com sua definição **"**paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores."[90] Além disso, tem-se que:

> A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio (IPHAN, 2009).

Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni esclarecem que o tema das paisagens culturais compõe uma maneira inovadora de conceber a gestão e conservação do patrimônio cultural, de maneira que:

> [...] permite superar a dicotomia até hoje presente na atuação dos órgãos públicos de preservação, no que diz respeito ao tratamento entre o patrimônio material e imaterial, entre o natural e o cultural, estendendo-os como um conjunto no qual os seus diferentes significados se articulam num todo vivo e dinâmico (NASCIMENTO E SCIFONI, 2010, p. 29).

---

[90] Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html. Acesso em novembro de 2020.

As autoras também esclarecem que “a perspectiva da paisagem cultural implica em que se identifique as relações estabelecidas, nos vários momentos históricos, entre as comunidades locais e a natureza, considerada matéria-prima para a apropriação social (NASCIMENTO E SCIFONI, 2010, p. 32). Destaca-se, em conformidade ao que apresentam Simone Scifoni e Flávia Nascimento, que a perspectiva de aliança entre Paisagem Cultural e geoparque propiciaria uma ampliação do panorama para o entendimento da importância que a história, anterior às sociedades humanas, possui para nossa existência, em relação aos recursos, às geomorfologias, ao clima etc, e como lidar com essas condições no mundo atual.

Aziz Ab’Saber sintetiza sua percepção de paisagem ao dizer que:

> Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma *herança*. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades (AB’SABER, 2003, p. 09).

Delphim (2009) acrescenta que a chancela de Paisagem Cultural implica no estabelecimento de um pacto, acompanhado pelo IPHAN, que pode abranger o poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Percebe-se que esse é mais um aspecto semelhante aos possíveis modos de gestão de um geoparque. Os dois temas foram considerados em conjunção através da “Carta da Serra da Bodoquena: Carta das Paisagens Culturais e Geoparques”, de 2007, fruto de um evento promovido pelo IPHAN em Bonito, no Mato Grosso do Sul, denominado “Seminário Serra da Bodoquena/MS – Paisagem Cultural e Geoparque”. O evento teve o intuito de promover o local como um possível candidato ao recebimento das duas chancelas, do IPHAN e da UNESCO.

A Carta aborda a proteção dos bens de maneira ampla, buscando compreendê-los de maneira integrada e tornar as ações e formas de uso mais democráticas. Ressalta a importância da Rede Global de Geoparques como um instrumento de proteção da herança geológica da Terra, destacando o potencial de unir essa proteção ao desenvolvimento sustentável. Ainda, conforme o documento: “Paisagens culturais e geoparques em última instância dizem respeito mais às pessoas que às coisas, uma vez que as premissas de

conservação e preservação atendem à necessidade humana fundamental do conhecimento a uma cultura e a um lugar" (BONITO, 2007)[91]

Nessa perspectiva, a chancela de Paisagem Cultural se mostra como um debate interessante à nível nacional no âmbito de criação de geoparques, uma vez que ambos congregam valores e princípios bastante semelhantes. Além disso, o estreitamento dos laços entre o Projeto Geoparques e o IPHAN poderia colaborar para um aprofundamento do debate patrimonial nesse âmbito, algo que é, muitas vezes, negligenciado:

> Embora vários ramos das ciências sociais [...] tenham destacado as múltiplas interpretações possíveis do termo "patrimônio", parece ter existido pouco interesse nestas ou na aplicação de suas conclusões por parte da comunidade de pesquisadores de geoparques e outros profissionais (TEJADA-GONZALEZ et al., 2017, p. 01-02) (TRADUÇÃO LIVRE).[92]

Assim, Catalina Gonzalez-Tejada, Yi Du, Mark Read e Yves Girault (2017, p. 02) afirmam que, apesar do conceito de geoparque ter evoluído dentro de um quadro que aborda a proteção da natureza como um patrimônio, isso se sucedeu sem que os numerosos artigos sobre o tema fizessem referência à essa questão. Essa afirmação retoma a ideia já explanada nessa pesquisa de que o patrimônio geológico possui a tendência de ser trabalhado de maneira descolada de seus inerentes aspectos e discussões de caráter patrimonial, predominando seu aspecto geológico, hierarquicamente. É possível que essa tendência contribua para que os geoparques apresentem dificuldades em se disseminar – conceitualmente e materialmente – fora do núcleo formado por geólogos.

Aline Castro, Kátia Mansur e Ismar Carvalho (2015, p. 162) reconhecem o aumento das ações relacionadas ao patrimônio geológico no Brasil como parte do empenho dos geocientistas. Nesse sentido, os autores reconhecem a importância da conservação desses bens, porém, admitem que ainda existem poucos trabalhos voltados para a relação do patrimônio geológico com as comunidades que vivem no seu entorno: "Algumas comunidades acabam por conviver com um patrimônio que, muitas vezes, lhes

---

[91] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Carta_das_Paisagens_Culturais_e_Geoparques.PDF. Acesso em novembro de 2020.

[92] No original: "Although various branches of social science, such as Cultural Studies, Heritage Studies or Material Culture Studies have highlighted the multiple possible interpretations of the term 'heritage', there appears to have been little interest in them or the application of their conclusions from the Geopark community of researchers and other professionals" (TEJADA-GONZALEZ et al., 2017, p. 01-02).

é imposto, pois elas não foram consultadas sobre o tema. Não o entendem como herança e, desta forma, não vêm motivos para conservá-lo" (CASTRO, MANSUR E CARVALHO, 2015, p. 162).

No que se refere ao SNUC, ele foi instituído através da Lei 9.985/2000 e é composto por 12 categorias divididas entre Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.[93] De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)[94], define-se UC como uma área com limites definidos que reúna características naturais relevantes e que possua objetivos de conservação, podendo ser regidas pelo âmbito federal, estadual ou municipal.

Pereira, Brilha e Martinez (2008, p. 492) afirmam que o patrimônio geológico pode ser enquadrado no âmbito do SNUC em algumas de suas categorias e citam o artigo 4° do capítulo II, no qual tem-se como um dos objetivos do Sistema "proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural". Segundo Aline Castro (2014, p. 37), dentre as categorias do SNUC, as que melhor enquadrariam o patrimônio geológico são: Parque Nacional, Monumento Natural, Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Todavia, os autores ressaltam que a maior parte das UCs se encontram centradas nos aspectos da biodiversidade, sendo possível verificar uma ampla negligência com os aspectos naturais abióticos (PEREIRA, BRILHA E MARTINEZ, 2008, p. 492). Nascimento, Ruchkys e Mantesso-Neto (2008, p. 23) demonstram opinião semelhante quando assinalam que "o SNUC não aborda de forma específica o patrimônio geológico, quando o faz é de maneira simplista e superficial".

Como conclusão sobre o enquadramento do patrimônio geológico, Pereira, Brilha e Martinez acreditam que, no que se refere às medidas legislativas de proteção do Brasil, este poderia ser inserido no Decreto-Lei 25/1937 e na Lei do SNUC, partilhando a opinião de que, no primeiro caso, estando sob a tutela do Ministério da Cultura, estaria exposto à uma entidade cuja aptidão e enfoque não são alinhados com a proteção ambiental. Isto posto, defendem que o patrimônio geológico estaria mais alinhado e apropriado à esfera

---

[93] Entre as Unidades de Proteção Integral tem-se: 1. Estação Ecológica; 2. Reserva Biológica; 3. Parque Nacional; 4. Monumento Natural e 5. Refúgio da Vida Silvestre. Entre as Unidades de uso Sustentável, tem-se: 1. Área de Proteção Ambiental; 2. Área de Relevante Interesse Ecológico; 3. Floresta Nacional; 4. Reserva Extrativista; 5. Reserva de Fauna; 6. Reserva de Desenvolvimento Sustentável e 7. Reserva Particular do Patrimônio Natural. Fonte: https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias.html. Acesso em novembro de 2020.

[94] Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html. Acesso em novembro de 2020.

do SNUC (PEREIRA, BRILHA E MARINEZ, 2009, p. 345), em que pese seu enfoque na biodiversidade. No entanto, sobre esse posicionamento e considerando toda a discussão já efetuada anteriormente, apreender o patrimônio geológico como pertencente apenas ao âmbito da natureza e afastar o seu inerente conteúdo cultural – da natureza e do patrimônio geológico – seria um equívoco.

José Carlos da Silva Oliveira (2014, p.01), sugere o vislumbre dos geoparques como "uma alternativa de gestão territorial de patrimônios naturais menos restritiva do espaço geográfico". Carlos Medeiros, Cristiane Gomes Marcos Nascimento (2015, p. 348) apontam que "uma característica do geoparque é sua capacidade de agregação e articulação institucional, visto que não está atrelada a nenhuma lei [...]". Sendo assim, o modo de gestão de um geoparque é estabelecido em sua esfera individual. Embora deva seguir as diretrizes da UNESCO para sua implantação e revalidação, não há um modelo específico que estabeleça suas dinâmicas organizacionais e estruturais, apenas realçando-se a necessidade de envolvimento da população local. Conforme José Brilha:

> O conceito de geoparque, parecendo simples, não é de fácil apreensão. Em primeiro lugar porque um geoparque não tem suporte legal tal como uma Unidade de Conservação. À partida, este facto pode parecer limitador no momento de gerir o geoparque mas, na verdade, dá mais liberdade ao gestor para poder implementar estratégias de desenvolvimento sustentável com as populações. Além que, nas fases de preparação de um geoparque, o facto de não ter leis restritivas como base, favorece o contacto e o diálogo com as populações que, habitualmente, lhes desagrada a implementação de Unidades de Conservação demasiado condicionantes das suas habituais atividades. Em segundo lugar, um geoparque, não sendo apenas dedicado à conservação do património geológico, é muito mais abrangente nas actividades que promove. Tentar conciliar o que se vai fazendo no território a nível educativo, cultural, ambiental e turístico, mas de modo interligado é, frequentemente, uma tarefa difícil. Com efeito, muitas vezes o território que se prepara para se tornar um geoparque, tem já um longo histórico de actividades variadas e de grande valor, mas sem qualquer relação entre elas. Um geoparque procura estabelecer estas ligações de forma a promover uma identidade única do território, representada pelos seus aspectos naturais (geológicos, fauna e flora) e culturais (BRILHA, 2012, p. 32).

Paulo Boggiani (2010) defende a posição de que não é necessário o enquadramento dos geoparques em uma lei específica, uma vez que tal feito contribuiria para engessar o processo que deve ocorrer em seu interior, de caráter mais inovador, dinâmico e distinto quando comparado à uma UC. Assim, seria permitido um maior espectro de formas de gestão e projetos na área em questão, apontando que, idealmente,

qualquer pessoa, instituição, entidade ou empresa deve ser bem-vinda em um geoparque e jamais excluída do processo. Boggiani (2010) também ressalta que os geoparques não se opõem ao SNUC, devendo ser compreendidos como uma proposta complementar a este.

Paulo Boggiani (2009, p. 107) também adverte que os geoparques não se referem apenas à conservação, já que implicam em mudanças sociais que advêm de um projeto de desenvolvimento. O autor destaca que uma perspectiva interessante é apreender esse conceito como algo dinâmico, complexo, capaz de abrir muitas possibilidades. Sendo assim, não se trata de um conceito plenamente definido, mas em constante construção (BOGGIANI, 2009).

Se por um lado a liberdade jurídica de um geoparque confere maiores possibilidades no âmbito da gestão participativa, não há certificações de que isso, de fato, ocorra. Afinal, como discutido anteriormente, um geoparque, em suas diretrizes oficiais, preza pela participação de variados atores sociais, devendo incluir a população local entre eles. Em concordância com Brilha (2012, p.32), acreditamos que "conseguir um diálogo frutuoso entre actores tão diversos como empresários, professores, geólogos, biólogos, arqueólogos, turismólogos e políticos constitui um dos principais desafios para a equipe gestora de um geoparque".

Acrescenta-se que, em um pensamento simplista e descuidado, pode-se considerar que a chave para a resolução desse desafio seria um planejamento adequado. Porém, sendo o território "qualificado pelo domínio político de uma porção da superfície terrestre" (MORAES, 2005, p. 139), é impraticável não considerar que o próprio planejamento é forjado em meio às relações políticas, que são contraditórias e desiguais. Desse modo, é preciso ponderar quais atores e instituições participam desse processo e em qual nível, assim como quais são as políticas e estratégias utilizadas mediante qual intuito.

Em suma, apesar de não ser reconhecido como parte do SNUC e do IPHAN, é indicado que um geoparque mantenha relações consistentes com esses âmbitos, uma vez que eles podem lhe dar os fundamentos necessários para a proteção da natureza e do patrimônio de sua respectiva área. Ademais, considerar a ampliação desse diálogo pode ser um caminho profícuo para que o conceito de geoparque se torne mais conhecido e mais fortalecido na esfera nacional.

4.4 As propostas brasileiras de geoparques e a obra da CPRM

Como visto no capítulo 1, apesar de algumas mudanças nos procedimentos para inclusão na GGN e, posteriormente, também no IGGP, a inventariação de bens geológicos tem sido uma etapa constante e imprescindível. De acordo com o Prof. Dr. Marcos Nascimento[95], ex geólogo da CPRM - entre 2007 e 2009 –, atual professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e um dos principais responsáveis pela proposta do Geoparque Seridó, o trabalho feito pela CPRM pode ser definido através do objetivo de reconhecer onde estão os principais locais de interesse geológico que possam ter um valor patrimonial. Porém, Marcos Nascimento esclarece que esse inventário é apenas o ponto de partida e que um trabalho voltado exclusivamente para isso não consiste em uma proposta de geoparque.

Assim, em um primeiro momento, um leitor incauto que tenha contato com o material elaborado pela CPRM pode ser levado a crer que os dezessete capítulos apresentados em 2012 sob a denominação de propostas evoluirão, efetivamente, para dezessete geoparques concretizados, o que não necessariamente se tornará uma realidade. O livro da CPRM deve ser encarado a partir da perspectiva de relatórios e inventários geológicos, e não como efetivas propostas de geoparques. O trabalho envolvido na criação de um geoparque é muito mais amplo e polivalente, partindo de um viés geológico e unindo a biodiversidade, a cultura, o patrimônio, as pessoas, a política, a sustentabilidade, o turismo e, em suma, todos aqueles aspectos que fazem o território e suas dinâmicas serem como são. Assim, embora inventários geológicos sejam essenciais, eles não são suficientes.

Nesse sentido, a obra "Geoparques do Brasil – propostas" da CPRM é um importante material para entender o desenvolvimento da ideia de geoparque no país e, por esse motivo, ele é utilizado como uma das bibliografias essenciais nessa pesquisa. Além disso, sua importância é irrefutável tanto na divulgação dessa noção, quanto pelo fato de ter sido o primeiro trabalho a unir locais em potencial sob o título de geoparque à nível nacional. Porém, entendemos que, em um contexto em que a definição de geoparque não era clara mesmo entre os profissionais envolvidos na temática, uma equivocada interpretação da obra contribuiu para um entendimento mais restrito sobre o conceito e a

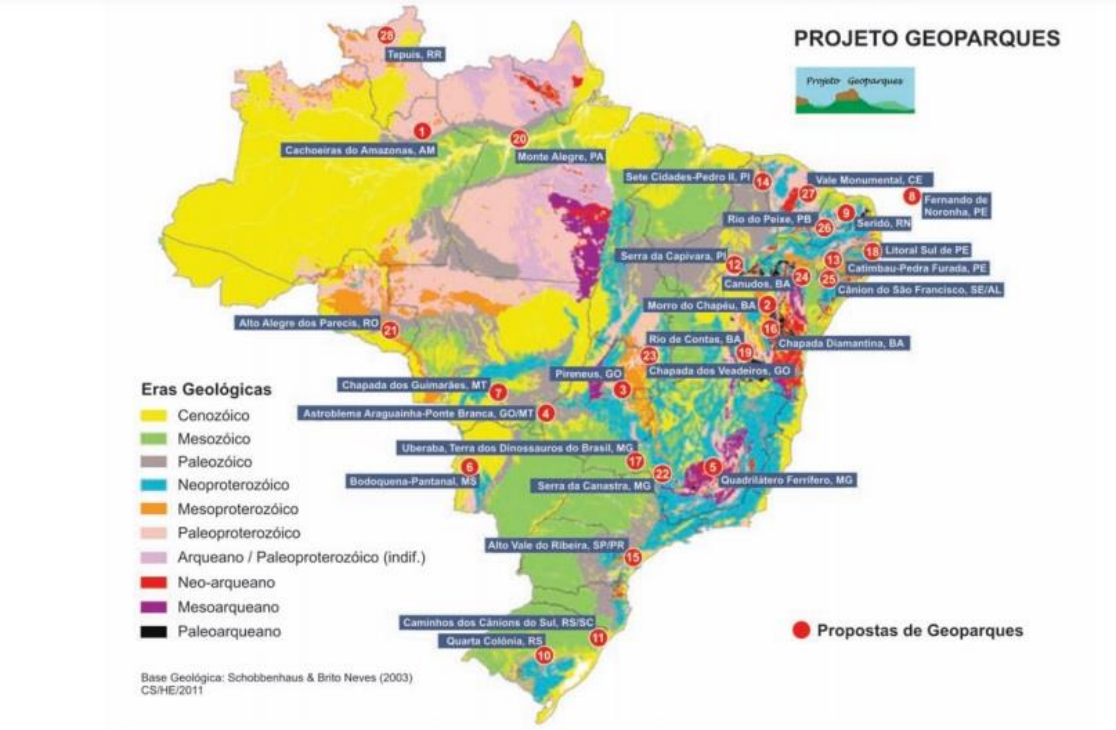
[95] Em entrevista efetuada presencialmente em maio de 2019.

situação brasileira. Portanto, os dezessete relatórios que compõem o livro devem ser analisados um a um, considerando que alguns evoluíram e desenvolveram outros estudos, pesquisas, parcerias, projetos e políticas, enquanto outros não foram adiante do trabalho despendido pela CPRM.

Sendo assim, ressalta-se que o uso do termo "propostas" em determinados momentos dessa dissertação é feito tendo em mente tais ressalvas. Mantemos a utilização do termo em conformidade ao título da própria obra e, além disso, como uma maneira de destacar o esforço em torno da preparação de cada relatório utilizando como pano de fundo o conceito de geoparque – mesmo que este não seja abordado em sua complexidade por cada um deles.

Para a análise do panorama nacional no que se refere à criação de projetos de geoparques no Brasil foram considerados os dois volumes desse material desenvolvido pela CPRM, sendo o primeiro datado de 2012 e o segundo, atualmente, ainda em fase de editoração e disponível apenas *online* no *website* da instituição. O primeiro volume apresenta 19 capítulos, sendo 17 deles dedicados, cada um, a uma proposta. O primeiro, escrito por Carlos Schobbenhaus e Cassio Roberto da Silva, intitula-se "O papel do Serviço Geológico do Brasil na criação de geoparques e na conservação do patrimônio geológico" e aborda os trabalhos desenvolvidos pela CPRM, através do mapeamento da SIGEP, para identificar áreas com potencial de se tornarem geoparques. Nesse capítulo são apresentadas, de forma resumida, 28 áreas em potencial identificadas pela instituição, conforme o mapa abaixo:

Mapa 15 – Áreas com potencial para a criação de geoparques.



Fonte: CPRM (2012).

Dessas 28 propostas contidas no mapa 15, catorze são apresentadas como relatórios completos, somando-se a outras três propostas caracterizadas como iniciativas externas à CPRM - Campos Gerais, Ciclo do Ouro e Costões e Lagunas do Rio de Janeiro. Totalizam-se, assim, dezessete propostas e capítulos da obra:

1. Cachoeiras do Amazonas (AM)
2. Morro do Chapéu (BA)
3. Pireneus (GO)
4. Astroblema de Araguainha – Ponte Branca (GO/MT)
5. Quadrilátero Ferrífero (MG)
6. Bodoquena – Pantanal (MS)
7. Chapada dos Guimarães (MT)
8. Fernando de Noronha (PE)
9. Seridó (RN)
10. Quarta – Colônia (RS)
11. Caminhos dos Cânions do Sul (RS/SC)
12. Serra da Capivara (PI)

13. Ciclo do Ouro, Guarulhos (SP)
14. Uberaba – Terra dos Dinossauros do Brasil (MG)
15. Campos Gerais (PR)
16. Litoral Sul de Pernambuco (PE)
17. Costões e Lagunas do Estado do Rio de Janeiro (RJ)

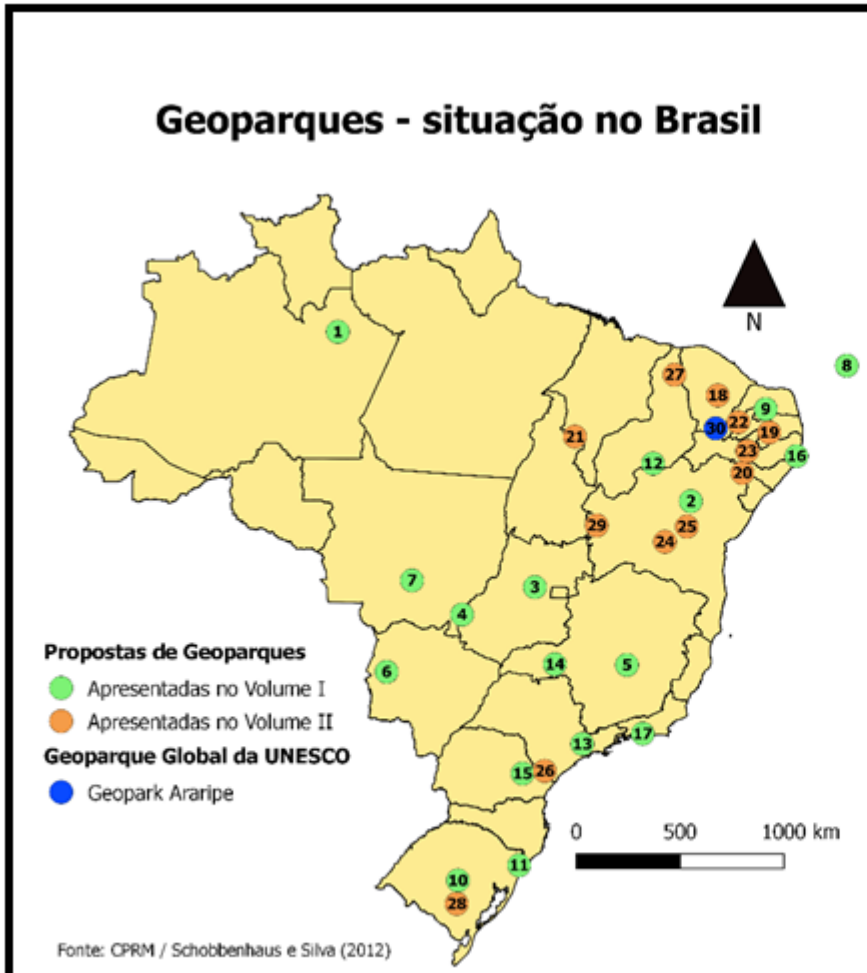
É importante ressaltar que, ao longo do tempo, algumas publicações foram efetuadas citando outras possíveis propostas. Em publicação de Kátia Mansur et al. (2013), são citadas as propostas do "Cânion do Rio Poti (PI)", "Delta do Parnaíba (PI)", "Ubajara (CE)" e "Guaritas-Minas do Camaquã". O artigo de Marcus Nascimento e Virgínio Mantesso-Neto (2013) também se refere às mesmas. Matheus Nobre da Silva, em 2018, contabiliza 37 propostas no Brasil, incluindo algumas como "Carolina (MA)", "Inselbergs de Itatins – Milagres (BA)", "Alto Rio Negro" (RO), "Corumbataí" (SP) e "Alto Alegre dos Parecis" (RO). Embora não tenhamos investigado a fundo cada uma dessas propostas que emergem em diferentes publicações, evidencia-se que diversas áreas do território brasileiro já foram associadas como potenciais para a criação de geoparques em diferentes momentos. A maior parte se centraliza nos esforços da CPRM, mas também há algumas proposições externas que se relacionam a iniciativas de outras instituições, tais como a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e universidades brasileiras. Nesse sentido, apesar de existirem referências a outros projetos de geoparques, citados em diferentes publicações, reforçamos que para essa pesquisa foram selecionadas apenas aqueles que possuem relatórios completos publicados através do material "Geoparques do Brasil - propostas", organizado pela CPRM.

Portanto, se somam às 17 propostas do I volume outras 12 propostas do II volume, sendo uma delas – São Desidério – efetuada pela CBPM:

1. Sertão Monumental (CE)
2. Cariri Pernambucano
3. Cânion do São Francisco
4. Vale das Águas (MA)
5. Rio do Peixe (PB)
6. Catimbau – Pedra Furada (PE)
7. Alta Rio de Contas (BA)

8. Serra do Sincorá (BA)
9. Alto Vale do Ribeira (SP/PR)
10. Sete Cidades – Pedro II (PI)
11. Guaritas – Minas do Camaquã (RS)
12. São Desidério (BA)

Mapa 16 - Situação dos geoparques e propostas no Brasil.



Nº	Nome	UF
1	Cachoeiras do Amazonas	AM
2	Morro do Chapéu	BA
3	Pireneus	GO
4	Astroblema de Araguainha - Ponte Branca	GO - MT
5	Quadrilátero Ferrífero	MG
6	Bodoquena - Pantanal	MS
7	Chapada dos Guimarães	MT
8	Fernando de Noronha	PE
9	Seridó	RN
10	Quarta-Colônia	RS
11	Caminhos dos Cânions do Sul	RS - SC
12	Serra da Capivara	PI
13	Ciclo do Ouro	SP
14	Uberaba - Terra dos Dinossauros do Brasil	MG
15	Campos Gerais	PR
16	Litoral Sul de Pernambuco	PE
17	Costões e Lagunas	RJ
18	Sertão Monumental	CE
19	Cariri Paraibano	PB
20	Cânion do São Francisco	AL - SE - BA
21	Vale das Águas	MA
22	Rio do Peixe	PB
23	Catimbau - Pedra Furada	PE
24	Alto Rio de Contas	BA
25	Serra do Sincorá	BA
26	Alto Vale do Ribeira	SP - PR
27	Sete Cidades - Pedro II	PI
28	Guaritas - Minas do Camaquã	RS
29	São Desidério	BA
30	Geopark Araripe	CE

Elaboração e organização: BEIL, Isabella e ZOBOLI, Luciano (2020)

A investigação dessas 29 propostas teve como intuito responder a um dos questionamentos fundantes dessa pesquisa: Por que se multiplicam as propostas de criação de geoparques no Brasil e quais as forças e atores sociais, políticos e econômicos envolvidos? Na hipótese para esse problema de pesquisa afirmamos que a criação de geoparques no Brasil deveria relacionar-se, em alguma medida, à indução de forças econômicas advindas do turismo, assim como seus principais atores envolvidos.

É importante ressaltar que não foi o objetivo analisar profundamente cada uma das propostas e sua situação de maneira isolada. Os questionários direcionados a cada uma colaboraram na composição de um panorama geral do cenário brasileiro sobre a criação e andamento das proposições de geoparques, buscando compreender melhor quem são os envolvidos, quais as suas motivações e as dificuldades atreladas. Portanto, algumas especificidades de determinadas propostas serão destacadas apenas quando puderem colaborar no entendimento da totalidade.

Parte das respostas obtidas foram sistematizadas na tabela 6. Nesta, considerou-se, primeiramente, o "andamento": as classificações utilizadas foram "em andamento" – para as propostas que estão desenvolvendo atividades de maneira mais coesa e direcionada às diretrizes do que é um UGGp da UNESCO -, "atividades pontuais" – para aquelas que desenvolvem ações pontualmente, geralmente relacionadas à geoconservação, mas ainda distantes das dinâmicas de um UGGp –, "paradas" – para as propostas que já estiveram em andamento ou já tiveram atividades pontuais – e "apenas inventário" – para todas que se restringiram ao relatório da CPRM.

O segundo aspecto avaliado pelo quadro foi a questão do "envio para a UNESCO", conforme as divisões "sem perspectivas" – para as propostas ainda muito distantes de cumprirem as etapas necessárias de acordo com as diretrizes do IGGP -, "com perspectivas" – para aquelas que já conjecturam cenários de envio em um futuro de curto ou médio prazo -, "negadas" e "aguardando avaliação" – para aquelas que foram enviadas para a UNESCO a ainda não receberam o parecer final.

O terceiro aspecto foram as "motivações". Sobre este, é importante dizer que embora as motivações gerais para a criação de um geoparque sejam basicamente as mesmas, relacionadas ao seu próprio conceito – características geológicas, desenvolvimento do turismo, proteção do patrimônio e desenvolvimento sustentável – esta questão foi direcionada às propostas brasileiras no sentido de compreender se há algum aspecto que une os projetos e que caracterize o panorama nacional de maneira específica.

O quarto aspecto do quadro se refere à “iniciativa e participação”, com o objetivo de entender quem são os principais atores envolvidos com as propostas, seja no quesito da iniciativa ou de envolvimento posterior. Por fim, o quinto aspecto busca resumir as principais dificuldades encontradas no estabelecimento concreto de um projeto de geoparque nas respectivas áreas, algo que também contribuiu para iluminar o papel dos atores sociais, seus objetivos e possíveis conflitos existentes no território.

Tabela 5 - Panorama geral das propostas de geoparques no Brasil em 2020.

PANORAMA GERAL DAS PROPOSTAS DE GEOPARQUES NO BRASIL EM 2020						
PROPOSTA	**UF**	**ANDAMENTO**	**ENVIO PARA UNESCO**	**MOTIVAÇÕES**	**INICIATIVA E PARTICIPAÇÃO**	**DIFICULDADES**
Cachoeiras do Amazonas	AM	Parada	Sem perspectivas	Geologia, turismo e desenvolvimento sustentável	CPRM e prefeituras.	Descontinuidades políticas, parcerias, recursos, incentivos e iniciativa, expectativa de lucro à curto prazo
Morro do Chapéu	BA	Em andamento	Sem perspectivas	Desenvolvimento sustentável, proteção da natureza	CPRM, prefeitura.	Falta de recursos, dificuldades no estabelecimento de parcerias.
Pireneus	GO	Atividades pontuais.	Sem perspectivas	Geologia, turismo, proteção do patrimônio.	CPRM, universidade (UFG), comunidade (COEPi)	Falta de recursos, incentivos e iniciativa

Astroblema de Araguainha – Ponte Branca	GO/MT	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Geologia, turismo, educação.	CPRM.	Falta de interesse e iniciativa.
Quadrilátero Ferrífero	MG	Parada	Negada – sem perspectivas	Relação com outros programas (Programa de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais), associação de *stakeholders* geologia, turismo e educação.	CPRM, governo estadual, universidade.	Ausência de recursos, conflitos com a atividade mineradora e conflitos ambientais.
Bodoquena-Pantanal	MS	Parada	Negada – sem perspectivas	Proteção do patrimônio.	CPRM, IPHAN, governo estadual.	Dificuldades no estabelecimento de parcerias, ausência de recursos.
Chapada dos Guimarães	MT	Atividades pontuais.	Sem perspectivas.	Proteção do patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável.	CPRM, universidade, deputado.	Dificuldades no estabelecimento de parcerias, ausência de recursos.
Fernando de Noronha	PE	Atividades pontuais.	Sem perspectivas.	Geologia e educação.	CPRM, universidade (UEPG), ICMBio.	Ausência de recursos e ausência de interesse e iniciativa.

Seridó	RN	Em andamento – enviada para a UNESCO.	Aguardando avaliação	Desenvolvimento sustentável e educação.	CPRM, universidade, prefeituras.	Estabelecimento de parcerias.
Quarta Colônia	RS	Em andamento.	Carta de intenção enviada.	Geologia, paleontologia e desenvolvimento sustentável.	CPRM, prefeituras (CONDESUS), universidade (UFSM).	
Caminhos dos Cânions do Sul	RS/SC	Em andamento – enviada para a UNESCO.	Aguardando avaliação	Proteção do patrimônio geológico, turismo, desenvolvimento da economia, proteção da paisagem, agricultura sustentável, educação e desenvolvimento sustentável.	CPRM, prefeituras, AMESC, Agência de Desenvolvimento Regional (ADR)	Formação de parcerias e consolidação dos municípios integrantes.
Serra da Capivara	PI	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Proteção e desenvolvimento socioeconômico.	CPRM	Ausência de interesse e iniciativa.
Ciclo do Ouro	SP	Parada.	Sem perspectivas.	Geologia, arqueologia, área de compensação ambiental.	Prefeitura.	Questões políticas.

Uberaba – Terra dos Dinossauros do Brasil	MG	Em andamento.	Com perspectivas.	Desenvolvimento territorial, turismo, geração de empregos.	CPRM, Conselho Municipal de Turismo.	Criação de um projeto de gestão unificado, logística.
Campos Gerais	PR	Parada.	Sem perspectivas.	Proteção do patrimônio geológico, turismo e desenvolvimento sustentável.	MINEROPAR e universidade (UEPG).	Descontinuidades políticas, dificuldades no estabelecimento de parcerias e conflitos e resistência relacionados a proprietários rurais.
Litoral Sul de Pernambuco	PE	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Proteção do patrimônio geológico.	CPRM	Ausência de interesse e iniciativa.
Costões e Lagunas	RJ	**Em andamento**.	Sem perspectivas.	Proteção do patrimônio geológico frente à pressão da urbanização, especulação e turismo.	DRM, universidade (UFRJ, UERJ e UFF).	Questões políticas.
Sertão Monumental	CE	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Desenvolvimento sustentável, geologia e interligar o Geopark Araripe e o litoral.	CPRM.	Proposta ainda bastante recente, não foram estabelecidas parcerias.

Cariri Paraibano	PB	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Geologia.	CPRM, universidade.	Ausência de interesse e iniciativa.
Cânions do São Francisco	AL/SE/ BA	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Geologia, proteção do patrimônio geológico, beleza cênica, turismo e desenvolvimento sustentável.	CPRM, universidades (UFPE e UFAL).	Questões políticas, ausência de recursos.
Vale das Águas	MA	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Desenvolvimento local e sustentável.	CPRM.	
Rio do Peixe	PB	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Paleontologia e turismo.	CPRM.	Ausência de interesse e iniciativa.
Catimbau – Pedra Furada	PE	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Geologia, desenvolvimento sustentável e turismo.	CPRM.	Ausência de interesse e iniciativa.
Alto Rio de Contas	BA	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Desenvolvimento sustentável e proteção dos recursos naturais e geológicos.	CPRM e universidade.	Ausência de interesse e iniciativa, ausência de recursos e dificuldades no entendimento do projeto.

Serra do Sincorá	BA	Em andamento.	Com perspectivas.	Turismo, patrimônio natural e elemento geológico.	CPRM, universidade, empreendedores.	Dificuldades no estabelecimento de parcerias e elaboração da gestão.
Alto Vale do Ribeira	SP/PR	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Desenvolvimento econômico e aproveitamento do patrimônio.	CPRM.	Descontinuidades políticas, dificuldades no entendimento do projeto e ausência de interesse e iniciativa.
Sete Cidades – Pedro II	PI	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Geomorfologia, beleza cênica, turismo e mineração.	CPRM.	Ausência de interesse e iniciativa.
Guaritas – Minas do Camaquã	RS	Apenas inventário.	Sem perspectivas.	Proteção do patrimônio geológico, turismo e desenvolvimento sustentável.	CPRM e universidade (UNIPAMPA).	Ausência de interesse, iniciativa e integração entre as partes.
São Desidério	BA	Atividades pontuais.	Com perspectivas.	Geologia, proteção do patrimônio geológico, diversificação da economia e turismo.	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM).	

Organização: Isabella Beil (2020).

De acordo com as respostas obtidas sobre o andamento das propostas, 13 ficaram restritas ao relatório publicado no material da CPRM, sendo a maior parte dessas oriundas do II volume. Assim, conforme as entrevistas, é possível afirmar que por se tratarem de propostas mais recentes ainda não houve tempo hábil, em alguns casos, para divulgar e iniciar alguma ação relacionada ao estabelecimento do geoparque, em si – lembrando que 2020 dificultou as possibilidades de andamento devido à pandemia da Covid-19. Assim, entre as que estão restritas apenas ao relatório, as dificuldades expostas estão predominantemente relacionadas à falta de interesse e de iniciativa em desenvolver ações direcionadas a um projeto de geoparque, bem como dificuldades no entendimento do conceito e seus objetivos.

Cinco propostas estão paradas, entre elas a do "Quadrilátero Ferrífero" e "Bodoquena-Pantanal", que foram efetivamente enviadas para a UNESCO e obtiveram a candidatura negada pela GGN. Sete estão "em andamento", desenvolvendo ações mais direcionadas aos propósitos e diretrizes do programa internacional, mesmo que ainda distantes da possibilidade efetiva de candidatura, e quatro desenvolvem atividades pontuais. Tais atividades se referem a alguns dos aspectos integrados ao conceito de geoparque, como o desenvolvimento de ações educativas, conscientização ambiental, inventários sobre os bens geológicos, estudos direcionados, pesquisas, confecção de roteiros turísticos, início do estabelecimento de parcerias etc, mas ainda de forma dispersa e não-centralizada em torno da construção de um projeto de geoparque.

Como exemplo, pode-se citar a proposta dos "Pireneus", que em 2019 foi resgatada pela Comunidade Educacional de Pirenópolis (COEPi) através da proposição de atividades e eventos sobre geoturismo e geoconservação. Em março do mesmo ano ocorreu o Sarau Ambiental sobre o Geoparque Pireneus,[96] fomentado pela instituição. Outro exemplo é a proposta de "Fernando de Noronha", que atualmente está parada, mas desenvolveu atividades pontuais anteriormente, fomentadas principalmente pela professora Dra. Jasmine Cardozo. Conforme seu relato, ela trabalhou com a proposta durante sua tese de doutorado, incentivou ações de geoconservação, geoturismo e tentou construir uma articulação com o Governo do Estado de Pernambuco e com o ICMBio. Por falta de recursos, os trabalhos não prosseguiram.[97]

---

[96] Disponível em: https://coepi.org.br/2019/12/20/geoturismo-e-geoconservacao-em-pirenopolis/. Acesso em novembro de 2020.

[97] Entrevista com a Professora Doutora Jasmine Cardozo por email, no dia 05 de março de 2020.

Sobre as perspectivas de envio de candidatura para a UNESCO, uma evidente maioria de 23 propostas encontram-se "sem perspectivas". Destas, duas já efetivaram o envio e foram denegadas, encontrando-se, atualmente, sem perspectivas de nova candidatura oficial. Duas propostas efetivaram o envio em 2019 e estão "aguardando avaliação" e apenas quatro consideram que há perspectivas de envio em médio prazo.[98] A proposta "Quarta Colônia" formalizou o envio da carta de intenção em 2020, que estabelece o intuito de envio do dossiê para o ano seguinte.

No que se refere às motivações atreladas ao desenvolvimento de um geoparque nas respectivas áreas, algumas se mostraram bastante frequentes, como as relativas à geologia do local, à possibilidade de desenvolvimento turístico e à ambição de fomentar o desenvolvimento sustentável. Destacam-se como diferenciais uma das motivações da proposta "Quadrilátero Ferrífero", de associar o projeto de geoparque a um programa já existente na região como modo de colaborar na associação dos *stakeholders*; da proposta "Ciclo de Ouro", que tinha objetivos de associar o projeto a uma área de compensação ambiental; "Costões e Lagunas", que indicou que o geoparque poderia colaborar para frear processos de urbanização desordenada e especulação, bem como atenuar a exploração turística intensa da região; e "Sertão Monumental", que envolve motivações de construir uma área de interligação do Geopark Araripe, no interior do Ceará, ao litoral do estado. Além disso, entre as respostas obtidas sobre as motivações é importante ressaltar o papel que o turismo adquiriu como um aliado para o alcance de outros objetivos. Por exemplo, comumente os indivíduos que citavam o desenvolvimento sustentável como principal motivação para a criação do geoparque complementaram que isso seria feito por meio do turismo.

Sobre a "iniciativa e participação", dos 29 relatórios, 25 foram iniciativas da CPRM em mapear e sistematizar informações sobre áreas com potencial para o estabelecimento de um geoparque. Diferenciam-se as propostas dos "Campos Gerais", cujos proponentes foram a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a extinta companhia Minérios do Paraná (MINEROPAR); "Ciclo do Ouro", proposta criada pela Prefeitura de Guarulhos; "Costões e Lagunas", que reuniu os esforços da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ), do Instituto Federal de Tecnologia de Zurique (ETH Zurich), da Secretaria de Estado de

[98] É importante assinalar que projeto do Geoparque Caçapava, exterior à CPRM, está em processo adiantado no envio para a UNESCO, tendo emitido carta de intenção em 2020.

Desenvolvimento e Consórcio Intermunicipal Lagos São João; e, por fim, a proposta "São Desidério", iniciada pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM).

Chama particular atenção a participação de pesquisadores e grupos de universidades em diversas propostas. Através das entrevistas foi possível averiguar que, muitas vezes, as propostas não conseguem se consolidar na realidade do local, devido a dificuldades de ordem política e financeira, mas são frequentemente retomadas por pesquisas de mestrado, doutorado e grupos relacionados a temas tais como geoconservação, patrimônio geológico e geodiversidade. A participação e apoio do governo estadual se mostrou mais pontual, bem como o envolvimento duradouro dos governos municipais.

O quinto aspecto exposto no quadro refere-se às "dificuldades" relacionadas às propostas. Tais dificuldades foram listadas de acordo com as respostas sobre a pergunta 1, que se referiu ao andamento do projeto, e à pergunta 6, que tratou sobre o envio de candidatura para a UNESCO.[99] Os fatores apontados trouxeram variáveis muito interessantes para a análise aqui desenvolvida, uma vez que foi possível averiguar alguns conflitos e problemáticas existentes no território que se colocam como obstáculos à efetivação das propostas de geoparques.

Tornou-se evidente que a existência de múltiplos atores no território no qual o geoparque supostamente se instalará traz consigo uma multiplicidade de interesses e motivações relacionados a esse mesmo objeto, bem como resistências. O envolvimento de universidades e pesquisadores expôs grande atenção no que concerne à proteção da natureza, à divulgação da geodiversidade e da geoconservação, à sistematização dos bens culturais e naturais e aos aspectos teóricos da sustentabilidade e sua importância no mundo.

O caso da proposta dos "Campos Gerais", por exemplo, criada através da iniciativa da UEPG e da MINEROPAR, expressa claramente a preocupação e o papel que as universidades brasileiras têm desempenhado na disseminação da importância de proteção dos bens geológicos, uma vez que esses são suscetíveis à perda irreparável. No entanto, a proposta encontrou resistências por parte de grandes proprietários rurais da região (GUIMARÃES et al., 2012, p. 621) que, através de seus empenhos, dificultaram o diálogo com o poder público e as possibilidades de prosseguimento do projeto de geoparque. Conforme Gilson Burigo Guimarães,[100] o próprio nome "geoparque" foi um

[99] O questionário está detalhado na introdução dessa dissertação.
[100] Entrevista realizada em outubro de 2019, pessoalmente.

elemento controverso na região por remeter a um parque nos moldes do SNUC. A região já vem enfrentando grandes embates políticos e ideológicos relacionados ao Parque Nacional dos Campos Gerais desde sua criação por decreto federal, em 2006. O Parque se tornou um elemento essencial para garantir a preservação da vegetação e das florestas de araucárias perante o avanço da agricultura e da agropecuária, porém, sua criação estabeleceu um conflito fundiário intenso, uma vez que sua área é composta de propriedades privadas.[101]

Conforme Clóvis Borges e Gilson Burigo Guimarães:

> A criação de uma Parque Nacional ultrapassa o ato da conversão de áreas privadas em públicas. Trata do reconhecimento e incorporação por parte da sociedade sobre a máxima relevância de uma porção de território, a ser mantida e desfrutada pelas gerações futuras, independentemente de qualquer tipo de condição particular ou passageira. É o registro de nossa identidade que é preservada na forma de bem público.[102]

Assim, o cenário existente é composto por proprietários rurais que vêm insistindo para que o Parque Nacional dos Campos Gerais deixe de existir e, consequentemente, também se opuseram duramente ao projeto de criação de um geoparque na região. Em 2019, o atual Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, enviou ao ICMBio uma ordem para avaliar a possibilidade de cancelamento do decreto de criação do Parque. A solicitação de revisão foi efetuada pela deputada Aline Sleutjes, do Partido Social Liberal (PSL).[103] Desse modo, apesar de suas diferenças em relação ao conceito de Parque Nacional do SNUC, os conflitos políticos foram decisivos para impedir o avanço do projeto de geoparque nos Campos Gerais, que segue parado.

Pode-se destacar também o caso do "Quadrilátero Ferrífero", proposta elaborada em uma área de forte tradição da atividade mineradora. Apesar da candidatura ter sido efetivamente enviada para a GGN em 2011, Renato Ciminelli[104] relata que a falta de interesse de empresários e a falta de entendimento do conceito, muitas vezes concebido como algo que restringirá as atividades econômicas consolidadas no território –

---

[101] Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/24/destino-do-parque-dos-campos-gerais-no-parana-preocupa-ambientalistas.ghtml. Acesso em novembro de 2020.
[102] Disponível em: https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/parque-nacional-dos-campos-gerais-a-catedral-dos-campos-naturais-do-parana/. Acesso em novembro de 2020.
[103] Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/parana/revisao-parque-campos-gerais/. Acesso em novembro de 2020.
[104] Entrevista realizada dia 28 de abril de 2020, por videoconferência.

principalmente a mineração -, dificultam o estabelecimento de parcerias sólidas. Uma outra dificuldade que sobressai no caso da proposta mineira está atrelada aos recentes rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, que trouxeram enormes consequências ambientais e sociais as quais ainda necessitam de elevada atenção, cuidado e recursos do poder público e autoridades. Contraditoriamente, esses desastres poderiam ser uma motivação a mais para a criação de um geoparque e a consequente valorização social, cultural e ambiental de toda a área em questão.

Sobressaíram-se nas respostas sobre os questionários as dificuldades relacionadas a descontinuidades políticas. Em muitos casos a proposta de implementação do geoparque emerge em uma gestão municipal e, ao ocorrer a troca de mandato, o projeto é descontinuado. Assim, nesses casos, o trabalho de estabelecer as parcerias demanda ser reiniciado e nem sempre obtém o mesmo sucesso. Pode-se citar o caso do projeto "Cachoeiras do Amazonas", criado através do Decreto n°. 1301 de 26 de outubro de 2011, pelo então prefeito de Presidente Figueiredo, após consulta popular em audiência pública na Câmara Municipal.[105] Porém, a troca do cargo de Prefeito Municipal e a ausência na continuidade das atividades de divulgação e incentivo do projeto o enfraqueceram, estando este atualmente parado. Há também o caso da proposta "Ciclo do Ouro", em Guarulhos, uma iniciativa atrelada à Prefeitura Municipal como parte de uma compensação ambiental do Aeroporto Governador André Franco Montoro.[106] Através do Decreto n° 25.974 de 15 de dezembro de 2008 instituiu-se o Geoparque Ciclo do Ouro[107] que, no entanto, não consolidou parcerias e, na troca de gestão, foi postergado.

É importante ressaltar que a criação de geoparques à nível municipal e estadual é uma deliberação independente das diretrizes da UNESCO e, na verdade, se apropria do nome sem que haja qualquer vínculo com o título global. A instituição de um geoparque municipalmente, inclusive, não necessariamente aproxima o projeto de estar apto para a candidatura à UNESCO, restringindo-se ao entendimento local sobre o conceito e seu uso.

Desse modo, como principais respostas obtidas para as dificuldades na criação, efetivação e continuidade dos projetos de geoparques no Brasil se destacam questões de

---

[105] Disponível em: https://geoheritage-iugs.mnhn.fr/international/Brazil/br6-Dec%201301_2011%20-%20Geoparque%20Cachoeiras%20do%20Amazonas.pdf. Acesso em novembro de 2020.

[106] Disponível em: http://www6.ung.br/zf/noticia/1230-guarulhos-tera-unidades-de-conservacao-ambiental-e-preservacao-da-cultura-negra. Acesso em novembro de 2020.

[107] Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/g/guarulhos/decreto/2008/2597/25974/decreto-n-25974-2008-institui-o-geoparque-ciclo-do-ouro-de-guarulhos-e-da-diretrizes-para-sua-estruturacao-com-o-objetivo-de-implantacao-e-forma-de-gestao. Acesso em novembro de 2020.

ordem política e econômica. Os relatos obtidos através das entrevistas evidenciaram quão dispendiosa é a tarefa de obter parcerias sólidas para o projeto, assim como angariar financiadores sem pretensão de retorno à curto prazo. Considerando que para se candidatar ao título internacional a área deve estar consolidada como um UGGp em suas dinâmicas e estruturas necessárias, é preciso despender os custos para formação de uma equipe de gestão, estudos sobre a área, relatórios geológicos, sistematização de bens culturais e naturais, divulgação do projeto, composição de planos administrativos e estratégias para os anos seguintes, entre outros aspectos. Este processo também deve, supostamente, combinar diferentes atores sociais e seus interesses. Portanto, o planejamento e a gestão se colocam como um importante desafio, ressaltando a necessidade de estabelecimento do projeto como algo contínuo e independente das descontinuidades políticas.

Sendo assim, a obtenção do título internacional constitui um atrativo forte para o desenvolvimento turístico, o que pode despertar o interesse de investidores. Contudo, a criação de projetos de geoparques em áreas ainda sem a infraestrutura necessária para que o turismo se estabeleça plenamente se desdobra na perda de interesse, uma vez que o retorno financeiro pode estar em um horizonte distante, face aos investimentos necessários no presente. Esse cenário aponta para a importância do apoio do poder público que, como vimos, também pode ser um processo intrincado. Em uma das entrevistas um aspecto destacado foi a demora na percepção dos resultados, como melhorias na infraestrutura e aumento nos postos de trabalho, por exemplo, o que desestimula prefeitos e governadores, já que isso não será visível durante seus respectivos mandatos.

A dificuldade na obtenção de parceiros e apoiadores também pode ser justificada pelas próprias características do projeto. A princípio, a constituição de um geoparque deve seguir na contramão da sociedade de consumo, produção e lucro, remetendo a valores tais como a sustentabilidade. Como discutido anteriormente, o desenvolvimento sustentável, em seu sentido amplo, ultrapassa questões de crescimento e ampliação do capital e do lucro, algo que vai de encontro às ambições políticas e econômicas imediatistas.

No que diz respeito à falta de iniciativa e interesse relatada por alguns entrevistados, essa dificuldade parece refletir as mesmas questões políticas e econômicas que desestimulam indivíduos e instituições a se envolverem como parceiros. Além disso, é demonstrada também pela ausência elementar de uma pessoa ou grupo que divulgue a

ideia e que se empenhe na própria busca e articulação de possíveis apoiadores. Geralmente, esse primeiro papel de divulgação está atrelado, no caso brasileiro, a pesquisadores e universidades.

Como parte do caminho para compreender as principais dificuldades atreladas à constituição de Geoparques Globais no Brasil, o caso das propostas negadas pela GGN oferece elementos interessantes. A candidatura da proposta de geoparque "Bodoquena-Pantanal" foi enviada para a GGN em 2010, em nome do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, do IPHAN e da CPRM. Destaca-se, assim, como diferencial o protagonismo do IPHAN na iniciativa de criação do projeto, tendo sido a superintendência da instituição no MS a responsável pela divulgação da ideia no estado e pelas articulações para o seguimento dos trabalhos.[108] Conforme o capítulo dedicado à proposta no material da CPRM:

> A declaração da chancela de geoparque à região do Araripe foi decisiva para a disseminação deste conceito no Brasil. Indiretamente envolvido com os temas da geoconservação e do geoturismo desde a década de 1990 – os quais, em certa medida, já se articulavam na serra da Bodoquena, devido às atribuições dos órgãos de preservação e às vocações turísticas da área - o Estado de Mato Grosso do Sul acolheu a ideia com grande naturalidade (ROLIM E THEODOROVICZ, 2012, p. 224).

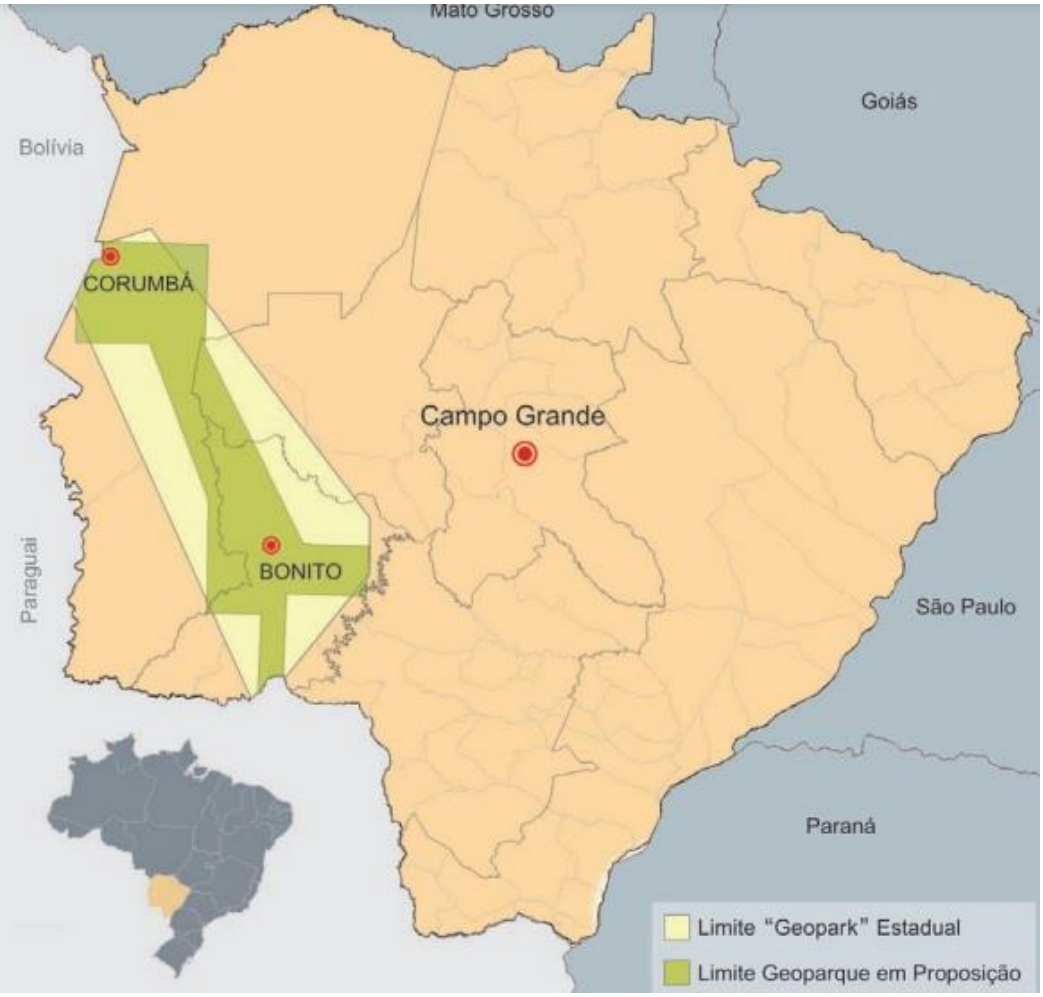
O início dos trabalhos relacionados à criação de um geoparque ocorreu em 2006 através de uma série de iniciativas, consultorias e pesquisas sobre a área e sobre como transformá-la de acordo com as diretrizes da GGN. Em 2009 houve a criação do "Geopark Estadual Bodoquena-Pantanal" através do Decreto n° 12.897 de 22 de dezembro. Conforme o decreto, a área do geoparque ficou estabelecida em aproximadamente 39.700 km², englobando totalmente os municípios de Bonito, Ladário e Bodoquena e, parcialmente, Corumbá, Jardim, Nioaque, Bela Vista, Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana, Anastácio, Caracol e Guia Lopes da Laguna, totalizando 13 municípios. O decreto ainda definiu 54 geossítios pertencentes ao Geopark Estadual Bodoquena-Pantanal e um conselho gestor composto pelas 13 prefeituras, pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul (IMASUL), Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), a Fundação de Cultura (FCMS), o IPHAN, a CPRM, O

[108] Informação obtida através de entrevista com um dos autores da proposta.

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM/MS) e o Comando Militar do Oeste. [109]

Para o dossiê de candidatura enviado à GGN, em 2010, a área foi reduzida para cerca de 20.000 km², conforme o mapa abaixo:

Mapa 17 - Limites da proposta de geoparque Bodoquena-Pantanal.



Fonte: ROLIM E THEODOROVICZ (2012).

Com objetivos de comparação, a proposta enviada à GGN teria o tamanho aproximado de países inteiros, como a Eslovênia ou Israel. O tamanho foi justificado pela extensão que cobria parte do Pantanal e pelas grandes distâncias que separavam alguns importantes geossítios (ROLIM E THEODOROVICZ, 2012, p. 226). Conforme Maria Margareth Escobar Ribas Lima (2016, p. 107), superintendente do IPHAN no MS durante

[109] Disponível em: http://www.geoparkbodoquenapantanal.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Decreto_MS_12897_22-12-2009-SITE.pdf. Acesso em novembro de 2020.

o período de 1999 a 2011, a equipe avaliadora da GGN só pôde visitar todos os pontos da área delimitada graças à parceria de entusiastas do projeto, entre eles o Sr. Alain Morreau, que disponibilizou em avião de sua propriedade para o cumprimento da avaliação em três dias. Chama atenção e constitui um possível obstáculo a delimitação de uma área poligonal que recorta municípios. Isso evidencia que o perímetro do geoparque aspirante foi concebido levando em consideração os elementos geológicos com maior ênfase, unindo de maneira simplista um geossítio ao outro através de uma linha reta.

Também é importante assinalar que a proposta "Bodoquena-Pantanal" se inseriu em um contexto que já é bastante turístico, englobando parte do Pantanal e Bonito, destinos conhecidos internacionalmente. A área selecionada ainda inclui diversas unidades de conservação de diferentes categorias, lembrando também que o Pantanal possui o título de Patrimônio Mundial da Humanidade e abriga uma Reserva da Biosfera, ambos reconhecidos pela UNESCO.

O parecer emitido pela GGN, no dia 21 de outubro de 2011, trouxe o indeferimento da proposta do Geoparque Bodoquena-Pantanal, indicando que o projeto ainda não seguia todos os princípios do conceito e que ainda não era um geoparque em pleno funcionamento. O documento aponta uma série de recomendações, como a redução da área, uma vez que se considerou impraticável unificar a população através de um único projeto de geoparque de tal dimensão. O tamanho médio de um geoparque, conforme o documento, deve ser entre 1.000 e 2.500 km². Além disso, aponta-se a necessidade de compor uma equipe de gestão que trabalhe com profissionalismo, com um coordenador responsável, o estabelecimento de um escritório do geoparque, com acesso público para informações, obter acordos formais com parcerias interessadas e criar atividades diretamente relacionadas ao geoparque e fazer com que funcionem antes de nova submissão (GGN, 2011).

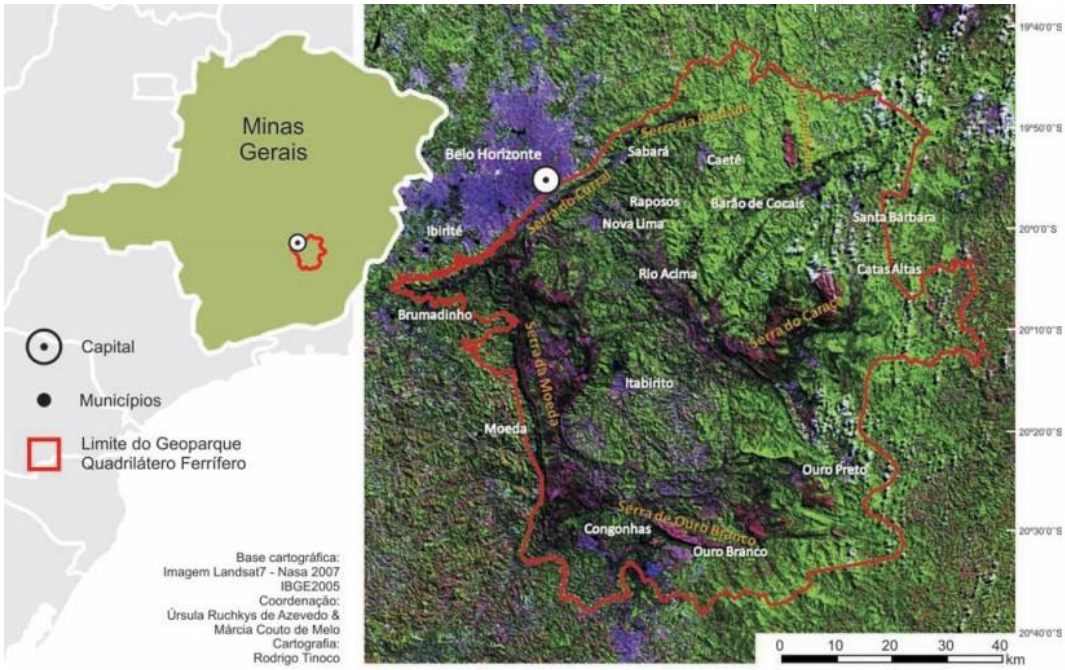
Conforme Lima (2016, p.16), o indeferimento trouxe progressos e retrocessos para a implantação efetiva da proposta, mantendo a iniciativa em um estado de incerteza futura. A autora também aponta que o encaminhamento da candidatura à GGN naquele momento possivelmente foi uma ação precipitada, já que o geoparque não apresentava as dinâmicas necessárias em funcionamento. Paulo Boggiani[110] acrescenta que o projeto não possuía um planejamento estratégico de desenvolvimento sustentável para a área, um

[110] Em entrevista realizada no dia 26 de agosto de 2019, pessoalmente.

ponto fundamental no âmbito de um geoparque. Atualmente, a proposta encontra-se parada e não há previsão para o envio de nova candidatura.

A proposta “Quadrilátero Ferrífero”, também indeferida pela GGN, possui como autores, além de indivíduos relacionados à CPRM, professores e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É importante ressaltar que o projeto foi amplamente baseado na tese de doutorado “Patrimônio Geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO”, elaborada por Úrsula Ruchkys e defendida em 2007 na UFMG (RUCHKYS ET AL., 2012, p. 186). O capítulo apresenta uma área delimitada para o geoparque de aproximadamente 7.000 quilômetros quadrados, com uma população, na época, em torno de 3.150.000 habitantes e 29 geossítios – no dossiê de candidatura 28 geossítios foram selecionados para comporem a proposta oficial.

Mapa 18 - Limites da proposta de geoparque Quadrilátero Ferrífero.



Fonte: RUCHKYS ET AL. (2012).

O presidente do comitê gestor da proposta “Quadrilátero Ferrífero” destaca a relação entre essa e a criação do Polo de Excelência Mineral e Metalúrgico (PEMM):[111]

[111] Em entrevista realizada no dia 28 de abril de 2020, por videoconferência.

> [...] o PEMM procura integrar os centros de treinamento de recursos humanos; institutos de pesquisa, ciência e tecnologia; e as universidades em uma plataforma comum. O intuito é desenvolver um planejamento focado na execução de projetos para as empresas, impulsionando o desenvolvimento econômico e social. Para tanto, busca-se identificar fatores em determinadas regiões de Minas Gerais, como oferta de mão-de-obra qualificada e bons laboratórios, capazes de facilitar tais ações (MINAS GERAIS, 2010, p. 04).

Destaca-se que o PEMM incluiu entre suas diretrizes a importância de envolver instituições variadas em sua governança, como a comunidade, o setor privado e as universidades. Além disso, destacou-se como premissa a preocupação com a sustentabilidade, com o intuito de investir em uma "produção mínero-metalúrgica limpa e planejada" (MINAS GERAIS, 2010, p.05). Nesse sentido, levando em consideração que trabalhos relacionados ao potencial de criação de um geoparque na área já haviam sido desenvolvidos, os dois projetos foram vistos através de possíveis pautas sinérgicas.

A primeira tentativa de candidatura oficial foi enviada para a avaliação da GGN em 2009, porém foi solicitado um aprimoramento do relatório enviado. Em 2010 ocorreu o segundo envio, que foi validado e efetivou a proposta como aspirante. Em setembro de 2011 houve um evento de lançamento do chamado Geopark Quadrilátero Ferrífero[112], por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes)[113] e, no mesmo mês, ocorreu a avaliação *in loco* da GGN. Embora nesse primeiro momento o projeto tenha ficado sob a tutela do governo estadual, este plano foi renunciado e decidiu-se que seria gerido por ação não-governamental.

Como recomendações do parecer emitido pela GGN[114] constam elementos como o extenso tamanho da área delimitada para o geoparque. O documento aponta que a extensão traz consigo questões importantes que devem ser melhoradas e esclarecidas, como o estabelecimento de uma gestão sólida e orçamento bem estabelecido, sugerindo-se, portanto, uma diminuição do perímetro para uma proposta inicial. Aponta-se que a gestão, composta por uma organização privada, deveria ser ampliada, incluindo representantes oficiais da administração local e sociedade civil. Cobrou-se ainda a falta de clareza sobre a provisão de recursos para o funcionamento do geoparque, algo que

---

[112] Vale destacar que o termo "geopark", em inglês, geralmente é reservado para as áreas que, de fato, se integraram à rede global. Porém, a proposta mineira utiliza também dessa maneira, assim como a proposta Bodoquena-Pantanal.

[113] Disponível em: http://www.2005-2014.agenciaminas.mg.gov.br/multimidia/galerias/governo-de-minas-lanca-segundo-geopark-das-americas-2/. Acesso em novembro de 2020.

[114] Informações obtidas através de uma cópia do material cedida pelo presidente do Comitê Gestor do Geopark Quadrilátero Ferrífero.

deveria ser detalhado para o ano seguinte e descrito de maneira mais geral para os 3 anos seguintes, além da necessidade de apresentação de cartas oficiais que pudessem comprovar tais contribuições financeiras. Destacou-se a insuficiência da equipe proposta para atuar no geoparque em número e em experiência, sendo necessário que a equipe fosse formalizada e trabalhasse de maneira mais direcionada às tarefas do geoparque.

O documento ainda assinalou a ausência de um plano de ação detalhado sobre as atividades que seriam desenvolvidas no âmbito do geoparque, uma vez que não existiam acordos e parcerias formais que pudessem viabilizar um plano contínuo e de longo prazo. Nesse sentido, a carta aponta a necessidade de desenvolvimento de uma análise detalhada da situação socioeconômica da área proposta, afirmando que essa seria uma etapa fundamental para a criação de uma ação estratégica para o desenvolvimento territorial.

Outro ponto de destaque se refere aos painéis distribuídos pela área, que eram de cunho meramente geológico, algo que contribuía negativamente para a imagem dos geoparques, uma vez que isso sugere que estes seriam apenas para cientistas, ao invés de compor um público bem mais amplo. Além disso, a carta ressalta que esses painéis compunham um número de 6 para todo a extensão da área, algo insuficiente e que refletia também em sérios problemas de visibilidade do projeto.

Ademais, o documento aponta que a proposta de geoparque do Quadrilátero Ferrífero estaria muito mais relacionada aos aspectos geológicos, sendo necessário que os aspectos culturais fossem levados em consideração como parte daquele território, incluindo a história atrelada aos municípios e a sua formação sociocultural. O parecer afirma que o projeto foi desenvolvido para ser um “parque geológico”, destacando que não havia trabalhos e projetos sobre a questão do desenvolvimento sustentável, o que é o ponto-chave para o reconhecimento de um geoparque.

Por fim, entendendo a mineração como uma forte atividade na região e levando em consideração os impactos gerados por ela, o documento aponta a necessidade de consulta aos representantes da atividade mineradora da região. Isso deveria ser feito para estabelecer um diálogo sobre as atividades de sustentabilidade e conservação que devem ser promovidas através de um geoparque, visando estabelecer uma cartografia com vistas a evitar conflitos futuros entre esses dois âmbitos – conservação e mineração.

Atualmente, por conta das dificuldades na obtenção de recursos para o andamento do projeto, dificuldades no estabelecimento de parcerias e atual conjuntura política e ambiental do estado, a proposta está parada e sem perspectivas de novo envio de candidatura para a chancela internacional.

Sobre a quarta questão (concernente às estruturas físicas existentes, como centros de apoio ao turista, placas educativas, sinalizações etc), a maior parte dos entrevistados afirmou que nunca existiu nada que fizesse referência a um geoparque. No caso da proposta "Bodoquena-Pantanal" algumas placas foram instaladas na época da candidatura, mas se deterioraram com o tempo e não foram substituídas.

Por fim, a quinta questão buscou investigar quais tipos de projetos relacionados ao desenvolvimento sustentável são mobilizados em torno da criação de um geoparque. Essa pergunta, no entanto, não apresentou respostas concretas, uma vez que a maior parte das propostas não chegou nessa etapa de preparação e planejamento. Porém, salientou-se nas respostas a intensa vinculação entre o turismo e o desenvolvimento sustentável, como se o primeiro fosse um caminho para o segundo. Esse fato evidencia a força que a consolidação do discurso que amalgama o turismo e a conservação da natureza, formado em âmbito global – conforme discutido no capítulo 3 -, ganhou e passou a expressar em ações e atividades variadas, tais como o planejamento. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, é a expressão que canaliza esse suposto equilíbrio entre as duas partes. Conforme Paola Verri de Santana (2008, p. 11) essa duplicidade – proteção da natureza e turismo – é conduzida através do discurso como convergente, como a união de uma "causa em comum" através de um modelo de desenvolvimento sustentável idealizado. Assim, comumente chamado "indústria sem chaminé", o turismo se atrela aos discursos de gestão, desenvolvimento e planejamento que ressaltam seus supostos baixos impactos e o preconizam como um caminho adequado.

Mais uma vez, é preciso destacar que, a priori, os desejos e ações voltados ao desenvolvimento da atividade turística não trazem consigo nenhuma conclusão pré-estabelecida e que interpretá-los através de pré-julgamentos, sobre ser algo bom ou ruim, não constitui uma análise consistente. Importa muito mais o modo como a atividade será desenvolvida no território, quem serão as pessoas que se beneficiarão, de fato, das possíveis benesses que o turismo pode fomentar. No entanto, como já dito anteriormente, o campo no qual essas relações ocorrerão é, essencialmente, político. As forças e interesses relacionados ao território e a própria influência que certos atores possuem, em detrimento de outros, na constituição do planejamento e da gestão devem ser considerados. O cerne da questão é "desnaturalizar" algumas tendências que se conformaram como axiomáticas, como a proposição que afirma que "o turismo gera desenvolvimento sustentável", para que se aproxime a apreensão da realidade como um

palco misto, complexo e contraditório, em que as tendências e modelos, por vezes, se chocam e são contestados.

Outra questão também premente é a desnaturalização dos lugares, regiões e territórios apresentados através de uma "vocação turística". O termo sugere que em determinados lugares existem características inerentes que os tornam adequados ao turismo e desconsidera a construção dos atrativos turísticos como algo culturalmente construído. Além disso, desconsidera-se o uso e apropriação de elementos e territórios, supostamente turísticos, como cachoeiras, cavernas e montanhas, por meio de seu valor simbólico, afetivo e como parte da vida cotidiana local.

Como última parte dessa análise, convém destacar brevemente os casos das propostas "Seridó" e "Caminhos dos Cânions do Sul", ambas oficialmente enviadas para a UNESCO em 2019 e que estão aguardando a avaliação, postergada por conta da pandemia da COVID-19. Juntamente com a proposta "Bodoquena-Pantanal" e "Quadrilátero Ferrífero", formam as quatro que pleitearam o título internacional oficialmente desde 2006 até 2020.

A proposta de geoparque "Seridó" está localizada na região centro-sul do estado do Rio Grande do Norte. No capítulo publicado pelo material da CPRM, em 2012, engloba 14 municípios da região, totalizando 5.900 km² (NASCIMENTO E FERREIRA, 2012, p. 364). Atualmente, a extensão territorial diminuiu para 2.802 km e 5 municípios, sendo estes Cerro Corá, Lagoa Nova, Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas e Parelhas.[115]

[115] Disponível em: https://geoparqueseridо.com.br/?page_id=8182. Acesso em novembro de 2020.

Mapa 19 - Limites da proposta de geoparque Seridó.

Fonte: geoparqueserido.com.br (2020).

O andamento dos trabalhos do atual geoparque aspirante "Seridó" esteve intrinsecamente relacionado aos esforços do Prof. Dr. Marcos Nascimento através da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), um dos autores do relatório da referida proposta na obra da CPRM e atual docente da UFRN. Assim, através da coordenação inicial do Prof. Marcos Nascimento, tiveram início os trabalhos de divulgação da ideia e articulação de parceiros, bem como conscientização sobre os benefícios da ideia para a região, incluindo a importância de proteção dos bens patrimoniais. Conforme Nascimento[116] o projeto foi avançando ao longo dos anos e, atualmente, há um diálogo bem estabelecido com os seis municípios e seus representantes, bem como com o Governo do Estado.

Marcos Nascimento complementa que o geoparque aspirante Seridó é, hoje, um projeto de desenvolvimento territorial. Sendo assim, chama a atenção para o fato de que

[116] Em entrevista realizada no dia 14 de maio de 2019, pessoalmente.

os trabalhos poderiam ser continuados sem a utilização do termo “geoparque”, uma vez que justifica a principal motivação de desenvolvimento de projeto de geoparque na região como a educação.

Por sua vez, a proposta “Caminhos dos Cânions do Sul” abrange sete municípios, sendo quatro do estado de Santa Catarina (Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande) e três do Rio Grande do Sul (Torres, Mampituba e Cambará do Sul). Ao todo, engloba uma área de 2.830 km² e uma população de aproximadamente 73.500 habitantes.[117]

A história da proposta teve início em 2007, quando algumas gestões municipais da região começaram a se mobilizar em torno da iniciativa. Na ocasião, cogitou-se a integração de 19 municípios, o que é apresentado no material publicado pela CPRM (GODOY, BINOTTO E WILDER, 2012, p. 460). Conforme uma das representantes da iniciativa[118], a grande extensão da área e as dificuldades de gestão configuraram os principais desafios para o andamento do projeto. Apenas em 2017, com a reformulação da proposta e o compromisso dos sete municípios atuais que a compõem, foi possível avançar com os trabalhos e, em 2019, oficializar a candidatura no IGGP.

Nessa perspectiva, o percurso percorrido pelo conceito de geoparque no Brasil revela que a criação de propostas surgiu no núcleo de pesquisadores e profissionais da Geologia. Assim, em um primeiro momento, o conceito foi entendido de maneira mais restritiva aos atributos geológicos e foi amadurecendo ao longo do tempo, integrando outras questões atreladas aos territórios. Atualmente, parece consenso entre as propostas e seus atores envolvidos que um geoparque deve ser um projeto de desenvolvimento territorial sustentável. No entanto, é nesse mesmo ponto que reside o principal desafio, dada a complexidade de elaborar um plano estratégico de gestão de uma porção territorial e adequá-lo às normas e dinâmicas já vigentes por meio de uma sobreposição de outros elementos derivados do modelo de geoparque. Portanto, as entrevistas efetuadas demonstraram essa complexidade em diferentes níveis, desde o início do projeto, com a busca de parceiros, até a efetivação de planejamento concreto, que se adeque ao que é esperado pela GGN e pela UNESCO.

Outro ponto a ser ressaltado é o grande envolvimento de pesquisadores e universidades com a elaboração e continuidade de propostas de geoparques no Brasil. Esse envolvimento se mostra bastante importante, uma vez que as pesquisas podem e

---

[117] Disponível em: https://canionsdosul.org/conheca/. Acesso em novembro de 2020.
[118] Entrevista realizada no dia 30 de março de 2020, por e-mail.

devem colaborar com o entendimento dos significados, influências e consequências da implantação de um geoparque em uma dada localidade. Além disso, as universidades podem desempenhar um papel importante na ampliação da educação ambiental e na proposição de novas ações que se relacionem à sustentabilidade. Como veremos adiante, com o caso do Geopark Araripe, uma universidade pode, inclusive, se tornar o órgão gestor do projeto, quando conveniente e apropriado.

As entrevistas expuseram a força dos paradigmas mobilizados através do conceito de geoparque - o desenvolvimento sustentável, o turismo e o patrimônio - como uma triangulação pertinente ao desenvolvimento territorial. Considerando os processos de mundialização da cultura e de globalização da economia, a consideração desse fato é uma peça fundamental para compreender o que vem ocorrendo à nível nacional. Percebe-se, portanto, a influência desses paradigmas na conformação de uma nova geografia que se esboça através dos projetos de geoparques no Brasil. No que se refere aos padrões espaciais nacionais, há uma convergência entre os padrões derivados da atividade turística e do patrimônio tombado no país aos quais os geoparques se sobrepõem e fortalecem, mesmo que indiretamente e por outras lógicas.

Capítulo 5 - Entre o global e o local: o estudo de caso do Geopark Araripe

Conforme visto nos capítulos anteriores, o conceito de geoparque foi forjado como parte inerente de um contexto mundial que mobilizou as ideias de patrimônio, turismo e desenvolvimento sustentável e colaborou para que estas sejam concebidas como integrantes de um mesmo projeto. Um importante fator atuante na construção dessa concepção foi a UNESCO que, através da força de seus discursos, é capaz de lançar tendências e modelos a serem seguidos pelas nações. Embora o Programa Internacional de Geociência e Geoparques (IGGP) só tenha sido criado como parte oficial da organização em 2015, desde o início os geoparques foram articulados em sincronia com suas decisões e posicionamentos, algo que colaborou decisivamente para sua expansão pelo mundo.

No Brasil, a obra do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) "Geoparques do Brasil: propostas" teve um papel fundamental na divulgação dessa ideia no país. No entanto, anteriormente, a obtenção da chancela internacional pelo Geopark Araripe, em 2006, foi um marco para o despertar do interesse sobre a temática. Sua relativa rapidez em obter o título global trouxe enormes incentivos para que outras propostas se formassem e tomassem impulso.

Como visto no capítulo anterior, as relações e as forças envolvidas na criação dos projetos de geoparques, reveladas divergentes ou contraditórias, por vezes dificultaram a constituição e o andamento dos mesmos. A compreensão dessa ampla gama de relações que envolvem a criação de um geoparque e que coexistem em um mesmo território, perpassando pelo âmbito social, político, econômico, cultural, espacial etc, revela-se, portanto, essencial para alcançar os seus significados e motivações associados.

O caso do Geopark Araripe se destaca no Brasil por ser o único detentor do título global, mas se assemelha na necessidade de investigar essas mesmas relações para melhor compreender como se deu a sua concepção e por que esse caso, em especial, avançou e obteve a chancela internacional. Para tanto, o fragmento espacial reservado como estudo de caso, o Geopark Araripe, deve ser focado ora em sua escala local e regional, ora expandido para o contexto e demandas globais, considerando esse movimento dialético existente entre a parte e o todo.

Conforme Milton Santos:

> A transformação do todo, que é uma integral, em suas partes – que são as suas diferenciais, dá, também, por uma distribuição ordenada, no espaço, dos impactos do Todo, por meio de suas variáveis. As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se

> dá com as instituições e infraestruturas. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular (SANTOS, 1996, p.100).

A citação de Milton Santos contribui para o entendimento de que as ações, uma vez que não se localizam, ou espacializam, de forma cega, não se dão pelo viés da aleatoriedade. Há um entendimento a ser alcançado no modo como o espaço e os territórios se organizam. Os homens, as instituições e as infraestruturas agem e produzem uma geografia característica que pode ser compreendida quando concebemos o local como parte do global, os fragmentos espaciais como parte de uma totalidade.

A constituição do projeto do atual Geopark Araripe deve ser considerada por meio de seu duplo aspecto: primeiramente, através da influência de paradigmas mundiais tais como o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável, que juntos deram origem ao conceito de geoparque, trazendo novas proposições para as dinâmicas de determinado território. Assim, o global incidindo sobre o local, com ênfase no papel desempenhado pela UNESCO. Em segundo lugar, deve-se considerar o próprio contexto regional e político no qual o Geopark Araripe foi concebido e se inseriu. Nesse sentido, se destacam como importantes considerações o papel desempenhado pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e o estado do Ceará. É nessa perspectiva que se busca compreender, neste capítulo, quais as condições sociais, políticas e econômicas que possibilitaram a implantação do Geopark Araripe e qual o significado de sua inserção como um novo vetor no território para essa determinada porção espacial.

5.1 A concepção do Geopark Araripe

De acordo com André Herzog[119], reitor da URCA entre os anos de 2003 a 2007, a história de criação do Geopark Araripe teve início no final de 2003 e seguiu até sua ratificação como parte da GGN, em 2006. Herzog esclarece que o início dos esforços relacionados à candidatura do Geopark Araripe à rede global tiveram uma grande relação com o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD)[120] e a colaboração do Prof. Dr. Gero Hillmer, do Instituto e Museu de Paleontologia da Universidade de Hamburgo. Na ocasião, Hillmer estava assessorando uma equipe multidisciplinar na URCA, onde

[119] Em entrevista realizada no dia 10 e março de 2020, por videoconferência.
[120] Deutscher Akademischer Austausch Dienst.

foram identificados e caracterizados locais de grande interesse geológico da região (MELO ET AL., 2006).

É importante ressaltar que, conforme Idalécio Freitas (2019, p. 36), na década de 90 a então reitora da URCA, Violeta Arraes, já havia idealizado a realização de um parque temático na região – mais especificamente no sítio Canabrava, onde atualmente está localizado o geossítio Parque dos Pterossauros. Apesar do projeto não ter seguido em frente na ocasião, parte dele foi englobada pela posterior proposta de geoparque.

No tocante às características naturais que compuseram parte do interesse em criar um geoparque, elas se devem, principalmente, aos atributos derivados da Bacia do Araripe. As condições de sua formação geológica possibilitaram a conservação de um enorme número de fósseis em excelente estado, o que torna a região um importante local de pesquisa sobre a evolução das diferentes formas de vida do planeta, sendo considerada a maior bacia sedimentar do interior do nordeste brasileiro e um dos mais relevantes depósitos fossilíferos do Brasil. A Bacia se tornou bastante conhecida por reunir importantes registros geológicos e paleontológicos do período Cretáceo, uma vez que testemunhou a separação do supercontinente denominado Gondwana, processo que deu origem aos continentes sul-americano, africano e antártico há 150 milhões de anos atrás (HERZOG, HILLMER E SALES, 2008, p.07). David Martill, da Universidade de Portsmouth, no Reino Unido, atribuiu ao Membro Romualdo, unidade estratigráfica superior da Formação Santana da Bacia do Araripe, o termo alemão *Lagestätten*, utilizado para se referir a ocorrências fossilíferas do mundo com características excepcionais (BACCI ET AL, 2009, p.10). Nesse sentido, a excepcionalidade dessas características contribuiu para que a região pudesse ser concebida por meio de uma rede internacional, cumprindo um dos critérios da definição de geoparque.

Na época inicial dos trabalhos foi efetuada a delimitação da área e a sistematização de seus atributos geológicos. Em meados de 2004 foram identificados 9 geotopes[121] e 50 geossítios: os primeiros seriam representativos das características mais relevantes no sentido científico, com estratos geológicos e formações fossilíferas mais raras ou únicas, que compreendessem os processos intrínsecos e peculiares da região. O restante seria outros pontos de interesse que englobavam características ambientais mais variadas ou, até mesmo, com caráter turístico ou cultural. Após discussão entre envolvidos na categorização, percebeu-se que muitos nomes utilizados não traziam identificação com

[121] No dossiê enviado para a UNESCO constavam sete geotopes como parte do Geopark Araripe.

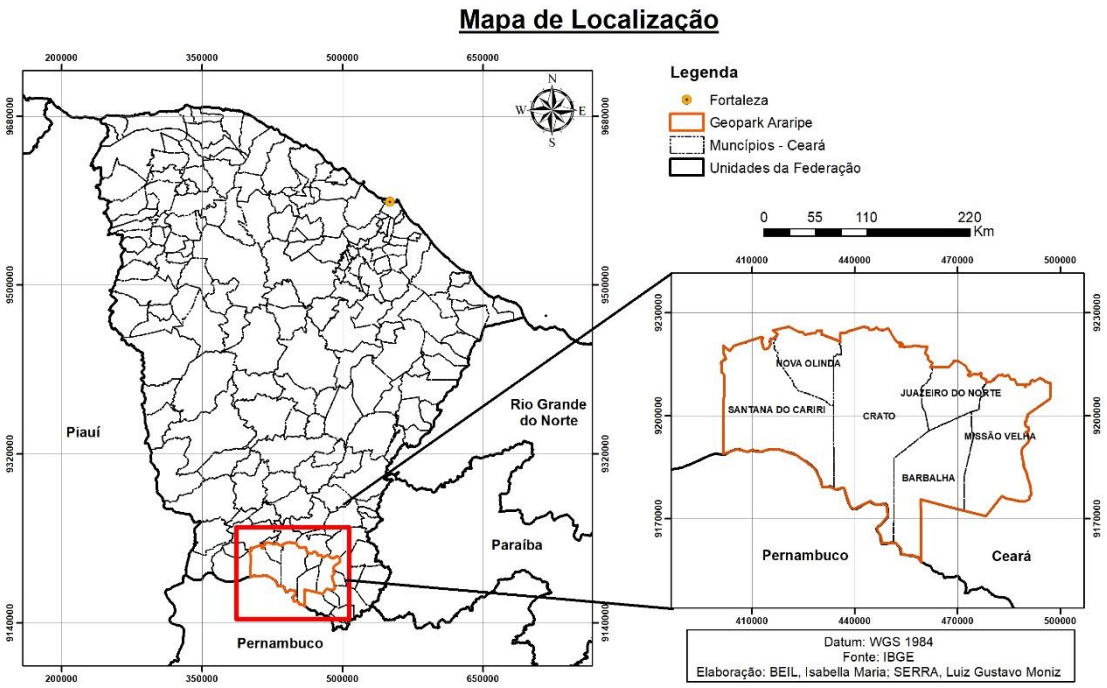
as áreas em que se localizavam, com as comunidades e com os aspectos culturais, o que levou a algumas mudanças nesse sentido. Além disso, mais tarde o termo geotope foi abandonado e passou-se a utilizar apenas o termo geossítio.

André Herzog[122] relata que Hillmer conhecia o conceito de geoparques e enxergou no Araripe características semelhantes aos projetos que se desenvolviam na Europa - lembrando que um dos geoparques fundadores da Rede Europeia de Geoparques (EGN) se localiza na Alemanha. Em 2005, através da aprovação do DAAD, Herzog passou dois meses na Alemanha, tendo contato com especialistas no tema de geoparques, conhecendo alguns deles e entendendo melhor sobre a gestão e funcionamento dessas áreas. No final do ano, em outubro, pôde participar do 6° Encontro Anual da EGN, na Ilha de Lesbos, na Grécia, onde fez uma apresentação sobre a região do Cariri e seu potencial para se tornar um geoparque global. Quando retornou ao Brasil, Herzog iniciou os trabalhos com a URCA para realizar o projeto e efetuar as transformações necessárias na área. De acordo com Herzog, uma grande dificuldade foi transmitir tudo o que foi visto e aprendido durante seu intercâmbio na Alemanha para as outras pessoas, muitas das quais eram bastante céticas sobre o projeto. Logo, o trabalho foi intenso, buscando parcerias e apresentando a ideia para parte da população local.

A área delimitada para o Geopark Araripe foi estabelecida em 3.441 km², englobando totalmente os municípios de Missão Velha, Barbalha, Juazeiro do Norte, Crato, Nova Olinda e Santana do Cariri (MAPA 20).

[122] Em entrevista realizada no dia 10 e março de 2020, por videoconferência.

Mapa 20 - Localização do Geopark Araripe.



Elaboração e organização: Isabella Beil e Luiz Serra (2020).

Esclarecendo, o termo "Região do Cariri" é utilizado para denominar essa parcela de território que, como um todo, ultrapassa os municípios que são parte do Geopark Araripe. Conforme o Perfil das Regiões de Planejamento - 2017,[123] documento elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), a região do Cariri é composta por 29 municípios. Francisco Almeida (2019, p. 35) afirma que essa denominação se fundamentou, inicialmente, em objetivos de individualizar essa parcela do espaço e construir uma identidade regional. Para o autor, dois elementos principais ganham destaque na construção do entendimento da Região do Cariri, sendo o primeiro relacionado aos aspectos físicos, como a bacia sedimentar do Araripe, a Chapada, a Floresta, bem como as condições climáticas peculiares. O segundo elemento se relaciona ao processo de povoamento da região pelos índios Cariris. Almeida (2019, p. 37) complementa que essa denominação é utilizada tanto pela população quanto pelas instituições, tais como o Estado.

No que se refere aos municípios que integram o Geopark Araripe, Juazeiro do Norte é o maior de todos em população, com 249.939 pessoas, de acordo com o censo do IBGE de 2010, resultando em uma densidade de 1.004,45 habitantes/km^2, seguido pelo

[123] Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/2017/pr_cariri_2017.pdf. Acesso em novembro de 2020.

Crato, com 121.428 pessoas e densidade de 103,21 habitantes/km^2. A menor população está concentrada em Nova Olinda, com 14.256 pessoas e densidade de 50,13 hab/km^2. Já a menor densidade é de Santana do Cariri, com 17.170 pessoas e 20,07 hab/km^2. Por fim, tem-se Missão Velha com 34.274 pessoas e 53,08 habitantes/km^2 e Barbalha, com 55.323 de população e 97,14 habitantes/km^2.

A conurbação entre o Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha forma a região metropolitana denominada CRAJUBAR, que, mais tarde, deu origem à Região Metropolitana do Cariri (RMC), unindo os municípios de Jardim, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda, Missão Velha e Santana do Cariri. A RMC foi criada pela Lei Complementar Estadual n° 78 no dia 29 de junho de 2009:

> Art.2º A Região Metropolitana do Cariri, unidade organizacional geoeconômica, social e cultural, tem sua ampliação condicionada ao atendimento dos requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência, que são as seguintes:
> I - evidência ou tendência de conurbação;
> II - necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;
> III - existência de relação de integração de natureza socioeconômica ou de serviços.[124]

De acordo com a Secretaria das Cidades do Ceará[125], a RMC foi estabelecida com o intuito de diminuir as disparidades econômicas e sociais entre a capital e o interior do Estado, além de reduzir o desenvolvimento desigual entre o triângulo CRAJUBAR e seu entorno. As expectativas eram de que se criasse um novo pólo de desenvolvimento que pudesse compartilhar com a Região Metropolitana de Fortaleza – localizada a uma distância média de 600 km da RMC – a atração de investimentos, melhorando as condições de vida da população. Ressalte-se que todos os municípios integrantes do Geopark Araripe fazem parte da RMC.

André Herzog[126] esclarece que o apoio do Governo do Estado para a criação do Geopark Araripe, encabeçado por Lucio Alcântara naquela ocasião, foi fácil de ser obtido. Lucio Alcântara foi responsável, enquanto senador no Ceará (PSDB-CE), pelo Projeto de Lei encaminhado à Câmara dos Deputados, em 1999, para a proteção do patrimônio fossilífero brasileiro, sendo, portanto, sensível às questões do tráfico de fósseis do Cariri.

---

[124] Disponível em: http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20090703/do20090703p01.pdf. Acesso em novembro de 2020.
[125] Disponível em: https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/. Acesso em novembro de 2020.
[126] Em entrevista realizada no dia 10 e março de 2020, por videoconferência.

Com a aprovação de Alcântara, o projeto ganhou força e começou a ser amplamente divulgado entre as Secretarias do Estado, como a de Cultura e de Turismo, e teve início o trabalho denominado por Herzog de "conscientização regional". Foram efetuados *workshops* e oficinas nos municípios para a disseminação do conceito e busca por parcerias, afinal, o dossiê que seria enviado para a UNESCO deveria ter uma área definida para o geoparque aspirante e uma rede de parceiros consolidada. Herzog afirma que, nesse momento, a intenção inicial era unir todos os municípios da região, porém, nem todos demonstraram interesse pela iniciativa.

Herzog assinala que uma parceria muito importante se deu quando obteve o apoio da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional do Ceará (SDLR).[127] O professor de arquitetura, José Sales, então secretário adjunto da SDLR, se integrou ao projeto e foi um grande colaborador, tornando-se o responsável pelo desenvolvimento das placas, painéis e logomarca do Geopark Araripe. Assim, através de trabalho conjunto, em menos de um ano, os limites da área foram definidos, algumas mudanças materiais foram efetuadas e o dossiê foi desenvolvido e enviado para a GGN. Em junho de 2006 ocorreu a visita dos avaliadores, com uma equipe composta por Margareth Patzak (então diretora da Divisão de Ciências da Terra da UNESCO), Jutta Weber (diretora do Geopark Bergstrasse Odewald, na Alemanha) e por Gero Hillmer (conselheiro da UNESCO na ocasião).[128] Em setembro do mesmo ano, durante a 2ª Conferência de Geoparques da UNESCO, em Belfast, o Geopark Araripe foi reconhecido e aceito pela GGN.

A admissão do Geopark Araripe na rede significou uma expansão considerável do conceito em dois aspectos principais: primeiramente, o Araripe tornou-se o primeiro geoparque brasileiro e dos continentes americanos integrado ao projeto global, atraindo maior atenção da comunidade científica regional para essa iniciativa. Em segundo lugar, a GGN tornou-se, de fato, "um pouco mais global", atingindo um novo continente e expandindo seu alcance.

> O Geopark Araripe tem por objetivos principais:
> – Proteger e conservar os sítios de maior relevância geológica/paleontológica, territorialmente denominados geossítios;
> – Proporcionar à população local e aos visitantes oportunidades de conhecer e compreender tanto os contextos científicos das várias eras geológicas (Pré-Cambriano, Paleozóico e Mesozóico), bem como de

[127] Atualmente, essa secretaria não existe mais, tendo sido substituída pela Secretaria das Cidades, em 2007. Fonte: https://www.cidades.ce.gov.br/a-secretaria-2/. Acesso em novembro de 2020.
[128] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/missao-da-unesco-avalia-projeto-do-geopark-1.423717. Acesso em novembro de 2020.

> outros enquadramentos regionais importantes, como o complexo cultural do Cariri e o ecossistema ambiental da região;
> – Possibilitar o conhecimento e a divulgação dos registros arqueológicos de povoamento ancestral da região;
> – Intensificar relações com todo um espectro de atividades (científicas, culturais, turísticas e econômicas), com ênfase na história evolutiva da Terra e da Vida;
> – Divulgar a história da ocupação do território, a cultura regional e suas manifestações, e as formas de utilização sustentável dos recursos naturais na região;
> – Promover a inclusão social para além da proteção e promoção dos registros geológicos, paleontológicos, antropológicos, ambientais, paisagísticos e culturais, considerando a participação da sociedade como um dos pilares do desenvolvimento do Geopark Araripe enquanto território de ciência, educação e cultura;
> – Incentivar um turismo de qualidade, baseado nas múltiplas valências do território, através de uma estratégia de promoção e divulgação de nível internacional;
> – Cooperar em articulação estreita com os *stakeholders* e os poderes públicos municipal, estadual e federal, de forma a garantir um contínuo desenvolvimento do território.[129]

Quando, em dezembro de 2005, houve a oficialização da criação do Geopark Araripe através de uma resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) da URCA, ele foi institucionalizado como "parte integrante da estrutura organizacional acadêmico-administrativa da Universidade Regional do Cariri" (CRATO, 2005). Nesse momento, eram considerados equipamentos do Geopark o Museu de Paleontologia da URCA, um terreno em Santana do Cariri (hoje, o Geossítio Parque dos Pterossauros) e o Escritório Gerencial, no Crato. Dessa maneira, a Universidade é a gestora do Geopark Araripe, o que, no início, gerou dúvidas sobre a respectiva funcionalidade. Conforme José Patrício Pereira Melo,[130] essa atribuição é adequada porque a URCA surge em 1986 através da Lei n° 11.191, tendo, como uma de suas funções, ser um instrumento de desenvolvimento regional. De acordo com seu estatuto:

> Art. 4º - A Universidade tem como finalidades principais as seguintes:
> I - Ministrar o ensino superior, abrangendo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes e a formação de profissionais de nível universitário;
> II - Estender às comunidades da região do Cariri, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes;

[129] Disponível em: http://geoparkararipe.org.br/quem-somos/. Acesso em novembro de 2020.
[130] Informação obtida na oficina "Critérios avaliativos UNESCO e formulários de avaliação para o reconhecimento de geoparques" ocorrida em outubro de 2019, na sede do Geopark Araripe, no Crato.

> III – Realizar e patrocinar atividades reclamadas pela política de desenvolvimento do Estado do Ceará e atender às exigências desta, no campo da cultura humanística e da tecnologia;
> IV – Contribuir para o progresso humano em geral, na elaboração, ampliação e transmissão de conhecimentos.
>
> [...]
>
> Art. 53 – A Universidade, através dos órgãos competentes, prestará assistência cultural, desportiva, recreativa e social aos seus alunos e lhes proporcionará oportunidade de participação em programas de melhorias das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento da região e do país.[131]

Nivaldo Soares de Almeida,[132] atual diretor executivo do Geopark Araripe, afirma que o projeto não existiria sem a vontade da URCA e que, sendo o foco da Universidade promover o desenvolvimento regional, a proposta de criação do geoparque foi vista como um modo de alavancar esse processo. Nivaldo afirma que é positiva a participação de funcionários diversos da URCA na gestão, pois isso fortalece a ideia de desenvolvimento sustentável.

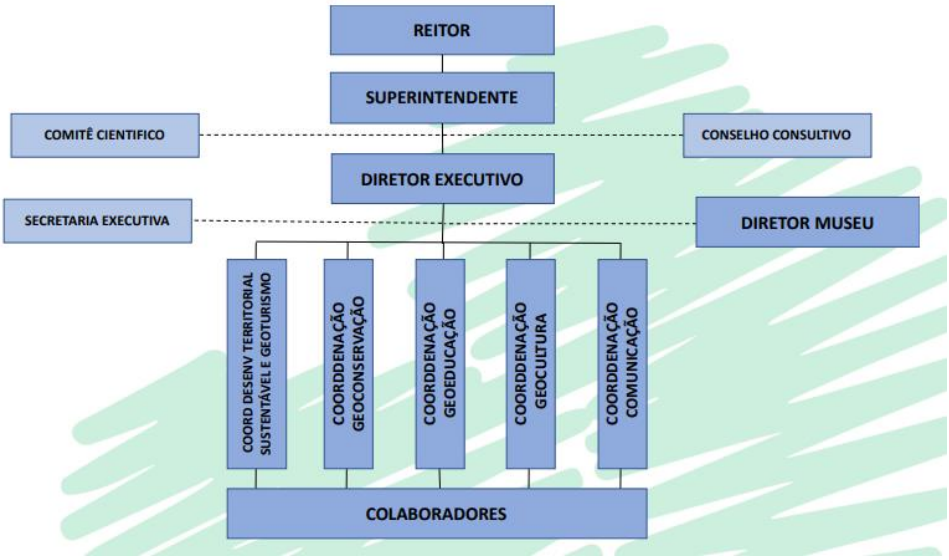
A estrutura de gestão do Geopark Araripe é a seguinte:

> I. Como está sob a jurisdição da URCA, o Reitor é gestor maior, tendo o vice-reitor como Superintendente e um diretor executivo que é responsável pelas articulações entre os setores e a gestão maior da URCA;
> II. A equipe técnica é composta pelas coordenações que são distribuídas em cinco setores: comunicação, geoconservação, desenvolvimento territorial sustentável e geoturismo, geoeducação e geocultura;
> III. No último nível estão os colaboradores, cerca de trinta estagiários que dão apoio operacional as ações das coordenações;
> IV. Como apoio as decisões e ações do Geopark tem-se o comitê científico, o conselho consultivo e a secretaria executiva;
> V. A direção do Museu de Santana do Cariri não está subordinada a direção, mas suas ações são realizadas em consonância e acordo com o grupo gestor do Geopark Araripe.[133]

---

[131] Disponível em: http://www.urca.br/textos/s1/AdmSup/deliberacaoSup/EstatutoURCA.pdf. Acesso em novembro de 2020.
[132] Em entrevista realizada em outubro de 2018, pessoalmente.
[133] Disponível em: http://www.urca.br/novo/portal/docs/pdf/2019/PROEX/Planejamento-Estrategico-GeoPark-Araripe.pdf. Acesso em novembro de 2020.

Figura 6 - Estrutura de gestão do Geopark Araripe.



Fonte: Planejamento Estratégico Geopark Araripe - Período: 2018-2021

Sobre o Conselho Consultivo, ele é atualmente composto por 30 lugares, divididos da seguinte maneira: uma cadeira ocupada pela URCA, na figura do reitor; seis cadeiras ocupadas pelo poder público municipal, ou seja, por cada município que integra o território do Geopark; dez cadeiras com representantes do poder público estadual, sendo estes o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Instituto Chico Mendes (ICMBio) (através da Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe), a FLONA Araripe-Apodi, a Universidade Federal do Cariri (UFCA), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Secretaria da Ciências, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE), a Secretaria das Cidades, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMA), a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e o Instituto de Ensino Tecnológico do Ceará (CENTEC); seis reservadas para a representação do receptivo turístico do território, sendo estes a Associação dos Guias de Turismo da Região do Cariri (AGTURC), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Hotel Encosta da Serra, Iu-á Hotel, Empresa Trilhar e Agência de Turismo Comunitário de Nova Olinda; seis para organizações sociais, representadas pela Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri (FUNDETEC), Fundação Casa Grande, Associação de Artesãos de Missão Velha (FIBRARTE), Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas (AQUASIS) e Escola de Saberes de Barbalha; uma para o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e uma para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e quatro para representantes de instituições de ensino médio e

superior, sendo estes o Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, o Instituto Federal do Ceará (IFCE), Faculdade Paraíso do Ceará (FAP) e Escola de Ensino Fundamental Estado da Paraíba.[134]

Sendo assim, destaca-se como fundamental o papel desempenhado pela URCA na elaboração do projeto de geoparque, bem como na articulação de parcerias, inclusive, com o estado do Ceará. Além disso, é importante ressaltar que a estrutura de gestão do Geopark Araripe foi construída de acordo com o seu caso em particular, ou seja, a atribuição do papel de gestora à uma universidade. Na oficina "Critérios avaliativos UNESCO e formulários de avaliação para o reconhecimento de geoparques", ocorrida no Crato no dia 13 de outubro de 2019, os palestrantes enfatizaram essa condição no sentido de afirmar que não há um passo-a-passo específico no que se refere ao estabelecimento administrativo e de parcerias no âmbito de um geoparque e que tal processo deve se desenvolver conforme as características e condições locais.

5.1.1 O papel do Governo Estadual do Ceará

Emerge como fundamental o papel desempenhado pelo governo estadual no estabelecimento do Geopark Araripe desde o início, em 2006, durante todas as gestões que se seguiram, até hoje. Nas entrevistas realizadas para essa pesquisa – durante os trabalhos de campo, em 2018 e 2019 – essa afirmação foi categoricamente repetida por diversas pessoas envolvidas na gestão do projeto. O estado do Ceará é o responsável pelo aporte financeiro necessário ao Geopark Araripe, por meio do processo de recebimento de verba através da URCA.

É pertinente analisar o interesse do governo estadual do Ceará à luz de suas históricas relações construídas com a ampliação das atividades turísticas no estado, já que se trata de um pioneiro no estabelecimento de políticas públicas voltadas ao turismo no Nordeste. A atividade turística no Ceará começou a ganhar importância no final da década de 1980, com o desenvolvimento de políticas públicas para a modernização do território estadual. De acordo com o relatório "Evolução recente do Turismo no Ceará 2006-2016" (SETUR-CE, 2017), desde 1980 as políticas públicas passaram a ser pensadas em duas frentes principais: na construção de uma infraestrutura capaz de atrair investidores ao

[134] Organização do Conselho Consultivo do Geopark Araripe reconhecida através de consulta em 2019.

Ceará e na criação de uma nova visão do estado à população, através do chamado *endomarketing*, construindo-o como um local de possibilidades de crescimento socioeconômico pelo turismo.

Um momento de destaque se deu com a implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará (PRODETURIS), em 1989, que antecedeu o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR). Ireleno Benevides e Rita Cruz afirmam que o PRODETURIS consistiu em "um mapeamento ecológico-ambiental dos vários recursos do litoral cearense, e do delineamento de quatro regiões turísticas, abrangendo todos os municípios aí situados" (BENEVIDES E CRUZ, 1998, p. 02). De acordo com os autores, o documento foi um diagnóstico territorial, tornando-se fundamental para o desígnio das políticas públicas a serem efetuadas. Ana Cristina Muniz, Huáscar Pinto e Vládia Pinto (2013, p. 37) acrescentam que, além de realizar um zoneamento turístico, o PRODETURIS teve o objetivo de "criar condições necessárias à acessibilidade da região, à preservação ambiental, à instrumentalização dos meios destinados à regulamentação e ao controle de uso e ocupação do solo".

A posterior criação do PRODETUR, no âmbito federal, ocorreu em 1991, com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Programa foi subdividido em regiões e segmentos, sendo estes: PRODETUR NORDESTE, PRODETUR AMAZÔNIA E CENTRO-OESTE, PRODETUR SUL E PRODETUR SUDESTE (BELLO, 2015, p. 65-66). Conforme Rita Cruz (1999, p. 91), a construção cultural da valorização do modelo sol e praia foi a base mobilizada para o desenvolvimento turístico no Nordeste. Em outra ocasião a autora assinala que o programa "transforma o litoral nordestino em um extenso 'canteiro de obras', como resposta às demandas de um almejado turismo massivo e internacionalizado" (CRUZ, 2005, p. 33).

Note-se que nesse mesmo momento o contexto mundial se voltava à temática da sustentabilidade e suas relações com o desenvolvimento, com a consolidação da Agenda XXI em 1992, conforme discutido no capítulo 3. Alinhando-se a esse referido contexto, em 1995 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará, que contemplava o turismo como principal atividade parceira. Nesse mesmo ano foi criada a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR-CE), conjuntamente com a elaboração de um plano para o período entre 1995-2020. De acordo com o documento, o plano projetado para o longo prazo ocorreu pela consciência de que a modernização e a

industrialização de uma região pobre e agrícola, com o desenvolvimento consistente do turismo, seria uma transformação árdua e que levaria muito tempo:

> A missão governamental passou a ser transformar o Ceará em destino turístico consolidado, mediante reestruturação econômica, *marketing* promocional, implantação de infraestrutura urbana e turística – especialmente - qualificação de mão de obra e captação de negócios e de investimentos turísticos para o Estado, sendo a SETUR órgão coordenador e executor do PRODETUR no Ceará (SETUR-CE, 2017).

Nessa perspectiva, foram realizadas diversas obras e outros investimentos, principalmente em Fortaleza, com o intuito de transformá-la em um destino turístico, reordenando as atividades do litoral através do turismo e transformando sua lógica de ocupação. Entre 2006-2016 houve um aumento na demanda turística via Fortaleza de 2.062.493 para 3.384.583, em uma variação resultante de 57,3%. Já o Produto Interno Bruto (PIB), foi de 9,4% para 11,7% (SETUR-CE, 2017). Dessa maneira, Fortaleza passou a concentrar o fluxo turístico do estado e, consequentemente, se tornou a cidade responsável por gerar a maior receita para o setor, cenário que se mantém até hoje.

Assim, de fato, o turismo se consolidou como uma atividade econômica de grande destaque no estado e parece seguir em crescimento. Segundo dados recentes, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o estado recebeu 44,9 mil turistas europeus nos primeiros quatro meses de 2019 através de Fortaleza, valor que representa um aumento de 65,8% em relação ao mesmo período de 2018.[135] A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo IBGE, revelou que o Ceará teve alta de 4,8% em relação à 2018 no crescimento de atividades turísticas, ficando atrás apenas de São Paulo no *ranking* nacional.[136]

No entanto, as atividades turísticas, seus equipamentos e estruturas características se concentraram no litoral e, mais especificamente, em Fortaleza, criando um desnível evidente entre essa porção do território e o interior do estado. Tendo em vista esse panorama, a SETUR-CE tem trabalhado com o intuito de interiorizar a atividade turística, visando desconcentrar os impactos da receita gerada e aumentar o tempo de permanência dos turistas no estado (SETUR-CE, 2017, p. 07).

---

[135] Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2019/06/05/ceara-tem-o-maior-crescimento-de-turistas-europeus-no-brasil-em-2019/. Acesso em novembro de 2020.

[136] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/mtur-ceara-e-destaque-no-turismo-em-2019-1.2212482. Acesso em novembro de 2020.

De acordo com o relatório “Evolução recente do turismo no Ceará 2006/16” (SETUR-CE, 2017), entre os segmentos turísticos existentes no Ceará, dos municípios pertencentes ao Geopark Araripe, Crato e Juazeiro do Norte são apontados com potencial para o segmento de eventos e negócios, Juazeiro do Norte para o religioso e Santana do Cariri é apontado com potencial para outros tipos de turismo cultural, nesse caso, por conta de seus atrativos arqueológicos. O mesmo relatório apresenta um mapa com a demarcação de macrorregiões turísticas do estado, baseadas na “perspectiva da geração de oportunidades de empregos e negócios para o desenvolvimento do Ceará, ao mesmo tempo em que procura resgatar e preservar o patrimônio histórico, cultural e ambiental”. Entre estas macrorregiões, destaca-se parte dos municípios pertencentes ao Cariri, incluindo todos aqueles que fazem parte do Geopark Araripe. A Chapada do Araripe é apontada como um potencial destino turístico por conta de seus mananciais. Não há no relatório qualquer menção à existência do Geopark, embora alguns de seus municípios sejam mencionados como importantes para o desenvolvimento do turismo interno.

Entre os principais destinos procurados pelos turistas entre 2006 e 2016, com exceção de Fortaleza, têm-se:

Tabela 6 - Principais destinos procurados por turistas no Ceará entre 2006 e 2016.

Discriminação		Percentual na Demanda (%)		Turistas	Permanência (Dias)
		Interior	Total		
1	Caucaia	18,31	11,14	415.671	5,70
2	Aquiraz	16,81	10,23	381.771	7,30
3	Aracati	13,76	8,37	312.358	6,50
4	Beberibe	10,70	6,51	242.945	5,20
5	Jijoca Jericoacoara	9,63	5,86	218.732	6,40
6	Paracuru	3,31	2,01	75.063	7,40
7	Paraipaba	3,16	1,93	71.834	6,80
8	Icapuí	1,56	0,95	35.514	6,30
9	Trairi	1,56	0,95	35.514	7,00
10	Cascavel	1,49	0,91	33.899	8,50
11	Sobral	1,07	0,65	24.214	6,00
12	São Gonçalo	1,03	0,63	23.407	5,90
13	Guaramiranga	0,75	0,45	16.950	4,30
14	Maranguape	0,71	0,43	16.143	6,80
15	Juazeiro	0,71	0,43	16.143	9,70
16	Ubajara	0,68	0,41	15.335	5,00
17	Tianguá	0,64	0,39	14.528	8,30
18	São Benedito	0,57	0,35	12.914	5,20
19	Quixadá	0,53	0,32	12.107	6,30
20	Outros	9,01	0,26	204.568	4,7
	Subtotal	96,0	53,2	2.179.610	6,5
	Outras localidades	4,0	16,9	90.841	2,8
	Total Interiorização	100,0	70,1	2.270.451	9,3

Fonte: SETUR/CE (2017).

Através da análise da tabela 7, é possível notar que dos municípios que integram a área do Geopark Araripe, apenas Juazeiro do Norte aparece entre os 19 explicitados, na 15ª posição. Devido ao legado religioso deixado por Cícero Romão Batista, o Padre Cícero, o município recebe um considerável número de romeiros todos os anos. Entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019, Juazeiro do Norte recebeu 1,1 milhão de visitantes, conforme dados da SETUR-CE.[137] Evidencia-se, portanto, o contraste, no que se refere à atividade turística, entre o litoral e o interior do estado, com destaque para os municípios pertencentes ao Geopark Araripe.

De acordo com Valéria Giannella e Antonio Callou, o Cariri cearense representava, em 1930, 30% do PIB estadual através de sua economia rural. Conforme os autores, o fluxo de visitantes e comerciantes que chegavam à região, atraídos pela figura

[137] Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2019/12/05/quase-12-milhao-de-turistas-devem-vir-ao-ceara-nesta-alta-estacao/. Acesso em novembro de 2020.

do Padre Cícero, trouxe consigo algo que, mais tarde, se desenvolveria em arranjos produtivos locais, com destaque para os calçados sintéticos, o turismo e o comércio varejista (GIANNELLA E CALLOU, 2011, p. 814). No entanto, Giannella e Callou afirmam que, com a falta de investimentos na região e a concentração dos esforços no litoral e nas regiões metropolitanas, houve a diminuição da importância econômica do Cariri o que, consequentemente, diminuiu a sua participação para 7% do PIB – ao longo das décadas de 1980 e 1990 -, e causou um maior distanciamento político entre a região e a capital. Apenas em um passado mais recente a região do Cariri recuperou seu lugar na agenda estatal, tornando-se alvo de políticas relacionadas à aceleração do desenvolvimento (GIANNELLA E CALLOU, 2011, p. 815).

Entre as ações que se associam à aceleração do desenvolvimento no interior do estado, há destaque para algumas que indicam a aposta de ampliação turística a longo prazo. Como exemplo, pode-se citar o caso do Aeroporto Orlando Bezerra de Menezes, em Juazeiro do Norte que possibilita o acesso por via aérea àqueles que querem visitar a região. Em 2019, o aeroporto foi leiloado e a empresa espanhola Aena Desarrollo Internacional ganhou sua concessão por 30 anos. Através dessa negociação, há previsão do recebimento de 190,5 milhões em investimentos para a ampliação do local em 200% nos próximos 15 anos.[138] Sobre isso, o governador do Ceará em 2019, Camilo Santana, afirmou:

> Estamos muito felizes. Isso significa mais desenvolvimento para o Cariri, que já é um grande centro de negócios e de turismo religioso. Foi um dos aeroportos mais disputados no leilão. Isso quer dizer mais desenvolvimento, mais turismo, melhoria na economia da região. O sucesso que hoje ocorre em Fortaleza vamos ter em Juazeiro do Norte. Não tenho dúvida que o aeroporto vai ter um crescimento forte, se transformando em um grande centro de conexão regional do Nordeste.[139]

Ademais, em 2020, uma parceria entre a SETUR-CE, a Secretaria da Cultura do Estado (Secult-CE) e o Sebrae deu origem à Rota Cariri, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do turismo oferecendo a Rota como um produto pronto para as operadoras turísticas.[140] O roteiro reúne 55 pontos e seis municípios, sendo cinco

---

[138] Disponível em: https://www.mercadoeeventos.com.br/noticias/destinos/condetur-planeja-acoes-para-consolidar-juazeiro-do-norte-como-destino-turistico/. Acesso em novembro de 2020.

[139] Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2019/03/15/empresa-espanhola-vence-leilao-para-administrar-o-aeroporto-de-juazeiro-do-norte/. Acesso em novembro de 2020.

[140] Disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/2020/03/01/para-impulsionar-turismo-na-regiao-rota-cariri-sera-lancada-nesta-terca-feira-3/. Acesso em novembro de 2020.

coincidentes ao Geopark Araripe (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Nova Olinda e Santana do Cariri) e Assaré, com indicação de visitação a cinco geossítios. De acordo com Arialdo Pinho, atual secretário do Turismo do Ceará, a expectativa é que, em alguns anos, o turismo se expanda na região com vistas à uma demanda nacional e internacional. Além disso, Pinho afirma que a região possui o potencial de atrair diferentes perfis de turistas pela diversidade de atividades possíveis no Cariri. Fabiano dos Santos Piúba, secretário da Cultura, afirma que o projeto possui a capacidade de incentivar o desenvolvimento da região sob a perspectiva de um turismo sustentável e acrescenta que a rota não pode ser dissociada do patrimônio existente, seja cultural ou natural.[141] Vale lembrar que outro processo que vem ocorrendo na região com potencial para ampliar sua projeção turística é a iniciativa de transformar o Araripe em Patrimônio da Humanidade da UNESCO, algo que pode impulsionar a visitação aos geossítios e aos pontos determinados pela Rota Cariri graças ao apelo do título global.

[141] Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2020/03/03/rota-cariri-e-lancada-e-sera-divulgada-no-mercado-nacional/. Acesso em novembro de 2020.

Mapa 21 - Rota Cariri.

Fonte: Secult-CE (2020).

Uma outra ação do governo estadual que alcançou o Cariri foi o programa "Ceará de Ponta a Ponta: o Programa de Logística e Estradas do Governo do Ceará". Através desta houve o investimento de aproximadamente R$ 2,8 bilhões na melhoria de rodovias em diversos cantos do estado.[142] Entre 2015 e 2016 houve investimentos de R$ 202.820.212,04 para infraestrutura rodoviária em 154,89 quilômetros de estradas na região do Cariri.[143] Em 2019, o investimento foi de cerca de 10 milhões para recuperação de 76 quilômetros de trechos.[144] As melhorias possuem como intuito possibilitar uma interligação mais eficiente entre os municípios, beneficiando o fluxo derivado das dinâmicas econômicas e escoamento da produção, assim como constituem uma base importante para a atividade turística.

Pode-se citar também importantes equipamentos que têm colaborado para a dinamização da região, como a implantação de uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) em Juazeiro do Norte, em 1994. Em 2008, através da Lei n° 11.892, este é congregado ao Instituto Federal do Ceará (IFCE), com campus no mesmo município.[145] No mesmo ano ocorreu a implantação de uma nova unidade da Universidade Federal do Ceará (UFC), com o novo de Campus Cariri. Em 2013, através da Lei n° 12.826, foi criada a Universidade Federal do Cariri (UFCA), com sede em Juazeiro e outros quatro campi em Barbalha, no Crato, em Brejo Santo e Icó. Juntamente com a URCA, tais instalações formam um pólo regional de atração universitária, além de possibilitarem a permanência da população mais jovem interessada em cursos superiores e que, anteriormente, deveria migrar de maneira obrigatória para tal.

Os investimentos do estado vêm, portanto, construindo novos objetos e disponibilizando infraestruturas para que novas dinâmicas se instalem. No entanto, é necessário ressaltar que essas transformações não atingem igualmente a Região do Cariri como um todo. Se a criação da RMC teve como um de seus objetivos incentivar os investimentos no Cariri e diminuir a disparidade econômica entre a capital Fortaleza, é possível perceber, onze anos depois, que o cenário apresenta algumas mudanças, nem todas plenamente positivas.

---

[142] Disponível em: https://www.seinfra.ce.gov.br/ceara-de-ponta-ponta/. Acesso em novembro de 2020.
[143] Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2016/08/19/cearaderesultados-regiao-do-cariri-recebe-investimentos-do-governo-do-ceara-em-diversas-areas/. Acesso em novembro de 2020.
[144] Disponível em: https://www.casacivil.ce.gov.br/2019/07/26/governo-do-ceara-vai-recuperar-mais-de-76-km-de-estradas-no-centro-sul-e-cariri/. Acesso em novembro de 2020.
[145] Disponível em: https://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/o-campus. Acesso em novembro de 2020.

Conforme Francisco Almeida (2019, p. 127), a RMC é um resultado de um plano estratégico entre o estado, as elites regionais, as empresas e os bancos com o objetivo de valorizar o triângulo formado por Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha e, assim, criar uma configuração espacial que viabilize a reprodução das relações capitalistas a partir de novos agentes. Nesse sentido, o autor ressalta que as obras de infraestrutura possibilitadas pelo estado favoreceram as empresas e classes sociais de alto poder aquisitivo. Dessa forma, o modo como o processo se deu traçou novos contornos e trouxe novos objetivos e dinâmicas para a região sem, contudo, se aproximar plenamente de um desenvolvimento de fato, mas sobretudo, de um crescimento econômico concentrado.

Um resultado desse processo é que, embora possa ter ocorrido uma atenuação na diferença de capital envolvido entre as áreas do interior do estado e Fortaleza, a assimetria econômica ganhou novos contornos e se acentuou na escala regional, evidenciando uma concentração de atividades e de capital entre Juazeiro do Norte com maior destaque, mas também no Crato e em Barbalha – que juntos compõem o CRAJUBAR. Alguns dados podem colaborar nesse entendimento: Juazeiro do Norte concentra 45% da população da RMC, demonstrando um crescimento de 173 mil habitantes, em 1991, para 274 mil, em 2019. Na esfera econômica não é diferente, sendo seu PIB per capita 65% acima da média dos outros municípios da RMC.[146] Segundo dados de 2019, a verticalização em Juazeiro do Norte cresceu mais 1.000% em nove anos, ocorrendo uma enorme valorização do metro quadrado, o qual é o segundo mais caro do Ceará.[147] Também o comércio do CRAJUBAR passou por alterações, com a instalação de grandes redes como o Atacadão, Carrefour, Walmart,[148] instalação do Cariri Garden Shopping e grandes concessionárias de veículos, além da instalação de outras estruturas tais como o Centro de Convenções do Cariri, o Hospital Regional do Cariri e a Central de Abastecimento do Ceará (CEASA).

Destaca-se em Juazeiro do Norte a construção do hotel de alto padrão Iu-á, projeto do empresário Demétrio Jereissati, primo do ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati. Foram investidos cerca de R$ 25 milhões na construção e o hotel possui como eixo temático o Geopark Araripe.[149] Demétrio Jereissati apostou no turismo de negócios, com

---

[146] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/regiao-metropolitana-do-cariri-expoe-desafios-apos-uma-decada-1.2181746. Acesso em novembro de 2020.

[147] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/verticalizacao-de-juazeiro-do-norte-cresce-mais-de-1-000-em-9-anos-1.2190418. Acesso em novembro de 2020.

[148] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/juazeiro-do-norte-e-polo-de-desenvolvimento-regional-1.492930. Acesso em novembro de 2020.

[149] Disponível em: https://hoteliernews.com.br/noticias/novo-iu-a-hotel-busca-valorizar-patrimonio-natural-do-cariri-ce-61848. Acesso em novembro de 2020.

maior ênfase, mas também no turismo religioso e no crescente turismo de lazer, que acredita ainda estar em formação graças ao Geopark.[150] O empresário detalha que "ao conhecer a cidade, é possível perceber potencial de desenvolvimento devido ao processo de interiorização do país e também à expansão acadêmica nos últimos anos".[151] O Hotel Iu-á fica no Bairro Lagoa Seca, considerado uma localização nobre de Juazeiro do Norte. Como parte da ampliação da rede hoteleira, em 2019, a rede Accor inaugurou o primeiro Hotel Ibis, no mesmo município, ao lado do Cariri Garden Shopping.

Figura 7 - Fachada do Hotel Iu-á, em Juazeiro do Norte.

Fonte: iuahotel.com.br (2020).

[150] Disponível em: https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/hotelaria/2014/02/hotel-corporativo-e-aberto-em-juazeiro-do-norte-ce_97646.html. Acesso em novembro de 2020.
[151] Disponível em: https://hoteliernews.com.br/novo-iua-hotel-busca-valorizar-patrimonio-natural-do-cariri-ce/. Acesso em novembro de 2020.

Ainda em 2019, um grupo espanhol investiu em empreendimentos no Cariri, mais especificamente no empreendimento residencial Reserva da Lagoa, da construtora WR Engenharia. Em entrevista para um jornal local, o CEO do grupo relatou que está otimista com a negociação, uma vez que a impressão que possui é que o local está crescendo muito e que o crescimento está sendo bem feito.[152] No mesmo ano, o governador Camilo Santana se reuniu com empresários da Catalunha ligados a sete multinacionais, com o intuito de apresentar as vantagens e benefícios de se investir no estado atualmente.[153]

Nessa perspectiva, a própria materialidade das transformações que vêm ocorrendo na região do Cariri aponta para o objetivo de inclui-la nas dinâmicas econômicas, contudo, através de um processo que parece se estabelecer, mais uma vez, de maneira concentradora. Pretende-se desenvolver o interior, mas apenas algumas porções selecionadas, algo que remete à própria geografia desigual do capitalismo (SMITH, 1988). Se, conforme vimos no capítulo 1, a valorização do espaço é uma condição humana, criada a partir do trabalho dos homens, esse trabalho e essas transformações no espaço se revelam característicos de nosso modo de produção (MORAES E COSTA, 1984, p.132). Nesse ponto reside igualmente a discussão sobre o crescimento e o desenvolvimento. Sobre a valorização do espaço, Milton Santos assinala que:

> Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer. Seria uma outra forma de considerar a valorização do espaço [...] (SANTOS, 1996, p. 248).

Portanto, é fundamental compreender que a "organização das coisas" e a construção de novas geografias, evidentemente, é arquitetada, criando, ao mesmo tempo, diferenças e desigualdades. Se a desigualdade é um resultado, possivelmente, não planejado abertamente, a diferença se mostra claramente nas ações e no discurso, que buscam construir as bases para a implantação de atividades, materialidades e dinâmicas, distinguindo e valorizando o espaço. Assim, o Estado, como grande gestor das políticas territoriais, colabora com a valorização do espaço, agregando volumes crescentes de

---

[152] Disponível em: https://wrengenharia.com.br/incorporadora/grupo-espanhol-investe-em-empreendimentos-no-cariri/. Acesso em novembro de 2020.

[153] Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2019/06/13/governo-do-ceara-se-reune-com-comitiva-de-empresarios-da-catalunha-para-tratar-de-novos-investimentos-no-estado/. Acesso em novembro de 2020.

trabalho (MORAES E COSTA, 1984, p. 137) e criando oportunidades para que outros atores se envolvam.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que as políticas de desenvolvimento do interior cearense podem contribuir para a atenuação de certas desigualdades, sob alguns aspectos, pode contribuir para sua acentuação em outros. Ao mesmo tempo, ocorre o fomento da visibilidade do estado para lança-lo como diferencial para um mercado turístico ainda em expansão através de novos atributos, produtos e propagandas.

Acrescenta-se que, embora nos trabalhos de campo efetuados para essa pesquisa alguns entrevistados tenham expressado que a existência do Geopark Araripe seria capaz de influenciar as decisões do estado na instalação de infraestruturas e melhorias na área, não foram encontrados dados concretos que possam confirmar tal posicionamento. Assim, apesar do estado atuar indiretamente em favor da Geopark Araripe através das transformações que efetua na região e, diretamente, por meio da transferência direta de investimentos para o projeto, o cenário se afigura como se o Geopark e seus princípios amplamente apoiados na proteção do patrimônio, no desenvolvimento do turismo e nas premissas sustentáveis tivesse ido ao encontro das motivações próprias do governo estadual. Esse, por sua vez, historicamente ancorado no desenvolvimento de políticas territoriais voltadas para a atividade turística e, como conjuntura mais recente, objetivando fomentar o turismo no interior do Ceará. O conceito de geoparque emergiu como um possível aliado para essas motivações sociais, políticas e econômicas.

Portanto, o apoio do estado foi um importante e fundamental alicerce para que o Geopark se desenvolvesse e se mantivesse ao longo do tempo. Tal apoio é essencial do ponto de vista financeiro, mas também cumpre o papel de uma chancela oficial ao projeto, influenciando outros atores sociais a se envolverem, tais como as prefeituras, investidores locais ou investidores estrangeiros. Por sua vez, o Geopark Araripe surgiu como um importante colaborador para o planejamento estratégico do estado, além de conferir uma elevada relevância política atrelada ao selo UNESCO. Há, portanto, uma relação de sinergia entre o Geopark Araripe e o estado, sendo o primeiro uma peça constituinte das estratégias e planejamentos estatais a longo prazo, desempenhando um papel de colaborador no processo de valorização do espaço.

5.2 O patrimônio, o turismo, o desenvolvimento sustentável e as dinâmicas do Geopark Araripe

Em seu artigo intitulado "O Geoparque do Araripe, um Homem Santo a Espera de um Milagre", de 2010, José Sabadia disserta sobre as dificuldades de consolidação do Geopark Araripe em alguns aspectos como, por exemplo, a aproximação e o contato com a população e o desenvolvimento consistente do chamado geoturismo. Entre os motivos que colaboram para essas dificuldades o autor cita as condições precárias de muitos geossítios, que apresentam problemas de acesso e depredação das placas ali inseridas por parte de uma população que não enxerga aquilo como algo pertencente a ela (SABADIA, 2010, p. 120). Sabadia afirma que "a população local, grosso modo, não compreende o que o Geopark Araripe representa. Não alcança a sua linguagem e nem encontra ressonância em seus textos" (2010, p. 121). Assim, o autor faz críticas sobre a linguagem demasiadamente científica utilizada pelas placas, estruturas e discurso do Geopark, o que afasta a população local e diminui o seu interesse em se integrar ao projeto.

Em oficina realizada no dia 13 de outubro de 2019, durante o V Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico, no Crato, Rafael Celestino Soares, responsável pelo setor de geoconservação do Geopark Araripe, relatou que esteve desde o início envolvido com o projeto e que, ao longo do tempo, houve uma mudança significativa na concepção do mesmo. Inicialmente, entendia-se que a geologia era o ponto principal na criação de um geoparque, entendimento que foi se alterando até que, atualmente, acredita-se que deva ser concebido como um projeto de desenvolvimento territorial e tenha como foco as pessoas.

Rafael Soares[154] reitera as dificuldades em adequar a linguagem demasiadamente científica das placas para algo que se aproximasse da identidade da região e do entendimento das pessoas. O geossítio hoje denominado Colina do Horto, por exemplo, antes se chamava Geotope Granito, o que causava grandes confusões, uma vez que o nome era relacionado pela população ao município de Granito, em Pernambuco, e não com algo característico do local. Portanto, se tornaram comuns ações de pichação das sinalizações, depredação e retirada do material. Apenas com o tempo, a percepção de certos equívocos nesse tratamento das informações foi atingida e trouxe mudanças.

[154] Em entrevista realizada em outubro de 2019, pessoalmente.

Em adição, o professor da URCA, João Ludgero[155], assinala que a falta de entendimento sobre o significado do projeto gerou apelidos tais como “geoplacas”, uma vez que a mudança resultante da obtenção do título global parecia se restringir às sinalizações inseridas na região. A população, afastada do processo inicial de criação e gestão do projeto, apenas assistia de maneira passiva a instalação desses objetos e a visitação de alguns estrangeiros ao local.

Nesse ponto reside um conflito inerente ao campo patrimonial, conforme discutido no capítulo 2, que se trata da diferença existente entre as possíveis atribuições de valores sobre o patrimônio. Explicitamente, é o embate entre a territorialidade e a cotidianidade de determinados bens patrimoniais ou locais e uma valorização que lhe é externa, que impõe ações associadas a essa valorização e que causam estranhamento para a população local. A demasiada ênfase no valor científico, baseada nos atributos geológicos, se tornou uma dificuldade, operando como um vetor de conflito e estranhamento. Conforme Aline Castro assinala:

> Geodiversidade não é sinônimo de patrimônio geológico. Implícito à atribuição de valor e à qualificação de patrimônio à geodiversidade está o ato da seleção. É necessário selecionar o que é relevante. De outra forma, todas as coisas se tornariam patrimônio, perdendo sentido a atribuição do termo, a diferenciação e o discurso por preservação. Portanto, patrimônio geológico é um elemento da geodiversidade relevante, selecionado de acordo com alguns critérios para ser preservado e poder ser contemplado por mais tempo e por mais pessoas. Esses critérios podem ser variados e diversos, embora se perceba nos casos já reconhecidos como patrimônio que os critérios científicos e estéticos sejam os mais utilizados (CASTRO, 2014, p. 26-27).

Portanto, emerge como necessidade considerar a relação das pessoas com os elementos da geodiversidade e demais elementos de seu cotidiano que sejam considerados patrimônios. Em sua pesquisa denominada “Geoparques no Brasil: foco geográfico na superação dos desafios”, José Carlos Oliveira apresenta o seguinte relato:

> Há dois elementos primordiais para a criação de um geoparque: geodiversidade e gente. Cadê o povo? No início do projeto geoparque, os nomes eram “geossítio granítico”, “geossítio devoniano”. Quem sabe o que é devoniano e granítico? O povão não sabe. Tivemos que mudar: geossítio granítico passou a ser geossítio Colina do Horto e geossítio devoniano passou a se chamar geossítio Cachoeira de Missão Velha. E aí, identifica-se com o povo do entorno. Diziam: “o que é devoniano, seu Idalécio? De onde vem isso?”. Se você educa, pesquisa; e se

[155] Em entrevista realizada em outubro de 2018, pessoalmente.

> pesquisa, passa esses resultados para a população. No turismo, você vai alavancar o desenvolvimento socioeconômico do entorno do geoparque. A população tem que ser inserida no programa geoparque e vamos identificando esses atores: (*citando hipoteticamente*) a dona Raimunda que faz o tijolo de leite, o seu Antônio que trabalha com artesanato de couro, o seu Luiz que trabalha com artesanato de madeira. E eles vão sendo inseridos nesse processo" (FREITAS, 2014 e RÁDIO CÂMARA, 2010 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 21)

Conforme o depoimento acima, de Idalécio Freitas, ex-coordenador executivo do Geopark Araripe e atual constituinte do setor de geoconservação, a participação da população é reconhecidamente um fator importante para o andamento e sucesso da iniciativa, em consonância com as diretrizes da UNESCO. Durante os trabalhos de campo efetuados para essa pesquisa, também esteve evidente que essa é uma preocupação constante da equipe gestora do Geopark, que reconhece as dificuldades de criar uma plataforma e projetos que propiciem a integração da população local de maneira efetiva e mais ampla. Conforme as considerações dos trabalhos de campo, as ações com a população local vêm sendo desenvolvidas pouco a pouco e continuamente.

Acrescenta-se que, como visto anteriormente, de acordo com as diretrizes da UNESCO, o processo *bottom-up* deve envolver todos os atores e autoridades locais e regionais da área, sugerindo a junção de grupos e interessados que podem ser bastante diversos e até divergentes. No entanto, na bibliografia existente sobre geoparques no mundo, pouco se discute o quanto isso, de fato, é praticável e benéfico para esses grupos e atores em geral. Como garantir que uma população indígena se beneficie de um geoparque de maneira semelhante aos benefícios que a ampliação do *trade* turístico pode trazer para um empresário? Como garantir que a população local participe da gestão quando já lhe é apresentado um projeto pronto? Essas são perguntas que permanecem sem respostas e ainda pouco problematizadas.

Embora não esteja entre os objetivos dessa dissertação de mestrado analisar profundamente a participação da população nas práticas relacionadas ao Geopark Araripe, algumas considerações sobre trabalhos anteriores efetuados em torno da temática podem iluminar algumas questões interessantes para nossa análise, como as percepções que fazem parte do discurso sobre o Geopark. Entre os trabalhos que exploram as relações com a população local há a tese de doutorado de Aline Castro, de 2014. A autora debruçou-se sobre as relações entre a população residente em Santana do Cariri e os elementos da geodiversidade e do patrimônio geológico existentes no município. Como resultados, afirma que “a inserção do Geopark Araripe naquele espaço, que já era

apropriado de outras formas, é um gerador de conflitos, pois ele ainda não está relacionado com a identidade, seja coletiva ou individual daquela comunidade" (CASTRO, 2014, p. 198). Castro destaca a importância de envolvimento dos atores sociais nos processos de tomada de decisão, uma vez que, ao se apropriar de um elemento pré-existente – o Museu - e dos patrimônios já reconhecidos no município, o Geopark passa a ser visto como um usurpador, que se coloca de maneira imposta e como um elemento estranho à dinâmica da cidade.

Apesar disso, Aline Castro evidenciou que grande parte da população de Santana do Cariri que foi entrevistada (79%) já ouviu falar no Geopark e, desses, 97% consideram que seja algo importante. Entre os fatores de maior relevância indicados pelos entrevistados sobre a importância do Geopark Araripe, 33% dos moradores ressaltam o desenvolvimento do turismo como a maior vantagem e 27% indicam aumento de renda e emprego. Outros 23% indicam que o Geopark é importante para a proteção do patrimônio, estudos e pesquisas e, 2%, avaliam de maneira negativa, relacionando a existência do Geopark apenas às placas, sem pontos positivos e efetivos de mudança (CASTRO, 2014, p. 144). Com base nos resultados ora apresentados, pode-se dizer que a visibilidade do projeto parece ter avançado, lembrando que, no entanto, os dados retratam apenas um município entre os 6 integrantes do território do Geopark.

Em pesquisa de mestrado finalizada em 2018, Lázaro Ranieri considerou comunidades de Barbalha, do Crato e de Santana do Cariri, a gestão municipal de todos os municípios pertencentes ao Geopark Araripe e indivíduos envolvidos nos segmentos de turismo para responder se a implantação de um geoparque no Cariri, de fato, fomenta práticas sustentáveis. Sua análise foi efetuada a partir de uma série de questionários de temas variados. Como parte de suas conclusões, Ranieri (2018, p.113) pôde averiguar a falta de interesse entre os representantes dos segmentos de turismo da área em participarem da pesquisa. De acordo com o autor, a falta de interesse pode se expressar por diferentes motivos, porém, sua análise evidencia uma significativa ausência de afinidade entre as atividades e ações desenvolvidas no âmbito do Geopark e os setores turísticos, ainda em expansão, na região.

Sobre os representantes das gestões municipais, Ranieri (2018, p. 113) verificou uma deficiência na interação entre estas e a gestão do Geopark, o que indica uma fragilidade dessas gestões em incorporar ações relacionadas ao Geopark em suas atividades e planejamentos. Ranieri também aponta uma grande dificuldade para se debater o desenvolvimento e a sustentabilidade o que, conforme o autor evidenciou, a

partir dos discursos dos entrevistados, a persistência de uma visão ambientalista sobre o tema. Sendo assim, apesar dos esforços de aproximação com as seis prefeituras englobadas pela área do Geopark, trata-se de um processo que precisaria de aprimoramentos e constante acompanhamento. Por fim, Ranieri (2018, p. 116) assinala que a importância dada ao turismo chamado sustentável é clara entre as gestões municipais; no entanto, isso se expressa apenas na teoria, uma vez que as ações e projetos não se concretizam na realidade.

Essas análises evidenciam a complexidade existente na construção do projeto e consolidação de um geoparque, uma vez que os atores sociais são diversos, bem como seus interesses e demandas. O patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável se inserem nessa complexidade como elementos capazes de abrigar, ao mesmo tempo, entendimentos múltiplos sobre suas definições e funções e, assim, expõem as relações sociais, políticas e econômicas existentes no território – ora convergentes, ora divergentes.

5.2.1 O turismo e os geossítios do Geopark Araripe

Conforme discutido no capítulo anterior, um geoparque não é uma designação legislativa para a proteção da natureza e do patrimônio das nações que os abrigam, mas atua como uma sobreposição a um território, trazendo novas variáveis que serão incluídas nas dinâmicas pré-existentes – sociais, políticas, culturais, econômicas etc. Assim, no que se refere ao Geopark Araripe, sua implantação ocorreu através do englobamento de algumas estruturas como parte de seu escopo de atuação.

Como explicado no capítulo 1, os geossítios são os locais de maior destaque no interior de um geoparque e concentram os principais bens patrimoniais, bem como as atividades turísticas. Geralmente se formam em torno do interesse geológico, mas também devem ressaltar outros valores, como o científico, o estético, o cultural etc (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012, p. 70). É importante destacar que não há um número de geossítios pré-estabelecido como ideal em um geoparque e que é possível, mesmo após a obtenção do título, acrescentar outros mediante a aprovação do IGGP. O Geopark Araripe possui nove geossítios distribuídos por seus seis municípios, conforme o mapa 22 e a tabela 8. Há a pretensão de se criar outros três geossítios em um futuro

próximo, sendo o Sítio Arqueológico de Santa Fé, no Crato, o mais avançado no processo de pesquisa e preparação para sua posterior integração oficial.[156]

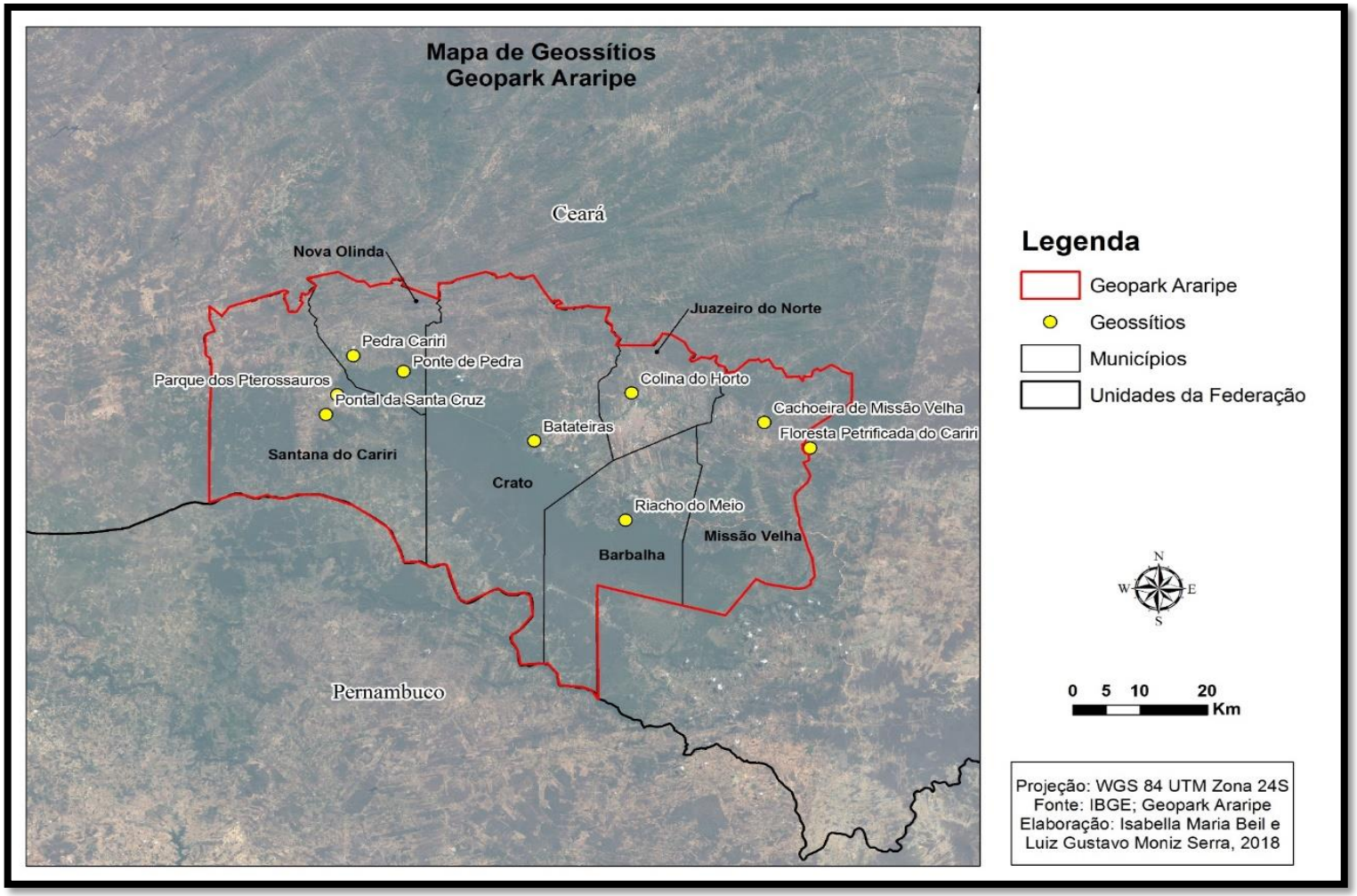
Tabela 7 - Geossítios do Geopark Araripe e seus respectivos municípios.

MUNICÍPIO	**GEOSSÍTIOS**
Juazeiro do Norte	Geossítio Colina do Horto
Missão Velha	Geossítio Cachoeira de Missão Velha
	Geossítio Floresta Petrificada do Cariri
Crato	Geossítio Batateiras
Nova Olinda	Geossítio Ponte de Pedra
	Geossítio Pedra Cariri
Santana do Cariri	Geossítio Parque dos Pterossauros
	Geossítio Pontal de Santa Cruz
Barbalha	Geossítio Riacho do Meio

Organização: Isabella Beil (2020). Fonte: geoparkararipe.urca.br (2020).

[156] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/geopark-araripe-deve-apresentar-novo-geossitio-ate-o-fim-do-ano-1.2071734. Acesso em novembro de 2020.

Mapa 22 - Distribuição de geossítios no Geopark Araripe.



Os geossítios do Geopark Araripe são bastante distintos entre si.[157] O Geossítio Colina do Horto, por exemplo, é o local que abriga a Estátua do Padre Cícero, figura de grande importância para a população e responsável por atrair muitos devotos através do turismo religioso. De acordo com dados do IBGE, estima-se que o local receba cerca de 2,5 milhões de visitantes todos os anos.[158] O Geossítio Floresta Petrificada é uma propriedade particular no município de Missão Velha, onde só se consegue acesso através da contratação de guias especializados. Isso se deve ao fato de a retirada de material fóssil ainda ser uma atividade comum no local. A Floresta Petrificada, através de seus troncos fossilizados, evidencia que há cerca de 145 milhões de anos a paisagem na região era bem diferente, coberta por florestas e rios. No caso, os fragmentos de troncos pertencem a árvores coníferas, do grupo dos pinheiros (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012, 98).

Figura 8 - Troncos fossilizados no Geossítio Floresta Petrificada.

Fonte: Isabella Beil (2019).

[157] Cada local possui as suas particularidades geológicas que não serão esmiuçadas aqui.
[158] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=436438&view=detalhes. Acesso em novembro de 2020.

No mesmo município se localiza o Geossítio Cachoeira de Missão Velha, um local aberto que contempla uma cachoeira (imprópria para banho), uma trilha e icnofósseis.[159] No entorno do local já foram encontrados vestígios indígenas e restos de casas de pedra atribuídas aos índios Cariris. Além disso, a cachoeira faz parte das histórias e lendas locais.

O Geossítio Riacho do Meio, em Barbalha, é um Parque Municipal do município de Barbalha – Parque Ecológico Luís Roberto Correia Sampaio - e um Monumento Natural à nível estadual. Fechado por cercas, seu acesso normalmente ocorre por uma brecha entre elas, passagem comumente utilizada pela população local. O Geossítio Batateiras, atualmente o único localizado no Crato, é o Parque Estadual Sítio do Fundão, criado em 2008, com uma área de 93,54 hectares. A principal atividade desenvolvida no local é uma trilha ecológica, com paradas em alguns pontos estratégicos, como uma antiga casa de taipa, os restos de engrenagens de um moinho de engenho e os cânions do Rio Batateiras.

[159] Icnofósseis "são estruturas interpretadas por paleontólogos como vestígios da atividade vital de antigos organismos, neste caso, invertebrados aquáticos (com aspecto vermiforme)" (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012, p. 87).

Figura 9 - Rio Batateiras e seus cânions no Geossítio Batateiras.

Isabella Beil (2018).

Em Nova Olinda estão os Geossítios Ponte de Pedra e Pedra Cariri. O primeiro é formado por uma pequena trilha e pela estrutura que lhe dá nome (FIGURA 10). A Ponte de Pedra é uma estrutura de uso dos locais, para atravessar de uma parte à outra e também faz parte de lendas e histórias regionais. O Geossítio Pedra Cariri é composto por um afloramento rochoso da endêmica Pedra Cariri, um calcário muito utilizado na região para a construção civil e em peças de artesanato. É na chamada pedra cariri que muitos fósseis foram encontrados em elevado grau de conservação, como pode-se observar na figura 9. Em frente a esse geossítio há uma pedreira que anteriormente era incluída nas visitações ao local, uma vez que muitos fósseis são encontrados através da atividade mineradora. No entanto, devido a críticas e ressalvas da UNESCO por conta do caráter explorador e danoso que a mineração pode ter, a pedreira deixou de ser indicada como atrativo turístico.

Figura 10 - Fóssil de peixe em pedra Cariri, exposto no Museu de Paleontologia da URCA.

Fonte: Isabella Beil (2019).

Figura 11 - Ponte de Pedra, no Geopark Araripe.

Fonte: Isabella Beil (2019).

Por fim, em Santana do Cariri se encontram os Geossítios Parque dos Pterossauros e Pontal de Santa Cruz. O primeiro é uma área pertencente à URCA, composta por uma

trilha que leva escavações paleontológica, correspondendo à uma área de grande destaque em achados de fósseis. Há ainda uma estrutura de lanchonete e anfiteatro que, no entanto, nunca foram utilizados. No primeiro trabalho de campo efetuado, em 2018, não foi possível ter acesso ao Geossítio Parque dos Pterossauros por conta das más condições na estrada de terra que leva até ele.

O Geossítio Pontal de Cruz é composto por um mirante, uma pequena capela e um restaurante. Por ser em um ponto bem elevado, permite que se tenha uma ampla visão da Chapada do Araripe. Seu acesso pode ser feito através de uma trilha, que escala a Chapada, ou por uma via alternativa de veículos. Ressalta-se que na área abrangida pelo Geopark Araripe há placas espalhadas em diversas localidades – como na imagem 11 -, algo necessário de acordo com os critérios de avaliação da UNESCO sobre as sinalizações.

Figura 12 - Placa do Geopark Araripe, em Santana do Cariri.

Isabella Beil (2018).

Através dos trabalhos de campo e conversas efetuadas com pessoas relacionadas ao Geopark Araripe inferimos que os geossítios são visitados, em maior parte, por conta do interesse científico, seja de pesquisadores, seja de excursões escolares. Foge da regra o Geossítio Colina do Horto, repleto de visitantes movidos por motivação religiosa, e o Geossítio Riacho do Meio, bastante frequentado pela população local.

É interessante notar que o geossítio mais visitado é aquele que possui a valorização cultural mais acentuada, por conta da religião, dos regionalismos e tradições locais, e que se desenvolveu dessa maneira e continua a existir de maneira independente às dinâmicas do Geopark em si. Trata-se da constituição de um patrimônio em seu sentido social, que carrega os legados da memória e que a mantém através do hábito, da territorialidade, da fé e do sentimento de conexão a algo que deve se manter e proteger.

O acréscimo do chamado Geossítio Colina do Horto pode figurar como um elemento estrangeiro àquele local e aos seus romeiros e agir de maneira contrária aos próprios intuitos do conceito de geoparque. Um indicativo desse conflito é esboçado por Sabadia (2010, p. 120) quando afirma que todas as placas do geossítio (quando ainda era denominado Geotope Granito) foram arrancadas pela população.

Chama atenção o trecho abaixo:

> [...] uma peculiaridade do geossítio que se revela uma fraqueza é sua falta de identidade com o Geopark Araripe: o popularmente conhecido Horto, por si só, tem uma identidade religiosa muito sólida já consolidada culturalmente, eclipsando sua identidade como geossítio do Geopark, surgida posteriormente" (FREITAS et al., 2019, p. 91).

O trecho aponta a própria condição de patrimônio social do Horto como uma fraqueza. Esse olhar parece demonstrar parte das dificuldades inerentes ao processo denominado *bottom-up* uma vez que, na verdade, vê a condição local como fragilidade e se interessa mais pela nova identidade que se impõe de fora para dentro e de cima para baixo. Uma identidade, portanto, forçada por uma ação normativa.

As visitas aos geossítios efetuadas nos trabalhos de campo para essa pesquisa, em 2018 e em 2019, acrescentaram uma percepção interessante. Em um primeiro momento, houve a expectativa de encontrar um local com estruturas características da atividade turística, assim como um fluxo turístico interessado nesses locais. No entanto, a ausência desses atributos se tornou um fator de questionamento, considerando também a relativa precariedade nas condições de estradas e recepção de alguns geossítios e o número restrito de operadoras e agências turísticas.

Surge como evidência, então, o fato de que a despeito da contínua referência ao turismo no discurso, a realidade do Geopark Araripe revela uma situação diferente. Dessa maneira, embora exista um apelo turístico pelo título global e uma apologia ao desenvolvimento da atividade como algo de grande relevância em um geoparque, isso ainda não se verifica na realidade do Brasil. E, nesse sentido, é interessante ressaltar que essa é uma condição que caracteriza o cenário brasileiro, uma vez que o panorama

europeu, ou de outras regiões do mundo, pode apontar para uma perspectiva distinta. Essa condição – de um geoparque "não desenvolvido turisticamente" – expõe, portanto, uma questão paradoxal e um conjunto de hipóteses para explica-la.

Pode-se conjecturar que o turismo relacionado aos elementos geológicos e ao geoturismo não se conforma como uma demanda do setor e, por isso, o número pouco expressivo de visitantes nas localidades que pronunciam-se por meio dessa premissa. Não obstante, também é preciso considerar que o turismo não se sustenta apenas pela construção de um "atrativo". Assim como discutido no capítulo 3, do mesmo modo que o turismo se instalou seguindo o padrão da espacialização da infraestrutura e dos serviços no Brasil, esse processo também ocorre em diferentes escalas. Sendo assim, embora, em teoria, qualquer elemento ou local possa se tornar turístico, o desenvolvimento da atividade está, em grande medida, em relação de dependência com a existência de estruturas adequadas para tal, como meios de transporte eficientes e adequados, estradas acessíveis, hotéis, restaurantes, apoio de agências, centro de informações etc. Além disso, pode-se admitir que o turismo, apesar de compor um cerne do conceito de geoparque, não é tratado como uma prioridade nas ações desempenhadas pela gestão do Geopark Araripe.

Concomitantemente a essas reflexões também é preciso considerar as transformações que estão ocorrendo na região do Cariri - conforme abordado no item 5.1.1 – e a existência de outras modalidades turísticas que coexistem. Há uma significativa expansão do chamado turismo de negócios e eventos na região. Exemplo disso é a Exposição Centro-Nordestina de Animais e Produtos Derivados, chamada comumente de Expocrato, uma das maiores feiras de agronegócios de alcance regional. Sua criação remete à década de 1940, quando surgiu com um caráter restrito e familiar. Sua existência se fortaleceu ao longo dos anos, se conformando atualmente como um evento anual de grande importância na região, que dinamiza o comércio e movimenta um número alto de capital.[160] A construção do Centro de Convenções, em Juazeiro do Norte, também constitui um indicativo da expansão desse setor. Conforme Rita Cruz (2003, p. 52): "Os eventos não somente são capazes de dinamizar localidades que já recebem fluxos importantes de turistas como podem, inclusive, ser responsáveis pela inserção de novas localidades no mapa turístico regional". Em complemento à consideração de Cruz, é possível afirmar que, no caso do Cariri, há um fortalecimento mútuo, que envolve o

[160] Disponível em: https://cariririrevista.com.br/expocrato-como-surgiu-uma-das-maiores-feiras-de-agronegocios-do-brasil/. Acesso em novembro de 2020.

turismo religioso, o turismo de negócios e de eventos e que pode, futuramente, tornar mais intenso o turismo cultural e de natureza.

Essa é uma hipótese que parece ganhar força quando consideramos também a Rota Cariri, que seria lançada internacionalmente em 2020. De acordo com a declaração do secretário de Turismo e Romaria de Juazeiro do Norte, Júnior Feitosa, ao discorrer sobre a Rota Cariri e suas potencialidades:

> Uma das nossas preocupações é exatamente a ocupação hoteleira. No momento em que a gente fala que quer gerar mais emprego e renda para movimentar a economia, uma das formas é pelo calendário de eventos, que depende de uma rede hoteleira forte. Uma coisa puxa a outra. A nossa média de ocupação está beirando os 40%, têm períodos que estamos em 100%, mas em outros a taxa cai, principalmente entre os meses de fevereiro e junho.[161]

Júnior Feitosa complementa:

> Esse é um momento ímpar, o Cariri já espera ansiosamente por todo potencial que essa região tem, no berço da cultura. Temos a Chapada do Araripe, que é riquíssima, com fonte de água mineral. Temos o Geopark, o único do Brasil e já fomos os únicos da América do Sul.

Para o secretário, de acordo com a mesma reportagem do Diário do Nordeste, a concessão do aeroporto Orlando Bezerra de Menezes é uma peça-chave para alavancar o turismo na região do Cariri, seja no âmbito nacional ou internacional. Percebe-se, portanto, que há uma concordância e compatibilidade entre as próprias transformações em curso no Cariri e o advento do Geopark Araripe. O Geopark se conforma também como uma representação, pela importância de seu título internacional, que se sobrepõe e contribui com um intenso momento de valorização do espaço.

Nessa perspectiva, se o Geopark não atrai turistas por si próprio, conforme aquilo que apresenta como seus principais atrativos, ele se imbrica em uma estratégia mais ampla e se insere em um espaço que vem sendo significativamente alterado com o objetivo explícito de expansão da atividade turística. Juntamente, o turismo religioso, de negócios, cultural e de natureza, se mostram parte da composição de um impulso e uma projeção da região como destino turístico. O Geopark Araripe participa ativamente e auxilia na

---

[161] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/rota-turistica-do-cariri-sera-apresentada-no-exterior-a-partir-de-2020-1.2167595. Acesso em novembro de 2020.

formação dessa imagem do Cariri que está sendo concebida para a posterior venda no mercado turístico.

5.2.2 A proteção da natureza e do patrimônio

Conforme discutido no capítulo anterior, um geoparque e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) podem se sobrepor, considerando que o segundo garante a proteção da natureza de maneira legal para os geossítios. Compartilhando a mesma área do Geopark Araripe há 14 Unidades de Conservação (UC), sendo estas:

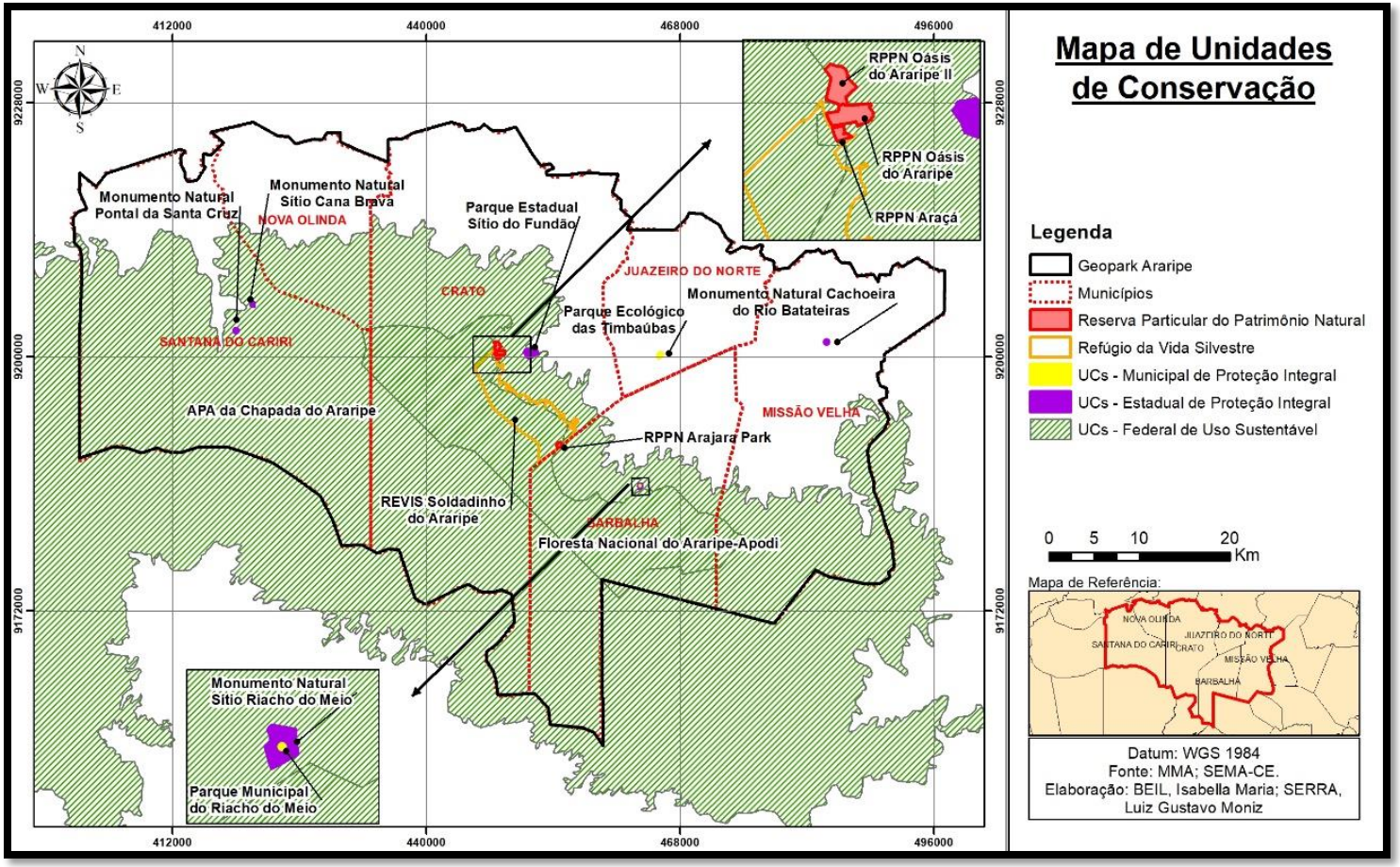
Tabela 8 - Unidades de conservação no Geopark Araripe.

Unidade de conservação	Tipo	Âmbito administrativo	Localização
Floresta Nacional do Araripe-Apodi	Uso sustentável	Federal	Missão Velha, Barbalha, Jardim, Crato, Santana do Cariri
Parque Ecológico das Timbaúbas	Proteção integral	Municipal	Juazeiro do Norte
Parque Estadual do Sítio do Fundão	Proteção integral	Estadual	Crato
APA da Chapada do Araripe	Uso sustentável	Federal	Abrange parte do Ceará, de Pernambuco e do Piauí, passando por 38 municípios. Do Geopark Araripe abrange Crato, Missão Velha, Barbalha, Santana do Cariri e Nova Olinda.
RPPN Arajara Park	Uso sustentável	Propriedade privada	Barbalha
Monumento Natural Sítio Cana Brava	Proteção integral	Estadual	Santana do Cariri

Monumento Natural Pontal da Santa Cruz	Proteção integral	Estadual	Santana do Cariri
Monumento Natural Sítio Riacho do Meio	Proteção integral	Estadual	Barbalha
Monumento Natural Cachoeira do Rio Batateiras	Proteção integral	Estadual	Missão Velha
Parque Municipal do Riacho do Meio	Proteção Integral	Municipal	Barbalha
RPPN Araçá	Uso Sustentável	Propriedade privada	Crato
RPPN Oásis do Araripe	Uso Sustentável	Propriedade privada	Crato
RPPN Oásis do Araripe II	Uso Sustentável	Propriedade Privada	Crato
Refúgio da Vida Silvestre	Proteção Integral	Municipal	Crato

Organização: Isabella Beil (2020). Fonte: ICMBio (2020).

Mapa 23 - Localização de unidades de conservação no Geopark Araripe.



Anteriormente à criação do Geopark Araripe já existia na área hoje englobada por ele a Floresta Nacional (FLONA) do Araripe-Apodi, a primeira floresta brasileira reconhecida legalmente, em 1946, pelo Decreto-Lei n° 9.226[162]. A floresta foi ampliada em um decreto de 2012[163], assinado pela então presidente da República, Dilma Rousseff, alcançando 706,77 hectares de extensão. Herzog, Hillmer e Salles (2008) ressaltam que a FLONA do Araripe-Apodi representa uma inestimável riqueza para o Ceará, seja por sua importância ambiental, seja por sua vasta biodiversidade e seus potenciais de colaborar com o desenvolvimento da ciência. No dossiê de candidatura do Geopark Araripe (2005, p.73), enviado para a UNESCO, a FLONA é apontada como parte essencial do projeto devido ao seu potencial para fomentar a educação para o desenvolvimento sustentável através do turismo.

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe, criada em 1997, também preexistia ao estabelecimento do Geopark. Com uma área de 972.605,18 hectares,[164] a APA da Chapada do Araripe abrange 38 municípios por três estados, sendo estes Pernambuco, Ceará e Piauí. A APA contempla a morfoestrutura de maior destaque da região, a Chapada do Araripe, que se estende alongada na direção norte-sul por aproximadamente 180 km de comprimento, passando pelos mesmos 3 estados citados. Sua largura varia entre 30 e 50 km e suas altitudes médias entre 850 e 1.000 metros, constituindo uma superfície aplanada, com inclinação para oeste, limitada por escarpas erosivas e bastante íngremes (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012).

Ainda como áreas de proteção legal oficializadas anteriormente ao Geopark, há o Parque Ecológico das Timbaúbas, em 1995, o Parque Ecológico Luís Roberto Correia Sampaio – mais conhecido como Parque Municipal Riacho do Meio -, em 1998, e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Arajara Park, em 1999. As características das rochas que recobrem a Chapada – principalmente arenitos, porosos e permeáveis – dificultam o escoamento superficial, resultando em pouquíssimos rios em sua superfície. Essa estrutura favorece a percolação da água que alimenta os aquíferos. Os aquíferos se relacionam ao apelido de oásis, atribuído a essa área em meio ao sertão, já que esses abastecem a população continuamente, mesmo em tempos de seca. Tais

---

[162] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9226.htm. Acesso em novembro de 2020.

[163] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Dsn/Dsn13321.htm. Acesso em novembro de 2020.

[164] Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2110-apa-da-chapada-do-araripe. Acesso em novembro de 2020.

características hidrogeológicas tornaram possível o desenvolvimento de estruturas turísticas como o Balneário de Caldas[165], uma estância mineral pertencente à Prefeitura de Barbalha, criada em 1975, e o Arajara Park[166], considerado um parque ecológico temático, que usufrui da história paleontológica da área, sendo sua logomarca representada por um pterossauro. O Arajara Park é aquático, possuindo estrutura de lazer implementada, como piscinas e tobogãs. Os dois locais se encontram no município de Barbalha.

Conforme José Patrício Melo[167], o Geopark Araripe possui convênios firmados com as unidades de conservação e age em uma relação de parceria com essas. Melo complementa que não há superposição quanto à instância administrativa entre as duas partes e que o Geopark aproveita, em partes, a estrutura construída pelas UCs e, naturalmente, respeita os planos de manejo em sua integridade.

É interessante notar que das 14 UCs expostas na tabela 9, nove foram criadas posteriormente ao estabelecimento do Geopark Araripe e em áreas que também são geossítios. Os Monumentos Naturais Pontal de Santa Cruz, Sítio Canabrava, Sítio Riacho do Meio e Cachoeira do Rio Batateira foram criados através do Decreto n. 28.506 de 01 de dezembro de 2006 e passaram a corresponder aos mesmos locais dos recém-criados Geossítios Pontal de Santa Cruz, Parque dos Pterossauros, Riacho do Meio e Cachoeira de Missão Velha, respectivamente. Em 2008 também o Parque Estadual Sítio do Fundão foi criado e passou a compartilhar a mesma área do Geossítio Batateiras. De acordo com Patrício Melo, o Geopark teria dado o impulso necessário para que mais UCs fossem criadas na região.

No que se refere ao patrimônio nacional tombado, atualmente, a Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2019) do IPHAN aponta que, dos municípios pertencentes ao Geopark Araripe, Juazeiro do Norte possui quatro registros: a Casa onde morou e morreu o Padre Cícero, sua estátua no Horto e a Escola Normal Rural, os quais foram indeferidos, e a Casa-Museu do Padre Cícero, que está em instrução. O Crato possui seis edificações registradas, duas em instrução e quatro indeferidas. Por fim, Santana do Cariri possui registrado o Acervo do Museu Paleontológico da Universidade Regional do Cariri (URCA), também em instrução. O

---

[165] Disponível em: https://www.blogcariri.com.br/2013/12/balnearios-do-cariri-sao-opcao-de-lazer.html. Acesso em novembro de 2020.
[166] Disponível em: http://www.arajarapark.com.br/nossa-historia/. Acesso em novembro de 2020.
[167] Em entrevista realizada no dia 26 de setembro de 2019.

único bem protegido pelo IPHAN encontra-se em Barbalha: a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, inscrita no Livro de Registro das Celebrações e Bens Culturais Imateriais.[168]

Em agosto de 2019, em Juazeiro do Norte, Crato e Nova Olinda, ocorreu o Seminário Internacional de Patrimônio da Humanidade da Chapada do Araripe. O seminário reuniu alguns atores e instituições interessados na estratégia, entre eles representantes do Geopark Araripe. Um dos objetivos do encontro foi entender o funcionamento do processo para pleitear o título e estabelecer quais as ações necessárias para que isso se concretize. A iniciativa teria partido de Francisco Alemberg de Souza Lima – idealizador da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, em Nova Olinda -, sendo impulsionada pela Federação do Comércio (Fecomercio) e fortemente apoiada por Camilo Santana, governador do estado.[169] Conforme o *website* da UNESCO[170], é possível haver uma sobreposição de designações. No entanto, o motivo para isso deve estar evidenciado e justificado, esclarecendo o funcionamento atrelado aos dois títulos no que se refere às suas individualidades e sinergias.

Sobre esse processo, a falta de reconhecimento nacional se coloca como um entrave inicial, uma vez que este reconhecimento é necessário anteriormente ao pedido para a UNESCO, diferentemente do que ocorre com o caso dos UGGp. A situação está ampliando as relações entre o Geopark Araripe e o IPHAN. Em fevereiro de 2020, houve a entrega de documentação para a instituição, em Brasília, solicitando a inscrição oficial da Chapada do Araripe como Patrimônio da Humanidade.[171]

Em adição, há outros locais de destaque na área do Geopark Araripe que foram englobados como parte de sua estrutura constituinte. Um deles é o Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens (MPPCN), fundado em 1985 através da Lei n° 173/85, para salvaguardar os fósseis do Araripe, recebendo o nome do então prefeito de Santana do Cariri, Plácido Cidade Nuvens. Em 1991, ele foi doado à URCA e atualmente integra sua estrutura como núcleo de pesquisa e extensão (MPPCN, 2019, p. 04).

---

[168] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/495. Acesso em novembro de 2020.
[169] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/chapada-do-araripe-pode-ser-reconhecida-como-patrimonio-da-humanidade-1.2135297. Acesso em novembro de 2020.
[170] Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/frequently-asked-questions/difference-between-unesco-global-geoparks-biosphere-reserves-and-world-heritage-sites/. Acesso em novembro de 2020.
[171] Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2020/02/06/reconhecimento-internacional-do-patrimonio-da-chapada-do-araripe-avanca/. Acesso em novembro de 2020.

Conforme Melo et al. (2010, p. 13), o museu é um dos principais locais de interesse científico e turístico da região.

De acordo com o Plano Museológico do MPPCN 2019-2029 (MPPCN, 2018, p. 06), o objetivo do museu é proteger e promover o patrimônio fossilífero da Região do Cariri, bem como conscientizar a população sobre o mesmo. Além disso, objetiva-se contribuir com a transformação de Santana do Cariri em um dos principais pontos turísticos e culturais da região e ser uma base para pesquisadores do Brasil e do mundo. No mesmo documento afirma-se que:

> O Museu de Paleontologia exerce hoje as funções de centro propulsor da investigação científica e de apoio ao intercâmbio cultural e técnico-científico, além de ter se transformado em centro catalisador de ações turísticas e culturais do Geopark Araripe no vetor oeste (MPPCN, 2018, p. 05).

Conforme dito anteriormente, os fósseis da Bacia do Araripe são abundantes, variados e mundialmente reconhecidos por seu alto grau de conservação. Os registros fossilíferos de pterossauros encontrados na região constituem a principal concentração mundial desses animais: lá foi encontrado o terceiro maior pterossauro do mundo, com aproximadamente 8,5 metros de uma ponta da asa à outra[172], que também é o mais completo já encontrado no planeta. Também compõem parte dos achados ossos conservados tridimensionalmente e até registros de tecidos moles de pterossauros, como vasos sanguíneos e músculos (KELLNER, 2002).

[172] Disponível em: https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/museu-nacional-exibe-f-ssil-de-pterossauro-mais-completo-do-mundo. Acesso em novembro de 2020.

Figura 13 – Fóssil de asa de pterossauro, no Museu de Paleontologia da URCA.

Foto: Isabella Beil (2018).

Além de pterossauros, os fósseis da região abrangem uma enorme variedade de animais e plantas: há diversos tipos de peixes, tubarões, arraias, moluscos, crustáceos, quelônios, insetos, aracnídeos, troncos, folhas, flores etc. Esses registros constituem um material de inestimável importância para o estudo do passado da Terra e, mais especificamente, sobre o passado dessa região. O estudo dos fósseis do Araripe propiciou descobertas científicas de grande valor como, por exemplo, registros de espécies de ouriços que tornaram possível a comprovação de que o sertão, de fato, um dia foi banhado pelo mar.[173]

Por essa riqueza abundante, a exploração clandestina e o tráfico de material paleontológico tem sido uma questão preocupante no Araripe há muitos anos. Em 2001, cerca de 3.500 fósseis oriundos da região foram apreendidos no Rio de Janeiro, rumo à Europa;[174] em 2017, um esquema envolvendo os Estados Unidos e a França foi descoberto, rastreando um depósito clandestino em território francês com mais de 1.000

[173] Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=6092. Acesso em novembro de 2020.

[174] Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/fosseis-vao-para-reserva-paleontologica-1.489148. Acesso em novembro de 2020.

peças;[175] em 2015, um artigo da Revista Science publicou a descrição do primeiro fóssil de cobra com quatro patas e cinco dedos, constituindo uma importante mudança na história evolutiva desses animais.[176] O referido fóssil, no entanto, é originário da Bacia do Araripe e não se sabe como, atualmente, está alocado em uma coleção particular em um museu alemão.[177] Esses são alguns exemplos dentre vários outros que envolvem os bens paleontológicos do Araripe em casos de extravio.

Desse modo, o MPPCN e o Geopark Araripe atuam como estratégias que colaboram para coibir essas atividades ilegais. Os esquemas de tráfico envolvem diversos níveis de organização até que o material chegue em seu destino, porém, a conscientização da população local sobre a importância desses bens é essencial para desmontar alguns deles. Em visita de campo efetuada em outubro de 2019 foi possível ouvir relatos de indivíduos moradores da região que se envolviam em tais esquemas e, com o desenvolvimento de projetos, através do Geopark ou mesmo antes de sua existência, passaram a trabalhar em favor da proteção dos fósseis e sua manutenção no local de origem.

Um outro local de destaque é a Fundação Casa Grande, ou Memorial do Homem Kariri. A construção foi a primeira casa da Fazenda Tapera, em Nova Olinda, surgida no século XVIII. Em 1992 o local foi restaurado para abrigar o museu, contando com fotos, desenhos, peças líticas e cerâmicas pertencentes aos índios cariris, objetos doados e fósseis escavados no território. O responsável pela restauração foi Francisco Alemberg de Souza Lima – também conhecido na região como Alemberg Quindins. A ideia surgiu com o objetivo de resgatar a memória da região e a cultura local, buscando refletir a arqueologia, mitologia, artes e comunicação.[178] Grande parte do acervo foi doado pelo próprio Alemberg e sua esposa, que, em viagens feitas pela região, coletaram materiais e histórias sobre o passado do Cariri.

---

[175] Disponível em: https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/09/geopark-araripe-1000-fosseis-a-espera-de repatriacao.html. Acesso em novembro de 2020.
[176] Disponível em: http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/07/artigo-da-science-descreve-fossil-de-cobra-com-patas-encontrado-no-brasil.html. Acesso em novembro de 2020.
[177] Disponível em: http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/07/brasileiros-questionam-como-fossil-de-cobra-com-patas-chegou-alemanha.html. Acesso em novembro de 2020.
[178] Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2010/alemberg-quindins. Acesso em novembro de 2020.

Figura 14 - casa que abriga o Memorial do Homem Kariri, em Nova Olinda.

Fonte: Isabella Beil (2019).

Além de Memorial, o local é uma Organização Não-Governamental (ONG). Quem coordena as atividades é uma adolescente,[179] de 15 anos, que participa do projeto desde que era criança. Conforme explicou a adolescente,[180] a Fundação trabalha em várias frentes, sendo a principal delas a arqueologia - por conta de toda a caracterização geológica da região. Porém, além disso, também há projetos com comunicação - há um estúdio de rádio no local -, artes - possuem um teatro próprio - trabalhos com fotografia, turismo - oficinas que possibilitam às crianças se envolverem com os turistas que visitam a casa -, além de oficinas de leitura e sessões de filmes. A arqueologia é trabalhada graças aos acervos didáticos e ao laboratório de pesquisa e análise de fósseis.

De acordo com a coordenadora da ONG, o intuito é trabalhar com a educação patrimonial e a formação intelectual das crianças e jovens da região. Segundo ela, tudo ocorre de maneira bastante informal: o local é aberto a qualquer um que queira conhecer e participar. Muitas crianças fazem sua primeira aproximação por conta de outros colegas envolvidos, indo até o local para brincar. Desse modo, caso surja o interesse por parte da criança, ela é inserida em atividades culturais, é apresentada para o Museu e para a história da casa. Assim, geralmente há um tutor mais velho, responsável por iniciar a criança e introduzi-la nas riquezas patrimoniais envolvidas.

---

[179] Na visita efetuada durante o segundo trabalho de campo, em 2019, a adolescente havia se afastado da coordenação das atividades.
[180] Em entrevista realizada em outubro de 2018.

Vanessa Batista (2014) ajuda na compreensão das dinâmicas do Memorial quando diz que as responsabilidades da produção cotidiana nos laboratórios ocorrem pela atribuição de papéis e funções deliberados no Conselho da Fundação. Cada indivíduo assume uma função que segue seus interesses pessoais e as necessidades da instituição. Todos são ensinados a manter a limpeza do local, sua organização e a integridade de seus objetos, tais como as câmeras fotográficas, utensílios do laboratório, acervo da biblioteca e, obviamente, do museu.

Conforme os relatos colhidos durante o trabalho de campo, a importância principal do museu é para os moradores, como forma de conhecer a própria história. É importante dizer que, além de abrigar o acervo museológico, a própria casa é patrimônio da região, pois constitui-se em símbolo dessa Fundação e ponto de origem da iniciativa. Quando questionada sobre a influência da transformação da área em um Geopark, a então coordenadora do projeto acredita não haver influências positivas ou negativas. A adolescente afirma que tudo o que são e a forma que trabalham hoje já existia muito antes do Geopark, sendo parte do mérito das pessoas diretamente envolvidas com o projeto. Assim, embora a importância do título global seja reconhecida, não houve mudanças na dinâmica rotineira ou no reconhecimento da comunidade local.

Por fim, o que chama a atenção é ver o funcionamento integral do espaço sendo gerenciado pelos jovens da comunidade, que se empenham em fazer deste um local de conhecimento, comunicação e trocas. Esse pode ser um exemplo de uma forma diferenciada de desenvolvimento, fundado em aspectos sociais e, ao mesmo tempo, colocando em total evidência as questões do ambiente como inerentes a esses aspectos.

5.2.3 O desenvolvimento, a sustentabilidade e o território

Entre as ações efetuadas pelo Geopark Araripe, algumas são indicadas como parte do escopo do desenvolvimento sustentável. Entre elas está o programa GEA-Terra Mãe, que se trata de um concurso aberto aos estudantes de escolas públicas municipais e estaduais, do ensino fundamental e médio e também do ensino superior. Com a primeira edição em 2014, o concurso ocorre todos os anos com um tema diferente, sendo seu foco o desenvolvimento de temas relacionados às Geociências, com o intuito de:

> Promover a Educação Ambiental segundo as linhas diretrizes da educação, enfatizando valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sustentabilidade, o bem-estar social, o equilíbrio entre o ser humano, a natureza e a sua cultura.[181]

Em sua primeira edição o concurso trouxe como tema principal a questão da desertificação e seu risco em potencial para o perímetro onde se insere o Geopark Araripe. Atualmente, a cada ano é proposto como foco um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em conformidade com a Agenda 2030. Em 2018 foi trabalhado o tema "Ação contra a mudança global do clima", envolvendo a conscientização da temática, questões ambientais relacionadas e soluções para a melhoria do ambiente e, para 2020, o tema proposto é "Igualdade de gênero e empoderamento feminino". Sendo assim, o programa GEA-Terra Mãe se destaca por sua atuação no âmbito educacional.

No que se refere à Agenda 2030, o Planejamento Estratégico 2018-2021 do Geopark Araripe (MELO ET AL., 2018) reafirma o seu compromisso com o seguimento dessas premissas. Conforme o documento, a coordenação de "Desenvolvimento Territorial Sustentável e Geoturismo" possui um papel central nesse quesito, mas todas as áreas e coordenações trabalham, de acordo com suas temáticas, no sentido de colaborar no alcance dos ODS, situando a Agenda 2030 como um norte para o planejamento estratégico do Geopark. Afirma-se que:

> Desde sua criação, o Araripe GeoPark Mundial da UNESCO vem promovendo uma série de ações diversificadas no território, com o intuito de proporcionar à população e aos visitantes e turistas, as oportunidades de conhecer e compreender a geodiversidade, os ecossistemas da região e a diversidade histórico-cultural. Aos poucos vêm construindo uma rede de incentivo ao geoturismo na região, baseado nas múltiplas valências do território, de forma a cooperar com os empreendedores locais e os poderes públicos municipal e estadual, de forma a incentivar um contínuo desenvolvimento econômico sustentável do território (MELO ET AL., 2018, p. 17).

Como modo de avaliar o andamento do projeto, no Planejamento Estratégico 2018-2021 do Geopark Araripe (MELO ET AL., 2018) é utilizada a análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats)[182] para avaliar as características e

---

[181] Disponível em: http://urca.br/portal/docs/pdf/GeoPark/GA_AD_2014-03-31_Gea-TerraMae_Regulamento.pdf. Acesso em novembro de 2020.
[182] Tradução: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

cenários correlacionados ao geoparque. Conforme o documento, esta técnica é comumente mobilizada para a gestão e planejamento de empresas, auxiliando na tomada de decisões e proporcionando uma visão geral desta. A análise teve cinco temas principais como norteadores, sendo estes: I) Geologia e Paisagem (Geoconservação); II) Estrutura Administrativa (Reitoria, Superintendência, Direção Executiva); III) Informação e Educação Ambiental (Comunicação e Geoeducação Ambiental); e IV) Economia Regional Sustentável e Geoturismo. Como resultados, se obteve quatro quadros (FIGURAS 10, 11, 12 e 13) que ressaltam algumas ações que vêm sendo feitas e outras que ainda estão sendo planejadas.

Entre os Pontos Fortes, destacam-se aqueles relacionados ao potencial turístico e às ações que estão sendo efetuadas para ampliar esse potencial, como melhorias na rede hoteleira e a existência de guias. Entre os Pontos Fracos, nota-se a falta de sistematização eficiente de dados relacionados ao turismo, bem como a carência de determinadas estruturas e cuidados com os geossítios, assim como e a ausência de centros de apoio ao turista. Como Oportunidades a se destacar, a análise afirma que o Geopark Araripe contribui para o aumento do IDH dos municípios envolvidos, podendo melhorar o rendimento das famílias. No entanto, o relatório não apresenta evidências ou dados de que isso venha acontecendo, de fato, na realidade. Ainda como oportunidade é citado o potencial do Geopark Araripe em ser referência nacional para o turismo sustentável. Entre as Ameaças, há principalmente as dificuldades relacionadas a investimentos restritos e à imagem pouco atrativa que o interior nordestino representa ao desenvolvimento turístico.

Tabela 9 - Pontos fortes da análise SWOT do Geopark Araripe.

PONTOS FORTES
Grande diversidade e produção de artesanato nos municípios do território, os quais, muitas vezes, usam elementos da geodiversidade como matéria-prima
Existência de fortes parceiros, organizados em associações, corporações e outras entidades no território para promoção do desenvolvimento territorial sustentável
Oferta gastronômica regional diversificada
Diversidade de organizações sociais e governamentais, atuando no território;
Existência do aeroporto Orlando Bezerra de Menezes, em Juazeiro do Norte, território do Araripe GeoPark Mundial da UNESCO com uma significativa oferta de voos para todas as regiões do Brasil e conexões internacionais
Presença de uma boa malha rodoviária dentro do território, a qual passa por melhorias importantes, como a rodovia que interliga os municípios do Crato, Nova Olinda e Santana, passando pelos Museu de arqueologia, Museu de Santana e geossítios Ponte de Pedra, Pedra Cariri e Pontal de Santa Cruz
Nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha há boa oferta de hotéis e pousadas, os quais apresenta melhorias em quantidade e qualidade
Existe um grande potencial turístico associado à riqueza e diversidade dos recursos naturais e culturais no território
Existe um grande potencial ao turismo científico no contexto da geologia, paleontologia, geomorfologia e da arqueologia, além de diversos ramos das ciências humanas, como a História e as Ciências Sociais
Potencial mercado para a prática do turismo sustentável, com destaque para o geoturismo (geossítios), o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo comunitário, aliados ao desenvolvimento sustentável do território
Existência de profissionais (guias) e organizações qualificadas para o atendimento a demanda turística da região

Fonte: Melo et al. (2018).

Tabela 10 - Pontos fracos da análise SWOT do Geopark Araripe.

PONTOS FRACOS
Pouco envolvimento dos atores da gastronomia e do artesanato regional, para o fortalecimento e eficiência na oferta de serviços turísticos
Pequeno número de indústrias da região que apostam na certificação ambiental
Pouca conscientização dos gestores dos serviços para melhoria da qualidade e bom atendimento
Poucas ações no território conciliando as novas tecnologias e o "saber fazer" artesanal que permitiria a inversão do fenômeno de abandono das tradições artesanais
Escassez de avaliações sistemáticas dos visitantes (contagem dos visitantes, perfil do turista, satisfação do visitante, etc.)
Apesar das melhorias, há deficiências de infraestrutura e de outros componentes das atividades turísticas, o que pode desmotivar turistas que sejam atualmente atraídos pela divulgação do Araripe GeoPark Mundial da UNESCO
Ausência de centros de informação turística nos municípios do território do Araripe GeoPark Mundial da UNESCO, com exceção da sede municipal de Nova Olinda
Acessos a alguns geosítios de áreas rurais em condições deficientes
Reduzida oferta de programas/pacotes turísticos
Rede de transportes públicos deficiente, em especial com passagem pelos pontos de interesse turístico
Baixa oferta de material de divulgação turística para distribuição em centros de informação, museus, aeroportos, hotéis, sede das UCs, feiras nacionais e internacionais sobre turismo, etc.

Fonte: Melo et al. (2018).

Tabela 11 - Oportunidades da análise SWOT do Geopark Araripe.

OPORTUNIDADES
O Araripe GeoPark Mundial da UNESCO contribui para o aumento do IDH dos municípios envolvidos e tem potencial de melhorar, dentre outros aspectos, o rendimento econômico das famílias
Possibilidade de estabelecer parcerias com instituições específicas na produção e distribuição de produtos regionais e ecológicos
Há a possibilidade do Araripe GeoPark Mundial da UNESCO promover o empreendedorismo local
Crescente interesse no turismo científico
Inserção do Araripe GeoPark Mundial da UNESCO nas políticas de desenvolvimento turístico do Estado do Ceará, as quais estão sendo implementadas neste ciclo (2017-2019)
Amplas possibilidades de diversificar produtos e oferta turística local
Possibilidade de reduzir a sazonalidade do turismo local, garantindo uma estabilidade para os diversos setores econômicos
O Araripe GeoPark Mundial da UNESCO pode tornar-se referência nacional nas atividades do turismo sustentável, incluindo o geoturismo, o turismo científico, de aventura, rural, comunitários e o ecoturismo;
Crescente sensibilização mundial dos turistas para os "saberes e sabores da terra";
Possibilidade de captar fluxos turísticos de outras regiões próximas e contribuir também para o crescimento de outras, com ênfase no estado do Ceará
A inserção deste território na Rede Global de Geoparques e Rede Latino Americana, agora como um projeto UNESCO, possibilita uma maior divulgação da região nas esferas internacional, nacional e regional, para além de potencializar investimentos financeiros públicos e privados na área do turismo

Fonte: Melo et al. (2018).

Tabela 12 - Ameaças da análise SWOT do Geopark Araripe.

AMEAÇAS
A informalidade de alguns produtores regionais pode inviabilizar a utilização dos produtos nos circuitos comerciais e de divulgação promovidos pelo Araripe GeoPark Mundial da UNESCO
O contexto de dificuldades financeiras em alguns segmentos do território e suas implicações para o desenvolvimento, com baixo poder aquisitivo, falta de instrução e conhecimentos, etc.
Escassez de técnicos com formação profissional adequada para receber um turista exigente (eventualmente estrangeiro que não fala português)
Restrita promoção e investimento turísticos do Governo do Estado do Ceará e Governo Federal na região;
Imagem pouco atrativa, do ponto de vista do marketing turístico, do que é a realidade no interior do Nordeste;

Fonte: Fonte: Melo et al. (2018).

De acordo com Idalécio Freitas (2019, p. 104), ao analisar o Planejamento Estratégico do Geopark Araripe, é possível dizer que as oportunidades identificadas possuem foco na inserção do Geopark nas políticas públicas de desenvolvimento turístico do estado do Ceará. Conforme o autor, essa potencialidade também é identificada graças à "crescente sensibilização" mundial para o turismo alternativo. A observação dos quadros e a análise do referido relatório, de fato, evidenciam grande destaque para o turismo que, por sua vez, se mostra intrinsecamente relacionado ao seu potencial diante do chamado desenvolvimento sustentável no discurso.

Ao longo dos anos, até o período atual, nota-se, através da investigação desse estudo de caso, um contínuo amadurecimento do projeto do Geopark Araripe que, no

entanto, é permeado por dificuldades. Entre elas está o próprio amadurecimento do conceito, antes interpretado de maneira mais restritiva à geologia e suas características. Embora atualmente a ideia de geoparque como um projeto de desenvolvimento territorial esteja no foco do discurso entre os representantes do Geopark Araripe, permanece um distanciamento entre este e a prática. As entrevistas e análises de documentações permitiram evidenciar uma grande aposta no desenvolvimento turístico como foco para o desenvolvimento territorial. Conforme discutido anteriormente, há riscos decorrentes dessa convicção entre os quais está a possibilidade de que a riqueza gerada pela atividade se concentre nas mãos de poucos, uma consequência que se afasta dos princípios do desenvolvimento sustentável.

A seriedade do projeto e suas intenções de trazer melhorias concretas para a realidade social da região também se expressam através dos discursos e dos materiais elaborados. Como a primeira experiência de um Geoparque Global da UNESCO no Brasil, porém, o Araripe trouxe, também, certezas sobre as dificuldades e complexidades de se desenvolver uma proposta com essas características. A sobreposição do projeto a um território com atributos e dinâmicas inerentes expõe a problemática de lidar com diferentes instâncias de poder, seja com as prefeituras, com o governo do estado, com a população local, com líderes regionais, entre outros. Além disso, como foi evidenciado em nossa análise, o Geopark Araripe surgiu como um elemento "estrangeiro", que causava estranhamento às comunidades diretamente relacionadas aos patrimônios e equipamentos englobados em sua área. Os trabalhos efetuados no Geopark parecem atenuar esse sentimento ao longo do tempo de sua existência, embora ainda existam enormes desafios inerentes à abordagem *bottom-up*.

5.3 O território como parte e como totalidade

O estudo de caso, como parte da realidade, deve ser compreendido através de sua integridade (SANTOS, 1996), na qual diferentes atores desempenham um papel importante, em uma amálgama de interesses sobre o espaço, que adquire determinadas características que compõem parte das demandas globais e parte das demandas locais ou regionais ao mesmo tempo.

> A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixe de acolher muitos outros. É que assim que se forma e se mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante desse movimento

> dos lugares. Visto pela óptica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, "desigual e combinado" (SANTOS, 1996, p.133).

A criação do Geopark Araripe, por sua vez, ganha novos contornos quando analisada por meio desse deslocamento da própria escala de atuação dos atores sociais, das transformações do espaço e da geografia construída e em construção. Em outras palavras, sua existência se relaciona intrinsecamente ao papel da URCA, que se posicionou como líder dessa iniciativa e atuou no sentido de estabelecer as parcerias necessárias para o andamento do projeto. Relaciona-se umbilicalmente ao contexto mundial de expansão do conceito de geoparque e de suas variáveis, o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável, que encontraram ressonância nos objetivos locais e puderam alcançar a região do Cariri através das influências e da força de um discurso internacional auspiciado pela UNESCO. Relaciona-se ao papel que o estado cearense desempenha e desempenhou ao longo do tempo, favorecendo ações com base no turismo e aos seus próprios intuitos de promover o crescimento e o desenvolvimento do interior do Ceará. E se insere no espaço e no território, nas dinâmicas das relações sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais, em suma, no espaço da vida dos indivíduos.

O desenvolvimento sustentável, conceito que percorre diversos debates das mais variadas áreas do conhecimento, quando confrontado com a realidade, parece explicitar aquilo que possui de mais complexo: sua amplitude e envolvimento das múltiplas dimensões da vida humana. O conceito de geoparque, amplamente ancorado nos princípios da sustentabilidade, se destaca por sua potencialidade e proposições alternativas frente ao mundo capitalista. No entanto, por se imiscuir nesse mesmo mundo e por ter sido construído nesse mesmo contexto, por vezes pode se colocar como um reprodutor de suas lógicas.

O patrimônio cultural, por sua vez, mostra que, se a discussão teórica permite a colocação dos valores científicos e culturais em porções separadas, o cotidiano e a territorialidade expõem esse esforço como impraticável. A cultura não se conforma como uma dimensão apartada das demais dimensões que percorrem a vida humana, mas é, ela mesma, uma condição de produção e reprodução da vida (MENESES, 1996, p. 89). A realidade, indivisível, não permite ser compartimentalizada em áreas do conhecimento, tornando o seu entendimento sempre desafiador para o pesquisador que a confronta.

Ao discutir o patrimônio cultural, Maria Tereza Paes (2009), ressalta sua dimensão espacial, afirmando que o próprio enraizamento da memória se dá em uma escala territorial. De acordo com a autora: "é no espaço material e da memória que a identidade permanece enraizada; quando o espaço passa a representar o tempo na memória social ele torna-se patrimônio [...]". Para Paes, o patrimônio é um campo conflituoso, que se coloca como herança e, ao mesmo tempo, propriedade. Baseando-se em Gonçalves (2005), a autora assinala que o patrimônio ultrapassa o ato político de legitimá-lo legalmente, sendo necessário encontrar um ponto de "ressonância" junto à população. O direito à memória e ao patrimônio devem, portanto, fazer parte do desenvolvimento em seu sentido amplo. Para Ulpiano Bezerra de Meneses:

> Os sentidos e os valores não se confinam no universo mental. Para que tenham existência social, para que se traduzam em práticas, para que induzam a comportamentos, em síntese, para que se encarnem na materialidade da vida, eles precisam manifestar-se. Daí a relevância dos fenômenos sensoriais no campo da cultura. O chamado patrimônio cultural, portanto, para ser identificado e entendido, carece de conhecimento sobre os circuitos de produção e consumo de sentido e valor, numa sociedade (e não, prioritariamente, do levantamento e reconhecimento de traços empíricos a priori categorizados como culturais). Esta ótica teria que impor mudanças radicais de rumo e procedimentos nos trabalhos de inventário e cadastramento cultural, ultrapassando as cômodas sintomatologias positivistas a que os especialistas e técnicos tanto se aperfeiçoaram (MENESES, 1996, p.93-94).

O conceito de geoparque habita uma dimensão contraditória: ao mesmo tempo em que se coloca como capaz de promover determinado território por meio de seu patrimônio e de sua identidade, toca na conformação de uma imagem e de uma representação que aponta no sentido da propaganda, com o intuito de tornar esse lugar "atrativo". Desse modo, essa promoção do território ora esbarra nas supostas motivações por enaltecer valores simbólicos das comunidades e trabalhar em favor da população local, ora aponta para a busca da atratividade do olhar estrangeiro – seja de investimentos, de turistas, em suma, de inclusão nas dinâmicas de ordem global. Sendo assim, conforme discutido em capítulos anteriores, há possíveis diferenças acentuadas entre o patrimônio social e o patrimônio que se deseja institucionalizar como "legítimo", seja para construir a identidade unificada de uma nação, seja para englobá-lo na lógica do turismo internacional.

Béatrice Giblin (2007, p. 12), afirma que a história e a geografia do território são colocadas à serviço da nação para selecionar os lugares que serão representativos do país. Assim, constrói-se uma imagem baseada nos elementos da cultura e da natureza, muitas vezes, sob o nome de patrimônio. Embora se refira especificamente à imagem construída para toda uma nação, o raciocínio de Giblin colabora no entendimento das variadas escalas em que esse mesmo processo se desenrola. Em outras palavras, a construção de imagens atreladas ao território e promovidas, conforme os interesses existentes, podem promover diferenciações no cenário internacional, no âmbito nacional, na escala regional. Assim, se uma imagem se quer fazer unificadora, seu processo de formação não é tranquilo, mas conflituoso, forjado no bojo das relações sociais e de seus múltiplos atores.

Como vimos, a globalização e as demandas mundiais procuram transformar os territórios em palcos para sua atuação. Como afirma Milton Santos (1996, p. 248), nos tempos atuais os lugares passam a se distinguir pelas diferentes capacidades de oferecer rentabilidade aos investimentos e essas capacidades provêm das condições locais, seja de ordem técnica ou organizacional. É nesse mesmo sentido que o desenvolvimento desigual é consequência e condição da continuidade de nosso próprio modo de produção capitalista e o local e o global encontram-se imbricados em uma condição dialética de existência.

Portanto, o contexto no qual o Geopark Araripe se insere deve ser analisado levando em consideração os diversos vetores, as múltiplas relações e poderes e as tendências opostas que coexistem, de diferenciação e homogeneização, de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Mais do que a sua existência a partir de 2006, com a obtenção da chancela internacional, o território ao qual o Geopark Araripe se sobrepôs tem uma história e uma geografia que antecede a sua chegada e que percorre as escalas da realidade em ocorrência simultânea.

É através do aprofundamento dessa história e dessa geografia que marcam o território que as motivações políticas, econômicas e sociais que envolvem a criação do Geopark Araripe se revelam. Esse processo inclui a força que um discurso de ordem global tomou e como foi acolhido, articulando questões como a proteção do patrimônio, pensado de maneira universal, a proteção da natureza como uma necessidade, a sustentabilidade, o desenvolvimento e sua continuidade e o turismo, como uma prática social e uma atividade econômica. Assim, um geoparque, para além de sua existência material e seus objetos característicos, demonstra ser uma representação que se coloca sobre um determinado território, que contribui com seu processo de valorização espacial,

que acrescenta novas lógicas às lógicas anteriormente em curso e que se insere na dinâmica histórica e geográfica, conflituosa e contraditória.

Considerações finais

> "No sítio Olha D'Água de Santa Bárbara, existe uma ponte de pedra, que conta a lenda, um dia ter sido a ponte de acesso do portal de um castelo que se encantou. Ela é protegida por uma princesa encantada com corpo de serpente, mas a cara é de mulher" (Memorial do Homem Kariri).

A história acima é parte de um dos desenhos expostos no Memorial do Homem Kariri, em Nova Olinda, e faz referência à ponte de pedra localizada no município. Apesar de poder ser explicada por meio de suas características e contexto geológicos, ao ser interpretada em um relato local é possível compreender a sua dimensão e importância sociais. A ponte permite vislumbrar a memória e o presente, parcelas que andam juntas quando se trata de um patrimônio. Ela revela ainda que, embora o patrimônio seja coletivo, ele é apropriado de diferentes formas.

Por ser apropriado de diferentes formas, o patrimônio deve ser apreendido como parte de uma esfera política de decisão, a qual abrange diferentes valores. Se todo patrimônio se forma a partir da atribuição de um valor, não é possível conceber que existam valores intrínsecos a um dado objeto, uma vez que somos nós, na prática da vida social, que selecionamos aquilo que deve ser mantido. Sendo assim, todo patrimônio é essencialmente cultural, independentemente de sua adjetivação. Acreditamos que esse entendimento é premente no âmbito de um geoparque e a pesquisa efetuada evidenciou essa necessidade.

No processo de formalização da proteção do patrimônio por mecanismos legais ou de reconhecimento internacional, tais como a UNESCO, alguns valores podem ser ressaltados enquanto outros são encobertos ou relegados ao esquecimento. Isso ocorre devido aos diferentes interesses e diferentes valores agregados sobre o mesmo objeto ou paisagem a ser protegida. Se um grupo demanda a proteção de um patrimônio pela importância que ele pode ter para a vida e reprodução de sua cultura, outro grupo pode ambicionar o reconhecimento de um dado objeto para que este ganhe uma segunda dimensão de valorização. Em outras palavras, se o patrimônio é fruto do reconhecimento social e da atribuição de valores, sua admissão como parte do corpo de bens protegidos, nacional ou internacionalmente, desperta uma outra valorização.

Isso significa que os geoparques se inserem a partir de um duplo aspecto fundamentalmente contraditório: por um lado, surgem para promover os lugares, fomentar o desenvolvimento, ressaltar o patrimônio; por outro, ao mesmo tempo, essas são as condições ideais para que sejam propagandeados e passem a compor o rol de destinos cobiçados pelo turismo de massa, já que o título os difere e compõe um elemento de atração no mercado turístico. Embora essa realidade não se aplique ao Brasil, essa hipótese parece ganhar força quando se considera, por exemplo, os dados que relacionam os Sítios do Patrimônio Mundial e os fluxos do turismo internacional.

Essa pesquisa de mestrado buscou desnaturalizar algumas concepções pré-estabelecidas como verdades aderidas ao conceito de geoparque e que se propagam nos discursos dos interessados na temática. Essas concepções estão presentes nas pesquisas efetuadas e publicadas sobre o tema, bem como nas falas presenciadas em eventos e nas respostas obtidas através dos questionários direcionados por essa pesquisa.

A primeira delas é justamente o entendimento do patrimônio como um campo pacificado, como se todos o entendessem e o concebessem de maneira idêntica. Pelo contrário, considerar que o patrimônio se forma através de um processo de atribuição de valores permite reconhecer que os valores podem ser múltiplos e divergentes, e essa é uma realidade que não pode ser preterida. Assim, embora haja determinados valores que sejam mais enaltecidos pelo turismo e outros que sejam priorizados pelas ciências, um patrimônio deve sempre ser compreendido como parte da vida humana. Os critérios demasiadamente técnicos, bem como a priorização do turismo em detrimento da apropriação cultural de determinado bem patrimonial constitui-se, portanto, em um equívoco de partida.

A concepção de um patrimônio dado como homogêneo se destaca nos discursos da UNESCO através do entendimento de que os geoparques seriam capazes de articular as relações e ações existentes no território norteando-as para um objetivo em comum de desenvolvimento territorial sustentável. Apesar de ser uma iniciativa apreciável e uma tentativa válida, percebe-se que a despeito de uma narrativa inspiradora, a mesma é pouco reveladora de como esse processo pode ser conflituoso.

Outra proposição que surge como verdade é a de que turismo seria capaz de gerar o desenvolvimento, comumente seguido pela adjetivação “sustentável”. Como vimos, a atividade turística, como parte do mundo capitalista e das dinâmicas de mercado inerentes a esse modo de produção, encontra-se submetida ao funcionamento e objetivos do capital, direcionando-se ao lucro concentrado nas mãos de uma pequena parcela de indivíduos. É

nesse ponto que se estabelece outro debate relevante, que consiste nas diferenças entre o desenvolvimento e o crescimento. Embora pareça consensual que se tratam de coisas diferentes, essas noções frequentemente se confundem no exercício da prática e das políticas.

Os geoparques se inseriram no mundo contemporâneo como um modelo de gestão territorial com base no patrimônio, no turismo e no desenvolvimento. Como um modelo, trazem consigo os prós e os contras que acompanham seu processo de formação e desenvolvimento, desde a década de 90 até o período atual. Sua definição aponta para uma direção otimista, que sugere que as ações do homem e de seu meio sejam repensadas à luz de um caminho mais sustentável, onde o patrimônio é protegido e o turismo pode se desenvolver de maneira benéfica às populações locais. Como um modelo, traz consigo uma dimensão idealizada, a qual é colocada em xeque na realidade existente no espaço e no território.

Esse contraste entre o modelo e sua aplicabilidade se tornou evidente através dessa pesquisa. Ao olhar para o Brasil e suas características físicas e culturais, é possível afirmar, inicialmente, que aqui se encontra um palco repleto de potencial para a criação de novos geoparques. Não sendo esse palco neutro, mas repleto de pessoas, as mais diversas, com suas demandas, objetivos, olhares e interpretações variadas sobre o mesmo objeto – o território -, percebe-se que a tarefa de construir um projeto de gestão territorial não é simples.

Evidenciou-se também a necessidade de compreender os legados históricos presentes no território brasileiro os quais conformaram uma geografia específica a ser vista, analisada e interpretada. O caminho empreendido para essa investigação revelou uma geografia marcadamente desigual, que se expressa de diferentes formas e a partir de diversas variáveis sobre o território brasileiro. Nesse sentido, é sobre essas condições e legados que as demais atividades e projetos a serem empenhados no Brasil se assentarão. Ao serem inseridas nesse contexto, as propostas de geoparques seguem um padrão espacial similar e, em alguma medida, se relacionam aos processos do desenvolvimento geográfico desigual brasileiro. Esse fato se expressa a partir da percepção de que, caso as propostas brasileiras se voltassem ao intuito de representar a diversidade da cultura, da biodiversidade e da geodiversidade, estariam organizadas de maneira mais dispersa pelo território brasileiro. Porém, a sua concentração na porção oriental do país exige que um outro entendimento seja buscado.

Nossa hipótese, que versa sobre a relação entre a criação de geoparques no Brasil e as forças econômicas e atores advindos do turismo deve ser, no entanto, encarada com algumas ressalvas. Conforme as respostas obtidas pelos questionários, o turismo se mostrou, de fato, uma atividade de fundamental importância a ser priorizada no âmbito de um geoparque, embora não seja a principal motivação alegada para a criação do projeto na maior parte dos casos. Assim, embora os principais objetivos de criação de projetos de geoparques no Brasil não seja o turismo, a atividade emerge como uma de suas bases de sustentação, ao ser profundamente relacionada ao desenvolvimento sustentável e ao crescimento econômico. O maior envolvimento de atores advindos do turismo, porém, não se confirmou. Acreditamos que isso se relaciona, em certa medida, ao fato de que grande parte das propostas ainda está restrita ao inventário geológico e ainda não foi impulsionada por nenhuma iniciativa, seja de incentivo ou de divulgação. Além disso, percebeu-se que as descontinuidades políticas são um elemento importante e que dificultam o andamento do projeto em vários casos. O apoio e investimentos privados se mostram ainda mais tímidos, ao que relacionamos com as desconfianças sobre o projeto, principalmente no que se refere aos retornos financeiros, tidos como de longo prazo.

Os conflitos de interesses se evidenciaram em alguns casos, prejudicando o desenvolvimento da proposta ou até mesmo enfraquecendo o seu alcance e cumprimento dos critérios da rede global. No caso do Geopark Araripe, não obstante o seu sucesso na obtenção do título global, os conflitos se revelaram posteriormente, no estranhamento que os elementos derivados do Geopark causaram à população local.

Torna-se imperativo refletir sobre a própria pertinência e necessidade do título. Os geoparques se constituem como um conceito e uma ideia muito interessantes, definindo-se como alternativos e sustentáveis e apontando para a contramão da sociedade de consumo. Sua existência na prática, porém, encontra espaços e territórios desiguais e confronta tendências de homogeneização e diferenciação. Se, por um lado, devem conjugar características únicas para pleitear o título, isso é feito a partir do seguimento de diretrizes e padrões, que os incluem em uma lista com outros Geoparques Globais da UNESCO. Sua inserção no mercado do turismo global inclui outras questões, também relacionadas a critérios de seleção e exclusão de lugares, vantagens e desvantagens, que delinearão o surgimento ou acentuação de novos fluxos de turismo. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, não se concretiza por títulos reconhecidos, mas pode compor, ele mesmo, um possível fortalecedor das tendências de mercado quando utilizado apenas como propaganda.

Por fim, essa pesquisa buscou analisar criticamente a criação de propostas de geoparques no Brasil, percorrendo seus conceitos e paradigmas fundamentais para iluminar alguns aspectos que, em nossa apreciação, configuram-se como fundamentais para ponderar sobre seus significados no território brasileiro. Esperamos que essa análise possa colaborar para o prosseguimento dos debates sobre o tema no país. Vimos que o geoparque habita dimensões contraditórias e que, portanto, seus significados podem ser múltiplos. Sendo assim, uma pergunta que, a nosso ver, compõe o pano de fundo sobre o tema no Brasil e que deve sempre ser tida como central é: a que interesses respondem os geoparques? Sob qual modelo, discurso e prática se assentam o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento sustentável que buscamos? Perguntas complexas não serão respondidas através de respostas simples, mas um bom início pode ser encontrado nas palavras de Ulpiano Bezerra de Meneses, quando afirma que "[..] o eixo da compreensão terá que estar, não nas coisas, mas nas relações da sociedade com as coisas e, mais ainda, dos homens entre si, na sociedade" (MENESES, 1996, p. 94).

Referências

ALMEIDA, F. M. B. A produção do espaço na Região do Cariri cearense e sua inserção na nova lógica da acumulação do sistema capitalista globalizado: o caso da área do Triângulo Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. *Novos estudos – CEBRAP*. 2010, n.87, pp. 97-113.

ARAÚJO, A. B. A. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Brasil: uma análise da governança para implementação entre 2015 e 2019. Dissertação de mestrado (Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia). Uberlândia, 2020.

BABOU, I. Natural Heritage, Participatory Democracy and UNESCO: a Structure of Disillusionment? UNESCO Global Geoparks, 121, 2019.

BACELAR, T. Globalização e território. Le Monde Diplomatique, 2008. Disponível em: https://diplomatique.org.br/globalizacao-e-territorio/.

BHAMBRA, G. "From Modernization to Multiple Modernities: Eurocentrsim *redux*", *in* Rethinking Modernity: Postcolonialism and Sociological Imagination. New York: Pallgrave Mcmillan, 2007.

BACCI, D. de La C.; BOGGIANI, P. C.; PIRANHA, J. M.; DEL LAMA, E. A.; TEIXEIRA, W. Geoparque: Estratégia de Geoconservação e Projetos Educacionais. Geologia USP: Publicação Especial, São Paulo, v. 5, p.7-15, 2009.

BATISTA, V. L. A Casa Azul na Chapada do Araripe: a experiência de uma incursão no Sertão do Cariri. Estudos. Sociais. [online]. 2014, vol.1, n. 20. Disponível em: < https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235514/28501>.

BELLO, C. M. de A. Patrimonialização da natureza, turismo e produção do espaço regional: uma análise do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno (Cáceres, Corumbá e Poconé). 187 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BERTONCELLO, R. Turismo y Patrimonio, entre la Cultura y el Negocio. In: Oliveira, M. R. S. & PAES, M. T. D. *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: AnnaBlume, 2010.

BERTONCELLO, R.; CASTRO, H.; ZUSMAN, P. Turismo y patrimonio: una relación puesta en cuestión. In: BERTONCELLO, Rodolfo & CARLOS, Ana Fani A. (Orgs). Procesos Territoriales en Argentina y Brasil. Buenos Aires, 2003, pp. 277-292.

BRAYNER, V. Não é pela paisagem na memória e pela memória na paisagem. V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEUS E PESQUISA - Políticas de acervo: coleta, preservação, descarte, p. 09-25, 2018.

BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C. & ALMEIDA, F. N. A. (orgs.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007.

BRILHA, J. Património geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga, Portugal: Palimage, 2005.

_____. A Rede Global de Geoparques Nacionais: um instrumento para promoção internacional da geoconservação. In: SCHOBBENHAUS, C e SILVA, C. R. da. Geoparques do Brasil: propostas. Rio de Janeiro, CPRM, p. 29-37, 2012.

_____. Inventory and Quantitative Assesment of Geosites and Geodiversity Sites: a Review. Geoheritage, v. 8, p. 119-134, 2016.

BRILHA, J. e HENRIQUES, M. H. UNESCO Global Geoparks: a strategy towards global understanding and sustainability. Episodes, vol. 40, n. 4, p. 349-355, 2017.

BONONI, V. L. R.; LUNAS, M. C. F. da Silva; OLIVEIRA, A. K. M. de O.. Políticas Públicas de Desenvolvimento: convergências e divergências no Geoparque Bodoquena-Pantanal. Revista Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. XIX, n.3, p.155-176, 2016.

BOSCO, E.; FERREIRA, L. Sociedade mundial de risco: teoria, críticas e desafios. Sociologias (UFRGS), 42(1): 232-264, 2016.

CANCLINI, Nestor. A Sociedade sem Relato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

CASTRO, A. R. de S. F. O patrimônio geológico sob a perspectiva da população residente no município de Santana do Cariri, Ceará. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociência, Programa de Pós-Graduação em Geologia, 2014.

CASTRO A.R.S.F., MANSUR K.L., CARVALHO I.S. Diagnóstico da relação da comunidade com o patrimônio geológico por meio de instrumento de coleta de dados. Terræ Didatica, 11(3), p. 162-172, 2015.

CHAGAS, M. & CHAGAS, V. 2004. Memória Rupestre ou do Caminho no Meio da Pedra. Revista Museu. [online]. Disponível: http:// www.revistamuseu.com.br/artigos/art_ .asp?id=5295. ISSN 1981-6332

CHAKRABARTY, D. Provincializing Europe. New Jersey: Princeton Univesity Press, 2000.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã,1996.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. *Introdução à Geografia do Turismo.* 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

_____. "Patrimonialização do Patrimônio": ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.

_____. Planejamento Governamental do Turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, San Pablo. Dezembro, 2006.

_____. Turismo, Produção do Espaço e Desenvolvimento Desigual: para pensar a realidade brasileira. Aportes y Transferencias, Mar del Plata, v.2, p. 25-45, 2008.

_____. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. Confin: Revue Franco-Brésilienne de Géographie, 2018. < https://journals.openedition.org/confins/13707>.

_____. Ensaio sobre a relação entre desenvolvimento geográfico e regionalização do espaço brasileiro. Geousp – Espaço e Tempo, v. 24, n. 1, p. 27-50, 2020.

DEGALDILLO, V. Patrimõnio urbano, turismo y gentrificación. In: DEGALDILLO, V.; DIAZ, I.; SALINAS, L. Perspectivas de la gentrificación em Mexico y America Latina. Mexico: Unam, p. 113-132, 2015. p. 113-132.

DELPHIM, C. F. de M. Patrimônio Cultural e Geoparque. Revista do Instituto de Geociências – USP. Geol. USP, Publicação especial, São Paulo, v. 5, p. 75-83, 2009.

DIEGUES, A. C. S. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras) - Universidade de São Paulo, 1994.

EDER, W. F. ; PATZAK, M. Geoparks – geological attractions: a tool for public education, recreation and sustainable economic development. Paris: UNESCO, 2004. Disponível em: < http://www.episodes.co.in/www/backissues/273/162-164.pdf>.

FREITAS, F. I. de. Geopark Araripe, Geoconservação e Desenvolvimento Sustentável: uma estratégia inclusiva. Tese (Doutorado em Geologia). Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geologia, Fortaleza, 2019.

FONSECA, M.C.L. O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GIANELLA, Valéria; CALLOU, Antonio Édio Pinheiro. A emergência do paradigma de desenvolvimento no território na observação de duas políticas no Cariri cearense. Caderno EBAPE.BR, vol. 9,n° 3, artigo 6, Rio de Janeiro, p. 805-827, 2011.

GIRAULT, Y. La fabrique du géopatrimoine au sein des géoparcs mondiaux: une mise en tension dans une multiplicité de contextes culturels, économiques et scientifiques.. Les géoparcs mondiaux UNESCO : une mise en tension entre développement des territoires et mise en valeur du patrimoine. 285p, London: ISTE, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Geopark Araripe: Histórias da Terra, do Meio Ambiente e da Cultura/ Governo do Estado do Ceará/ Secretaria das Cidades/ Projeto Cidades do Ceará - Cariri Central - Crato - CE, 2012.

GRAVARI-BARBAS, Maria e JACQUOT, Sébastien. Patrimoine, tourisme, développement. Une triangulation impossible? In: GRAVARI-BARBAS, Maria E JACQUOT, Sébastien. Patrimoine mondial et développement: au défi du tourisme durable. Presses de l'Université du Québec: Québec, p. 01-27, 2014.

GRAY, Murray. Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature. John Wily & Sons, Ltd, 2004.

GODOY, M. M.; BINOTTO, R. B.; WILDNER, W. Caminhos dos Cânions do Sul (RS/SC). SCHOBBENHAUS, C.; SILVA, C. R. da. Geoparques do Brasil: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012

GONZALEZ-TEJADA, C., Du Y., READ M., GIRAULT Y. From nature conservation to geotourism development: examining ambivalent attitudes towards UNESCO directives with the Global Geopark Network. International Journal of Geoheritage, Darswin Publishing House., 5 (2), p. 1-20, 2017.

GUIMARÃES, G. B.; MELO, M. S. de; PIEKARZ, G. F.; MOREIRA, J. C.; LICCARDO, A.; MOCHIUTTI. Campos Gerais (PR). In: SCHOBBENHAUS, C.; SILVA, C. R. da. Geoparques do Brasil: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012

HARVEY, D. O Enigma do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

HENRIQUES M.H., BRILHA J. UNESCO Global Geoparks: a strategy towards global understanding and sustainability. Episodes, 40(4), p. 349-355, 2017.

HERZOG, A. Paisagens Geológicas e Geoparques: o Geoparque Araripe. Anais do 1° Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte – MG, 2017.

HERZOG, A.; SALES, A.; HILLMER, Gero. The UNESCO Araripe Geopark. A short story of the evolution of life, rocks and continentes. 2008.

IANNI, O. As ciências sociais na época da globalização. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13(37), 1998.

IRVING, M. de A.; SANCHO, A. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. Caderno Virtual de Turismo, volume 5, n°4, p. 01-07, 2005.

JEUDY, H.P. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JONES, C. History of Geoparks. Geological Society, London, v.300, p.273-277, 2008.

JUSTICE, S. C. UNESCO Global Geoparks, Geotourism and Communication of the Earth Sciences: a case study in the Chablais UNESCO Global Geopark, France. Geosciences, 8, 149, 2018.

LEFF, E. Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes. 2001.

LIMA, M. M. E. R. O projeto "Geopark Bodoquena-Pantanal": proposta inicial e retificações necessárias. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade Anhanguera, Campo Grande, 2016.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Actuel Marx, Paris, v.18, p.73-80, 1995.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território. In: BRUHNS, H. T., LUCHIARI, M. T. D. P. & SERRANO, C. (orgs). *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Campinas: Papirus, 2007.

MARTINI, G. Geoparks... a vision for the future. Revista do Instituto de Geociências -USP, São Paulo, v.5, p.85-90, 2009.

_____. Les Géoparcs pour une évolution du concept du territoire. Géologie de la France, n° 1, p. 35-40, 2010.

MEDEIROS, C. A. F.; GOMES, C. S. C. D.; NASCIMENTO, M. A. L. do. Gestão em Geoparques: Desafio e Realidades. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 9(2), p. 342-359, 2015.

MELLO-THERY, N. A. de. Meio Ambiente, globalização e políticas públicas. Revista Gestão & Políticas Públicas. São Paulo, 1(1): 133-161, 2011.

MELO, J. P.P; MARQUES, M. M; SARAIVA, A. A. F.; FREITAS, F. I. de.; BENEDIKT, T.R.; GALVÃO, N. C..; QUEIROZ, Z. F. de.; OLIVEIRA, R.de S.; LIMA, F. F. de.; ALENCAR, M. A. da S.; PIANCÓ, R.D.; FEITOSA, J. R. M.; SANTOS, F. dos.; PEREIRA, S. M.; LACERDA, L. S. & CABRAL, N. R. Relatório Técnico Financeiro 2006-2010 [relatório interno]. Geopark Araripe. Crato: Ceará, 2010.

MELO ET AL. Planejamento Estratégico – Geopark Araripe. Geopark Araripe. Crato: Ceará, 2018.

MILET, V. A teimosia das pedras. Um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil. Recife: Prefeitura de Olinda, 1988.

MENESES, U. T. B. de. Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI. Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da. Turismo, espaço, paisagem e cultura. SP: Hucitec, 1996, pp. 88-99.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. 1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, vol. 1 (p. 25-39), 2009.

MPPCN – Museu de Paleontologia Plácido Cidades Nuvens. Plano Museológico 2019-2029. Disponível em: http://www.urca.br/novo/portal/docs/pdf/2019/PROEX/Planejamento-Estrategico-Museu-Paleontologia.pdf.

MODICA, R. As Redes Europeia e Global de Geoparques (EGN e GGN): Proteção do patrimônio geológico, oportunidade de desenvolvimento local e colaboração entre territórios. Revista do Instituto de Geociências, São Paulo, v.5, p.17-26, outubro de 2009.

MORAES, A. C. R. Meio Ambiente e Ciências Humanas. 4ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

MOURA-FÉ, M. M. de; SILVA, J. V. M. da; BRASIL, Josielly, Gonçalves. Geocultura: proposta de estudo da relação entre geodiversidade e cultura. In: PEREZ FILHO, A.; AMORIM R. R. (org). Os desafios da Geografia Física na fronteira do conhecimento. Campinas: Instituto de Geociências –UNICAMP, 2017.

MUNIZ, A. C. F.; OLIVEIRA, H. P. V. de; OLIVEIRA, V. P. V. de. Planejamento e Gestão: uma releitura das políticas de desenvolvimento para a atividade turística no Estado do Ceará/Brasil. Tourism & Management Studies, vol. 1, p. 31-39, 2013.

NASCIMENTO, M.A.L. do; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo**:** trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008.

Nascimento, F., & Scifoni, S. (2010). A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira- SP . *Revista CPC*, (10), 29-48. https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i10p29-48.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo: Annablume, 2005.

O'CONNOR, James. Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (comp.). Ecología Política: naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

OLIVEIRA, José Carlos da Silva. Geoparques no Brasil: fico geográfico nas soluções dos desafios. Monografia - Curso de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

OLIVEIRA, Antonio José de. Processo de “invisibilidade” dos índios kariri nos sertões dos cariris novos na segunda metade do século XIX. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica. ISSN: 2525-5649 – n°. 34.2 (2016)

OSÉS, Pablo; MARTÍNEZ, Ignacio. La agenda 2030: Cambiar el mundo sin cambiar la distribuición del poder? Lan Harremanak, 33, p.73-102, 2015.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

PALU, P. Le patrimoine naturel comme mode de gestion d'um paradoxe. In: LAMY, Y. (org). L'Alchimie du patrimoine. Discours et politiques. Talence: Ed. de la Maison des Sciences de L'Homme D'Aquitaine, 1996.

PEMBERTON, Michael. Conserving Geodiversity: the importance of valuing our geological heritage. 2000. Disponível em: <http://dpipwe.tas.gov.au/Documents/geocon_abstract.pdf>. Acesso em 09 de julho de 2018.

PEREIRA, Ricardo Fraga; BRILHA, José; MARTINEZ, José Eduardo. Proposta de enquadramento da geoconservação na legislação ambiental brasileira. Memórias e Notícia, n.3 (Nova Série), 2008.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Cuadernos De antropología Social*, v.11, 1998.

POCHMANN, M. « O pais dos desiguais ». *Le Monde Diplomatique Brasil*. 6/10/2007. < http:// www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=30 >.

PONTING, Clive. Uma História Verde do Mundo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder* (1980). Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Wagner. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2001

RIBEIRO, Wagner. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. Estudos Avançados, São Paulo, v.24, n.68, 2010.

RIBEIRO, W. C.; SCIFONI, S. Preservar: por que e para quem? In: Patrimônio e Memória (Unesp), v.2, p. 1-12, 2006.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Desenvolvimento com base local como bandeira de uma política de emancipação e afirmação. In: SOUZA, Maria José (Org.). Políticas Públicas e o Lugar do Turismo. Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002. p.13-24.

ROLIM, F. G.; THEODOROVICZ, A. Bodoquena-Pantanal. In: SCHOBBENHAUS, C.; SILVA, C. R. da. Geoparques do Brasil: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012.

RUCHKYS, Ú. de A. Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: Potencial para a Criação de um Geoparque da UNESCO - Tese de Doutorado, Instituto de Geociências da UFMG, 2007.

RUCHKYS, Ú. de A. MACHADO, M. M. M.; CASTRO, P. de T. A.; RENGER, F. E.; TREVISOL, A.; BEATO, D. A. C. SCHOBBENHAUS, C.; SILVA, C. R. da. Geoparques do Brasil: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012

SABADIA, José A. Beltrão. O Geoparque do Araripe, um homem santo a espera de um milagre. Revista de Geologia, vol. 22, n. 2, p. 117-123, 2009.

SANTANA, Paola Verri de. Ecoturismo: uma indústria sem chaminé? Labur Edições: São Paulo, 2008.

SACHS, Ignacy. Rumo à Ecossocioeconomia: Teoria e Prática do Desenvolvimento. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Por uma nova geografia. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SETUR-CE: Secretaria do Turismo do Governo do Estado do Ceará. Evolução recente do turismo no Ceará. 2017. Disponível em: https://www.setur.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/59/2016/11/evolucao-turismo-2006-2016-artigo.pdf. Acesso em novembro de 2020.

SMITH, Neil. On the necessity of uneven development. International Journal of Urban and Regional Research, 1986, p.87-104.

SMITH, Neil. O Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPIVAK, Gayadry Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STANLEY, 2001- Stanley, M. Editorial. *Geodiversity Update*, 1, 1, 2001.

STEINBERGER, Marília (org). Território e ambiente em políticas públicas territoriais. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

SCIFONI, S. A construção do patrimônio natural. Tese (Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A natureza desigual do patrimônio cultural e outras perspectivas. In: PAES, Maria Tereza Duarte e SOTRATTI, Marcelo Antonio. Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias. São Paulo, Annablume, 2017.

SHOBBENHAUS, Carlos; SILVA, Cássio Roberto da (Orgs.). Geoparques do Brasil: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. v.1, 748 p. Disponível em: <http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/geoparques-do-brasil-volume-i-propostas.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2017.

SILVA, Simone Affonso da. O planejamento regional brasileiro pós Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores. São Paulo: Annablume, (Coleção Geografia e Adjacências), 2017.

SOUSA, Bruno e VASCONCELOS, Sara. Branding territorial e o papel da imagem no comportamento do consumidor em turismo: O caso de Arouca. European Journal of Applied Business Management. Special Issue, 2018, pp. 1-14.

TABARIN, Charles Serra. O *soft power* na geopolítica contemporânea: ativismo brasileiro em conferências sociais e ambientais da ONU. Revista Terra Livre, v. 2, n. 51, p. 94-119, 2018.

UNESCO. Statutes and Operational Guidelines for UNESCO Global Geoparks. 2015. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/IGGP_UGG_Statutes_Guidelines_EN.pdf. Acesso em novembro de 2020.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VEIGA, José Eli da. A desgovernança mundial da sustentabilidade. São Paulo: Editora 34, 2013.

VEIGA, José Eli da. Para entender o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora 34, 2015.

XUN, Zhao; MILLY, Wang. National Geoparks Initiated in China: putting geoscience in the service of society. Episodes 25(1) March 2002, p.33-37.

XUN, Z.; TING, Z. The socio-economic benefits of establishing National Geoparks in China. Episodes, vol. 26, n.4, 2003, p.302-309.

WATERS, Malcom (2001) “A world of difference”, *in* Globalization. London: Routledge.

WILLIANS, Raymond. Cultura e materialismo. São Paulo: Unesp, 2011.

YANG, G.; CHEN, Z.; TIAN, M.; WU, F.; WRAY, R.; PING, Y. On the growth of national geoparks in China: distribution, interpretation, and regional comparison. Episodes, 24 (3), p. 157-176.

ZOUROS, Nickolas C. The European geoparks network: geological heritage protection and local development. Episodes, Ottawa, v.27, n.3, p. 165-171, 2004.